



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

PREGÃO ELETRÔNICO N. 28/2026

Objeto	Registro de Preços para contratação de pessoa jurídica especializada para prestação, de forma contínua, de serviços de desenvolvimento, manutenção e sustentação de soluções de software, com adoção de práticas ágeis, mediante a disponibilização de postos de trabalho de tecnologia da informação, com dedicação exclusiva de mão de obra ao Conselho Nacional de Justiça.
Valor estimado	R\$ 75.593.428,47 (setenta e cinco milhões, quinhentos e noventa e três mil, quatrocentos e vinte e oito reais e quarenta e sete centavos).

Data de abertura: 17/07/2026	Horário: 14h (horário de Brasília)
Endereço eletrônico: https://www.gov.br/compras/pt-br	UASG: 40003
Exclusiva ME/EPP? NÃO	Reserva de quota ME/EPP? NÃO
Decreto n. 7.174/2010? NÃO	Vistoria? NÃO
Amostra/Demonstração? NÃO	Modo de disputa: ABERTO E FECHADO
Forma de julgamento: MENOR PREÇO	Forma de adjudicação: GLOBAL
Instrumento contratual: TERMO DE CONTRATO	Impugnação e pedido de esclarecimento: até 18hs do dia 14/07/2026
Sistema de Registro de Preços: SIM	Adesão: NÃO



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Pregoeiro e equipe de apoio	<p>Comissão Permanente de Contratação (CPC)</p> <p>Edifício Sede do CNJ, SAF Sul, Quadra 2, CEP: 70070-600, Brasília/DF.</p> <p>Telefone: (61) 2326-5159 / (61) 2326-5016. E-mail: cpc@cnj.jus.br</p>
Mensagem aos licitantes	<p>O edital, anexos e demais informações estão disponíveis para <i>download</i> no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) (https://www.gov.br/pncp/pt-br) e Portal do CNJ (https://www.cnj.jus.br/transparencia-cnj/gestao-administrativa/licitacoes-e-contratos/).</p> <p>Os licitantes sujeitam-se às sanções e penalidades estabelecidas neste edital e em seus anexos.</p> <p>Antes de apresentarem propostas, os licitantes deverão analisar cuidadosamente o inteiro teor deste edital e dos anexos, compreender todos os termos, certificar-se de que dispõem dos recursos materiais e humanos necessários para participar da sessão pública e obter a certeza de que toda a documentação exigida está atualizada de acordo com exigências editalícias e pronta para ser exibida quando requisitada pelo pregoeiro.</p>



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

PREGÃO ELETRÔNICO N. 28/2026

PREÂMBULO

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) torna público o Pregão Eletrônico n. 28/2026, com critério de julgamento por menor preço. A sessão pública será realizada em **17/07/2026**, às **14h** (horário de Brasília), no CNJ, por meio do sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>. Esta licitação foi autorizada no Processo SEI n. 08126/2023, nos termos da Lei n. 14.133/2021, e demais legislação aplicável, de acordo com as condições estabelecidas neste edital.

SEÇÃO I – DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Registro de Preços para contratação de pessoa jurídica especializada para prestação, de forma contínua, de serviços de desenvolvimento, manutenção e sustentação de soluções de software, com adoção de práticas ágeis, mediante a disponibilização de postos de trabalho de tecnologia da informação, com dedicação exclusiva de mão de obra ao Conselho Nacional de Justiça, observadas as condições e especificações estabelecidas nos anexos:

ANEXO I	TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO II	PLANILHAS DE FORMAÇÃO DE CUSTO E METODOLOGIA DE CÁLCULO
ANEXO III	MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ANEXO IV	MINUTA DE CONTRATO

SEÇÃO II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. A sessão deste pregão será pública e realizada conforme este edital



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

em data, horário e endereço eletrônico indicados no preâmbulo.

2.2. Poderão participar deste pregão eletrônico pessoas físicas e jurídicas que:

- a) atendam às condições deste edital e seus anexos, inclusive quanto à documentação, e estejam devidamente cadastradas no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>, na forma do regulamento;
- b) possuam registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), o qual também será requisito para fins de habilitação;
- c) explorem ramo de atividade compatível com o objeto da licitação; e
- d) consórcios públicos, desde que atendidos os requisitos do art. 15 da Lei n. 14.133/2021.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder à imediata correção ou alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. A obtenção do benefício dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar n. 123/2006 limita-se às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham firmado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para enquadramento como empresa de pequeno porte.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

2.6.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte, caso contratada, será responsável por solicitar seu desenquadramento de tal condição quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no art. 3º, da Lei Complementar n. 123/2006 em razão da desta contratação.

2.6.2. O licitante microempresa ou empresa de pequeno porte, se optante do Simples Nacional, poderá participar deste certame, desde que não utilize os benefícios tributários do referido regime. Caso seja declarada vencedora da licitação, deverá solicitar a exclusão de tal regime, a contar do mês seguinte ao da assinatura da ata, nos termos do art. 31, II, da Lei Complementar n. 123/2006.

2.7 A declaração falsa relativa à proposta de preços e ao cumprimento dos requisitos de habilitação e do art. 3 da Lei Complementar n. 123/2006 sujeitará o licitante às sanções previstas na legislação.

2.8. Não poderá participar desta licitação pessoa física ou jurídica que:

- a) não explore atividade compatível com o objeto desta licitação;
- b) seja, de forma direta ou indireta, agente público do CNJ;
- c) constitua empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável por elaborar o projeto básico ou executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detenha mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- d) se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- e) de forma direta ou indireta, mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que exerça função na licitação, atue na fiscalização ou na gestão da ata, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- f) seja empresa controladora, controlada ou coligada, nos termos da Lei n. 6.404/1976, concorrendo entre si;



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

g) tenha sido, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por explorar trabalho infantil, por submeter trabalhadores a condições análogas à escravidão ou por contratar adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

h) configure Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) atuando nessa condição;

i) seja autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

j) seja sociedade cooperativa, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP n. 5/2017, bem como o disposto no Termo de Conciliação firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a AGU; e

k) seja empresa que, por conta de vínculo com o CNJ, tenha prestado auxílio técnico na elaboração dos documentos da fase interna do procedimento licitatório, tais como o Documento de Oficialização de Demanda, os Estudos Preliminares ou o Termo de Referência (TR).

2.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução da ata de registro de preços agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n. 14.133/2021.

2.10. O impedimento que trata da impossibilidade de participar de licitação será também aplicado ao licitante que atue em substituição de outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.11. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e da proposta de preços sujeitará o licitante às sanções legais.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

2.12. Os documentos apresentados nesta licitação deverão conter os números de CNPJ dos estabelecimentos que, a critério de uma mesma pessoa jurídica licitante, serão responsáveis pela execução do objeto e que poderão emitir, em decorrência, ao longo da vigência da ata de registro de preços, as notas fiscais que serão apresentadas a pagamento.

2.13. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

2.13.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte (MEs/EPPs) e o TR exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá acréscimo de 10% (dez por cento) do valor exigido do licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo se houver justificativa nos autos para suprimir tal acréscimo para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

SEÇÃO III – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

3.1. Nesta licitação, a fase de habilitação sucederá as de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Após a divulgação do edital no endereço eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, mediante digitação de senha privativa, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, **formulada de acordo com os Anexos I e II do edital**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

3.3. No cadastro da proposta inicial, em campo próprio do sistema, o licitante deverá responder se:

a) cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento estabelecido nos arts. 42 a 49,



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

bem como se os limites dos valores dos contratos celebrados com a Administração Pública não extrapolaram a receita bruta máxima admitida para o ano calendário para enquadramento como empresa de pequeno porte;

a.1) nos itens em que a participação não for exclusiva para MEs e EPPs, assinalar o campo “não” exclui o licitante do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n. 123/2006, mesmo que se configure como tal;

b) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como cumpre os requisitos de habilitação neles definidos;

c) a proposta apresentada está conforme as exigências editalícias;

d) inexistem fatos supervenientes e impeditivos à habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

e) emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e se emprega menor de 16 anos, salvo a partir de 14 anos na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição;

f) possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

g) os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprir reserva de cargos para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como reservas fixadas em outras normas específicas.

h) a proposta econômica compreende os custos integrais para atender os direitos trabalhistas assegurados na Constituição, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes à data de entrega da proposta.

h.1) o não cumprimento da exigência acima acarretará desclassificação do certame, nos termos do art. 63, §1º da Lei n. 14.133/2021.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

3.4. Até a abertura da sessão pública, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação (quando houver previsão de anteceder a fase) inseridos no sistema.

3.5. O licitante deverá consignar em campo próprio do sistema **o valor global para o item**, já considerados e inclusos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

3.6. Não será aceita oferta de objeto com especificações distintas das indicadas nos anexos deste edital.

3.7. Em caso de divergência entre as especificações técnicas descritas no Sistema Comprasnet e as deste edital, prevalecerão estas.

3.8. Os valores deverão ser calculados com duas casas decimais.

3.9. Na etapa de apresentação da proposta, não haverá ordem de classificação. A proposta do licitante mais bem classificado será disponibilizada para avaliação do pregoeiro e para acesso público apenas após o fim do envio de lances.

3.10. Se disponível a opção no sistema, o licitante poderá parametrizar o valor final mínimo ao cadastrar a proposta e obedecerá às regras a seguir:

I - O intervalo mínimo de diferença de valores percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de 0,10% (um décimo por cento) do valor total da contratação estimado no Anexo II;

II - os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o inciso I.

3.11. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado o valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

3.12. O valor final mínimo parametrizado será sigiloso para os demais fornecedores e para o CNJ, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

3.13. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, nos termos do art. 15 do Decreto n. 11.462/2023.

SEÇÃO IV – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DA FASE DE ENVIOS DE LANCES

4.1. A sessão pública será aberta automaticamente pelo sistema no dia e hora indicados no preâmbulo deste edital.

4.2. A comunicação entre pregoeiro e licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema, vedada outra forma de comunicação.

4.3. O licitante deverá acompanhar as operações no sistema durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus devido à perda de negócios pela inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

4.4. Aberta a fase competitiva, os licitantes classificados poderão enviar lances exclusivamente por meio do sistema, sendo imediatamente informados do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

4.5. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

4.6. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

4.7. O pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação automática via sistema.

4.7.1. Eventual exclusão de proposta do licitante implica retirada do certame, sem prejuízo do direito de defesa.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

4.8. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

4.9. Na formulação de lances, deverão ser observados os seguintes aspectos:

a) os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste edital;

b) não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

4.10. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

4.11. Será adotado para o envio de lances o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final fechado, conforme o critério de julgamento adotado neste edital.

4.12. No modo de disputa aberto e fechado, a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de **15 minutos**.

4.13. Ao fim do prazo de 15 minutos, o sistema avisará o fechamento iminente dos lances e, após período de **até 10 minutos** aleatoriamente determinado, a recepção de lances se encerra automaticamente, dando fim à etapa aberta.

4.14. Encerrada a etapa de lances, o sistema permitirá que o autor da oferta de valor mais baixo ou de maior percentual de desconto e os autores das ofertas com valores até 10% superiores ou inferiores, conforme o critério adotado, ofertem um lance final e fechado em **até 5 minutos**, que será sigiloso até o fim do prazo.

4.15. O licitante poderá manter o último lance da etapa aberta ou ofertar melhor lance.

4.16. Na ausência de, no mínimo, três ofertas na etapa fechada na margem dos 10%, o sistema permitirá aos autores dos melhores lances subsequentes na



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

ordem de classificação, até o máximo de três, ofertar um lance final e fechado em **até 5 (cinco) minutos**, que será sigiloso até o fim do prazo.

4.17. Encerrados os prazos, o sistema ordenará os lances em ordem crescente quando adotado o critério de julgamento por menor preço, ou decrescente quando adotado o de maior desconto.

4.18. Caso o sistema desconecte para o pregoeiro durante a fase competitiva e siga acessível aos licitantes, os lances continuarão a ser recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

4.19. Se a desconexão persistir por mais de **10 minutos**, a sessão pública será suspensa e somente reiniciada **24 horas** após a comunicação do fato aos participantes no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

4.20. Caso não envie lance, o licitante concorrerá com o valor da proposta.

SEÇÃO V – DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

5.1. Em itens não exclusivos para MEs e EPPs, ao fim da etapa de lances, o porte da entidade empresarial será verificado automaticamente junto à Receita Federal. O sistema identificará em coluna própria as MEs e EPPs, comparando com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para fins de aplicação dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n. 123/2006, regulamentada pelo Decreto n. 8.538/2015.

5.2. Nessas condições, consideram-se empatadas com a primeira colocada as propostas de MEs e EPPs com valor até 5% acima do melhor lance ou proposta.

5.3. A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá direito de enviar uma oferta final para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após comunicação automática para tanto.

5.4. Caso a ME ou EPP mais bem classificada desista ou não se manifeste no prazo, serão convocadas as demais licitantes ME e EPP que estejam naquele



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para exercer o mesmo direito, no prazo do subitem anterior.

5.5. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEs ou EPPs que estejam nos intervalos fixados nos subitens anteriores, será sorteado entre elas o direito a apresentar melhor oferta primeiro.

5.6. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances) ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.7. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei n. 14.133/2021, nesta ordem:

I - disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstas;

III - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento, nos termos do Decreto n. 11.430 de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI n. 382, de 17 de setembro de 2025;

IV - desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle, conforme Decreto n. 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU n. 226, de 9 setembro de 2025.

5.7.1. Considerando que o critério do inciso II do art. 60 da Lei n. 14.133/2021 carece de regulamentação, o inciso II do item 5.7 não será considerado para efeito de desempate nesta licitação.

5.8. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por empresas:



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

- a) estabelecidas no território do estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de município, no território do estado em que este se localize;
- b) brasileiras;
- c) que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país;
- d) que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei n. 12.187/2009.

SEÇÃO VI – DA NEGOCIAÇÃO

6.1. Caso a proposta do primeiro colocado permaneça acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.2. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.3. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão da proposta permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, ou, em caso de propostas intermediárias empatadas, serão utilizados os critérios de desempate definidos neste edital.

6.4 Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

SEÇÃO VII – DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei n. 14.133/2021, legislação correlata e neste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça participação no certame ou futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF);
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS):
<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>; e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP):
<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>.

7.2. A consulta será realizada em nome da empresa licitante e do sócio majoritário, por força da vedação de que trata o art. 12 da Lei n. 8.429/1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, entre outros.

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. O licitante terá prazo de, no mínimo, **3 (três) horas**, contado da solicitação do pregoeiro e prorrogável por igual período, para enviar proposta adequada ao último lance ofertado e, se for o caso, documentos complementares necessários à confirmação daqueles exigidos no edital.

7.5. A prorrogação poderá ocorrer nas seguintes situações:



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

I - por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo pregoeiro, ou

II - de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade de que trata essa seção.

7.6. A proposta deverá ser redigida em língua portuguesa, sem alternativas, opções, emendas, ressalvas, borrões, rasuras ou entrelinhas, e dela deverá constar:

a) identificação social, número do CNPJ dos estabelecimentos que, a critério de uma mesma pessoa jurídica licitante, serão responsáveis pela execução do objeto, assinatura do representante legal da proponente, referência a esta licitação, endereço, dados bancários, número de telefone e e-mail;

b) indicação do responsável pela assinatura da ata de registro de preços, com número da carteira de identidade, CPF e, caso não seja sócio da empresa, procuração com poderes para assinar o instrumento em nome da proponente passada em instrumento público particular, acompanhada de documento oficial de identificação do outorgante para comparação das assinaturas e verificação de autenticidade;

c) prazo de validade da proposta de 60 (sessenta) dias a contar da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital;

d) indicação única de preço (em R\$), com exibição dos valores unitário, em algarismos, e total, em algarismos e por extenso, conforme o lance final respectivo; e

e) descrição clara do objeto cotado, em conformidade com as especificações técnicas constantes no Anexo I do edital (Termo de Referência), com indicação de quantidade, prazo de entrega e demais características, quando houver.

f) proposta detalhada em **planilha de formação de custo elaborada de acordo com o lance final respectivo**, devendo ser formulada em conformidade com os Anexos I e II deste edital e observadas as demais condições desta Seção;



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

g) para fins de comprovação do regime de tributação, recibo de entrega do documento “Escrituração Fiscal Digital - Contribuições”, já exigível e apresentada, na forma Lei e/ou outro documento apresentado à Secretaria da Receita Federal e/ou expedido pela Secretaria da Receita Federal (exemplo: Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais);

h) documentação, obtida por meio do sítio da Secretaria da Receita Federal, comprobatória da atividade econômica principal exercida pelo licitante. Com base nessa documentação, o pregoeiro confirmará o percentual cotado a título de Risco Ambiental do Trabalho (RAT), nos termos do Decreto n. 6.957/2009;

i) documento indicativo do Fator Acidentário de Prevenção (FAP-WEB), emitido preferencialmente por sítio eletrônico vinculado à Previdência Social e/ou à Dataprev (Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social);

j) para as empresas tributadas pelo regime de incidência não cumulativa do PIS e da COFINS, comprovação dos cálculos referentes ao percentual que represente a média das alíquotas de PIS e COFINS (conforme item 7.24 do edital) efetivamente recolhidas nos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, independentemente da quantidade de meses utilizados no cálculo do percentual, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

j.1) planilhas demonstrativas de apuração dos percentuais médios de recolhimento do PIS e da COFINS, conforme modelo constante do subitem 7.27.3 do edital, em que os dados de “faturamento mensal” e “crédito apurado/descontado” devem ser extraídos do documento Registros Fiscais – Consolidação das Operações por Código da Situação Tributária e do recibo de entrega de Escrituração Fiscal Digital – Contribuições;

j.2) cópia dos registros fiscais – Consolidação das Operações por Código da Situação Tributária referente aos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta. Este documento apresenta o faturamento mensal;



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

j.3) cópia do recibo de entrega da Escrituração Fiscal Digital – Contribuições referente aos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta. Este documento apresenta o crédito apurado/descontado de PIS e COFINS;

j.4) cópia das fichas extraídas do sistema informatizado da Secretaria da Receita Federal referentes ao resumo mensal de apuração de PIS e COFINS, nas quais conste o montante dos créditos descontados e o valor líquido da contribuição devida;

k) memorial de cálculo dos encargos previdenciários e trabalhistas, demonstrando a composição de cada percentual cotado, observados os requisitos estabelecidos nesta Seção, bem como os percentuais máximos constantes da Tabela 4 – Módulo 4 – Encargos Previdenciários e Trabalhistas do Anexo II deste edital;

l) memorial de cálculo de Custos Indiretos, Tributos e Lucro (CITL), demonstrando a composição de cada percentual cotado, observadas as condições fixadas nesta Seção;

m) declaração de atendimento aos requisitos legais de qualificação de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso;

n) acordo(s), convenção(ões) ou dissídio(s) coletivo(s) de trabalho, ou equivalente(s), utilizado(s) para elaboração da proposta e que servirá(ão) de referência para futuras repactuações;

o) declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo de trabalho em que baseia sua proposta;

p) cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual o licitante se declara enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial;

7.7. Para a composição do valor mensal e valor global cotado, deverá ser observado o disposto nos Anexos I e II deste edital, bem como o regime tributário,



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

os custos relacionados com a remuneração e encargos sociais incidentes sobre a prestação dos serviços, os tributos e as demais despesas diretas e indiretas.

7.8. Todos os valores constantes da Planilha de Formação de Custo deverão ser calculados com duas casas decimais e sem arredondamentos, sendo desprezadas as demais casas, exceto com relação aos encargos previdenciários e trabalhistas (módulo 4 da planilha) e ao valor da hora de serviço, que serão calculados com duas casas decimais.

7.9. No caso de divergência entre o valor unitário e o valor total, prevalecerá o unitário. Se for entre o valor expresso em algarismos e o por extenso, prevalecerá o por extenso.

7.10. O valor global cotado corresponderá ao somatório dos componentes unitários referentes ao custo mensal e global, incluídos os custos com os montantes de mão de obra, insumos da mão de obra, quando houver, o fornecimento de materiais de consumo, e o CITL, como consta da Planilha de Formação de Custo - Anexo II, **multiplicados por 20 (vinte) meses**.

7.11. Somente serão aceitas propostas que adotarem valor igual ou superior aos indicados na Planilha de Formação de Custo – Anexo II para soma dos valores de **salário e auxílio-alimentação**.

7.12. Deverão constar na proposta a previsão do seguinte benefício: **auxílio-saúde**, conforme justificativa apresentada no Anexo I – Termo de Referência.

7.13. Não se admitirá que as propostas formuladas tenham impacto sobre os valores relativos a salário, de forma a alterar os valores indicados, conforme Planilha de Formação de Custo – Anexo II.

7.14. Não poderão ser majorados quaisquer valores/percentuais constantes da Planilha de Formação de Custo – Anexo II, exceto aquele (s) que decorram do (s) instrumento(s) coletivo(s) de trabalho a que se refere a alínea “n” do item 7.6.

7.15. Não poderão ser alterados os percentuais relativos à Previdência Social, ao Salário-Educação, ao FGTS, ao 13º Salário, às Férias e ao Abono de Férias, constantes da Planilha de Percentual dos Encargos Sociais.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

7.16. Para calcular o valor mensal do auxílio-alimentação deverá ser utilizado o quantitativo de dias úteis fixo, indicado no Módulo 2 – Benefícios diários e mensais, do Anexo II do Edital.

7.16.1. O quantitativo de dias úteis trata-se de mera estimativa, podendo variar durante os meses de execução contratual.

7.16.2. Conforme definido em Convenção Coletiva de Trabalho da categoria, o auxílio alimentação serão pagos por dia efetivamente trabalhados.

7.17. O efetivo valor unitário da hora de trabalho será calculado por ocasião da celebração da ata de registro de preços, considerando o total de horas apuradas para os **20 (vinte) meses de vigência contratual**, contadas a partir do início da vigência.

7.17.1. Para calcular o valor da hora de cada posto de trabalho, deverá ser considerada a jornada de trabalho mensal (200 horas ou 220 horas mensais) dividida pelo custo mensal do posto de trabalho.

7.18. Na elaboração do valor mensal e global da proposta de preços, deverá ser considerado, ainda, o regime tributário e econômico da empresa.

7.19. O percentual máximo aceitável para a remuneração dos encargos sociais será de **71,8382%**, dependente do percentual do RAT (1%, 2% ou 3%) e do Fator Acidentário de Prevenção (FAP), apurado pela Previdência Social, a ser aplicado sobre a remuneração.

7.20. As alíquotas do RAT previstas no item acima poderão ser reduzidas em até 50% ou majoradas em até 100%, em razão do desempenho da empresa em relação à sua respectiva atividade, mediante a aplicação do FAP.

7.21. O valor do aviso prévio de término de vigência do contrato corresponderá a 7 (sete) dias não trabalhados, o que será representado pelo percentual de 23,33% ($7/30 \times 100$), a ser aplicado sobre a remuneração do profissional alocado no posto de trabalho, observada a legislação trabalhista. Sobre esse valor incidirá o percentual do índice CITL.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

7.22. O percentual de encargos sociais não contempla o componente de custo relativo ao aviso prévio de término de vigência do contrato. O CNJ somente indenizará a contratada, por ocasião do último pagamento, caso não a comunique quanto à prorrogação do contrato no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias antes do seu término, mediante comprovação do desembolso **e desde que fique comprovado que o(s) empregado(s) a que se referir(em) o(s) pagamento(s) do aviso prévio de término de contrato não obteve(iveram) novo emprego.**

7.23. Para apuração da CITL, deverá ser observada a planilha abaixo:

REGIME		Lucro Real/Lucro Presumido	
LUCRO			10,000%
CUSTOS INDIRETOS			5,000%
TRIBUTO	ALÍQUOTA	PARTICIPAÇÃO	PERCENTUAL
PIS	1,65%	De acordo com o Sistema Público de Escrituração Digital - SPED.	1,650%, observado o disposto nos itens 3.30 e 3.31
COFINS	7,60%	De acordo com o Sistema Público de Escrituração Digital - SPED.	7,600%, observado o disposto nos itens 3.30 e 3.31
CPRB - Desonerado	0,00%	Alíquota de contribuição, conforme enquadramento da empresa - Lei 12.546/2011	0,000%
ISS	5,00%	100%	5,000%
TOTAL TRIBUTOS			14,250%
CITL MÁXIMO		34,690%	

7.23.1. O percentual máximo de **custos indiretos definido é 5% (cinco por cento) e o percentual máximo da margem de lucro terá o valor de 10% (dez por cento).**

A cotação de percentuais irrisórios ou iguais a zero deverá ser previamente justificada pelos licitantes, cabendo à Comissão Permanente de Contratações analisar a pertinência da justificativa.

7.23.2. Respeitado o resultado da soma dos limites máximos definidos, **os licitantes poderão cotar percentuais para os custos indiretos e margem de lucro fora dos patamares definidos no item acima, conforme Acórdão n. 408/2019 - TCU - Plenário.**



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

7.24. O percentual de CITL deverá considerar os limites máximos estabelecidos no Edital e apurados de acordo com a Planilha de Custos e Formação de Custo – Anexo II do edital, e com a seguinte fórmula:

$$\text{CITL} = \left\{ \frac{(1 + A) \times (1 + B)}{(1 - C)} \right\} - 1, \text{ em que:}$$

A = Custos Indiretos

B = Lucro Bruto

C = Tributos

7.25. Para as empresas tributadas pelo regime de incidência não cumulativa de PIS e de COFINS, observadas as faculdades estabelecidas na legislação, não será admitida, em nenhuma hipótese, a cotação do percentual integral das alíquotas relativas a PIS (1,65%) e COFINS (7,60%), tendo em vista que as Leis n. 10.637/2002 e n. 10.833/2003 permitem o desconto de créditos apurados com base em custos, despesas e encargos da pessoa jurídica pagos em etapas anteriores, fazendo com que o valor do tributo efetivamente recolhido, em relação ao faturamento, seja inferior à alíquota dessas contribuições.

7.26. As empresas tributadas pelo regime de incidência não cumulativa de PIS e COFINS devem cotar os percentuais que apresentem a média das alíquotas efetivamente recolhidas nos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, o que exige apresentação de planilhas demonstrativas de apuração dos percentuais médios de recolhimento do PIS e da COFINS.

7.26.1 Caso o licitante tenha recolhido tributos pelo regime de incidência não cumulativa em apenas alguns meses do período, deverá apresentar o cálculo do percentual médio de PIS e COFINS apenas dos meses em que houve recolhimento.

7.26.2. Caso o licitante não tenha recolhido tributos por tal regime no período prévio à data da proposta, deverá apresentar percentual médio de PIS e COFINS apurado com base em faturamento e crédito tributário estimados, devendo, ainda,



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

apresentar cópia do recibo de entrega de Escrituração Fiscal Digital – Contribuições e dos Registros Fiscais – Consolidação das Operações por Código da Situação Tributária referente aos 12 (doze) meses prévios à apresentação da proposta.

7.26.3. O cálculo dos percentuais médios de recolhimento de PIS e COFINS, efetivamente recolhidos nos últimos 12 (doze) meses prévios à apresentação da proposta, deverá ser demonstrado conforme as planilhas exemplificativas abaixo. Os dados de “faturamento mensal” e “crédito apurado/descontado” devem ser extraídos dos Registros Fiscais – Consolidação das Operações por Código da Situação Tributária e do recibo de entrega de Escrituração Fiscal Digital – Contribuições:

Exemplo de Apuração do Percentual Médio de Recolhimento de PIS

MÊS	FATURAMENTO MENSAL	CONTRIBUIÇÃO APURADA	CRÉDITO DESCONTADO	CONTRIBUIÇÃO DEVIDA	PERCENTUAL EFETIVO
	A	$B = A \times 1,65\%$	C	$D = B - C$	$E = D / A$
MÊS 1	1.200.000,00	19.800,00	2.750,00	17.050,00	1,42%
MÊS 2	1.300.000,00	21.450,00	2.800,00	18.650,00	1,43%
MÊS 3	1.350.000,00	22.275,00	2.700,00	19.575,00	1,45%
MÊS 4	1.180.000,00	19.470,00	2.850,00	16.620,00	1,41%
MÊS 5	1.450.000,00	23.925,00	4.000,00	19.925,00	1,37%
MÊS 6	1.400.000,00	23.100,00	3.300,00	19.800,00	1,41%
MÊS 7	1.250.000,00	20.625,00	3.700,00	16.925,00	1,35%
MÊS 8	1.330.000,00	21.945,00	3.560,00	18.385,00	1,38%
MÊS 9	1.340.000,00	22.110,00	3.230,00	18.880,00	1,41%
MÊS 10	1.270.000,00	20.955,00	2.650,00	18.305,00	1,44%
MÊS 11	1.380.000,00	22.770,00	2.850,00	19.920,00	1,44%
MÊS 12	1.270.000,00	20.955,00	2.770,00	18.185,00	1,43%
PERCENTUAL MÉDIO DO PERÍODO					1,41%

Exemplo de Apuração do Percentual Médio de Recolhimento de COFINS

MÊS	FATURAMENTO MENSAL	CONTRIBUIÇÃO APURADA	CRÉDITO DESCONTADO	CONTRIBUIÇÃO DEVIDA	PERCENTUAL EFETIVO
	A	$B = A \times 7,60\%$	C	$D = B - C$	$E = D / A$
MÊS 1	1.200.000,00	91.200,00	12.600,00	78.600,00	6,55%
MÊS 2	1.300.000,00	98.800,00	13.500,00	85.300,00	6,56%
MÊS 3	1.350.000,00	102.600,00	14.700,00	87.900,00	6,51%
MÊS 4	1.180.000,00	89.680,00	12.700,00	76.980,00	6,52%
MÊS 5	1.450.000,00	110.200,00	15.200,00	95.000,00	6,55%
MÊS 6	1.400.000,00	106.400,00	17.200,00	89.200,00	6,37%
MÊS 7	1.250.000,00	95.000,00	15.000,00	80.000,00	6,40%
MÊS 8	1.330.000,00	101.080,00	15.500,00	85.580,00	6,43%
MÊS 9	1.340.000,00	101.840,00	13.500,00	88.340,00	6,59%
MÊS 10	1.270.000,00	96.520,00	12.800,00	83.720,00	6,59%
MÊS 11	1.380.000,00	104.880,00	14.000,00	90.880,00	6,59%
MÊS 12	1.270.000,00	96.520,00	15.000,00	81.520,00	6,42%
PERCENTUAL MÉDIO DO PERÍODO					6,51%

7.27. Os percentuais cotados para PIS e COFINS são de inteira



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

responsabilidade do licitante e não será admitida repactuação ou reequilíbrio em função da cotação de percentuais equivocados.

7.28. Os componentes de custos apresentados em planilha serão referência para a análise de repactuação, não sendo admitida a inclusão de qualquer elemento de custo que não esteja nos componentes apresentados inicialmente.

7.29. Por ocasião da liquidação e pagamento dos serviços faturados pela contratada, o CNJ efetuará:

a) a retenção dos impostos, observando o disposto na Instrução Normativa n. 1.234/2012, da Secretaria da Receita Federal, e as competências atribuídas ao substituto tributário, nos termos da legislação tributária;

b) o provisionamento, forma de pagamento diferido dos encargos sociais trabalhistas incidentes sobre a remuneração mensal dos empregados alocados nos postos de trabalho, na forma prevista no Anexo II do edital.

7.30. O valor proposto será fixo e nele deverão estar incluídos todos os custos, incluídos tributos, fretes, tarifas, materiais de consumo previstos, e demais encargos necessários à prestação dos serviços objeto desta licitação. Ao elaborar sua proposta, o licitante deverá certificar-se e estar ciente de que o preço mensal proposto é integrado também pelo valor correspondente à taxa de administração, que contempla todas as despesas necessárias ao custeio de sua própria estrutura administrativa, tais como aquelas afetas à remuneração, encargos e benefícios sociais devidos ao preposto e a quaisquer outros empregados, material de expediente, funcionamento e manutenção da sede, seguros, entre outras.

7.31. Para garantir a integridade da documentação e da proposta, recomenda-se que contenham índice e folhas numeradas e timbradas com nome, logotipo ou logomarca do licitante.

7.32. Caso o licitante vencedor submeta proposta contemplando o regime da desoneração, este deverá declarar expressamente se exerce outras atividades além das previstas nos arts. 7º e 8º da Lei n. 12.546/2011, bem como indicar e comprovar o percentual de participação dessas atividades na composição da receita bruta total.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

7.33. Não se aplica o disposto nos itens 7.15, 7.23 e 7.24 às empresas optantes do regime de desoneração instituído pela Lei n. 12.546/2011, as quais poderão ajustar as propostas à luz das particularidades do regime de tributação a que se vinculam, **desde que haja compatibilidade entre os serviços licitados e os constantes do cadastro de atividades econômicas do proponente.**

7.34. Para garantir a integridade da documentação e da proposta, recomenda-se que contenham índice e folhas numeradas e timbradas com nome, logotipo ou logomarca do licitante.

7.35. A apresentação das propostas obriga ao cumprimento das disposições nelas contidas, de acordo com o disposto no TR. O proponente se compromete a executar o objeto licitado em tais termos, bem como a fornecer materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantias e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, substituindo-os quando requerido.

7.36. O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, poderá, em diligência, solicitar, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública.

7.37. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a) conter vícios insanáveis;
- b) desobedecer às especificações técnicas do TR;
- c) apresentar preços inexequíveis ou acima do máximo definido para a contratação;
- d) não tiver exequibilidade demonstrada, quando exigida pela Administração;
- e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.38. Será considerado indício de inexequibilidade da proposta valor inferior a 50% (cinquenta por cento) do orçado pela Administração para bens e serviços em geral. Nessa hipótese, só será considerada inexequível após diligência do pregoeiro que comprove que:



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

I - o custo do licitante supera o valor da proposta; e

II - inexistem custos de oportunidade aptos a justificar o vulto da oferta.

7.39. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta ou se necessários esclarecimentos adicionais, poderão ser efetuadas diligências para que a empresa comprove a exequibilidade.

7.40. Erros no preenchimento da planilha não constituem razão para desclassificar a proposta. O fornecedor poderá ajustar a planilha no prazo indicado pelo sistema, desde que não eleve o preço.

7.40.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.40.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional quando não cabível esse regime.

7.41. Em caso de não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

7.42. Caso exija-se amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la como disposto no TR, sob pena de rejeição da proposta.

7.43. Se a proposta classificada em primeiro lugar não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de proposta que atenda aos requisitos.

7.44. Será declarado vencedor o licitante que, atendidas as demais exigências fixadas neste edital, apresentar o **menor valor para o item, observado o valor global máximo constante na Planilha de Formação de custos - Anexo II deste edital.**



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

SEÇÃO VIII – DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos para habilitação, relativos a estabelecimento matriz e filiais que a critério da mesma pessoa jurídica licitante serão responsáveis pela execução do objeto, serão os seguintes:

Habilitação jurídica

- a) registro comercial, no caso de empresário individual;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição dos administradores e alterações ou da consolidação respectiva;

Regularidade fiscal e trabalhista

- c) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- d) comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou à sede do licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto deste edital;
- e) prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- f) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- g) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal que ateste cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida pela Justiça do Trabalho;

Qualificação econômico-financeira

- i) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

j) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

j.1) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

k) Patrimônio líquido no valor mínimo de R\$ 7.559.342,85 (sete milhões, quinhentos e cinquenta e nove mil, trezentos e quarenta e dois reais e oitenta e cinco centavos), correspondentes a 10% (dez por cento) do valor global estimado para a contratação;

l) Caso o balanço patrimonial apresente alguma irregularidade ou, embora regular, apresente índices de LG, SG e LC menores que 1 (um), poderá ser exigida declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos neste Edital;

m) Capital circulante líquido (CCL) ou capital de giro, apurado pela diferença entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação para o período de 12 (doze) meses, calculado com base nas demonstrações contábeis do exercício social anterior a esta licitação;

n) no caso de sociedades constituídas no exercício em curso e/ou com menos de 1 (um) ano de atividade, será admitida a substituição do documento previsto na alínea “b” por balanço de abertura;

o) Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, de que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta, excluídas as parcelas já executadas, não é superior ao patrimônio líquido do licitante, observados os seguintes requisitos:

o.1) A declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social.

o.2) A descrição dos contratos deverá indicar os números (caso existentes), objetos, valores, nomes e números de CNPJ dos contratantes;

o.3) se houver divergência superior a 10% (dez por cento), para cima ou para baixo, entre o valor total dos contratos e a receita bruta discriminada



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), o licitante deverá apresentar justificativas.

Qualificação técnica

p) Atestado(s) de Capacidade Técnica Operacional, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta licitação, demonstrando que o licitante:

p.1) tenha aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta licitação, demonstrando experiência acumulada equivalente a, no mínimo, três anos na execução de serviços de natureza semelhante, com comprovação de que a licitante gerencia ou gerenciou serviços terceirizados com pelo menos 59 profissionais simultâneos, admitindo-se a soma de contratos distintos de mesma natureza;

p.2) tenha experiência efetiva no desenvolvimento de aplicações baseadas nas práticas ágeis tais como: *scrum* ou *extreme programming*;

p.3) tenha experiência no uso das tecnologias que serão aplicadas no apoio a implantação do pje e de sua integração à plataforma digital do poder judiciário – pdpj: java, php, python, web services, rest, ejb, microservices, javascript, angularjs, nodejs, ecossistema docker, kubernetes, spring, jeee 6 ou superior, jse 8 ou superior, jsf versões 1.12 e 2.x, hibernate 3 ou superior;

p.4) tenha experiência em Bancos de dados mysql, oracle, postgres; servidor de aplicação jboss;

p.5) tenha experiência em desenvolvimento de aplicativos móveis, usando ionic, react native ou flutter;

p.6) tenha experiência em automação de processos e desenvolvimento de robôs para automação de rotinas, utilizando técnicas de robotic process automation – RPA;



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

p.7) tenha experiência em Integração de aplicações e orquestrações de processos sobre arquitetura orientada a serviços (SOA);

p.8) tenha experiência em gestão de projetos de desenvolvimento e automação de processos e serviços digitais;

p.9) tenha experiência em desenvolvimento de rotinas, sistemas ou aplicações de abrangência nacional com capilaridade semelhante ou superior à do CNJ;

p.10) Para fins de comprovação do quantitativo, caso a empresa não tenha como apresentar atestado único com a quantidade total de postos de trabalho, será admitida a soma de atestados;

p.11) Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo dos serviços, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação;

p.12) O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado, cópia da ata de registro de preços que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local onde foi executado o objeto contratado, entre outros documentos.

p.13) Os documentos apresentados por um mesmo licitante para fins de qualificação técnica poderão estar referidos a todos os seus estabelecimentos;

p.14) Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou decorrido, no mínimo, um ano do início da execução, exceto se o contrato houver sido firmado para ser executado em prazo inferior, (Anexo VII-A, art. 10.6 Instrução Normativa n. 5/2017);

p.15) Será admitida a apresentação de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, não havendo obrigatoriedade de os 3 (três) anos serem ininterruptos;



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

p.16) Os atestados de capacidade técnico-operacional deverão referir-se a serviços prestados no âmbito da atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente, devidamente registrado na junta comercial competente e no cadastro de pessoas jurídicas da Receita Federal.

p.17) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;

p.18) De modo complementar, exigir-se-á a comprovação, por meio dos respectivos atestados, da capacidade técnica e experiência nos seguintes requisitos:

p.18.1) Desenvolvimento de aplicações para automação de processos que comprovem o resultado para o cliente, com a redução de tempo e custo nas transformações de serviços digitais;

p.18.2) Desenvolvimento dos produtos digitais para pelo menos 50.000 (cinquenta mil) usuários cadastrados no sistema e com uma média de pelo menos 5.000 (cinco mil) acessos/conexões simultâneas na plataforma.

8.2. Declarações extraídas do SICAF substituirão os documentos listados nas alíneas 'a', 'b', 'c', 'd', 'e', 'f', 'g', 'h' do item 8.1, para fins de habilitação do licitante cadastrado naquele sistema. Tais declarações serão válidas se:

a) as informações relativas àqueles documentos estiverem disponíveis para consulta na data da sessão de recebimento da proposta e da documentação; e

b) estiverem dentro dos respectivos prazos de validade.

8.3. Caso conste documento com prazo de validade vencido, o licitante deverá encaminhar comprovante idêntico, com o prazo atualizado, no mesmo decurso estipulado no item 7.4 sob pena de inabilitação.

8.4. Quando a certidão for emitida com prazo de validade indeterminado ou o prazo de validade da certidão não estiver nela expresso, aquela expedida nos 60 (sessenta) dias anteriores à data da sessão deste certame será considerada válida, exceto se norma (lei, resolução, instrução normativa, portaria etc.) fixar prazo de



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

validade inferior, hipótese na qual prevalecerá o prazo ali previsto. Os prazos aqui referidos serão contados a partir da data de emissão.

8.5. As MEs, EPPs e sociedades cooperativas (apenas as enquadradas no art. 34 da Lei n. 11.488/2007) deverão apresentar a documentação exigida para comprovação de regularidade fiscal mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.6. Havendo estrição na comprovação da regularidade fiscal das MEs e EPPs que atendam os requisitos do art. 4º da Lei n 14.133/2021 ou sociedades cooperativas (apenas as enquadradas no art. 34 da Lei n. 11.488/2007), será assegurado prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério do pregoeiro, a contar do momento em que se declarar o vencedor do certame, para regularizar a documentação, pagar ou parcelar o débito, e emitir eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.7. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item acima, implica decadência do direito à contratação, sem prejuízo às sanções legais.

8.8. No caso de empresas estrangeiras participantes da licitação que não funcionem no Brasil, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, conforme regulamento emitido pelo Executivo Federal.

8.9. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitido substituir ou apresentar novos documentos, salvo em sede de diligência para:

a) complementar informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

b) atualizar documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

c) certificar a veracidade das informações relativas aos contratos assumidos pelo licitante que possam impactar na capacidade econômico-financeira;



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

8.9.1. Não se consideram novos os documentos e informações que possam ser obtidos em consulta gratuita, aberta a qualquer interessado, a bases de dados de órgãos ou entes públicos, privados ou de caráter público, disponíveis na internet.

8.10. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância e a validade jurídica dos documentos, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.11. Se necessário suspender a sessão pública para realizar diligências, com vistas ao saneamento tratado no item acima, a sessão somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com antecedência mínima de **24 (vinte e quatro) horas**. A ocorrência será registrada em ata.

8.12. O pregoeiro ou autoridade superior poderão subsidiar-se em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no objeto desta licitação.

SEÇÃO IX – DOS RECURSOS

9.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, de forma imediata após o fim do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

9.2. A falta de manifestação imediata do licitante implicará decadência do direito de recurso e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

9.3. A recorrente deverá apresentar as razões do recurso no prazo de **3 (três) dias úteis** contados da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação, ficando os demais licitantes desde logo intimados a apresentar contrarrazões em igual prazo, contado da data de intimação pessoal ou de



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

divulgação da interposição do recurso, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

- 9.4. Recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 9.5. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.6. Os autos do processo seguirão com vista franqueada aos interessados.

SEÇÃO X – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

10.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade competente: o Diretor-Geral ou o Secretário de Administração, conforme o caso.

SEÇÃO XI – DAS OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA

- 11.1. A adjudicatária ficará obrigada a:
 - a) assinar o contrato no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da notificação, prorrogável uma vez, por igual período, a critério da Administração;
 - b) executar o objeto, observadas as condições estipuladas neste edital, em seus anexos, na proposta e no contrato;
 - c) apresentar, caso seja optante do Simples Nacional, no ato da assinatura da ata de registro de preços, declaração em conformidade com o Art. 6º da Instrução Normativa SRF n. 1.234/2012;
 - c.1) caso não seja apresentada a declaração prevista na alínea acima, serão retidos todos os tributos e contribuições no pagamento a ser efetuado;
 - d) apresentar, no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da solicitação do CNJ, os originais necessários à aceitação da proposta e à habilitação da empresa.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

e) prestar garantia conforme disposto neste edital.

11.2. Decorrido o prazo de validade das propostas, de **60 (sessenta) dias corridos**, sem convocação para assinatura da ata de registro de preços, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

11.3. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e a sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

11.4 O disposto no item anterior não será aplicado aos licitantes remanescentes convocadas na forma do inciso I, § 4º, art. 90 da Lei n. 14.133/2021.

SEÇÃO XII – DAS SANÇÕES

12.1. Sujeitam-se às penalidades previstas na Lei n. 12.846/2013 aqueles que cometerem atos lesivos à administração pública no tocante a licitações e contratos, assim definidos:

a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública,



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;

g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

12.2. Nos termos dos arts. 155, 156 e 162 da Lei n. 14.133/2021 e da Instrução Normativa CNJ n. 94/2023, após regular procedimento de apuração, a penalidade será aplicada conforme a dosimetria a seguir, sem prejuízo das multas previstas no TR e demais sanções legais, assegurada prévia e ampla defesa:

Ocorrência	Penalidade
a) Dar causa a inexecução parcial do contrato;	<i>Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.</i>
b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;	<i>Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.</i>
c) Dar causa à inexecução total do contrato;	<i>Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 1 (um) ano a 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.</i>
d) Deixar de entregar documentação exigida para o certame;	<i>Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 15 (quinze) dias a 6 (seis) meses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.</i>



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;	<i>Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 15 (quinze) dias a 1 (um) ano, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.</i>
f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;	<i>Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 3 (três) meses a 2 (dois) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.</i>
g) Ensejar o retardamento da execução do objeto ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;	<i>Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 3 (três) meses a 1 (um) ano e 6 (seis) meses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.</i>
h) Obter vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, em decorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria;	<i>Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 3 (três) meses a 1 (um) ano e 6 (seis) meses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.</i>
i) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa	<i>Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos.</i>



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

durante a licitação ou a execução do contrato;	
j) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;	<i>Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos.</i>
k) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;	<i>Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos.</i>
l) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;	<i>Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos.</i>
m) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846/2013.	<i>Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos.</i>

12.3. Nas condutas previstas nas letras “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g” e “h” do item 12.2, quando justificada a imposição de penalidade mais grave, será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

12.4. Quando a ação ou omissão ensejar a prática de mais de uma infração, será aplicada a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de 1/3 até metade, justificadamente, em decorrência da gravidade da conduta.

12.4.1. A penalidade resultante da aplicação do item anterior não poderá ser maior do que as penalidades consideradas cumulativamente.

12.5. Às condutas praticadas durante o procedimento licitatório cujo valor estimado da contratação supere R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) poderá ser



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

cumulativamente aplicada a penalidade de multa no percentual de 1% (um por cento) do valor estimado da licitação.

12.6. A multa, calculada na forma do Anexo I (Termo de Referência), não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei n. 14.133/2021.

12.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento devido pela Administração à contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente.

12.7.1 Se a garantia contratual exigida for prestada por seguradora, esta será notificada da abertura de processo de apuração de responsabilidade de que possa resultar na aplicação da penalidade de multa à contratada

12.8. O licitante ou contratado será notificado para apresentar defesa prévia no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar do recebimento da notificação. Da decisão que aplicar as sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso administrativo, no mesmo prazo, a contar da intimação do ato.

12.9. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração.

12.10. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, cumuladas ou não com multa, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de no mínimo 2 (dois) servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou a contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.10.1. Deferido pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 dias úteis contado da data da intimação.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

12.11. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

12.12. A prescrição da pretensão de aplicação das sanções ocorrerá em 5 (cinco) anos contados da ciência da infração pela Administração, e será interrompida e suspensa na forma da lei.

12.13. Excepcionalmente, desde que justificado pelo gestor do contrato no processo administrativo, o CNJ poderá, *ad cautelam*, efetuar a retenção do valor da multa presumida, em conformidade com o instrumento convocatório, TR ou contrato, e instaurar de imediato o procedimento administrativo para apurar responsabilidade por descumprimento, que deverá ter tramitação prioritária.

12.14. Todas as penalidades serão registradas no CEIS e no CNEP no prazo máximo de 15 dias úteis contado da data de aplicação.

12.15. Provido recurso ou reconsiderada decisão, os autos serão remetidos à Secretaria de Orçamento e Finanças para devolução à contratada dos valores eventualmente retidos.

12.16. Os instrumentos de requerimentos, de defesas prévias e de recursos eventualmente interpostos pelos licitantes, adjudicatários ou quaisquer interessados deverão ser instruídos com documentos aptos a provar as alegações neles contidas. Tais documentos probatórios deverão ser apresentados em versão original ou versão conferida com o original por servidores da Administração Pública, sob pena de, a critério exclusivo do CNJ, não serem avaliados. Caso o fornecimento de cópias de documentos seja requerido ao CNJ, as despesas correspondentes deverão ser ressarcidas previamente em Guia de Recolhimento da União (GRU).

SEÇÃO XIII – DO RECEBIMENTO

13.1 O objeto desta licitação será recebido observadas as condições e especificações estabelecidas nos Anexos I e III do edital.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

13.2 Constatadas outras inadequações, falhas ou incorreções na execução, fica a contratada obrigada a efetuar as correções necessárias, sem ônus para o CNJ.

13.3 O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade civil, nem a ético-profissional pela perfeita execução da ata de registro de preços, dentro dos limites legais.

13.4 Eventuais testes e demais provas para aferir a boa execução do objeto da ata de registro de preços exigidos por normas técnicas oficiais ocorrerão por conta da contratada.

SEÇÃO XIV – DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento, observadas as condições estabelecidas nos Anexos I e III do edital, observará a ordem cronológica das fontes de recursos, desde que cumpridos os requisitos a seguir:

a) apresentação de nota fiscal conforme a legislação vigente à época da emissão (nota fiscal eletrônica, se for o caso), acompanhada da prova de regularidade junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada; da prova de regularidade junto à Seguridade Social; do CRF; e da CNDT;

b) inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido a contratada;

c) apresentação, quando solicitado pela Administração, sob pena de multa, da comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, em especial quanto ao:

c.1) registro do ponto;



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

c.2) relação nominal de prestadores, referente ao mês da prestação dos serviços, na qual constem todos os empregados que atuaram no CNJ, mesmo que transitoriamente em substituição à mão de obra faltante, com discriminação do período de atuação;

c.3) recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário referente ao mês da execução dos serviços, identificando o nome e a matrícula do profissional;

c.4) recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;

c.5) documentação completa acerca da admissão de novos profissionais, incluindo cópia da carteira de trabalho;

c.6) recibo de pagamento de vale-alimentação e outros, na forma prevista em norma coletiva, com a respectiva data da disponibilização, quantidade, valor, mês de competência e, ainda, a assinatura do profissional atestando o recebimento;

c.7) recibo de entrega da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários (DCTFWeb) e a guia de recolhimento de INSS (DARF) e respectivo comprovante de recolhimento.

c.7.1) eventualmente, podem ser solicitados, pela equipe de gestão e fiscalização do Contrato, o extrato previdenciário de cada colaborador, disponível no Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS).

c.7.2) ao final do Contrato será obrigatória a entrega do extrato previdenciário de cada colaborador ou documento similar que comprove a quitação da obrigação sob pena de sanção.

c.8) guia do FGTS Digital (guia de recolhimento mensal e incidente sobre verbas rescisórias do FGTS, quando houver rescisão), respectivo



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

comprovante de pagamento da Guia e relatórios emitidos pelo sistema, específicos do Contrato, com a relação dos profissionais e tomador, referentes ao mês anterior da prestação dos serviços.

c.8.1) eventualmente, podem ser solicitados, pela equipe de gestão e fiscalização do Contrato, o extrato individualizado do FGTS de cada colaborador;

c.8.2) ao final do Contrato será obrigatória a entrega do extrato de FGTS de cada colaborador ou documento similar que comprove a quitação da obrigação sob pena de sanção.

c.9) resumo discriminado do faturamento, incluindo o quantitativo e o número de horas de funcionamento dos postos de trabalho, bem como especificação dos descontos realizados no salário, no auxílio-alimentação;

c.10) quadro demonstrativo de férias e licenças concedidas aos profissionais alocados na execução do contrato, indicando se houve ou não a ocupação do posto de trabalho, referente ao mês da prestação dos serviços;

c.11) planilha de cálculo do valor a ser deduzido na nota fiscal pela não ocupação dos postos de trabalho em caso de faltas, férias ou posto vago;

c.12) documentação completa acerca de rescisões de empregados ocorridas no mês faturado, incluindo memória de cálculo detalhada com a comprovação de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

c.13) durante a execução contratual poderão ser solicitados outros documentos eventualmente necessários para a adequada fiscalização do contrato.

14.2. A contratada não poderá apresentar nota fiscal com número raiz do CNPJ diverso do registrado no preâmbulo do contrato.

14.3. A nota fiscal apresentada em desacordo com o estabelecido no edital, no contrato ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida à contratada e, nesse caso, o prazo inicialmente fixado será interrompido e reiniciado a partir da respectiva regularização.

14.4. Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela contratada no Protocolo Eletrônico do CNJ ou por e-mail, quando acordado com o gestor ou previsto no TR.

14.5. O pagamento será realizado apenas após o recebimento definitivo do objeto pelo CNJ, desde que não verificadas falhas na execução dos serviços, e os prazos inicialmente fixados serão contados a partir do recebimento definitivo.

14.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento.

14.7. A não manutenção das condições de habilitação pela contratada não ensejará a retenção de pagamento quando houver o atesto da efetiva e regular prestação dos serviços, mas poderá dar ensejo à extinção contratual, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

14.8. Ao longo da execução do contrato, a inclusão de estabelecimento integrante da pessoa jurídica no conjunto daqueles responsáveis pela execução do objeto poderá ocorrer, desde que mediante apresentação de documentos, referidos a todo o período de vigência já transcorrida do ajuste, hábeis à prova de regularidade do estabelecimento a ser acrescido junto à Fazenda Estadual/Distrital e Municipal, bem como de prévia formalização do acréscimo em termo aditivo ao contrato.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

14.9. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação, sobretudo, quando for o caso, em relação às obrigações trabalhistas vencidas que sejam relativas ao contrato. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

14.10. Em caso de inadimplemento em licitações com dedicação exclusiva de mão de obra, o CNJ poderá efetuar diretamente o pagamento das verbas trabalhistas, que serão deduzidas do pagamento devido à contratada.

14.11. O documento fiscal deverá ser obrigatoriamente registrado no Portal do SIGEO-JT para efeito de atesto, liquidação e pagamento, sem prejuízo da entrega no Protocolo do CNJ, ou do envio por e-mail, conforme acordado com o gestor ou quando essa previsão estiver expressa no Termo de Referência da contratação.

SEÇÃO XV – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1. A despesa decorrente desta licitação correrá à conta de recursos do Orçamento Geral da União, Programa de Trabalho 02.032.0033.211Q.5664 - "Modernização do Poder Judiciário". Natureza da Despesa: 3.3.90.40.21.

SEÇÃO XVI – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

16.1. Em caso de atraso no pagamento para o qual não tenha concorrido a contratada, incidirá atualização monetária sobre o valor devido pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) entre a data final prevista para o pagamento e a data da efetiva realização.

SEÇÃO XVIII – DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1. Homologada a licitação, o CNJ convocará o licitante vencedor, durante a validade da sua proposta, para assinatura, por meio eletrônico, da Ata de Registro de Preços, que se dará em até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e no § 5º, art. 90, da Lei n. 14.133/2021.

18.2. Impreterivelmente dentro do prazo de **3 (três) dias úteis** contados da data da convocação que lhe seja feita pelo CNJ, o licitante vencedor deverá requerer cadastro no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do CNJ, mediante observância da Instrução Normativa CNJ n. 67/2015.

18.3 A assinatura da Ata de Registro de Preços, mediante o uso do SEI, está condicionada à verificação da regularidade fiscal e trabalhista do licitante vencedor.

18.4. É facultado à Administração, quando a adjudicatária não assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo e nas condições estabelecidos, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assiná-la, após comprovados os requisitos de habilitação, feita a negociação e aceita a proposta.

18.5. Por ocasião da assinatura da Ata de Registro de Preços, verificar-se-á, por meio do SICAF e de outros meios, se a adjudicatária mantém as condições de habilitação.

SEÇÃO XIX – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO

19.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, contados do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado, por igual período, com renovação das quantidades registradas, desde que comprovado preço mais vantajoso.

19.2. O prazo de vigência do contrato é de 20 (vinte meses) contados da assinatura, podendo ser prorrogável na forma da Lei n. 14.133/ 2021.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

SEÇÃO XIX – DA GARANTIA CONTRATUAL

19.1. A contratada deverá apresentar garantia de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato em uma modalidade a seguir:

a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil (BCB), e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

b) seguro-garantia;

c) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no país pelo BCB;

d) título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

19.2. O prazo para apresentação da garantia pela contratada nas modalidades caução ou fiança bancária será de **até 10 (dez) dias úteis** contados da publicação do extrato do contrato na Imprensa Oficial, prorrogáveis por igual período a critério da Administração.

19.3. O prazo para apresentação na modalidade seguro-garantia será de um mês contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato.

19.3.1. Homologada a licitação, o licitante terá prazo de 30 (trinta) dias corridos, prorrogável por igual período a critério da Administração, para enviar a comprovação do seguro-garantia e assinatura do contrato.

19.4. A garantia deverá ser prestada com validade de 3 (três) meses após o término da vigência contratual, sendo liberada ante a comprovação do pagamento de todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação e multas eventualmente aplicadas.

19.5. Caso o pagamento das verbas rescisórias não ocorra até o fim do segundo mês após o término da vigência contratual, e utilizado o saldo da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação –, a garantia será utilizada para



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

o pagamento das verbas trabalhistas, das contribuições previdenciárias e do FGTS diretamente pelo CNJ, conforme disposto no item 3.1, “j”, do Anexo VII-F da Instrução Normativa n. 5/2017 e alterações, editada pelo Ministério da Economia.

19.6. Quanto às obrigações resultantes das relações de trabalho e previdenciárias, a garantia deverá atender a todos os créditos decorrentes de ações ajuizadas pelos empregados vinculados à contratada e ao contrato, dentro do prazo prescricional de dois anos (arts. 11 da CLT e 7º, inciso XXIX, da Constituição Federal) contado da extinção dos respectivos contratos de trabalho.

19.7. Quando a garantia for apresentada em dinheiro, ela será atualizada monetariamente, conforme os critérios estabelecidos pela instituição bancária em que for realizado o depósito.

19.8. Quando a garantia for apresentada na modalidade seguro-garantia, a apólice deverá:

a) ser expedida exclusivamente por qualquer das entidades controladas e fiscalizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP);

b) conter o número com que a apólice ou o endosso tenha sido registrado na SUSEP;

c) não estar integrada por cláusula compromissória nem por previsão de instauração de juízo arbitral; e

d) não poderá estabelecer franquias, participações obrigatórias do segurado (CNJ) e/ou prazo de carência.

19.9. Quando a garantia for apresentada na modalidade fiança bancária, o instrumento deverá ser expedido exclusivamente por entidade controlada e fiscalizada pelo BCB.

19.10. Quando a garantia for apresentada na modalidade fiança bancária, a instituição financeira fiadora deverá ser domiciliada ou possuir agência no Distrito Federal e demonstrar possuir bens suficientes à garantia integral da fiança prestada, conforme art. 825 da Lei n. 10.406/2002. A carta de fiança deverá conter cláusula expressa de renúncia do fiador ao benefício de ordem previsto no art. 827 da Lei n.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

10.406/2002, conforme facultado pelo inciso I do art. 828 do mesmo diploma legal, e ser registrada no Registro de Títulos e Documentos, conforme previsto nos arts. 128, 129 e 130 da Lei n. 6.015/1973.

19.11. A garantia, em qualquer modalidade, assegurará o pagamento de:

a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto contratado e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

b) prejuízos causados ao contratante, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

c) multas moratórias e punitivas aplicadas pelo contratante à contratada;

d) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber.

19.12. Alterado o valor do contrato, fica a contratada obrigada a apresentar garantia complementar ou substituí-la, nos mesmos percentuais e modalidades constantes desta seção, em **até 10 (dez) dias úteis** contados da publicação do termo de aditamento na Imprensa Oficial ou da assinatura da apostila de repactuação.

19.13. Prorrogada a vigência do contrato, fica a contratada obrigada a renovar a garantia, no mesmo percentual e modalidades constantes desta seção, em **até 10 (dez) dias úteis** contados da publicação do termo aditivo na Imprensa Oficial.

19.14. A garantia apresentada em desacordo com os requisitos e coberturas previstas no contrato será devolvida à contratada, que disporá do prazo improrrogável de **10 (dez) dias úteis** para regularizar a pendência.

SEÇÃO XX – DA REPACTUAÇÃO

20.1. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

20.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

a) para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

b) para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

20.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

20.3.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

20.4. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços

20.5. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

20.6. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

20.7. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

20.8. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

20.9. A repactuação dos valores do salário, do auxílio-alimentação e dos benefícios de natureza trabalhista ou social indicados neste edital terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, aquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação) e não o instrumento paradigma.

20.9.1. Os índices aplicados para aumento do salário, do auxílio-alimentação e dos benefícios de natureza trabalhista ou social indicados neste edital serão aqueles constantes no instrumento coletivo ao qual está vinculado o Contratado, e esses índices serão aplicados sobre os valores do salário, do auxílio-alimentação e dos benefícios de natureza trabalhista ou social constantes na proposta apresentada pela empresa no momento da licitação.

20.10. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

20.11. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

20.12. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

20.13. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

20.20. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

20.15. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

20.16. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

20.17. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

20.18. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

20.19. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

20.20. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 60 (sessenta) dias, contado da data do fornecimento, pelo Contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

20.21. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.

20.22. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

20.23. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

20.24. O Contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

20.25. Caso o Contratado esteja sujeito ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

SEÇÃO XXI – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

21.1. O CNJ nomeará um gestor titular e um substituto para executar a fiscalização da ata de registro de preços. As ocorrências e deficiências serão registradas em relatório, cuja cópia será enviada à contratada, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

21.2. A contratada será responsável pelos danos causados diretamente ao CNJ ou a terceiros em razão da execução da ata de registro de preços, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

21.3. Durante a vigência da ata de registro de preços, é vedado à contratada contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

público que exerça função na licitação ou atue na fiscalização ou gestão da ata de registro de preços.

21.4. Somente a contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da ata de registro de preços.

21.5. A inadimplência da contratada em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá ao CNJ a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto da ata de registro de preços nem restringir a regularização e o uso das obras e das edificações, inclusive perante o registro de imóveis, ressalvada a hipótese prevista no item 21.6.

21.6. Exclusivamente nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o CNJ responderá solidariamente pelos encargos previdenciários e subsidiariamente pelos encargos trabalhistas se comprovada falha na fiscalização do cumprimento das obrigações da contratada.

21.7. Será de responsabilidade exclusiva da contratada o cometimento de erro ou fraude do enquadramento sindical e o eventual ônus financeiro decorrente, por repactuação ou por força de decisão judicial, em razão da necessidade de se proceder ao pagamento de diferenças salariais e de outras vantagens, ou ainda por intercorrências na execução dos serviços contratadas, resultante da adoção de instrumento coletivo de trabalho inadequado.

SEÇÃO XXIII – DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

23.1. No ato da homologação do certame, as licitantes cujas propostas não tenham sido recusadas serão convocadas, por e-mail, para manifestarem interesse em participar do cadastro de reserva. Aquelas interessadas deverão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

23.2. O cadastro de reserva envolverá somente itens com propostas adjudicadas, cabendo à autoridade competente informar data e hora para o



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

procedimento, com um mínimo de **24 (vinte e quatro) horas** para os trâmites necessários.

23.3. O e-mail informará a data e hora limites para que as licitantes exerçam seu direito de aderência ao cadastro. Caso as licitantes não se manifestem nesse período ocorrerá a preclusão do seu direito.

23.4. Se houver mais de um licitante interessado em reduzir seus preços, serão classificadas segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

23.5. A apresentação de novas propostas não prejudicará o resultado do certame em relação à licitante mais bem classificada.

SEÇÃO XXIV – DO ÓRGÃO GERENCIADOR

24.1. O Conselho Nacional de Justiça atuará como Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, ao qual são atribuídas as competências indicadas Capítulo II do Decreto n. 11.462/2023.

SEÇÃO XXV – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

25.1. A ata de registro de Preços não obriga o CNJ a firmar contratação, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto licitado, obedecida a legislação pertinente.

25.2. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

25.3. O CNJ monitorará os preços dos produtos de forma a manter atualizados os valores praticados no mercado, podendo rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência de sua variação.

25.4. O fornecedor será liberado do compromisso assumido, caso comprove, mediante requerimento fundamentado com apresentação de comprovantes, que não



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

pode cumprir as obrigações assumidas devido ao preço de mercado ter se tornado superior ao preço registrado.

25.5. Na hipótese de não aceitação da justificativa apresentada, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação, será aplicada a penalidade correspondente à inexecução total, caso não mantenha o compromisso assumido.

25.6. Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro – equação econômico-financeira.

25.7. Será considerado preço de mercado o que for igual ou inferior à média daqueles apurados pelo CNJ para o objeto pesquisado.

SEÇÃO XXVI – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

26.1. O registro de preços poderá ser cancelado de pleno direito, no todo ou em parte, nas situações previstas no Anexo III do edital.

26.2. Caso o fornecedor venha a sofrer processos de fusão, cisão ou incorporação, será admitida a continuação da ata, desde que sua execução não seja afetada e que o fornecedor mantenha o fiel cumprimento dos termos contratuais e as condições de habilitação.

SEÇÃO XXVII – DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO

27.1. Qualquer interessado, antes de decidir participar do pregão, deverá providenciar exaustivo estudo do inteiro teor do edital e apresentar, à CPC, as dúvidas e impugnações (inclusive as correlatas a eventuais irrazoabilidades, desproporcionalidades e/ou omissões) que entender existentes neste instrumento.

27.2. Ao participar desta licitação, o licitante declara-se ciente de que as condições editalícias, descrições de produtos, condições de fornecimento e outras fórmulas



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

destinam-se a garantir, nos termos da lei, transparência, objetividade, certeza jurídica e isonomia a todos os participantes bem como eficácia e celeridade ao processo seletivo do menor preço (ou maior desconto) e da melhor proposta.

27.3. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o edital por irregularidade na aplicação da lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido **até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame**, exclusivamente por meio do endereço eletrônico cpc@cnpjus.br.

27.4. A resposta a impugnação ou a pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

27.5 O pregoeiro poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

27.6. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas em sítio eletrônico oficial do órgão ou da entidade promotora da licitação e no sistema e vincularão os licitantes e o CNJ.

27.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

28.8. Acolhida a impugnação ao ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

SEÇÃO XXVIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

28.1. O edital estará à disposição dos interessados na Comissão Permanente de Contratação (CPC), localizada no Ed. Sede do CNJ, SAF Sul, Quadra 02, Lotes 05/06, , Bloco E, sala 003, CEP: 70.070-600, Brasília/DF, nos dias úteis, das 12h às 19h, e na internet para *download*, nos endereços eletrônicos: <https://www.gov.br/pncp/pt-br> e www.cnpjus.br/transparencia.

28.2. Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília/DF e serão assim registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

28.3. Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração de proposta ou apresentação de documentos relativos a esta licitação.

28.4. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico.

28.5. Informações, pedidos de esclarecimentos e respostas a impugnações referentes a esta licitação estarão disponíveis no endereço www.cnj.jus.br/transparencia.

28.6. Compete exclusivamente aos licitantes, aos adjudicatários e aos demais interessados manter atualizados, junto ao CNJ, os respectivos endereços, inclusive eletrônicos (e-mail). O CNJ reserva-se o direito de considerar válidas comunicações enviadas a licitantes, a adjudicatários e quaisquer outros interessados pelos endereços, inclusive eletrônicos, registrados nos autos ou no SICAF.

28.7. O pregoeiro poderá, no julgamento das propostas e da habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância e a validade jurídica dos documentos, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei n. 9.784/1999.

28.8. As disposições deste edital serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, resguardados o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

28.9. Integram este edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência;

ANEXO II – Estimativa de preços;

ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços;

ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato.

28.10. Aplicam-se à presente licitação, subsidiariamente, as Leis n. 13.726/2018 e n. 10.406/2002, bem como as demais normas pertinentes.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Brasília, 03 de julho de 2026.

Bruno César de Oliveira Lopes

Diretor-Geral

Portaria n. 329/2025



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

PREGÃO ELETRÔNICO N. 28/2026

ANEXO I DO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Definição do objeto

Registro de Preços para contratação de pessoa jurídica especializada para prestação, de forma contínua, de serviços de desenvolvimento, manutenção e sustentação de soluções de software, com adoção de práticas ágeis, mediante a disponibilização de postos de trabalho de tecnologia da informação, com dedicação exclusiva de mão de obra ao Conselho Nacional de Justiça, conforme especificações técnicas constantes deste Termo de Referência e demais disposições legais aplicáveis.

1.2. Descrição detalhada do objeto

Registro de preços para contratação de serviços técnicos especializados de natureza continuada de desenvolvimento, manutenção e sustentação de soluções de software, a serem prestados mediante disponibilização de postos de trabalho de tecnologia da informação, com dedicação exclusiva de mão de obra ao Conselho Nacional de Justiça, destinados à execução de atividades de projeto, construção, implantação, evolução, manutenção, sustentação e garantia da qualidade ao longo do ciclo de vida de software, com adoção de práticas ágeis aderentes ao processo de software estabelecido neste Termo de Referência.

Os serviços serão executados por até 119 (cento e dezenove) postos de trabalho, estruturados conforme perfis profissionais definidos neste Termo de Referência e seus anexos, em regime de trabalho presencial ou remoto, a critério da Administração, sendo a remuneração realizada na modalidade híbrida, por postos de trabalho, ajustada por resultados, mediante a aferição de níveis mínimos de serviço.

Tabela 1 – Itens do Objeto

Grupo	Item	Cod. Perfil	Desc. Perfil	Qtd.	CatServ	CBO
1	1	DESENV-02	Desenvolvedor de Software - Pleno	45	27260	2124-05
	2	DESENV-03	Desenvolvedor de Software - Sênior	39	27260	2124-05
	3	LDENV	Líder Técnico de Desenvolvimento	7	27260	2124-05
	4	ARQSOF-02	Arquiteto de Software Sênior	7	27260	2124-25
	5	SCRUM	SCRUM Master	7	27260	2104-05
	6	ATQ 03	Analista de Testes/Qualidade	14	27260	2124-30



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Motivação

Ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no âmbito da Comissão de Tecnologia da Informação e Inovação, de acordo com o art. 4º da Resolução nº 296/2019, dentre outros pontos, compete assegurar recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), que contribuam para a disponibilidade dos sistemas que compõem a plataforma do Poder Judiciário brasileiro.

Além disto, imputa-se ao CNJ, como Órgão Governante Superior, a responsabilidade por normatizar e fiscalizar o uso e a gestão de TI em seus respectivos segmentos da Administração Pública Superior (Voto do Acórdão 1.145/2011-TCU-Plenário). Ou seja, dentro da sua área de atuação, deve o CNJ adotar um conjunto de providências estruturantes, destinadas a fomentar a gestão e a governança de TI do Poder Judiciário.

Estas e as demais atribuições originárias do CNJ (controle e transparência administrativa e processual) estão calcadas em sistemas e softwares desenvolvidos por empresas terceirizadas, contratadas com o objetivo de propiciar ao CNJ as efetividades, benefícios e facilidades que o uso da TI enseja na execução de seus objetivos institucionais.

Os sistemas de informação são severamente impactados pela evolução natural das demandas de trabalho e representam um desafio para as organizações manterem padrões satisfatórios de qualidade e atendimento aos clientes e demais envolvidos em seu ecossistema institucional, como acionistas e funcionários. Assistimos, assim, ao fenômeno da transformação digital afetando o volume e a consistência das atividades e tarefas laborais numa velocidade inaudita.

Nesse sentido, tem-se que é incumbência da área de tecnologia, na figura do Departamento de Tecnologia da Informação - DTI, o apoio prestado às áreas de negócio, atuando na manutenção da infraestrutura própria do seu parque tecnológico e na sustentação e apoio operacional aos tribunais, em âmbito nacional.

Ao DTI cabe, interna e externamente, gerir e viabilizar a implementação das estratégias, políticas e projetos de TIC. Nesta toada, passa a ser de sua responsabilidade o provimento e a sustentação das soluções necessárias para o pleno atendimento das necessidades finalísticas do CNJ.

Diante deste contexto, é perceptível que os serviços de Tecnologia da Informação para o desenvolvimento e manutenção de software vêm, ao longo dos tempos, sofrendo aperfeiçoamentos e melhorias com a finalidade de atender, cada vez mais, às necessidades institucionais por sistemas que integrem as expectativas de negócio, sem perder de vista a segurança das informações que circulam no ambiente digital deste Conselho de Justiça.

A evolução do modelo de prestação destes serviços proporciona, atualmente e em diversas frentes de trabalho, o uso da concepção do modelo ÁGIL. As metodologias ágeis têm como base projetos de desenvolvimento que demandam uma equipe de tamanho reduzido, multidisciplinar, colaborativa, auto-organizada e imersa no trabalho de criar a



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

solução apropriada para um determinado problema. Para isso devem-se considerar diversos aspectos, entre os quais, merecem destaque: ambiente tecnológico; nível de qualidade pretendido; aderência às boas práticas; formação de times ágeis e consagrados no mercado; natureza e volume de demandas a serem atendidas por esta contratação e, principalmente, a capacidade técnica e operacional da equipe interna de gestão do DTI, que ficará responsável por solicitar, fiscalizar, acompanhar e atestar a execução de todos os serviços.

O CNJ utiliza metodologias ágeis em seus processos de desenvolvimento de software e tornou-se unânime a percepção, entre os membros da equipe interna do DTI, que o bom andamento dos projetos está intrinsecamente ligado ao fato de quando a equipe de desenvolvimento foi constituída por profissionais experientes, em sua maioria. Esse conceito é conhecido como “pirâmide invertida”, onde o número de profissionais de nível sênior deve ser maior que o número de profissionais nível pleno e que, por sua vez, também deve ser maior que o número de profissionais nível júnior alocados no contrato.

Diante da complexidade e criticidade do ambiente tecnológico do CNJ, torna-se necessário alinhar os modelos de contratação de serviços de desenvolvimento e sustentação de software às diretrizes mais atualizadas e eficientes da Administração Pública.

Nesse sentido, observa-se que a Portaria SGD/MGI nº 750, de 20 de março de 2023, e suas atualizações — Portarias SGD/MGI nº 6.679/2024 e nº 6.040/2025 — instituem um modelo normativo de referência para contratações de serviços de TIC no âmbito do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP).

Embora tais portarias tenham sido elaboradas com foco na Administração Pública Federal direta, que adota predominantemente modelos de execução sem dedicação exclusiva e com ênfase em teletrabalho e alocação flexível de profissionais, seus dispositivos contêm balizadores relevantes de governança, planejamento e gestão por resultados que podem ser aplicados subsidiariamente ao contexto do Poder Judiciário.

Assim, o CNJ adota de forma subsidiária as boas práticas de gestão contratual e de medição objetiva de resultados previstas nessas normas — como a definição de papéis de fiscalização técnica e administrativa, o uso de métricas de software (ex.: Pontos de Função, Sprints ou indicadores de produtividade) e a remuneração vinculada a resultados comprovados.

Dessa forma, o CNJ aproveita as boas práticas de governança e transparência constantes da Portaria 750 e suas alterações, sem afastar a necessidade de continuidade, rastreabilidade e estabilidade das equipes, essenciais à sustentação dos sistemas críticos sob sua responsabilidade.

Adicionalmente, a presente contratação se alinha aos princípios e diretrizes da **Resolução CNJ nº 468/2022**, que disciplina as contratações de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC) pelos órgãos submetidos ao controle administrativo e financeiro do CNJ. Tal resolução prevê que essas contratações devem ser precedidas de planejamento estratégico alinhado ao PDTIC, observar a economicidade e eficiência na



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

gestão contratual, e adotar práticas consagradas para garantir a entrega de soluções tecnológicas que respondam efetivamente às necessidades do Poder Judiciário

Contudo, o CNJ, assim como os mais diversos segmentos de prestação de serviços, sejam estes públicos ou privados, passaram por uma profunda mudança de paradigma em função do momento pandêmico instaurado nos últimos dois anos. Um novo ciclo e regime de prestação de serviços eclodiu: os serviços telepresenciais (remoto) ou híbridos. Estes regimes de prestação de serviço, num primeiro momento, tinham o objetivo de amenizar e retardar o avanço da COVID-19, todavia, vêm se tornando uma tendência que tem ganhado cada vez mais espaço nas organizações. Algo que impacta não só a rotina dos profissionais, mas também influencia nos resultados organizacionais. Segundo o IBGE, a modalidade já atingia 3,8 milhões de brasileiros em 2018. Com a pandemia de Covid-19, a adoção do trabalho remoto foi a maneira que muitas empresas encontraram para manter suas atividades. Assim, o número aumentou rapidamente, chegando a incluir 8,2 milhões de pessoas entre os meses de maio e novembro de 2020, de acordo com dados do Ipea.

Tal fato também refletiu na Justiça Brasileira, resultando na montagem e na integração de infraestruturas tecnológicas, desenvolvimento de sistemas e contratação de ferramentas de TIC. O movimento coordenado das escolas judiciárias atuando para ofertar diversos cursos de capacitação e preparação para o trabalho remoto, bem como a adequação dos padrões de governança e dos normativos ensejaram o estabelecimento de uma nova cultura laboral, cuja efetividade foi comprovada pelos altos índices de produtividade, conforme imagens abaixo:

Produtividade Semanal do Poder Judiciário Regime de teletrabalho em razão do COVID-19

Os dados do painel correspondem ao período das semanas de 01/06/2020 a 14/11/2021.

Estatísticas processuais referentes ao período de março de 2020 em diante podem ser obtidas pelos painéis interativos
Justiça em Números Digital | Módulo de Produtividade Mensal, regidos pelos anexos da Resolução CNJ n. 76/2009.

Semana de Referência	Segmento de Justiça
Total de Sentenças e Acórdãos	Total de Decisões
50.749.829	77.097.155
Total de Sentenças e Acórdãos	Total de Decisões



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça



Em resposta a tais transformações na produção e na forma de trabalho, o modelo atual de contratação para codificação de software reflete fortemente os novos patamares alçados pela Pandemia. Notadamente, há falta quantitativa e qualitativa de profissionais de TI, com destaque para os desenvolvedores de código, fato que naturalmente elevou as remunerações e as exigências para melhores condições de trabalho, com destaque para o trabalho remoto.

Como reflexo deste novo “status quo”, configura-se a extrema necessidade de ajustar a capacidade de criação, sustentação e evolução dos sistemas de informação, utilizando mão de obra externa ao Conselho, bem como de moldá-la aos padrões e regimes de trabalho, controle e desenvolvimento mais dinâmicos.

2.2. Alinhamento Estratégico

A contratação encontra consonância com a Estratégia Nacional de Segurança da Informação Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ), instituída por meio da Resolução CNJ nº 396/2021, que tem o objetivo de aprimorar o nível de maturidade em segurança cibernética nos órgãos do Poder Judiciário, abrangendo os aspectos fundamentais da segurança da informação para o aperfeiçoamento necessário à consecução desse propósito.

Os objetivos da ENSEC-PJ são a base para tornar o espaço cibernético mais confiável, resistente, inclusivo e seguro e visam direcionar as ações dos órgãos do Poder Judiciário na área de segurança cibernética. Portanto, esta demanda deverá respeitar e observar os enunciados da Resolução CNJ nº 396/2021.

No que tange ao Planejamento Estratégico do CNJ, Portaria CNJ nº 104/2020, vislumbra-se o alinhamento aos objetivos estratégicos traçados no seu art. 3, e seguintes incisos:

“...

IV – Promover a disseminação das informações, de forma padronizada e sistêmica;



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

...

IX – Fomentar e incrementar a produção de soluções tecnológicas, com foco em inovação e transformação digital;

X – Aprimorar a governança e a gestão da tecnologia e comunicação sob a ótica de soluções colaborativas.”

No que concerne ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC), para os anos de 2025, tem-se a Portaria Secretaria-Geral 1 de 2025 (SEI 2080248), que tem o objetivo de detalhar e acompanhar as principais ações e o alcance das metas previstas para os indicadores de TIC do CNJ. Esta contratação atinge os ID 1, 2, 3 e 4 do Plano de Ações.

A solução indicada está alinhada às necessidades de negócio, uma vez que permite a implementação dos controles estabelecidos na Portaria Nº 339 de 07/10/2024 e alterações, que dispõe sobre o uso dos recursos de tecnologia da informação e comunicação do Conselho Nacional de Justiça.

Esta contratação também será orientada, no que couber, pelas orientações e disposições contidas na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018.

A contratação encontra consonância com a Estratégia Nacional de Segurança da Informação Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ) instituída por meio da Resolução CNJ nº 396/2021, que tem o objetivo de aprimorar o nível de maturidade em segurança cibernética nos órgãos do Poder Judiciário, abrangendo os aspectos fundamentais da segurança da informação para o aperfeiçoamento necessário à consecução desse propósito.

Os objetivos da ENSEC-PJ são a base para tornar o espaço cibernético mais confiável, resistente, inclusivo e seguro e visam direcionar as ações dos órgãos do Poder Judiciário na área de segurança cibernética. Portanto, esta demanda deverá respeitar e observar os enunciados da Resolução CNJ nº 396/2021.

2.3. Objetivos

O Objetivo principal da contratação é proporcionar ao Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação e, em consequência ao Conselho Nacional de Justiça, mão de obra especializada para desenvolvimento de novos sistemas, manutenção e sustentação do conjunto de sistemas já em produção. É esperado também atingirem-se os seguintes objetivos com a contratação projetada:

- Adequar a execução contratual do Objeto em tela aos novos paradigmas da utilização dos recursos de TIC em geral e do desenvolvimento de software em particular, face aos efeitos decorrentes do período pandêmico, especialmente no segmento de codificação e sustentação de sistemas, nos aplicativos e outros;



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

- Imprimir maior economicidade e produtividade ao revisar a forma de trabalho em sua organização operacional e na respectiva adoção dos níveis de serviços adequados aos resultados esperados;
- Garantir o funcionamento, a disponibilidade, a estabilidade e o desempenho dos sistemas de informação do CNJ;
- Incrementar a capacidade de entrega e sustentação de sistemas corporativos e, desta forma, atender tempestivamente às demandas por soluções de TI;
- Adotar condições gerenciais para dar vazão à entrega dos produtos de software dentro dos prazos e padrões estabelecidos;
- Reduzir riscos associados aos projetos de inovação e ações de sustentação do parque de TIC do CNJ;
- Integração da produção de software com as metodologias e ferramentas ágeis já em utilização no DTI e nas áreas de negócio;

2.4. Referência aos Estudos Preliminares

Este Termo de Referência foi elaborado considerando o Documento de Oficialização da Demanda (DOD), encaminhado pelo Departamento de Tecnologia da Informação (DTI) e os Estudos Preliminares constantes do Processo SEI nº 08126/2023.

2.5. Plano Contratações Anual – PCA

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual – PCA 2025, Processo SEI 12279/2024, no item 96 da Planilha PCA_DTI_2025_v06_21.03.2025 (2137099).

2.6. Análise de Mercado de TIC

Considerando as necessidades e requisitos da demanda descritos, no item 1.4.1 dos Estudos Preliminares visualizou-se, no mercado de TIC, 03 (três) alternativas de solução:

- Solução 1: Realização de Convênio com Órgãos Técnicos como PNUD e Institutos vinculados a Universidades Públicas;
- Solução 2: Contratação de serviços técnicos especializados no desenvolvimento de software; e
- Solução 3: Incremento do Quadro de Servidores Especializados em Desenvolvimento de Software.

Conforme item 1.6.1 dos Estudos Preliminares, constatou-se que a Solução 2 apresenta mais elementos que justifiquem a sua escolha como solução mais vantajosa para a administração.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Ao longo dos estudos e pesquisas realizados durante a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP), observou-se a publicação da Portaria SGD/MGI nº 6.679, de 17 de setembro de 2024, que, em seu Anexo A, atualizou o Mapa de Pesquisa Salarial de Referência para Serviços de Desenvolvimento e Sustentação de Software. Esse documento passou a servir como base oficial para definição de salários médios de referência para os diversos perfis profissionais da área de TI.

Considerando os parâmetros definidos na referida Portaria, o valor do salário médio da Solução 2 foi calculado com base na média dos salários dos perfis de Desenvolvedor de Software Pleno e Desenvolvedor de Software Sênior, constantes no referido Mapa. Dessa forma, os valores e critérios adotados neste Termo de Referência, para os serviços descritos no item 1.2 – Descrição detalhada do Objeto, seguem estritamente os balizadores e referências salariais estabelecidos pela Portaria SGD/MGI nº 6.679/2024, garantindo, assim, maior rigor técnico, alinhamento normativo e conformidade com as boas práticas de contratação pública.

2.7. Benefícios e Resultados

Diante das demandas atuais e projetadas, verifica-se a superação das restrições quantitativa, qualitativa e tempestiva para geração de produtos de software nos padrões necessários à manutenção da evolução do Catálogo de Sistemas do CNJ, hoje com mais de 130 aplicações que abrangem áreas setoriais, departamentais, corporativas e nacionais. Muitos destes produtos possuem vínculos diretos e indiretos com os projetos institucionais que necessitam de esforço adicional para sua viabilização, conforme apresentado no item 1.6.6 - Relação entre a Demanda Prevista e a quantidade de bens/serviços Contratados.

Verifica-se que, com a adoção da abordagem metodológica e de métricas multidimensionais (esforço-qualidade-resultado), viabiliza-se o atendimento efetivo da forma de trabalho adotada nos projetos institucionais que envolvem a produção de software e de soluções de TIC, caracterizadas por escopos de menor monta, entregas funcionais a curto prazo.

Esse modelo de prestação de serviços possui a capacidade de melhor adaptação ao cenário produtivo do CNJ, uma vez que permite que as trocas de informação sejam dinâmicas e utilizem com muita eficiência os canais digitais de comunicação disponíveis (omnichannel): telefone, chat, e-mail, celulares e mídias sociais, dentre outros.

Ressalta-se, ainda, o comportamento da demanda - principalmente no que tange à sua imprevisibilidade e o tempo de reposta, refletindo severamente no modelo de produção de código e impactando os modelos de contratação em geral e de construção de software em específico, uma vez que estes mostram-se mais adequados a este cenário.

No intuito de evitar a discrepância na capacidade de mensuração efetiva dos resultados, buscou-se uma nova leitura volumétrica, por meio da qual se diz que o crescimento da demanda é explicado não apenas pela adição de novos sistemas ao portfólio organizacional, devendo-se considerar, também, a sua expansão interna, que se traduz pela



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

oferta e consumo de API's, pelo lançamento de novos módulos, pela implantação em outros órgãos, entre outras.

Com isso, fora identificada maior vantagem e economicidade na contratação dos serviços/projetos de desenvolvimento e na manutenção de software ágil, considerada a sua capacidade de atender às áreas de negócio, por meio da entrega contínua de softwares funcionais e de qualidade com o maior valor agregado possível. Cumpre evidenciar outros benefícios que a presente solução enseja, a saber:

- Incrementar a capacidade de entrega e sustentação de sistemas corporativos, atendendo tempestivamente às demandas por soluções de TI, auxiliando na intensificação de seu uso como instrumento de inovação, de transformação dos processos produtivos e de incremento da produtividade; e colaborando com a transparência governamental e a prestação de serviços digitais;
- Aumentar a capacidade de acompanhamento, controle e gestão dos técnicos do DTI nos projetos de desenvolvimento de software, sob a coordenação conjunta das áreas de negócio e a CONTRATADA;
- Reduzir os riscos associados aos projetos de inovação e ações de sustentação do parque de TIC do CNJ;
- Incrementar a segurança e qualidade das decisões, por meio do acesso às informações qualificadas e mediante a formação e desenvolvimento profissional das equipes do DTI;
- Conseguir entregar produtos de software dentro dos prazos e padrões estabelecidos;
- Incrementar a capacidade de planejamento e execução das atividades em cada setor e em cada área de negócio;
- Integrar a produção de software com as metodologias e ferramentas ágeis já em utilização no DTI e nas áreas de negócio, possibilitando a implantação de metodologias como PMO, COBIT e ITIL;
- Auxiliar no planejamento estratégico de TI, conferindo maior efetividade no acompanhamento e alinhamento entre os produtos entregues e os Objetivos Estratégicos.

2.8. Relação entre a Demanda Prevista e a Contratada

A contratação atual da Fábrica de Software do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) foi formalizada por meio do Contrato nº 13/2021, firmado com a empresa Basis Tecnologia da Informação S.A., a partir do Pregão Eletrônico nº 01/2021. Esse contrato tem como objetivo a prestação de serviços para desenvolvimento e manutenção de software, com adoção de metodologias ágeis, buscando maior eficiência e agilidade na entrega de soluções tecnológicas para o órgão.

Inicialmente, o contrato teve vigência de 20 meses, iniciando-se em 02 de agosto de 2021, com valor total de R\$ 11.354.653,80. No entanto, ao longo de sua execução, foram firmados termos aditivos para prorrogar a vigência e ajustar o valor total da contratação, de modo a garantir a continuidade dos serviços e atender às necessidades estratégicas do CNJ.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

O Termo Aditivo nº 01 estendeu a vigência para o período de 02 de abril de 2023 a 1º de dezembro de 2024, elevando o valor do contrato para R\$ 13.631.202,00. Posteriormente, o Termo Aditivo nº 02 prorrogou novamente o contrato até 02 de agosto de 2026, estabelecendo o montante atualizado de R\$ 14.203.875,40.

O contrato prevê a alocação de 38 profissionais, distribuídos entre desenvolvedores Java e PHP, todos de nível Sênior, sendo: 21 profissionais Java Sênior I, 4 profissionais Java Sênior II, 2 profissionais Java Sênior III, 6 profissionais PHP Sênior I, 3 profissionais PHP Sênior II e 2 profissionais PHP Sênior III. Esses profissionais atuam exclusivamente nas demandas do CNJ, seguindo abordagens ágeis como Scrum, Extreme Programming (XP) e Kanban, garantindo maior flexibilidade na adaptação dos requisitos e aprimoramento contínuo das soluções desenvolvidas.

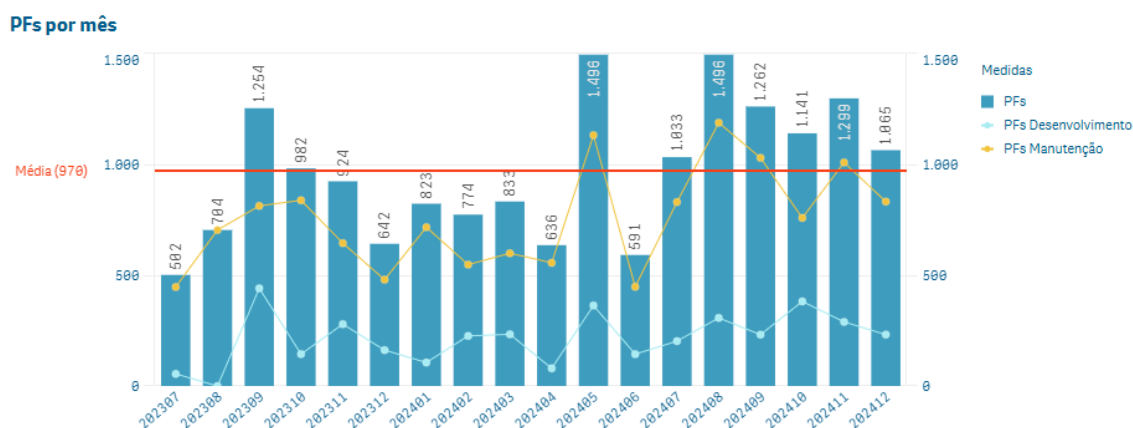
A execução do contrato é acompanhada por gestores e fiscais designados pelo CNJ, que realizam o controle de desempenho e monitoram o cumprimento das Ordens de Serviço (OS) emitidas para os projetos contratados. Esse modelo permite que a demanda por desenvolvimento e manutenção de software seja atendida de forma eficiente, garantindo que os serviços contratados estejam alinhados às necessidades institucionais do CNJ e possibilitando ajustes ao longo da execução do contrato para otimizar os recursos disponíveis.

Capacidade produtiva média/sprint

Conforme demonstra-se no Gráfico da Figura 1, no período entre julho de 2023 e dezembro de 2024, foram produzidos 17.456 pontos de funções (pf) pelos profissionais do contrato 13/2021. Dentro da metodologia ágil adotada, para cada mês temos a ocorrência de dois Sprints. Assim, pode-se concluir que a capacidade produtiva é cerca de 475 pontos de função por Sprints, do efetivo hoje contratado.

Os Pontos de Função mostrados na Figura 1 foram produzidos por 7 (sete) times Scrum que em média tem 5 profissionais. Para essa capacidade produtiva contabilizada, temos em média que times Scrum com 5 desenvolvedores tem uma produtividade de cerca de 68 PF/Sprint.

Figura 1 – Produtividade em PF



Relação entre PF de desenvolvimento e PF de manutenção



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

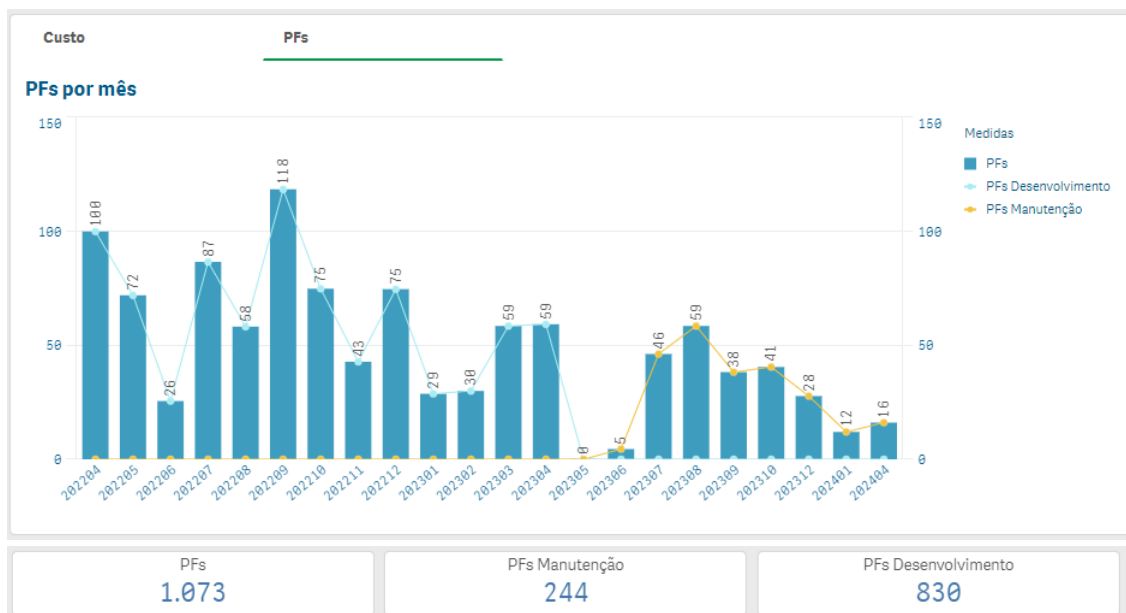


Figura 2 - Relação PF Desenvolvimento x Manutenção do Siald

Levando-se em consideração os dados levantados no processo de desenvolvimento do sistema SIALD - Sistema de Ateste e Liquidação da Despesa, após a passagem do ciclo de desenvolvimento para manutenção, o sistema demandou em média cerca de 36 pontos de função por mês, formando 18 PF por Sprint.

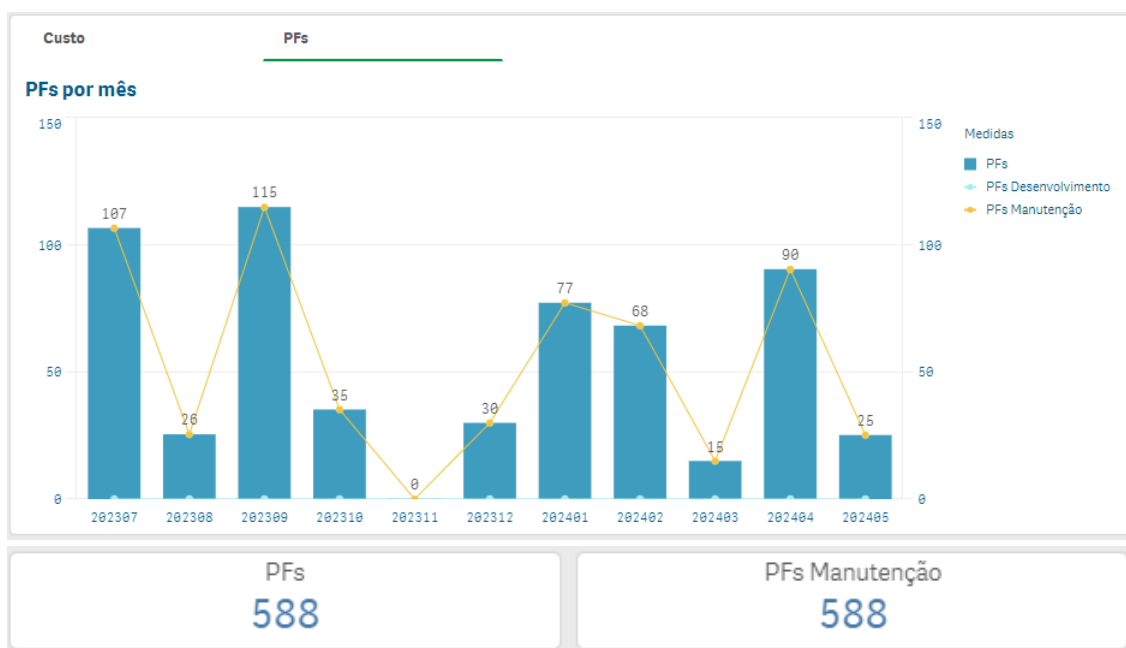


Figura 3 - Pontos de Função de Manutenção do BNMP II



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Outros sistemas que são mais maduros em produção mantêm uma relação próxima entre tamanho funcional original e a quantidade PFs de manutenção por sprint. O sistema BNMP II tem uma produção média de 26 PF/Sprint.

Estimamos que a demanda de manutenção para sistemas recentemente implantados é cerca de 24 PF/sprint para cada de sistemas desenvolvidos com cerca de 1000 PF.

Quantidade de Postos Contrato Atual

O Contrato atual tem 38 postos contratados na seguinte configuração:

Tabela 2 – Itens do Objeto do Contrato 13/2021

Item	Perfil do posto de serviço	Qtd. máx.
1.1	Analista Programador Java nível Sênior I CBO 2124–05	21
1.2	Analista Programador Java nível Sênior II CBO 2124–05	4
1.3	Analista Programador Java nível Sênior III CBO 2124–05	2
1	SUBTOTAL	27
2.1	Analista Programador PHP nível Sênior I CBO 2124–05	6
2.2	Analista Programador PHP nível Sênior II CBO 2124–05	3
2.3	Analista Programador PHP nível Sênior III CBO 2124–05	2
2	SUBTOTAL	11
TOTAL		38

A contratação prevê a 27 postos de Analistas Programadores Java e outros 11 programadores PHP.

Quantidade de Perfis Profissionais para Manter Sistemas do PDPJ

A contratação em questão tem a preocupação em montar um efetivo que permita receber os sistemas que se encontram em desenvolvimento no escopo do PDPJ, junto ao Programa Justiça 4.0, que não foram desenvolvidos fora do escopo das unidades do DTI. A planilha a seguir demonstra a memória de cálculo da estimativa de quantidade de Pontos de Função que serão acrescidos em média por sprint na realização da manutenção dos sistemas do programa Justiça 4.0.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Tabela 3 – Sistemas em Processo de Desenvolvimento - PNUD

Sistema	TED	NS	TFEPS	TFE	ESPF
Data Lake	6	24	68	1632	39
Delegação de Perfil	6	16	68	1088	26
Domicílio Judicial Eletrônico	10	24	113	2712	65
Gabinete do Juízo	6	14	68	952	23
JusPrec - Sistema Nacional de Gestão de Precatórios e RPVs	10	10	113	1130	27
Portal de Serviços	6	24	68	1632	39
Justiça 4.0 Previdenciário	6	24	68	1632	39
SAREF - Sistema de Apresentação Remota por Reconhecimento Facial	6	16	68	1088	26
Serviços Estruturantes	10	24	113	2712	65
Sinapses - Melhorias Evolutivas e Corretivas	6	24	68	1632	39
CODEX - Melhorias Evolutivas e Corretivas	6	24	68	1632	39
Novo SNA	7	24	79	1896	46
SNGB - Sistema Nacional de Gestão de Bens	6	10	68	680	16
SNIPER	6	24	68	1632	39
					528

Onde,

- TED = Tamanho da Equipe de Desenvolvimento do Sistema;
- NS = Número de *Sprints* decorridos durante o processo de desenvolvimento;
- TFEPS = Tamanho Funcional Estimado Por *Sprint*;
- TFE = Tamanho Funcional Estimado Total;
- ESPF = Estimativa média de quantidade de Ponto de Função por *Sprint*.

O valor de ESPF é calculado com base na estimativa feita na qual a demanda de manutenção para sistemas implantados é cerca de 26 PF/sprint para cada de sistemas desenvolvidos com cerca de 1000 PF.

O cálculo de ESPF se dá pela seguinte fórmula:

$$ESPF = \frac{26 \times TFE}{1000}$$



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Enquanto o Cálculo do TFE é estimado a partir da média da capacidade produtiva por sprint vezes o tamanho do time que desenvolveu o sistema.

O cálculo de TFE se dá pela seguinte fórmula:

$$TFE = NS \times \frac{(68 \times TED)}{6}$$

O total de Pontos de Função Acrescidos (TPFA) após o recebimento dos sistemas desenvolvidos pelos times do PNUD no Justiça 4.0 é de 528 Pf por Sprint.

Conforme dados extraídos do histórico de produtividade do CNJ, temos que, em média, times Scrum com 6 desenvolvedores tem uma produtividade de cerca de 68 PF por Sprint.

Para o cálculo do Número de Profissionais Necessários (NPN) para acrescer o efetivo do contrato atual é calculado pela seguinte fórmula:

$$NPN = \frac{TPFA \times 6}{68}$$

Conclui-se que o tamanho efetivo de que deve ser acrescido ao número de profissionais atualmente alocados na contratação é de 46 perfis profissionais de desenvolvedores. Assim, a quantidade de desenvolvedores a ser contratada, para atender as necessidades atuais e futuras do CNJ é de 84 perfis profissionais de desenvolvedores.

Distribuição dos Perfis Profissionais por Time Scrum

A necessidade de contratação de 84 programadores (45 Desenvolvedores Pleno e 39 Desenvolvedores Sênior) está alinhada com a demanda por desenvolvimento e manutenção de software sob metodologia ágil. No entanto, para garantir a eficiência da execução dos projetos, faz-se necessário estruturar adequadamente os times Scrum, conforme as boas práticas definidas na Portaria SGD/MGI nº 750 e nos frameworks ágeis adotados no mercado.

Para a composição dos times Scrum e o suporte adequado às atividades de desenvolvimento, além dos desenvolvedores, são necessários os perfis adicionais da tabela a seguir:

Tabela 4 – Perfis Scrum da Contratação

Cod. Perfil	Desc. Perfil	Quantidade	CBO
DESENV-02	Desenvolvedor de Software - Pleno	45	2124-05
DESENV-03	Desenvolvedor de Software - Sênior	39	2124-05
LDENV	Líder Técnico de Desenvolvimento	7	2124-05



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

ARQSOF-02	Arquiteto de Sw Sênior	7	2124-25
SCRUM	SCRUM Master	7	<u>2104-05</u>
ATQ 03	Analista de Testes/Qualidade	14	2124-30

O Quantitativo de cada perfil é formado considerando-se boas práticas do Scrum e a necessidade de alocação eficiente de recursos. Foi adotado um modelo de times multidisciplinares para garantir a agilidade e qualidade nas entregas, maximizando a capacidade produtiva dos profissionais especializados.

Um time Scrum considerado como padrão é composto por:

- Até 6 desenvolvedores (Desenvolvedores Pleno e Sênior)
- 1 Líder Técnico
- 1 Arquiteto de Software
- 1 Scrum Master
- Analistas de Testes/Qualidade (Testers)

A formação do time pode variar conforme as exigências do projeto que será tratado.

A necessidade inicial de 84 desenvolvedores (45 Pleno + 39 Sênior) determina a quantidade de times necessários. Como cada time padrão pode ter até 6 desenvolvedores, a quantidade máxima de times é de 14.

Conforme as diretrizes estabelecidas, **Líderes Técnicos, Arquitetos de Software, Scrum Masters e Analistas de Testes podem atuar em dois projetos simultaneamente**. Assim, a alocação desses profissionais é otimizada para garantir cobertura adequada para até os **14 times Scrum, mas com um número reduzido de profissionais** devido à possibilidade de acumular dois projetos.

Considerando que Líderes Técnicos, Arquitetos de Software, Scrum Masters e Analistas de Testes podem atuar em dois projetos simultaneamente, a alocação desses profissionais foi otimizada para atender os 14 times Scrum com um número reduzido de profissionais.

Cada Líder Técnico pode gerenciar até dois times simultaneamente, o que exige a alocação de 7 profissionais para cobrir os 14 times. O mesmo critério se aplica aos Arquitetos de Software, que também podem atender dois times, resultando na necessidade de 7 profissionais. Da mesma forma, os Scrum Masters, responsáveis por facilitar os processos ágeis e remover impedimentos, atenderão dois times cada, demandando a alocação de 7 profissionais.

Já os Analistas de Testes/Qualidade não podem acumular projetos e, por isso, cada time precisa contar com dois profissionais dedicados exclusivamente a ele. Dessa forma, para os 14 times, serão necessários 14 (quatorze) Analistas de Testes.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Essa distribuição garante equilíbrio entre qualidade, produtividade e eficiência na alocação de recursos, permitindo que os times operem de forma eficaz dentro da metodologia ágil.

2.9. Impacto social, ambiental e cultural

Por se tratar de geração de produtos de software e a partir dos recursos do próprio CNJ, incorre-se na impessoalidade e na aderência aos níveis pré-existentes no próprio Conselho. Entretanto, a CONTRATADA deverá tomar conhecimento do PLS, das Orientações do Controle Interno e demais procedimentos da Casa, ainda que não aplicados à natureza dos serviços ou ainda que inexistam produtos e atividades que se enquadrem nas condições exigidas nos critérios de Sustentabilidade Ambiental, Social e Econômica.

Em atenção ao ANEXO II - TERMO DE RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO COM O CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES E COMPRADORES, que trata das obrigações socioambientais das contratadas, a vencedora deverá acusar ciência de seu teor e do respectivo repasse das informações a seus colaboradores, antes de iniciar a execução contratual.

2.10. Conformidade Técnica e Legal

Os procedimentos de segurança da informação e o processamento da informação devem estar em conformidade com as políticas e normas de segurança adotadas pelo CNJ - Portaria nº 47, de 29/11/2017 e alteração, Portaria nº 87, de 20/09/2021.

Dever-se-á, ainda, ser mantida a conformidade com o Processo de Desenvolvimento de Software (ANEXO V - PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO/SUSTENTAÇÃO DE SISTEMAS -PDS), utilizado no Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTI) deste Conselho.

Deverá, também, ser mantida a conformidade com o Modelo Nacional de Interoperabilidade - MNI, bem como observar-se-á a conformidade com a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP- Brasil, uma vez se tratar de desenvolvimento de software e devendo a CONTRATADA declarar a ciência e capacidade de atendimento aos requisitos do Modelo e da ICP-Br.

2.11. Da Garantia da Contratação

Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor anual, conforme regras previstas na legislação.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

3. DA LICITAÇÃO

3.1. Da Pretensão da Contratação

A presente contratação tem por pretensão o registro de preços para a prestação de serviços técnicos especializados de natureza continuada de desenvolvimento, manutenção e sustentação de soluções de software, com adoção de práticas ágeis aderentes ao processo de software estabelecido neste Termo de Referência, destinados à execução de atividades de projeto, construção, implantação, evolução, manutenção, sustentação e garantia da qualidade ao longo do ciclo de vida de software.

Os serviços serão executados mediante a disponibilização de até 119 (cento e dezenove) postos de trabalho de tecnologia da informação, com dedicação exclusiva de mão de obra ao Conselho Nacional de Justiça, estruturados conforme os perfis profissionais definidos neste Termo de Referência, em regime de trabalho presencial ou remoto, a critério da Administração, sendo a remuneração realizada por postos de trabalho, em modalidade híbrida, com ajustes vinculados à aferição de níveis mínimos de serviço, nos termos aqui estabelecidos.

Tabela 5 – Itens do Objeto

Grupo	Item	Cod. Perfil	Desc. Perfil	Qtd	CatSer v	CBO
1	1	DESENV-02	Desenvolvedor de Software - Pleno	45	27260	2124-05
	2	DESENV-03	Desenvolvedor de Software - Sênior	39	27260	2124-05
	3	LDENV	Líder Técnico de Desenvolvimento	7	27260	2124-05
	4	ARQSOF-02	Arquiteto de Software Sênior	7	27260	2124-25
	5	SCRUM	SCRUM Master	7	27260	2104-05
	6	ATQ 03	Analista de Testes/Qualidade	14	27260	2124-30

3.2. Da Natureza do Objeto da Contratação

O objeto a ser contratado atende aos requisitos instituídos no art. 6º, inciso XIII, da Lei n. 14.133/2021, possuindo características comuns e usuais, cujos padrões de desempenho e qualidade serão objetivamente definidos no Termo de Referência, parte integrante do Edital. Portanto, possuem especificações usuais encontradas atualmente no mercado de TIC.

Levando-se em consideração os argumentos que compõem o item 3.1 dos Estudos Técnicos Preliminares, a solução de tecnologia da informação a ser contratada possui natureza continuada. As atividades de **Desenvolvimento** e **Manutenção de Sistemas** são necessárias ao Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação do CNJ em



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

caráter permanente. A falta de sua execução causaria prejuízos consideráveis ao órgão. Todos os sistemas listados no ANEXO XV – CATÁLOGO DE SISTEMAS e mais aqueles que porventura o CNJ venha a desenvolver serão, potencialmente, mantidos e evoluídos por meio do serviço pretendido, portanto esse serviço é necessário para a manutenção de atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes, conforme preconiza o inciso XV, do art. 6º, da Lei 14.133/2021.

Na solução pretendida, recomenda-se, por questões de eficiência, economia processual e minimização de riscos, que o prazo dos contratos seja por período de 20 (vinte) meses de vigência, renovável conforme a lei até 120 (cento e vinte) meses, considerando as singularidades que cercam o Objeto a ser contratado.

O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e poderá ser prorrogado por igual período, com renovação das quantidades registradas, desde que comprovado preço mais vantajoso.

O CNJ vem adotando, preferencialmente, prazos contratuais por períodos superiores a 12 (doze) meses, naqueles casos em que os serviços advindos da contratação possuem condição negocial estratégica para o Conselho. Os serviços objeto deste termo de referência atende a essa condição, na medida em que sua natureza continuada é imprescindível e responsável por “escrever”, desenvolver e manter os sistemas que compõe a Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro (PDPJ-Br).

Dessa forma, é providencial que a duração do futuro contrato seja por prazo superior ao usual, haja vista que a interrupção dos serviços antes mesmo da absorção total da base de conhecimento pela futura contratada poderá acarretar falhas na execução do contrato, não atendimento dos níveis mínimos de serviço exigidos, entrega de produtos de software com baixa qualidade e atendimento inadequado da necessidade da instituição, causando prejuízo imensurável as atividades finalísticas e administrativas do CNJ.

No sentido do que vem se expondo, a adoção do Sistema de Registro de Preços, em conjunto com a definição de prazos contratuais compatíveis com a natureza continuada dos serviços, busca conferir maior eficiência à gestão contratual, racionalizar os custos administrativos e operacionais da contratação e assegurar maior flexibilidade à Administração na contratação dos serviços, que se darão conforme a efetiva demanda.

Outro destaque que se faz é que a adoção da metodologia de fixação do prazo contratual em 20 (vinte) meses, de um lado, racionaliza a gestão pública e economiza recursos humanos e financeiros, de outro, fomenta a economia de escala nos contratos de serviços contínuos, de modo a permitir uma melhor proposta da parte dos potenciais interessados.

Isto posto, as principais peculiaridades para a definição de sua vigência pelo prazo inicial de 20 meses são: 1) absorção da base de conhecimento e repositório da base de dados; (2) minimização da alta rotatividade de empresas na prestação dos serviços, preservando o acesso indiscriminado as estações de trabalho dos usuários do CNJ; (3) a racionalização e vantagem econômica vem com a perspectiva de um contrato mais duradouro.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Com relação aos fatores de essencialidade e habitualidade, a área técnica apresentou, ao longo deste artefato, todos os elementos que demonstrassem o caráter de contratação contínua, de modo que a essencialidade atrela-se à necessidade de serviços especializados a serem prestados, para o controle e manutenção contínua e preventiva da solução e, conseqüentemente, do contrato que a rege, pelo fato de eventual paralisação da atividade contratada implicar em prejuízo e possível perda de dados e informações ou até mesmo paralisação dos sistemas jurisdicionais Brasileiro.

É de bom tom destacar que estas diretrizes estão alinhadas às recomendações dispostas no Parecer AJU 0773251, relacionado à matéria em comento, de modo a se a demonstrar que este alinhamento, também, com o Tribunal de Contas da União - TCU, minimiza futuros questionamentos, seja pela AJU, seja pelos órgãos de Controle.

Como último destaque, o tema já foi matéria de manifestação do TCU que se manifestou pela sua viabilidade, nos termos dos Acórdãos: 490/2012 e 1214/2013, ambos do Plenário.

“Acórdão 490/2012 – Plenário

7. Assim, considerando que a regra é a contratação por prazo de 12 meses, com sucessivas prorrogações, a contratação por prazo maior de 12 meses somente deve ser adotada em casos justificados, onde fique demonstrado o benefício advindo desse ato para a Administração. Os elementos encaminhados pela CEF demonstram que houve a devida justificativa para a fixação do prazo contratual em 24 meses, [...] grifo nosso

Acórdão 1214/2013 – Plenário 91. Considerando que a legislação não determina expressamente que esse tipo de contrato deve ter prazo inicial de vigência de 12 meses, levando em conta os aspectos mencionados nos parágrafos anteriores, entendo que não se deva fixar uma orientação geral de que a administração deve ou não fazer contratos para prestação de serviços continuados com prazo de 12, 24 ou 60 meses. É uma avaliação que deve ser feita a cada caso concreto, tendo em conta as características específicas daquela contratação. Cabe à administração justificar no procedimento administrativo o porquê da escolha de um ou outro prazo, levando-se em conta os aspectos aqui discutidos e outros porventura pertinentes para aquele tipo de serviço. [...] grifos nosso”

3.3. Do Parcelamento e Adjudicação

O processo ágil de desenvolvimento de software praticado no CNJ conta com a formação de times que passam a trabalhar sob a supervisão de servidores do CNJ para cumprimento de um conjunto de tarefas que levem a produção de um sistema ou sua manutenção. Assim, a própria natureza do trabalho inviabiliza o parcelamento do objeto. O DTI do CNJ já tem como boa prática a segmentação de serviços de TIC, patrocinando diferentes processos de licitação para contratação de diversos serviços, que se entende segmentáveis: Serviço de Segurança de TIC, Manutenção de Infraestrutura de TIC, Produção e Desenvolvimento de Painéis de BI, Manutenção e Desenvolvimento de Indexação e Busca de Dados e outros.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Assim, entende-se que eventual parcelamento do objeto em questão em lotes traria risco de majorar o custo por perfis profissionais para o Conselho, por redução de ganhos de escala não compensados por efetivo aumento de competição no certame.

Ademais, enxerga-se ser tecnicamente mais eficaz atribuir a responsabilidade de manutenção de software à mesma empresa que os desenvolveu, para incentivar que sejam feitos sistemas com qualidade e que tenham baixo índice de incidentes e melhor manutenibilidade.

Pelo exposto, sugere-se que seja praticado o agrupamento de todos os itens que compõem o objeto.

3.4. Participação de Consórcio

Será permitida a participação de empresas sob a forma de consórcio, nos termos da Lei.

3.5. Modalidade e Tipo de Licitação

Conforme identificado ao longo do Estudo Técnico Preliminar, os serviços de desenvolvimento e de manutenção de software com práticas ágeis são encontrados sob diversas instâncias, abrangendo às competências de desenvolvimento de software, processos e projetos, dentre outros, configurando a presente solução como serviço comum e passível de enquadramento nos termos estipulados para a realização de pregão, na forma eletrônica - tipo menor preço.

Os serviços que se pretende contratar revestem-se de requisitos de desempenho e qualidade que podem ser definidos objetivamente, por meio de especificações e requisitos usuais do mercado.

Reitera-se que a modalidade de licitação mais adequada é o pregão, nos termos dos arts. 6º, XLI, e 29º da Lei 14.133/2021.

Adicionalmente, será utilizado o procedimento do Sistema de Registro de Preços (SRP) para o registro forma dos preços relativos ao objeto. A adoção do SRP, regida pelo Decreto n. 11.462, de 31 de março de 2023, poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial quando:

“Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;

IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou

*V - quando, pela natureza do objeto, **não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.***
(grifo nosso)

Não há dúvida que o Sistema de Registro de Preços, proporciona agilidade nas contratações, reduz os esforços administrativos e possibilita ganhos de escala. Entendimento este compartilhado pelo E.TCU, na publicação Licitações & Contratos: Orientações e Jurisprudência do TCU / Tribunal de Contas da União. 5ª Edição, Brasília: TCU, Secretaria-Geral da Presidência, 2023, página 641.

Nesta toada, opta-se, pelo SRP, sob o argumento do inc. II do art. 3, do Decreto n. 11.462/2023, ainda que o caput do referido artigo, destaque que a Administração poderá adotar o SRP quando julgar pertinente.

3.6. Formas e Critérios de Seleção do Fornecedor

Da Habilitação jurídica

- Registro comercial, no caso de empresário individual;
- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva;

Regularidade fiscal e trabalhista

- Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- Comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste Edital;
- Prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho;
- Declaração sobre o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Qualificação econômico-financeira

- Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;
- Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- k) Patrimônio líquido no valor mínimo de R\$ 7.559.342,85 (sete milhões, quinhentos e cinquenta e nove mil, trezentos e quarenta e dois reais e oitenta e cinco centavos), correspondentes a 10% (dez por cento) do valor global estimado para a contratação;
- Caso o balanço patrimonial apresente alguma irregularidade ou, embora regular, apresente índices de LG, SG e LC menores que 1 (um), poderá ser exigida declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos neste Edital.
- Capital circulante líquido (CCL) ou capital de giro, apurado pela diferença entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação para o período de 12 (doze) meses (Acórdão TCU n. 1087/2025 – Plenário), calculado com base nas demonstrações contábeis do exercício social anterior a esta licitação;
- No caso de sociedades constituídas no exercício em curso e/ou com menos de 1 (um) ano de atividade, será admitida a substituição das demonstrações contábeis dos últimos 2 exercícios por balanço de abertura;
- Patrimônio líquido igual ou superior a 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos vigentes na data de abertura da licitação, firmados pela licitante com a Administração Pública e com empresas privadas;
- A informação constante no subitem anterior deverá ser prestada, pela licitante, por meio de declaração, na qual devem ser descritos todos os contratos firmados com a Administração Pública e com empresas privadas, excluídas as parcelas já executadas, acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social. A descrição dos contratos deverá indicar os números (caso existentes), objetos, valores, nomes e números de CNPJ dos contratantes;
- Se houver divergência superior a 10% (dez por cento), para cima ou para baixo, entre o valor total dos contratos e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), a licitante deverá apresentar justificativas;

Qualificação Técnica

Considerando a vinculação direta da contratação com uma política pública voltada para a efetivação da justiça, por meio da implantação do PJe e de sua integração à Plataforma Digital do Poder Judiciário - PDPJ, bem como pela amplitude nacional e profundo impacto



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

social correlacionados à qualidade e à complexidade técnica dos serviços realizados, entende-se pela mitigação e redução dos riscos associados.

Verifica-se assim a necessidade do nível de capacitação técnica para atendimento aos requisitos de negócio e estabelece-se a motivação para aferir, ao tempo da habilitação, se as licitantes dispõem de conhecimento, experiência e aparelhamento técnico suficiente para prestação dos serviços apresentados nos Estudos Preliminares e aqui sintetizados. Portanto, a licitante deve atender aos seguintes requisitos de qualificação técnico operacional para habilitação no certame:

1. Atestado(s) de Capacidade Técnica Operacional, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta licitação, demonstrando que o licitante:
 - a. Tenha aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta licitação, demonstrando experiência acumulada equivalente a, no mínimo, três anos na execução de serviços de natureza semelhante, com comprovação de que a licitante gerencia ou gerenciou serviços terceirizados com pelo menos 59 profissionais simultâneos, admitindo-se a soma de contratos distintos de mesma natureza;
 - b. tenha experiência efetiva no desenvolvimento de aplicações baseadas nas práticas ágeis tais como: *scrum* ou *extreme programming*;
 - c. tenha experiência no uso das tecnologias que serão aplicadas no apoio a implantação do pje e de sua integração à plataforma digital do poder judiciário – pdpj: java, php, python, web services, rest, ejb, microservices, javascript, angularjs, nodejs, ecossistema docker, kubernetes, spring, jeee 6 ou superior, jse 8 ou superior, jsf versões 1.12 e 2.x, hibernate 3 ou superior;
 - d. tenha experiência em Bancos de dados mysql, oracle, postgres; servidor de aplicação jboss;
 - e. tenha experiência em desenvolvimento de aplicativos móveis, usando ionic, react native ou flutter;
 - f. tenha experiência em automação de processos e desenvolvimento de robôs para automação de rotinas, utilizando técnicas de robotic process automation – RPA;
 - g. tenha experiência em integração de aplicações e orquestrações de processos sobre arquitetura orientada a serviços (SOA);
 - h. tenha experiência em gestão de projetos de desenvolvimento e automação de processos e serviços digitais;



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

- i. tenha experiência em desenvolvimento de rotinas, sistemas ou aplicações de abrangência nacional com capilaridade semelhante ou superior à do CNJ;

De modo complementar, exigir-se-á a comprovação, por meio dos respectivos atestados, da capacidade técnica e experiência nos seguintes requisitos:

1. Desenvolvimento de aplicações para automação de processos que comprovem o resultado para o cliente, com a redução de tempo e custo nas transformações de serviços digitais;
2. Desenvolvimento dos produtos digitais para pelo menos 50.000 (cinquenta mil) usuários cadastrados no sistema e com uma média de pelo menos 5.000 (cinco mil) acessos/conexões simultâneas na plataforma

3.7. Critério técnico de aceitação das propostas

Com base no Acórdão nº 1207/2024 do Tribunal de Contas da União (TCU), estabelece-se, como critério de aceitabilidade das propostas, a manutenção do benefício de auxílio saúde aos profissionais alocados na execução do contrato, conforme previsto na Planilha de Formação de Custos e Preços.

Ressalta-se que a Administração Pública não pode determinar a convenção coletiva de trabalho (CCT) a ser adotada pelas empresas licitantes como base para a elaboração de suas propostas. Todavia, o TCU reconhece que, em licitações para contratação de serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra, o edital pode estabelecer critérios objetivos para aceitação das propostas.

Embora o Conselho Nacional de Justiça não imponha a adoção de convenção coletiva específica, o referido Acórdão autoriza o estabelecimento de valor mínimo para determinados itens da Planilha de Formação de Custos, de modo a assegurar condições adequadas de trabalho e a adequada execução contratual.

Dessa forma, somente serão aceitas propostas que prevejam a concessão do benefício de auxílio saúde em valor não inferior a R\$ 243,10 (duzentos e quarenta e três reais e dez centavos) por profissional, por mês, conforme estabelecido na Planilha de Formação de Custos e Preços.

4. DA EXECUÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

4.1. Papéis desempenhados na contratação

Para a execução do contrato, é mandatório que os seguintes papéis e responsabilidades sejam definidos:



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

- **Autoridade competente:** Titular da Diretoria-Geral ou autoridade delegada, responsável pela assinatura do Contrato, Termo de compromisso de manutenção de Sigilo e pela publicação da equipe de fiscalização;
- **Gestor do Contrato:** Servidor com atribuições gerenciais, técnicas ou operacionais relacionadas ao processo de gestão do contrato, indicado por autoridade competente do órgão;
- **Fiscal Técnico do Contrato:** Servidor representante da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação, indicado pela respectiva autoridade competente para fiscalizar o contrato quanto aos aspectos técnicos da solução;
- **Fiscal Requisitante/Demandante:** servidor representante da Área Requisitante da solução, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar o contrato do ponto de vista de negócio e funcional da solução de TIC;
- **Fiscal Administrativo:** servidor representante da Área Administrativa, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar o contrato quanto aos aspectos administrativos;
- **Fiscal Setorial:** servidor representante de setores distintos ou em unidades desconcentradas de um órgão ou uma entidade, indicado pela autoridade competente dessa área para o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos;
- **Product Owner:** O papel de Product Owner (PO) ou patrocinador do projeto de desenvolvimento de software, será exercido, em regra, por representante da unidade de negócio (área demandante) ou por representante gestora da solução de TI a ser desenvolvida;
- **Scrum Master:** O papel de Scrum Master será exercido por servidor do CNJ que será responsável pela manutenção e aplicação da metodologia ágil Scrum;
- **Preposto:** funcionário representante da empresa contratada, responsável por acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto ao órgão contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual; e
- **Representante da Contratada:** Responsável legal da contratada para assinatura do contrato.

4.2. Formas de comunicação/acompanhamento da execução do contrato

Serão utilizados os seguintes canais de comunicação e acompanhamento da execução do contrato, que deverão ser utilizadas para todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da Solução de TIC:

- Correio eletrônico (e-mail); e



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

- Processo administrativo eletrônico no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do CNJ.
- Desde que acordado entre as partes, guardado o Interesse Público, poderão ser acrescidos outros meios de acompanhamento, com a anuência prévia da CONTRATANTE.

4.3. Principais marcos e eventos da Execução do contrato

A Tabela 6 abaixo foi elaborada com os principais marcos e eventos relevantes que ocorrerão durante a execução do contrato:

ETA PA	DESCRIÇÃO	PRAZO	ATORES	ARTEFATO	CANAL
1	Assinatura do contrato. Assinatura do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo Assinatura do Termo de Responsabilidade e Compromisso com o Código de Conduta dos Fornecedores Assinatura do Termo de Responsabilidade sobre os bens patrimoniais do Contratante que serão utilizados pelos empregados da Contratada.	Até 5 dias úteis da convocação para a assinatura do contrato	DG/Preposto ou Representante da Contratada	Contrato assinado Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo assinado Termo de Responsabilidade e Conduta assinado Termo de Responsabilidade sobre os Bens patrimoniais do Contratante	Sistema Eletrônico de Informações (SEI)
2	Publicação da Equipe de Fiscalização	Após a assinatura do contrato	DG	Portaria de designação	Sistema Eletrônico de Informações (SEI)



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

3	Reunião(ões) de alinhamento em até três etapas, conforme necessidade acordada entre as partes para discussão do modelo, processos, ambiente tecnológico, aspectos de segurança e afins.	Até o 5º (quinto) dia útil após a assinatura do contrato.	Gestor do Contrato / Preposto	Ata de reunião de alinhamento Modelos de solicitação, análise, abertura, interrupção, fechamento e Pagamento de Ordens de Serviço. Modelo de Ordem de Serviço- OS (ANEXO VI - MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO E DE ADITIVO) Relatório Gerencial de Serviços - RGS	Sistema Eletrônico de Informações (SEI)
4	Documentação da equipe da contratada	até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do Contrato	Gestor do Contrato / Preposto	a)relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do perfil profissional, número da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF); b)carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos devidamente assinada pela CONTRATADA; c)exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços; d)comprovantes de atendimento aos requisitos profissionais do perfil profissional; e)ficha cadastral do empregado bem como outros documentos exigíveis, conforme Portaria da Diretoria-Geral n. 17/2025, listados no ANEXO XVII - LISTA DE DOCUMENTOS PARA PAGAMENTO E FISCALIZAÇÃO	



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

				f)sempre que houver admissão de novos empregados pela CONTRATADA, os documentos elencados neste item deverão ser apresentados no prazo de cinco dias úteis a contar da assinatura do contrato.	
5	Início da execução dos serviços	Até 20 (vinte) dias a partir da assinatura do contrato.	Gestor do contrato / Preposto	Comunicado Formal	E-mail
6	Fase de Implantação	90 dias corridos após a assinatura do contrato	Gestor do Contrato / Preposto	Cálculo dos Níveis de Serviço para efeito de criação da base de referência.	Sistema Eletrônico de Informações (SEI)
7	Início da execução das Ordens de Serviço	Até 5 (cinco) dias úteis após a aprovação da OS. A contratada terá 20 dias para para a ocupação dos postos previstos na OS, após o seu início	Contrato/Preposto	Ordem de Serviço aprovada	Sistema Eletrônico de Informações (SEI) ou Sistema de Gestão de Demandas
			Preposto	Registro e controle das OS	
8	Fechamento de Ordem de Serviço	Até 5 (cinco) dias úteis após	Gestor do contrato /	Termo de Recebimento Provisório (homologação dos códigos entregues	Sistema Eletrônico de



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

		a entrega dos produtos de software previstos	Fiscal Técnico	em cada OS) Conforme modelo no ANEXO VIII – MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO/DEFINITIVO – TRP/TRD (as entregas de código homologadas e aferidas de acordo com os níveis mínimos de serviço e em conformidade com os padrões indicados na OS	Informações (SEI) ou Sistema de Gestão de Demandas
9	Medição mensal das OS's emitidas	Entre o dia 21 (vinte e um) do mês anterior ao dia 20 (vinte) do mês posterior com exceção ao 1º (primeiro) mês que será proporcional à assinatura contratual	Gestor do contrato / Preposto	Listagem de OS's válidas para pagamento	Sistema Eletrônico de Informações (SEI) ou Sistema de Gestão de Demandas
10	Entrega do Relatório Gerencial de Serviços (RGS).	Até o 3º (terceiro) dia útil após o registro de Cada ocorrência	Preposto	Relatório Gerencial de Serviços (RGS).	Sistema Eletrônico de Informações (SEI)
11	Análise do Relatório Gerencial de Serviços (RGS).	Em até 5(cinco) dias úteis após o recebimento do Relatório Gerencial de Serviços (RGS)	Gestor do contrato / Fiscal Técnico	Notificação de avaliação do Relatório Gerencial de Serviços (RGS).	Correio Eletrônico (e-mail)



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

12	Entrega da documentação do trabalhista	Juntament e com a apresentação da Nota Fiscal.	Preposto / Fiscal Administrativo	Relatório de Analítico da documentação	Sistema Eletrônico de Informações (SEI)
13	Reunião de avaliação do Contrato	Mensalmente	Gestor do Contrato/Fiscal Técnico/Preposto	Ata de reunião de avaliação; Contrato Atualizado	Sistema Eletrônico de Informações (SEI) ou Sistema de Gestão de Demandas
14	Reunião de validação das expectativas e de transferência de conhecimento	Em até 15 (quinze) dias antes do encerramento da vigência do Contrato	Gestor do Contrato / Preposto	Ata de reunião de validação	Sistema Eletrônico de Informações (SEI)

Tabela 6 – dinâmica de execução

4.4. Dinâmica da execução

A execução do contrato se dará, em regra, em regime de trabalho híbrido (remoto e ou presencial) com a **prerrogativa para o regime de trabalho remoto e com dedicação exclusiva**, a fim de cumprir todas as atividades inerentes ao processo de desenvolvimento ágil.

Quando executadas remotamente, as atividades deverão ser realizadas em local escolhido pelo profissional alocado ao contrato, mediante utilização dos recursos tecnológicos disponibilizados ou autorizados pelo CONTRATANTE, sendo vedada a execução dos serviços nas dependências da CONTRATADA, em observância ao art. 17 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017 e ao art. 1º, § 3º, da Resolução CNJ nº 651/2025

Não haverá disponibilização de postos de trabalho nem prestação de serviços remunerados quando não houver Ordem de Serviço formalmente emitida. Dessa forma, a CONTRATADA somente deverá disponibilizar os postos de trabalho e iniciar a execução dos serviços após o recebimento da respectiva Ordem de Serviço, a qual especificará o objetivo, os perfis profissionais dos postos requeridos e o período estimado de sua utilização.

A fiscalização administrativa da execução contratual incidirá exclusivamente sobre os postos de trabalho efetivamente disponibilizados e em execução no âmbito das Ordens de



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Serviço vigentes no período de apuração mensal, não abrangendo postos de trabalho não acionados ou não vinculados a Ordens de Serviço em execução no respectivo mês.

Quando prestados presencialmente, os serviços ocorrerão na cidade de Brasília – DF, na sede do CNJ, atualmente localizada na SAF Sul Quadra 02, Lote 05/06, Bloco E.

Com vistas a uma execução adequada e conforme do contrato, além da eliminação de erros de avaliação de desempenho e consequentemente de faturamento, a CONTRATADA deverá entregar, sem ônus adicional ao CONTRATANTE, além dos produtos de software (código) previstos nas Ordens de Serviços e ao final de cada mês, o Relatório Gerencial de Serviços (RGS), com a relação de todas as Ordens de Serviços recebidas e apresentadas no período. O relatório deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- Identificação da Ordem de Serviço;
- Identificação da unidade requisitante;
- Descrição dos serviços a serem desenvolvidos na OS;
- Descrição dos recursos alocados na OS;
- Data de recebimento da OS pela CONTRATADA;
- Data prevista para a entrega da OS;
- Data de recebimento da OS pelo CONTRATANTE.

A execução dos serviços deverá ser prestada, em regra, nos dias úteis e dentro do horário comercial, inclusive durante os recessos e feriados forenses, observado o funcionamento do Conselho, que é das 8h às 20h;

Os procedimentos de segurança da informação e o processamento da informação devem estar em conformidade com as políticas e normas de segurança adotadas pelo CNJ, em destaque: Lei nº 13.709/2018, com a redação dada pela Lei nº 13.853/2019, sobre a proteção de dados pessoais, que altera a Lei - nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet); Resolução (CNJ) n. 396, de 07/02/2021 e Portaria nº 47, de 29/11/2017.

4.4.1. Prestação fisicamente presencial:

A modalidade presencial é cumprida com a presença física do profissional na sede do CNJ em Brasília durante a jornada de trabalho, com controle de ponto, cuja responsabilidade de registro e controle cabe à Contratada.

Cabe à Contratante prover todos os equipamentos tecnológicos e a infraestrutura física e de conectividade necessários para a prestação do serviço na modalidade presencial.

4.4.2. Prestação remota (teletrabalho):

A modalidade remota é cumprida, preponderantemente, pela presença virtual do profissional no Ambiente Colaborativo online do CNJ.

O controle de ponto dos profissionais alocados na prestação remota será de



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

responsabilidade exclusiva da contratada, mediante sistema próprio de registro de jornada, devendo os respectivos registros permanecerem disponíveis para consulta pela Administração sempre que solicitado.

A prestação remota será cumprida, preponderantemente, por meio da presença virtual dos profissionais no ambiente colaborativo institucional, durante a jornada de trabalho, para fins de comunicação, interação técnica e participação nas cerimônias do método ágil adotado.

A fiscalização contratual será exercida pelo fiscal responsável pela Ordem de Serviço, por meio do acompanhamento das entregas diárias, participação nas reuniões do framework Scrum, verificação dos artefatos produzidos e demais evidências objetivas da execução contratual.

A Contratada deverá prover ao profissional todos os equipamentos tecnológicos e a infraestrutura física e de conectividade necessários para a prestação do serviço na modalidade remota. A Contratante, porém, se responsabilizará pelo fornecimento das licenças de software necessárias para acesso ao Ambiente Colaborativo (Microsoft 365), bem como as demais ferramentas necessárias à consecução das tarefas (Jira, ferramentas CI/CD etc.). Nas ocasiões em que o profissional em modalidade remota for chamado para a prestação de serviços fisicamente na sede do CNJ, a Contratante se responsabilizará pelo fornecimento de todo o necessário à prestação do serviço.

Cabe à Contratada adotar todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, levando em consideração não apenas a segurança física dos trabalhadores, mas também a sua saúde mental. Para garantir um ambiente de trabalho saudável e produtivo, a empresa deve prover treinamentos e equipamentos adequados, com enfoque na ergonomia, a fim de minimizar a probabilidade de ocorrência de acidentes ou doenças ocupacionais.

4.5. Instrumentos formais de solicitação do objeto

O Conselho demandará à CONTRATADA a disponibilização de postos de trabalho de tecnologia da informação, por meio da abertura de Ordem de Serviço (OS), que poderá ser do tipo PROJETO, voltada ao desenvolvimento de sistemas, ou MANUTENÇÃO destes.

A equipe disponibilizada pela Contratada deverá atender ao prazo estipulado na etapa 7 (Início da execução das Ordens de Serviço) da Tabela 2 – dinâmica de execução, inserida no item 4.3, atentando-se para as respectivas alocações de esforço técnico.

A quantidade de esforço técnico alocado e demandado à CONTRATADA deverá constar na abertura da OS e, preferencialmente, deverá estar baseada em equipe ágil, considerando, no interesse do CNJ, o padrão de 4 integrantes.

Excepcionalmente e mediante justificativa técnica, o CONTRATANTE poderá abrir Ordem de Serviço com redução de até 50% do número padrão de integrantes;

Também de forma excepcional e devidamente justificado, o CONTRATANTE poderá solicitar até 02 desenvolvedores na Linguagem Delphi.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Os integrantes de cada OS poderão ser substituídos mediante justificativa da Contratada e no interesse da área técnica do CNJ, vedada a participação de um integrante em mais de uma OS, concomitantemente.

A CONTRATADA deverá prestar serviços de projeto (desenvolvimento) e manutenção de software, seguindo os padrões indicados em cada OS e, de modo complementar e no couber, o processo definido no ANEXO V - PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO/SUSTENTAÇÃO DE SISTEMAS -PDS.

As OS's deverão consignar práticas ágeis, tendo como metodologia de referência o Scrum, respeitando os padrões técnicos adotados no Conselho.

Os serviços serão prestados pela CONTRATADA por meio da disponibilização de postos de trabalho de tecnologia da informação, com dedicação exclusiva ao Conselho Nacional de Justiça, correspondentes aos perfis profissionais definidos neste Termo de Referência. Os postos de trabalho atuarão integrados às equipes de desenvolvimento que adotam o framework Scrum, desempenhando as atribuições técnicas inerentes aos respectivos perfis, enquanto os demais papéis do framework, tais como Scrum Master e Product Owner (PO), dentre outros, poderão ser exercidos por representantes do CNJ.

O somatório de profissionais alocados e previstos em todas as Ordens de Serviço não poderá exceder o quantitativo máximo de perfis profissionais previstos no edital.

O pagamento dos serviços estará vinculado à efetiva disponibilização e ocupação dos postos de trabalho previstos nas Ordens de Serviço em execução no período de referência, bem como ao atendimento dos níveis mínimos de serviço exigidos, conforme regras constantes do ANEXO IV – NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO (NMS) E CÁLCULO DE PAGAMENTO, sendo passível de glosa o valor correspondente aos postos de trabalho não ocupados, à ausência de perfis profissionais exigidos na respectiva Ordem de Serviço, bem como às ausências temporárias não cobertas por profissionais de substituição ou cobertura, nos termos estabelecidos neste Termo de Referência.

O serviço deverá ser prestado, em regra, nos dias úteis e dentro do horário comercial (ajustar para que trabalhe 8 hrs por dia e sem horas extras), inclusive durante os recessos e feriados forenses, observado o funcionamento do Conselho, que é das 8h às 20h.

Excepcionalmente e sem custo adicional, o Conselho poderá autorizar a execução do serviço em dia não útil ou fora do horário normal de funcionamento.

Cada posto de trabalho previsto nesta contratação deverá cumprir jornada de 8 (oito) horas diárias, dentro do horário de funcionamento normal do Conselho, que é das 8h às 20h, observada a legislação trabalhista vigente..

Não haverá remuneração adicional do CNJ à CONTRATADA no caso de execução de jornada de trabalho diária superior a 8 (oito) horas.

O Conselho definirá, por Ordem de Serviço, os dias e horários em que ocorrerão as reuniões e demais atividades previstas no processo de desenvolvimento de software que requererem a presença, seja por teleconferência ou nas instalações físicas do Conselho, dos profissionais da CONTRATADA. Estas definições poderão ser alteradas durante a



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

execução da Ordem de Serviço, mediante comunicação prévia de 03 (três) dias úteis à CONTRATADA.

O Conselho, a seu critério e em virtude de fatores como prazo do projeto, volume e ritmo de demandas, poderá solicitar a redução ou o acréscimo de perfis profissionais na OS, por meio de aditivo à Ordem de Serviço, respeitando os limites máximos permitidos.

Feita a solicitação de aumento ou redução dos perfis profissionais da Ordem de Serviço, o prazo que a CONTRATADA terá para efetuar a alteração demandada será o mesmo previsto para ocupação inicial, quando da abertura de Ordem de Serviço.

O Conselho poderá, a seu critério, prorrogar este prazo, mediante solicitação da CONTRATADA devidamente justificada.

Caso não seja especificado prazo distinto, dependendo da situação em concreto, a CONTRATADA deverá resolver impropriedade identificada na execução do serviço contratado no prazo de 10 (dez) dias úteis.

4.6. Níveis de Serviços Exigidos (NSE)

Os níveis de serviço estão descritos no ANEXO IV – NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO (NMS) E CÁLCULO DE PAGAMENTO.

Na fase de implantação do contrato, conforme etapa 5 da Tabela 6, inserida no item 4.3 e prevista nos 90 dias corridos após sua assinatura, os níveis de serviços relativos às OS's abertas deverão ser calculados para efeito de criação de base de referência, não sendo, entretanto, aplicáveis os eventuais descontos apurados.

4.7. Qualificação Técnica dos Profissionais

As regras afetas à qualificação dos profissionais estão dispostas no item 5.4 do Termo de Referência.

4.8. Forma de recebimento provisório/definitivo e qualidade

O recebimento provisório e o definitivo aplicáveis aos serviços de desenvolvimento e de manutenção de software, serão feitos:

O recebimento provisório dos serviços de desenvolvimento e de manutenção de software serão realizados no prazo de 5 dias úteis, contados a partir da data de fechamento parcial ou integral da Ordem de Serviço, com a entrega dos softwares associados e mediante a emissão do Termo de Recebimento Provisório.

Já o recebimento definitivo será efetivado 5 dias úteis a partir da conferência dos softwares recebidos provisoriamente e por meio de Termo de Recebimento Definitivo.

Os formulários e as respectivas instruções para os recebimentos provisório e definitivo constam do ANEXO VIII – MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO/DEFINITIVO – TRP/TRD.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

A avaliação qualitativa do serviço prestado ocorrerá ao longo do processo de testes e homologação dos produtos de software (códigos), disponibilizados no âmbito de cada Ordem de Serviço (OS), observados os Níveis Mínimos de Serviço e os termos técnicos e padrões previamente pactuados.

A avaliação dos serviços de desenvolvimento e manutenção ocorrerão conforme as previsões do ANEXO VIII – MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO/DEFINITIVO – TRP/TRD.

4.9. Forma de Pagamento

O processo de pagamento decorrerá da observância e atendimento dos requisitos técnicos e administrativos vigentes, mediante a emissão da necessária Ordem de Serviço. No âmbito de cada Ordem de Serviço, será aferido o Índice de Evolução do Sistema – IES, para os casos de PROJETO, e o Índice de Manutenção de Sistema – IMS, para as OS's de MANUTENÇÃO, observados sempre os prazos de aferição e emissão.

A aferição do IES e do IMS constarão no recebimento definitivo do serviço, mantida a necessidade de emissão do Termo de Recebimento Definitivo - TRD, e será feita por servidor ou comissão designada pela CONTRATANTE.

Durante a execução da OS, quando for necessário e cabível a aplicação de desconto, considerar-se-á, inicialmente, a relação entre a quantidade de DIAS DE DESENVOLVEDOR esperados e a quantidade de DIAS-DESENVOLVEDOR efetivamente realizados no período. Considera-se DIA-DESENVOLVEDOR um dia de prestação de serviço de um perfil profissional.

A quantidade de DIAS-DESENVOLVEDOR executados no período por perfil será a quantidade de DIAS-DESENVOLVEDOR nos quais as alocações de esforço técnico para o perfil forem efetivamente ocupadas.

A quantidade de DIAS-DESENVOLVEDOR esperados no período e por perfil será o produto da quantidade de alocações técnicas do perfil definida na OS pela quantidade de dias úteis no período.

O percentual de desconto a ser aplicado em razão da não ocupação de posto de trabalho técnico, por perfil, no período de referência, será obtido segundo a seguinte fórmula::

- $PPP = (QDDesp - QDDexe) / QDDesp$,
- onde:
- PPP = Percentual de desconto por perfil
- QDDesp = quantidade de DIAS-DESENVOLVEDOR esperados do perfil
- QDDexe = quantidade de DIAS-DESENVOLVEDOR executados do perfil.

Este percentual de desconto por não-ocupação de perfil profissional no período será aplicado sem prejuízo dos descontos previstos expressamente no TR e seus Anexos.

O pagamento dos serviços será realizado mensalmente, em razão da disponibilização



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

de postos de trabalho com dedicação exclusiva de mão de obra, após a regular liquidação da despesa, condicionada ao recebimento definitivo dos serviços executados no período de referência, observadas as aferições técnicas aplicáveis. O pagamento deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da data da liquidação da despesa, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022..

Excepcionalmente e desde que devidamente justificado no processo administrativo, o CNJ poderá efetuar a retenção do valor presumido da multa, e, concomitantemente, instaurar regular processo administrativo, oportunizando à Contratada o exercício do contraditório e da ampla defesa.

Importante asseverar a observância e atendimento das demais exigências e requisitos, a saber:

- O documento fiscal deverá ser obrigatoriamente registrado no Portal do SIGEO-JT para efeito de atesto, liquidação e pagamento, sem prejuízo da entrega no Protocolo do CNJ, ou do envio por e-mail, conforme acordado com o gestor ou quando essa previsão estiver expressa no Termo de Referência da contratação.
- apresentação de nota fiscal, acompanhada de Certidão Negativa de Débito-CND, comprovando regularidade com o INSS, Certificado de Regularidade do FGTS- CRF, comprovando regularidade com o FGTS, Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal, e Certidão Negativa de Débitos Trabalhista - CNDT, expedida pela justiça do Trabalho;
- inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido;
- os pagamentos serão efetuados mensalmente, em moeda corrente nacional e mediante a apresentação das notas fiscais, devidamente atestadas pela Fiscalização. Será efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições dispostos na legislação aplicável;

A nota fiscal apresentada em desacordo com os serviços prestados ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida à Contratada e, nesse caso, o prazo previsto para o pagamento será interrompido e reiniciado a partir da respectiva regularização.

Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

Será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Independentemente do percentual de tributo inserido nos valores da proposta, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

O pagamento das faturas mensais fica condicionado à apresentação, pela CONTRATADA, de toda a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e contratuais, conforme lista detalhada no ANEXO XVII - LISTA DE DOCUMENTOS PARA PAGAMENTO E FISCALIZAÇÃO ANEXO XVII - LISTA DE DOCUMENTOS PARA PAGAMENTO E FISCALIZAÇÃO deste Termo de Referência, elaborada em observância à Portaria Diretoria-Geral CNJ nº 17/2025, em especial quanto a:

- a) registro de ponto;
- b) relação nominal de prestadores, referente ao mês da prestação dos serviços, na qual constem todos os empregados que atuaram no Conselho Nacional de Justiça, mesmo que transitoriamente em substituição à mão de obra faltante, com discriminação do período de atuação;
- c) recibo de pagamento e comprovante bancário de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário referente ao mês da execução dos serviços, identificando o nome e a matrícula do profissional;
- d) recibo de concessão, comprovante de pagamento de férias e do respectivo adicional;
- e) documentação completa acerca da admissão de novos profissionais, incluindo cópia da carteira de trabalho;
- f) recibo de pagamento de vale-alimentação e outros, na forma prevista em norma coletiva, com a respectiva data da disponibilização, quantidade, valor, mês de competência e, ainda, a assinatura do profissional atestando o recebimento;
- g) relatório, Darf e comprovante de recolhimento de INSS (DCTFWeb) do mês anterior à execução dos serviços;
- h) relatório e comprovante de pagamento do FGTS Digital do mês anterior à execução dos serviços;
- i) resumo discriminado do faturamento, incluindo o quantitativo e o número de horas de funcionamento dos postos de trabalho, bem como especificação dos descontos realizados no salário, no auxílio-alimentação;
- j) quadro demonstrativo de férias e licenças concedidas aos profissionais alocados na execução do contrato, indicando se houve ou não a ocupação do posto de trabalho, referente ao mês da prestação dos serviços;
- l) planilha de cálculo do valor a ser deduzido na nota fiscal pela não ocupação dos postos de trabalho em caso de faltas, férias ou posto vago;
- m) documentação completa acerca de rescisões de empregados ocorridas no mês faturado, incluindo memória de cálculo detalhada com a comprovação de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;
- n) documentação completa acerca de admissões de empregados ocorridas no mês faturado.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

A Administração poderá, a qualquer tempo, solicitar documentos complementares, sempre que necessário à adequada fiscalização da execução contratual.

4.10. Manutenção e Garantia

A manutenção de software, segundo o Processo de Desenvolvimento / Sustentação de Sistemas (PDS-CNJ 2017), desenvolve-se segundo os conceitos abaixo:

- **Manutenção Perfectiva:** correspondente às adequações do sistema à necessidade de melhorias, sem alteração de funcionalidades, sob o ponto de vista do usuário. A finalidade da manutenção perfectiva é promover a melhoria de performance, a manutenibilidade e usabilidade do sistema;
- **Manutenção Adaptativa:** essa manutenção tem o objetivo de acomodar o software às mudanças ocorridas em seu ambiente operacional, sem implicar em inserção, alteração ou exclusão de funcionalidades e/ou regras de negócio. Um exemplo desse tipo de manutenção ocorre quando o ambiente original (CPU, sistema operacional, regras de negócio, características externas ao produto, linguagens de programação, por exemplo) para o qual o software foi desenvolvido sofre mudanças; e
- **Manutenção Evolutiva:** é uma extensão do software além de seus requisitos funcionais originais para atender a alterações de regras de negócio ou necessidades que irão prover mais benefícios, ou seja, é uma modificação do produto de software, realizada depois de entregue, para atender requisitos de software novos ou modificados.
- **Práticas Ágeis:** Segundo o levantamento sobre aplicação de metodologias ágeis em desenvolvimento de software, derivado do Acórdão 2.314/2013-TCU Plenário, a metodologia ágil de desenvolvimento de software é definida como o “conjunto de métodos, processos e frameworks norteados pelos valores e princípios estabelecidos no Manifesto Ágil.”
- **Níveis Mínimos de Serviço:** Conforme a Nota Técnica 06 - TCU, o NMS seve “... para caracterizar os requisitos mínimos de qualidade de serviço a ser prestado pelo fornecedor contratado pela APF.” Nessa perspectiva, tem-se que “Contratos administrativos com nível mínimo de serviço possuem mecanismos que possibilitam à APF remunerar o fornecedor na medida do cumprimento do nível de serviço pactuado no ajuste, adequando-se, portanto, ao paradigma da efetivação de pagamentos por resultados. Além disso, constituem uma forma recomendável de alcançar eficiência, eficácia e qualidade na prestação do serviço, bem como se mostra aderente ao princípio da legalidade aplicado à APF.”

Os produtos de software gerados (códigos) e relativos a cada Ordem de Serviço serão testados e homologados à luz dos níveis de serviço mínimos estabelecidos no ANEXO IV – NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO (NMS) E CÁLCULO DE PAGAMENTO, ocorrendo paralelamente o saneamento das anormalidades detectadas pela Contratada. Ressalta-se que, somente após a homologação efetiva, será feito o devido pagamento, sem prejuízo das eventuais sanções aplicáveis ao caso.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

4.11. Transferência de Conhecimento

Independentemente do tipo de prestação de serviço, por PROJETO ou MANUTENÇÃO, o conhecimento técnico relacionado à execução do Contrato será gerenciado de forma a permitir agregação de valor para o órgão CONTRATANTE.

No âmbito de cada Ordem de Serviço, a CONTRATADA poderá avaliar a criticidade das informações envolvidas e do respectivo conhecimento gerado, podendo demandar ao Scrum Master, caso estejam a cargo da CONTRATADA, o estabelecimento específico de transmissão de conhecimento, na forma e periodicidade necessárias, tais como reuniões ou reportes diários.

Sob a perspectiva contratual e considerada a importância do desenvolvimento de sistemas institucionais demandados, a CONTRATADA deverá apresentá-los e disponibilizar material e conteúdo para os técnicos do CNJ, em especial ao gestor e aos respectivos fiscais, para assegurar o conhecimento e a independência no acompanhamento da execução contratual.

4.12. Direitos de Propriedade Intelectual e direitos autorais

O CONTRATANTE detém os direitos autorais dos conceitos e dos produtos gerados na execução do contrato, devendo a contratada ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais ao CNJ sobre qualquer artefato e ou produto produzido ao longo do deste em caráter irrevogável e irretratável.

Todos os documentos existentes na base de conhecimento estão protegidos pela lei brasileira relativa a direito autoral e de propriedade intelectual, podendo ser acessados e transferidos para o ambiente do CONTRATANTE.

Os documentos poderão ser acessados, impressos e/ou transferidos para o ambiente do CONTRATANTE (mecanismo de download), pelos usuários autorizados e desde que não sejam processados grandes volumes de informações de forma automática.

4.13. Obrigações do Contratante

- Prestar, por meio de seu gestor do contrato, as informações e os esclarecimentos pertinentes ao objeto contratado que venham a ser solicitados pela contratada, utilizando-se das formas de comunicação estabelecidas neste termo de referência.
- Liquidar o empenho e efetuar o pagamento devido, nos prazos estipulados em cada etapa da execução e gestão do contrato, e, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências contratuais, bem com as deste Termo de Referência.
- Disponibilizar os recursos técnicos e logísticos necessários para que a contratada possa executar os serviços e na conformidade das especificações estabelecidas neste Termo de Referência.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

- Exercer permanente fiscalização da execução do objeto, registrando ocorrências relacionadas a falhas no cumprimento do contrato, e determinando ao preposto ou ao representante da contratada as medidas necessárias à sua regularização.
- Proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações contratuais, inclusive permitir acesso aos profissionais ou representantes da contratada às suas dependências com controle e supervisão das áreas técnicas do CNJ.
- Aplicar as penalidades previstas no contrato, de acordo com as regras estabelecidas no Termo de Referência e assegurando à contratada o contraditório e a ampla defesa.

4.14. Obrigações da Contratada

- Aceitar todos os termos e condições previstas no edital de licitação e seus anexos, à luz da Lei n. 14.133/2021.
- Manter, durante toda a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- Não permitir subcontratação parcial de outra empresa para a execução do objeto desta contratação, em virtude das características técnicas dos agrupamentos de itens que o compõe.
- Indicar o Preposto, nos termos do art. 118 da Lei n.º 14.133/2021, para resolução de problemas, manter entendimentos com os fiscais do contrato, receber comunicações e transmiti-las à Fiscalização.
- O preposto indicado pela contratada deverá reportar, formal e imediatamente, ao gestor do contrato quaisquer problemas, anormalidades, erros e irregularidades que possam comprometer a execução do objeto, utilizando-se das formas de comunicação estabelecidas neste termo de referência.
- O preposto deverá ainda, dentre outras atividades relacionadas aos trabalhadores da Contratada:
 - Entregar contracheques e auxílio-alimentação;
 - Acompanhar e controlar assinatura de folha de ponto;
 - Desenvolver outras atividades administrativas de responsabilidade da Contratada, principalmente quanto ao controle de informações relativas ao seu faturamento mensal e emissão de relatórios;
 - Efetuar o controle dos horários de entrada e saída dos profissionais alocados nos postos de trabalho, acompanhando, diariamente, o correto preenchimento;
- a.5 Solucionar as demandas oriundas dos profissionais alocados na execução dos serviços;



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

- Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social ou aprendizes, bem como as demais reservas de cargos legalmente exigidas, nos termos do art. 116 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
- Comunicar formalmente à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, qualquer situação que possa inviabilizar o pagamento dos salários, benefícios ou demais verbas trabalhistas dos empregados vinculados à execução do contrato, dentro do prazo estabelecido neste Termo de Referência.
- Manter, sob sua exclusiva responsabilidade, o controle da jornada de trabalho dos profissionais designados para ocupação dos postos de trabalho vinculados às Ordens de Serviço em execução, observada a legislação trabalhista vigente, disponibilizando as informações necessárias à fiscalização administrativa do contrato, sempre que solicitado.
- Efetuar a concessão e a disponibilização do vale-alimentação aos profissionais designados para ocupação dos postos de trabalho vinculados às Ordens de Serviço em execução, observados os valores e condições previstos na legislação aplicável e nos instrumentos coletivos de trabalho pertinentes, devendo a disponibilização ocorrer até o quinto dia útil do mês de competência ou em prazo diverso, desde que devidamente comprovado e compatível com o instrumento coletivo adotado pela CONTRATADA, salvo no início da contratação ou na admissão de novos profissionais, quando será concedido o prazo de até 10 (dez) dias corridos para o fornecimento dos auxílios, em razão do tempo necessário para confecção e disponibilização dos respectivos cartões.
- Exigir que seus profissionais circulem nas dependências do CNJ, adequadamente trajados e identificados pelo uso permanente de crachá, com foto e nome visível, de acordo com as regras estabelecidas na Instrução Normativa CNJ nº 02, de 19/08/2020.
- Seguir as instruções e observações dispostas pelo gestor do contrato, bem como reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os itens que constituírem o objeto, quando e se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.
- Responder integralmente por quaisquer perdas ou danos causados ao CNJ ou a terceiros, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus profissionais e em razão da execução do objeto, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeito.
- O Representante legal da contratada deverá assinar Termo de Compromisso, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de que tomar conhecimento e em razão da execução do objeto do contrato, respeitando todos os critérios de sigilo, segurança e inviolabilidade, aplicáveis aos dados, informações, regras de negócio, documentos, entre outros.
- Todos os profissionais da contratada, diretamente envolvidos na execução contratual, deverão assinar Termo de Ciência da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

- Permitir a substituição por outro profissional de qualificação igual ou superior, quando qualquer um dos seus profissionais, cuja qualificação, atuação, permanência ou comportamento decorrentes da execução do objeto forem julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina do órgão ou ao interesse do serviço público, sempre que exigido pelo Gestor do Contrato do CNJ.
- A Contratada deverá declarar, no ato da assinatura do contrato, ciência do Código de Conduta para fornecedores de bens e serviços do Conselho Nacional de Justiça, por meio do Termo de Responsabilidade instituído pela Portaria CNJ nº 18, de 31 de janeiro de 2020.
- Recrutar e selecionar profissionais para os perfis profissionais, devendo observar os requisitos técnicos estabelecidos neste Termo de Referência.
- O prestador de serviço deverá declarar, no ato da assinatura do contrato com a CONTRATADA, ciência do Código de Conduta dos servidores do Conselho Nacional de Justiça, instituído pela Portaria CNJ n. 56/2018.
- Fornecer ferramentas de trabalho que se fizerem necessárias aos perfis profissionais de desenvolvedor para o pleno atendimento de suas obrigações. As ferramentas deverão sempre ser submetidas ao conhecimento e autorização do CNJ, na figura do Gestor, Fiscal Técnico ou demandante, bem como da área responsável pela segurança da informação.
- A contratada deverá iniciar os serviços no prazo estabelecido em cada ordem de serviço, conforme cronograma aprovado pela Administração.
- Acatar as exigências do CONTRATANTE, quanto à execução dos serviços, horários de turnos e escalas de trabalho, nos prazos estabelecidos nas OS's.
- Instruir os seus profissionais quanto às normas de segurança institucional e segurança da informação nas dependências do CNJ.
- Manter quadro de pessoal qualificado e suficiente para atendimento dos serviços, conforme previsto neste Termo de Referência, determinada no ANEXO IV – NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO (NMS) E CÁLCULO DE PAGAMENTO.
- Os empregados da CONTRATADA não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com o CNJ, sendo de exclusiva responsabilidade da empresa as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas, fiscais e demais obrigações legais.
- Comparecer, sempre que solicitado pelo CNJ, ao local designado, por meio do preposto, para exame e esclarecimento de quaisquer ocorrências.
- Os valores dos salários a serem pagos aos ocupantes dos perfis profissionais deverão obedecer ao mínimo estabelecido no ANEXO III - REFERÊNCIA SALARIAL.
- O Preposto, aceito pela Fiscalização para representar administrativamente a CONTRATADA e durante o período de vigência do contrato, deverá comparecer ao CNJ, sempre que for necessário ou determinado pela fiscalização.
- A designação do Preposto não poderá recair sobre quaisquer profissionais



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

ocupantes dos perfis profissionais. O Preposto designado pela CONTRATADA não poderá assumir qualquer perfil profissionais especificado neste instrumento, quer definitivamente, quer transitoriamente em substituição à mão-de-obra faltante.

- o Preposto deverá exercer o acompanhamento e o controle das informações relativas ao faturamento mensal e à emissão de relatórios, devendo demonstrar capacidade gerencial para tratar de todos os assuntos definidos no Contrato.
- Proceder as necessárias advertências e devoluções à CONTRATADA dos profissionais que não atendam às recomendações, cometam atos de insubordinação ou indisciplina, ajam com desrespeito aos superiores, não acatem as ordens recebidas ou não cumpram com suas obrigações.
- Acompanhar a execução do contrato por meio do relatório de atividades mensal, emitido para todos os perfis profissionais.
- Apresentar ao CONTRATANTE, sempre que solicitado, a comprovação do cumprimento das disposições da Convenção Coletiva de Trabalho da categoria, para cada empregado alocado nos perfis profissionais à disposição do CNJ.
- Providenciar, junto ao CONTRATANTE, os procedimentos necessários para abertura da conta depósito vinculada, no prazo de 20 (vinte) dias contados da notificação do CNJ, bem como a assinatura do termo específico que permita ao CNJ ter acesso aos saldos e extratos e vincule a movimentação dos valores depositados à autorização do Conselho.
- O primeiro cartão magnético, para a ativação do perfil profissional, será custeado pelo CONTRATANTE, ao valor unitário de R\$ 6,46 (seis reais e quarenta e seis centavos). Em caso de substituição do crachá de identificação (PVC e/ou magnético), por dano, perda ou por outro motivo de responsabilidade do usuário, será(ão) cobrado(s) da CONTRATADA o(s) valor(s) correspondente(s) ao(s) custo(s) de confecção.
- Ao final do contrato ou na substituição de profissional, a CONTRATADA devolverá ao CONTRATANTE os crachás de identificação dos perfis profissionais (PVC e cartão magnético). Em caso de não devolução do(s) cartão(ões) magnético(s), será cobrado o valor correspondente ao custo de confecção, além de sanção prevista neste Termo. Os custos de confecção poderão ser atualizados, a critério do CONTRATANTE.
- A CONTRATADA deverá disponibilizar sistema de consulta ao banco de horas individual, o qual deverá estar disponível sempre que solicitado por seus empregados ou pela Fiscalização.
- Obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego.
- Disponibilizar ao CONTRATANTE a Legislação Federal e Distrital atualizada e voltada para a regulamentação das atividades contratadas, bem como fornecer, anualmente, a convenção coletiva celebrada com sindicato dos profissionais alocados nos perfis profissionais, tão logo esteja definida.
- Assumir todas as responsabilidades e tomar, por meio de seu preposto, as medidas



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito. A CONTRATADA deverá adotar as providências determinadas pela legislação na hipótese de ocorrência de acidentes que envolvam seus empregados.

- Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços e fiscalizar o seu uso, em especial pelo que consta da Norma Regulamentadora nº 6 do MTE ou equivalente.
- Manter os locais de prestação dos serviços em perfeito estado de uso, conservação e asseio, bem como observar a organização e boa aparência do local de trabalho.
- Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos equipamentos, instrumentos e materiais utilizados, objetivando a segurança e preservação do patrimônio do CNJ sob sua responsabilidade e providenciando a manutenção desses, sempre que necessária.
- Observar as disposições da Resolução CNJ nº 497/2023 (Programa Transformação), promovendo a reserva mínima de 5% (cinco por cento) das vagas vinculadas à execução contratual para mulheres em condição de especial vulnerabilidade econômico-social, observados os critérios definidos na referida norma.
 - o A indisponibilidade de profissionais com a qualificação necessária para o atendimento do objeto contratual não caracterizará descumprimento da obrigação, desde que observadas as disposições da referida Resolução.
- Responder pela reposição integral de bens, sempre que detectada a falta de equipamentos sob responsabilidade da empresa.
- Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, os quais não têm qualquer vínculo empregatício com o CNJ.
- Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar diretamente ao CNJ ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus empregados nos perfis profissionais, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
- Cumprir as normas e regulamentos internos do CNJ, sob pena de rescisão contratual.
- Orientar os empregados dos perfis profissionais, quando em serviço nas dependências do CNJ, a manterem estreita observância quanto aos itens a seguir relacionados:
 - comunicar-se com cordialidade e urbanidade;
 - demonstrar paciência, bem como atender com presteza às solicitações;
 - atender prontamente às solicitações de execução dos serviços;
 - observar as normas de comportamento profissional, bem assim cumprir as normas internas e regulamentos internos do CNJ;



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

- não abordar autoridade ou servidor para tratar de assuntos particulares, de serviço e não atinentes ao contrato;
- não exercer qualquer tipo de atividade comercial (venda, promoção, representação, etc.) dentro das dependências do CNJ, inclusive no intervalo de almoço.
- Não permitir, para tratar de assuntos alheios ao serviço, a utilização dos telefones do CNJ sob a responsabilidade de seus empregados, para ligações locais, interurbanas e internacionais de qualquer natureza. Será deduzido da fatura mensal correspondente qualquer valor referente a serviços especiais e interurbanos, taxas de serviços medidos e registrados nas contas dos aparelhos telefônicos referidos nesse item.
- Comunicar à Fiscalização, imediata e formalmente, qualquer anormalidade referente à execução dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua perfeita execução, reduzindo a termo e informando todos os dados e circunstâncias necessárias ao esclarecimento dos fatos.
- Manter sigilo de todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE, ou de terceiros, que vier tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste Contrato, bem como, orientar seus empregados alocados nos perfis profissionais para observância do disposto neste item, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa.
- O sigilo deverá ser observado, ainda, quanto às informações contidas em documentos, papéis e arquivos gravados em mídias ou em qualquer outro material manipulado para realização dos serviços, dedicando especial atenção à sua guarda, de acordo com o disposto no Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012.
- Autorizar, no momento da assinatura do contrato, ao CNJ a fazer o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários aos empregados, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos pela CONTRATADA e até o momento da regularização no prazo legalmente estabelecido.
- Entregar termo de cessão de direitos autorais, devidamente assinado por todos os empregados alocados para a execução do contrato, no prazo de até 2 (dois) dias a contar do início da prestação dos serviços.
- Apresentar a garantia contratual no valor de 5% do contrato e no prazo estabelecido no contrato.
- Manter, durante toda a vigência do contrato, escritório, filial ou representação constituída no Distrito Federal, com atuação no segmento de tecnologia da informação, apta a prestar suporte presencial à execução contratual, à fiscalização administrativa e às demandas decorrentes da prestação dos serviços. No caso de empresa sediada em outra unidade da Federação, a instalação deverá ocorrer no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da assinatura do contrato.
- Informar, por escrito e de imediato, qualquer alteração em seu endereço ou telefone.
- Manter, durante toda a execução contratual e em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato da contratação.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

- Assinar termo de responsabilidade sobre os bens patrimoniais do CONTRATANTE, que serão utilizados por seus empregados, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da convocação pelo Conselho.
- A relação de bens poderá ser atualizada pelo Conselho sempre que necessário. Novos equipamentos adquiridos pelo CNJ e operados pelos prestadores de serviço da CONTRATADA estarão automaticamente sob responsabilidade desta, mesmo antes da assinatura de novo termo de responsabilidade.
- O CNJ não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.
- São expressamente vedadas à CONTRATADA:
 - a veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE;
 - a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou de ocupante de cargo em comissão, assim como de seus cônjuges, parentes ou afins, até o 3º grau, durante a vigência do contrato.
- Assinar Termo de compromisso de manutenção de Sigilo (ANEXO I - A - MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO), sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do contrato, respeitando todos os critérios de sigilo, segurança e inviolabilidade, aplicáveis aos dados, informações, regras de negócio, documentos, entre outros.
- A contratada deverá assegurar a continuidade da execução das ordens de serviço, mediante designação de profissional equivalente em capacitação técnica, sempre que necessário à boa execução dos serviços.
- As licitantes deverão apresentar declaração de ciência dos termos da Resolução CNJ 651/2025, que dispõe sobre a retenção de encargos trabalhistas, previdenciários e outros, a serem pagos às empresas contratadas para prestar serviços, com mão de obra residente nas dependências de unidades jurisdicionadas ao Conselho Nacional de Justiça – CNJ.
- No caso da antecipação do término contratual e durante o período entre a comunicação do Conselho e o término efetivo da Ordem de Serviço, a CONTRATADA deverá continuar prestando o serviço regularmente, atendendo as demandas restantes e efetuando a transferência de conhecimento acerca do software produzido para a equipe do CNJ.
- No caso em que for configurado inexecução total do contrato, sem prejuízo de multa e demais sanções previstas em lei, a contratada deverá devolver o valor total pago antecipado, atualizado monetariamente pelo Índice de Custos de Tecnologia da Informação (ICTI), conforme [Portaria nº 6.432, de 11 de julho de 2018](#) do Ministério do Planejamento,



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Desenvolvimento e Gestão.

- A contratada, nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei n. 14.133/2021, fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras.
- A contratada deve apresentar, como condição para o pagamento das faturas mensais, toda a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e contratuais relativas à execução do objeto, conforme relação detalhada no ANEXO XVII - LISTA DE DOCUMENTOS PARA PAGAMENTO E FISCALIZAÇÃO deste Termo de Referência, elaborada em observância à Portaria Diretoria-Geral CNJ nº 17/2025.
- Atender às solicitações de documentos complementares formuladas pela Administração, a qualquer tempo, sempre que necessárias à adequada fiscalização da execução contratual, inclusive para verificação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e sociais.

4.15. Estimativa de preços

A remuneração dos profissionais alocados seguirá os valores de referência estabelecidos na Portaria SGD/MGI nº 6.040, de 11 de agosto de 2025, utilizada exclusivamente como parâmetro para aferição dos valores mínimos de remuneração dos perfis profissionais previstos na contratação.

O cálculo da estimativa de preços considera os valores de referência definidos para cada perfil profissional, conforme detalhado nas tabelas da referida Portaria, acrescidos dos encargos trabalhistas, previdenciários, tributários e demais custos operacionais aplicáveis, nos termos da legislação vigente. Os valores de referência são periodicamente atualizados pela Secretaria de Governo Digital, de modo a refletir as variações de mercado.

A modalidade de pagamento adotada será por postos de trabalho com dedicação exclusiva de mão de obra, sendo a remuneração baseada no salário do perfil profissional correspondente, admitindo-se ajustes vinculados à aferição de resultados, por meio de indicadores de desempenho e qualidade, conforme critérios definidos neste Termo de Referência.

Os perfis a serem contratados incluem Desenvolvedores de Software Pleno e Sênior, Líder Técnico de Desenvolvimento, Arquiteto de Software Sênior, Scrum Master e Analistas de Testes/Qualidade, totalizando até 119 (cento e dezenove) postos de trabalho, distribuídos conforme a necessidade dos projetos. A Tabela 7 apresenta a remuneração mínima admitida para cada perfil profissional constante do objeto da contratação.

Tabela 7 – Remuneração mínima por perfil profissional

Cod. Perfil	Desc. Perfil	qte	CBO	Sal.(R\$)
DESENV-02	Desenvolvedor de Software - Pleno	45	2124-05	10.713,73
DESENV-03	Desenvolvedor de Software - Sênior	39	2124-05	15.750,00



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

LDENV	Líder Técnico de Desenvolvimento	7	2124-05	16.966,67
ARQSOF-02	Arquiteto de Sw Sênior	7	2124-25	18.542,27
SCRUM	SCRUM Master	7	2104-05	11.966,67
ATQ 03	Analista de Testes/Qualidade	14	2124-30	11.081,16

A Tabela 8 lista a estimativa total da Ata de Registro de Preços prevista para contratação.

Tabela 8 - Estimativa de preços

Item	CATSER	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR SALARIAL (A)	CUSTO UNITÁRIO MENSAL DO PROFISSIONAL (B)	FATOR-K (C) = B/A	QUANTIDADE ESTIMADA DE PROFISSIONAIS (D)	CUSTO MENSAL DO PERFIL PROFISSIONAL (E) = B*H	CUSTO TOTAL DO PERFIL PROFISSIONAL (F) = H*20	CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA RESSARCIMENTO AVISO PRÉVIO TRABALHADO - PAGO PELO FATO GERADOR
1	27260	DESENV-02 - Desenvolvedor de Software Pleno	R\$10.713,73	R\$ 25.593,88	2,38889	45	R\$ 1.151.724,67	R\$ 23.034.493,37	R\$ 206.628,97
2	27260	DESENV-03 - Desenvolvedor de Software Sênior	R\$15.750,00	R\$ 37.007,58	2,34969	39	R\$ 1.443.295,73	R\$ 28.865.914,69	R\$ 263.258,97
3	27260	LDENV - Líder Técnico de Desenvolvimento	R\$16.966,67	R\$ 39.764,92	2,34371	7	R\$ 278.354,46	R\$ 5.567.089,19	R\$ 50.901,74
4	27260	ARQSOF-02 - Arquiteto de Software Sênior	R\$18.542,27	R\$ 43.335,71	2,33713	7	R\$ 303.349,94	R\$ 6.066.998,83	R\$ 55.628,70
5	27260	SCRUM - SCRUM Master	R\$11.966,67	R\$ 28.433,42	2,37605	7	R\$ 199.033,94	R\$ 3.980.678,82	R\$ 35.901,23
6	27260	ATQ 03 - Analista de Testes/Qualidade	R\$11.081,16	R\$ 26.426,59	2,38482	14	R\$ 369.972,24	R\$ 7.399.444,73	R\$ 66.489,22
CUSTO ESTIMADO								R\$ 74.914.619,63	R\$ 678.808,84
CUSTO TOTAL ESTIMADO								R\$ 75.593.428,47	

4.16. Adequação orçamentária

A despesa decorrente desta licitação correrá à conta de recursos do Orçamento Geral da União, Programa de Trabalho 02.032.0033.21IQ.5664 - "Modernização do Poder Judiciário". Natureza da Despesa: 3.3.90.40.21.

4.17. Da Repactuação

Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado.

O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

a) Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

b) Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

normativa da categoria profissional Análise de Termo de Referência 2410062 SEI 08126/2023 / pg. 6 abrangida pelo contrato.

A repactuação dos valores do salário, do auxílio-alimentação e dos benefícios de natureza trabalhista ou social indicados neste Contrato terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, aquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação) e não o instrumento paradigma.

Os índices aplicados para aumento do salário, do auxílio-alimentação e dos benefícios de natureza trabalhista ou social indicados neste Contrato serão aqueles constantes no instrumento coletivo ao qual está vinculado o Contratado, e esses índices serão aplicados sobre os valores do salário, do auxílio-alimentação e dos benefícios de natureza trabalhista ou social constantes na proposta apresentada pela empresa no momento da licitação.

Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 60 (sessenta) dias, contado da data do fornecimento, pelo Contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.

A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

O Contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

Caso o Contratado esteja sujeito ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

4.18. Sanções Administrativas

Nos termos da Instrução Normativa CNJ n. 94/2023 e dos arts. 155, 156 e 162 da Lei n. 14.133/2021, comete infração administrativa a Contratada que:

- I. der causa à inexecução parcial do contrato;
- II. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. der causa à inexecução total do contrato;
- IV. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- V. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- VI. praticar ato fraudulento na execução do contrato;



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

VII. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

VIII. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Serão aplicadas à Contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) advertência, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa no valor de:

- 0,1% (um décimo por cento) por dia e no caso de descumprimento do prazo para realização da reunião de alinhamento, prevista em etapa antes consignada e calculada sobre o valor contratado, limitada a incidência a 30 (trinta) dias de atraso;
- No caso de atraso injustificado para realização da reunião de alinhamento por prazo superior a 30 (trinta) dias, com a aceitação do objeto pela Administração, será aplicada multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor contratado;
- 0,30% (três décimos por cento) por dia, calculado sobre o valor total da Ordem de Serviço e no caso de descumprimento do prazo de entrega, limitada à incidência a 10 (dez) dias corridos;
- No caso de atraso injustificado na entrega do objeto por prazo superior a 10 (dez) dias corridos, com a aceitação pela Administração, será aplicada a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ordem de Serviço;
- No caso de atraso injustificado na entrega do objeto por prazo superior a 10 (dez) dias corridos, com a não aceitação pela Administração, será aplicada multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ordem de Serviço, caracterizando-se, nessa hipótese, a inexecução total da obrigação;
- No caso de atraso injustificado na assinatura contratual por prazo superior a 30 (trinta) dias e, portanto, de inexecução parcial da obrigação, com a não aceitação do objeto pela Administração, será aplicada a multa de 1% (um por cento) sobre o valor total contratado e, quando da entrega de assinaturas na quantidade ou qualidade inferiores às contratadas;
- 20% (vinte por cento) sobre o valor total contratado, no caso de inexecução total da obrigação;
- As respectivas multas serão aplicadas sem prejuízo dos descontos aplicados no ANEXO IV – NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO (NMS) E CÁLCULO DE PAGAMENTO
- Sem prejuízo da aplicação dos descontos inerentes aos Níveis de Serviço apurados mensalmente, poderá caracterizar inexecução parcial do contrato a ocupação de posto de trabalho pela CONTRATADA com profissional que não atenda aos requisitos de qualificação



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

técnica exigidos, por 3 (três) vezes consecutivas no âmbito da mesma Ordem de Serviço, ou por 6 (seis) vezes alternadas no período de 8 (oito) meses, no âmbito do contrato;

- Sem prejuízo dos descontos inerentes aos Níveis de Serviço apurados mensalmente e no caso de atraso na contratação de reposição em prazo previsto anteriormente, a empresa será glosada em 1% (um por cento) ao dia por ocorrência do perfil profissional, limitado a 20% (vinte por cento) de seu valor mensal, salvo registro prévio da Contratada de fator superveniente e acolhimento pelo Contratante.
- Poderá caracterizar inexecução parcial do contrato:
- Descumprimentos de níveis mínimos de serviço no âmbito da mesma Ordem de Serviço que tenham ensejado desconto total igual ou superior a 30% (trinta por cento) do valor de faturamento da OS em três faturamentos consecutivos ou por quatro faturamentos em seis faturamentos consecutivos dessa OS.
- Não alcance de meta do mesmo indicador de qualidade no âmbito da mesma Ordem de Serviço, em três faturamentos consecutivos ou por quatro faturamentos em seis faturamentos consecutivos dessa OS.
- Descumprimentos de níveis mínimos de serviço que tenham ensejado desconto total igual ou superior a 30% (trinta por cento) do valor de faturamento da OS em quatro faturamentos dessa OS ou de OS distintas no período de 6 (seis) meses no âmbito do contrato.
- Tentativa de burla de mecanismos de aferição dos níveis de serviço previstos.
- **Multas – Infrações trabalhistas e administrativas específicas:**
- Em caso de redução da quantidade de profissionais alocados na Ordem de Serviço, sem prévia autorização do Contratante e sem a correspondente substituição, aplicar multa de 2% (dois por cento) sobre o valor mensal do posto de trabalho suprimido, por ocorrência, sem prejuízo da glosa proporcional do período e da caracterização de inexecução parcial do contrato em caso de reincidência;
- **Em caso de não substituição de profissional afastado por período superior a 30 (trinta) dias consecutivos**, em razão de férias, auxílio-doença, auxílio-maternidade ou outro afastamento legal, **aplicar multa de 1% (um por cento) ao dia**, calculada sobre o valor mensal do respectivo posto de trabalho, limitada a **20% (vinte por cento)**, sem prejuízo da glosa proporcional e da caracterização de inexecução parcial do contrato, ressalvados os casos de ausências temporárias iguais ou inferiores a 30 (trinta) dias, desde que mantidos os níveis mínimos de serviço e aceita justificativa formal pela Administração, em razão da necessidade de curva de aprendizagem dos profissionais de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC.
- Em caso de ausência de profissional durante o horário de expediente regular do CNJ, compreendido entre 08h00 e 20h00, de segunda a sexta-feira, aplicar multa de 1% (um por



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

cento) sobre o valor mensal do posto de trabalho afetado, por dia de ocorrência, sem prejuízo da glosa proporcional e da caracterização de inexecução parcial em caso de recorrência;

- Em caso de atraso na entrega de documentação prevista no contrato, inclusive aquela necessária à fiscalização trabalhista, previdenciária e fiscal, aplicar multa de 0,2% (dois décimos por cento) por dia, calculada sobre o valor mensal do contrato, limitada a 3% (três por cento), sem prejuízo de advertência na primeira ocorrência;
- Em caso de atraso no pagamento de salários, férias, décimo terceiro salário, vale-refeição ou quaisquer outros benefícios legais ou convencionais devidos aos profissionais alocados na execução dos serviços, aplicar multa de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor mensal do contrato, limitado a 5% (cinco por cento), por ocorrência, sem prejuízo da retenção de pagamentos até a regularização e da caracterização de infração grave em caso de reincidência;
- Em caso de atraso na quitação das verbas e multas rescisórias por ocasião do encerramento do vínculo dos profissionais alocados na execução contratual, aplicar multa de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor mensal do contrato, limitado a 5% (cinco por cento), por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão contratual em caso de reincidência;
- Em caso de atraso injustificado no fornecimento de materiais ou equipamentos necessários à adequada execução dos serviços, aplicar multa de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia, calculada sobre o valor mensal do contrato, limitada a 10% (dez por cento), sem prejuízo da glosa proporcional do período afetado;
- Em caso de atraso injustificado na abertura da conta-depósito vinculada — bloqueada para movimentação, nos termos da legislação aplicável, aplicar multa de 0,2% (dois décimos por cento) por dia, calculada sobre o valor mensal do contrato, limitada a 10% (dez por cento), sem prejuízo do impedimento de faturamento até a efetiva regularização.

c) impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta Federal e descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até 3 (três) anos quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “II”, “III” e “IV”, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta Federal pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “V”, “VI”, “VII” e “VIII”, bem como nas alíneas “II”, “III” e “IV”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;

e) as sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa.

Excepcionalmente, desde que justificado pelo gestor da contratação no processo administrativo, o CNJ poderá, ad cautelam, efetuar a retenção do valor da multa



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

presumida, em conformidade com o Termo de Referência, e instaurar de imediato o procedimento administrativo para apuração de responsabilidade por descumprimento, que deverá ter tramitação prioritária.

O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo CNJ à Contratada, ou cobrado judicialmente.

Quando houver provimento da defesa prévia, do recurso ou na hipótese de a Administração reconsiderar, de ofício, a decisão que aplicar a penalidade, os valores retidos cautelarmente serão devolvidos ao interessado.

Não sendo possível a retenção do valor presumido da multa, a empresa penalizada será oficiada para realização do pagamento via Guia de Recolhimento da União (GRU) em 10 (dez) dias.

5. REQUISITOS TÉCNICOS

5.1. Condições Gerais

Os serviços técnicos de desenvolvimento e manutenção de software com práticas ágeis deverão ser prestados na forma regime de trabalho híbrido (remoto e ou presencial), seguindo o processo definido no ANEXO V - PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO/SUSTENTAÇÃO DE SISTEMAS -PDS, adotando as práticas ágeis, tendo como referência a Metodologia Scrum, e respeitando os padrões técnicos utilizados no Conselho.

Para melhor desempenho das atribuições contratadas e à critério do CNJ, o ambiente técnico poderá ser readequado, devendo a Contratada manter-se atualizada quanto às comunicações internas veiculadas nas reuniões, às trocas de mensagens e aos informes institucionais.

Os serviços serão prestados por meio de profissionais sob responsabilidade da CONTRATADA, alocados em regime de trabalho híbrido (remoto e ou presencial), com a prerrogativa para o regime de trabalho remoto e na forma de perfis profissionais. Cada profissional desempenhará o papel de membro de equipe de desenvolvimento previsto no Scrum, enquanto os demais papéis, como Scrum Master e Product Owner (PO) serão desempenhados por representantes do CONTRATANTE ou por ele indicado.

O serviço deverá ser prestado, em regra, nos dias úteis e dentro do horário de atendimento às demandas próprias e nacionais endereçadas ao CNJ, fixado das 8h às 20h.

Excepcionalmente e sem custo adicional, o Conselho poderá autorizar a execução do serviço em dia não útil ou fora do horário normal de funcionamento do CNJ, mediante encaminhamento de solicitação com três dias que antecede a data desejada.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Cada perfil profissional previsto nesta contratação deverá cumprir 8 horas de expediente diário, e dentro do horário de funcionamento de 8 às 20 horas, observada a legislação trabalhista vigente.

Não haverá remuneração adicional do CNJ à CONTRATADA no caso de execução de jornada de trabalho diária superior a 8 (oito) horas.

O Conselho definirá, por Ordem de Serviço, os dias e horários em que ocorrerão as reuniões e demais atividades previstas no respectivo contrato de desenvolvimento ou manutenção de Software e que requererem a presença de todos os profissionais da CONTRATADA. Estas definições poderão ser alteradas durante a execução da ordem de serviço, mediante comunicação prévia à CONTRATADA.

5.2. Preposto

No prazo de 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá indicar, mediante declaração e aceito pela fiscalização contratual, um preposto, que seja distinto dos profissionais que irão prestar o serviço, para representá-la administrativamente e sempre que for necessário. Na referida declaração deverá constar o nome completo, nº do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional.

O preposto deverá ter experiência comprovada em gestão de serviços terceirizados e conhecimentos acerca de processos de desenvolvimento e manutenção de Sistemas baseado em Scrum e Kanban.

A qualificação do preposto deverá ser comprovada por meio de certificado(s), comprovante(s) e/ou certidões que atestem o atendimento aos requisitos acima descritos, além de currículo atualizado.

O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos serviços prestados e demais assuntos relativos à execução contratual.

A CONTRATADA orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações do Conselho, inclusive quanto ao cumprimento dos normativos internos.

O preposto deverá participar de reuniões sempre que solicitado pelo Conselho para discutir o andamento da execução contratual.

5.3. Atividades a serem desenvolvidas pela Contratada, a critério do Contratante

- Desenvolvimento (codificação de software) e sua respectiva manutenção;



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

- Testes de software tanto na fase de desenvolvimento, quanto na de manutenção (ex.: teste de unidade, integração, sistema/funcional, aceitação/estória, carga, desempenho, vulnerabilidade, usabilidade, acessibilidade);
- Análise e projeto de software;
- Levantamento e análise de requisitos funcionais e não-funcionais, incluindo requisitos de acessibilidade;
- Modelagem de dados (modelo lógico e físico);
- Controle de versões de código-fonte de software e geração de builds;
- Instalação e configuração básica de servidor de aplicação em ambiente de não produção (ex.: desenvolvimento, homologação, etc.) E publicação (deploy) dos sistemas desenvolvidos nestes ambientes;
- Apoio ao product owner (po) na definição e especificação de requisitos (refinamento dos itens do backlog do produto);
- Participação ativa nas reuniões e demais práticas inerentes ao desenvolvimento ágil;
- Medição do software produzido conforme manual de práticas de contagem (cpm) versão 4.3.1 (ou superior) do IFPUG e requisitos definidos neste termo de referência; transferência de conhecimento acerca do projeto para a equipe do CNJ;
- Manutenção de software codificado em tecnologias java, php, python e dephi consideradas legadas (ex.: jsp, java beans, struts, jboss seam, gwt, cakephp).

5.4. Atividades a serem executadas pela Contratante

- A área de gestão de sistemas do DTI será responsável pela avaliação dos perfis profissionais encaminhados pela CONTRATADA. As avaliações serão realizadas obrigatoriamente no início da relação contratual e a cada substituição de profissional de um ou mais perfis profissionais;
- O enquadramento de profissional nos perfis profissionais previstos no objeto do Termo de Referência está detalhado no ANEXO XVI – EXPERIÊNCIA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL
- São exigidas dos profissionais as seguintes competências comportamentais:
 - proatividade, capacidade de trabalho em equipe, capacidade de autogerenciamento e tomada de decisão, capacidade de comunicação (capacidade de se expressar oralmente e por escrito com precisão e clareza e de compreender com facilidade mensagens escritas e faladas).



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

•O período de adaptação para uso das ferramentas de apoio ao desenvolvimento de software, frameworks, bibliotecas de software e boas práticas de desenvolvimento, entre outras adotadas pelo Conselho no seu processo de desenvolvimento, por parte dos profissionais de JAVA, PHP e PYTHON será de 22 dias úteis.

•A despeito das referidas ferramentas de apoio, frameworks, bibliotecas de software ou boas práticas, sugere-se:

- a. JBehave / Concordion / Spock;
- b. Continuous Deployment;
- c. NoSQL (ex.: Elasticsearch, MongoDB, Hadoop);
- d. Kafka;
- e. React;
- f. RabbitMQ;
- g. Eureka;
- h. Protocolo de armazenamento S3, com utilização do software MinIO.D.

5.5. Experiência e Formação Profissional

•Os serviços de desenvolvimento e manutenção de software deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados nos produtos/serviços em questão, bem como com todos os recursos ferramentais necessários para a prestação dos serviços;

•O Contratado deverá executar os serviços observando os perfis mínimos e composição mínima de time previstos na Ordem de Serviço, conforme descrito na Seção "Requisitos de Formação da Equipe", de acordo com os requisitos mínimos de experiência e formação profissional exigidos para cada especialidade Descrito em ANEXO XVI – EXPERIÊNCIA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL;

•A Experiência/Qualificação deverá ser comprovada no momento da apresentação do profissional, conforme estabelecido na respectiva ordem de serviço, por meio de Registro em Carteira de Trabalho ou contrato(s) executado(s) pelo profissional, além da devida documentação necessária para que se comprove a participação do funcionário na execução das atividades;

•A formação deverá ser comprovada no momento da apresentação do profissional, conforme estabelecido na respectiva ordem de serviço por meio de Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação na área de Tecnologia da Informação ou nível superior em qualquer área com pós-graduação na área de Tecnologia da Informação em nível de especialização ou mestrado ou doutorado, fornecido por instituição de ensino



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

superior reconhecido pelo Ministério da Educação – MEC, ou pelo órgão competente para tanto no país de emissão do diploma.

5.6. Formação da Equipe

- Admite-se o compartilhamento do profissional em equipes simultâneas no mesmo contrato, observando-se os limites estabelecidos na Tabela 1Tabela 9;
- Não será permitido o acúmulo de funções descritas na tabela acima para um mesmo profissional, sendo possível o compartilhamento em times diferentes, conforme limite máximo previsto na Tabela 1Tabela 9;

Tabela 9 – Compartilhamento Máximo Simultâneo

Item	Cod. Perfil	Desc. Perfil	Compartilhamento Máximo Simultâneo
1	DESENV-02	Desenvolvedor de Software - Pleno	Não pode ser compartilhado entre projetos simultâneos
2	DESENV-03	Desenvolvedor de Software - Sênior	Não pode ser compartilhado entre projetos simultâneos
3	LDENV	Líder Técnico de Desenvolvimento	Até 3 projetos
4	ARQSOF-02	Arquiteto de Software Sênior	Até 3 projetos
5	SCRUM	SCRUM Master	Até 3 projetos
6	ATQ 03	Analista de Testes/Qualidade	Até 3 projetos

5.7. Medição do tamanho funcional do software desenvolvido

A medição do tamanho funcional do software desenvolvido para fins de aferição do cumprimento dos níveis de serviço (ANEXO IV – NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO (NMS) E CÁLCULO DE PAGAMENTO) será de responsabilidade da CONTRATADA e será realizada conforme o ANEXO IX – MEDIÇÃO FUNCIONAL DO SOFTWARE, bem como pelo ANEXO XII – GUIA DE MELHORES PRÁTICAS DE MEDIÇÃO FUNCIONAL DE SOFTWARE.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

A medição deverá ser realizada por especialista da CONTRATADA, certificado em Ponto de Função (Certified Function Point Specialist - CPFS) pelo International Function Point Users' Group (IFPUG) e posteriormente validado pelo CNJ. Ressalta-se não ser necessária a ocupação dos perfis profissionais previstos no contrato por parte dos referidos especialistas.

Ressalta-se, também, que a realização desta atividade não implica em redução da produtividade esperada, nem dos demais níveis mínimos de serviço exigidos, devendo o seu custo ser incluído pela CONTRATADA no item relativo aos - "Lucros e despesas indiretas" de sua proposta de preços.

O profissional sob a responsabilidade da CONTRATADA que estiver desenvolvendo o software deverá repassar as informações necessárias ao especialista que realizará a medição do seu tamanho funcional e à equipe do CNJ, que fará a sua validação.

O CNJ poderá validar e considerar para fins de aferição de níveis de serviço, caso seja do seu interesse, fazer a medição em tamanho funcional apresentada pela empresa, desde que a não conferência do restante não implique em prejuízo do pagamento devido à CONTRATADA. A seu critério, o CNJ poderá submeter a validação da medição realizada pela CONTRATADA à pessoa física ou jurídica devidamente qualificadas/certificadas.

As medições realizadas pelo especialista da CONTRATADA, e para cada demanda apresentada, deverão ser registradas no relatório de contagem, conforme ANEXO VII – MODELO DE RELATÓRIO DE CONTAGEM FUNCIONAL DETALHADA, e inseridas em processo SEI, em formato pré-estabelecido. Caso o CNJ identifique inconsistências na contagem apresentada, a CONTRATADA deverá fazer os devidos ajustes.

Divergências técnicas a respeito das contagens realizadas deverão ser sanadas diretamente entre o especialista da CONTRATADA e o CNJ. Cabe ao CNJ o posicionamento técnico final sobre o tema, que deverá ser registrado no SEI para futura referência e respectiva documentação do caso.

A definição de fronteiras entre aplicações para fins de utilização da técnica de pontos de função é de responsabilidade exclusiva do CNJ. A evolução das aplicações, entrada em produção de novas aplicações ou mudanças de requisitos dos usuários podem representar alteração nas fronteiras das aplicações. Uma nova definição de fronteiras apenas será utilizada nas medições após a sua disponibilização para a CONTRATADA.

5.8. Acompanhamento dos serviços

A prestação do serviço será realizada de acordo com os preceitos mais recentes registrados no PDS e na OS, conforme previsto no ANEXO V - PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO/SUSTENTAÇÃO DE SISTEMAS -PDS e será acompanhada por equipe técnica do CNJ.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Além da fiscalização da execução do contrato, a equipe do CNJ assumirá ou indicará representantes para execução das atividades inerentes aos demais papéis previstos no processo de desenvolvimento ágil (ex.: Scrum Master, Product Owner, etc.). O CNJ atuará ainda em atividades de testes, conformidade e outras que forem necessárias ao sucesso dos projetos e à sustentabilidade dos softwares produzidos após o término do contrato.

Após a disponibilização de posto de trabalho pela CONTRATADA, para atendimento a determinado perfil profissional, caso o CNJ identifique que o profissional designado para sua ocupação não atenda aos requisitos de qualificação estabelecidos neste Termo de Referência, o Conselho notificará a não conformidade à CONTRATADA, que terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para promover a regularização ou a substituição do profissional.

A qualificação do profissional será avaliada pela capacidade da execução de tarefas concretas no âmbito da prestação do serviço, pela área de gestão de sistemas do Departamento de Tecnologia da Informação, que emitirá parecer conclusivo em até 5(cinco) dias úteis.

5.9. Ausências e substituições de profissional da contratada

Todo profissional da CONTRATADA deve possuir a qualificação mínima exigida, conforme este Termo de Referência, inclusive aqueles alocados temporariamente pela empresa para cobrir ausências eventuais de outros perfis profissionais.

O Conselho não remunerará a CONTRATADA por perfis profissionais não ocupados.

5.10. Término da prestação do serviço

No interesse da Administração, o Conselho poderá antecipar ou prorrogar o término da Ordem de Serviço, devendo comunicar a CONTRATADA com antecedência mínima de 22 (vinte e dois) dias úteis.

No caso de antecipação do término e durante o período entre a comunicação do Conselho e o término efetivo da Ordem de Serviço, a CONTRATADA deverá continuar prestando o serviço regularmente, atendendo as demandas restantes e efetuando a transferência de conhecimento acerca do software produzido para a equipe do CNJ.

6. DA PUBLICIDADE

O extrato do contrato será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial do CNJ na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012."



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

7. SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

7.1. Confidencialidade

A CONTRATADA deverá respeitar a classificação das informações produzidas ou custodiadas pelo Conselho que vier a ter acesso por necessidade do serviço. Para isso, a CONTRATADA deverá assinar o Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e respeito às normas de segurança vigentes no CNJ de acordo com o modelo indicado no ANEXO I - A - MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO.

A CONTRATADA deve providenciar toda a documentação relacionada às normas de segurança vigentes e solicitar aos seus profissionais alocados na execução dos serviços a assinatura de declaração de ciência das normas de segurança vigentes, de acordo com modelo indicado no ANEXO II - TERMO DE RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO COM O CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES E COMPRADORES.

7.2. Boas práticas relativas à segurança da informação durante o desenvolvimento

A CONTRATADA, na execução dos serviços contratados, deverá observar boas práticas relativas à segurança da informação, especialmente as indicadas nos normativos internos do CNJ e para todas as atividades executadas durante o ciclo de desenvolvimento das aplicações.

A CONTRATADA deverá providenciar cópia da Política da Segurança da Informação (PSI) do CNJ e das demais normas disponibilizadas pelo Conselho a todos os profissionais alocados na execução dos serviços, bem como zelar pela observância dessas normas.

8. ANEXOS



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

ANEXO I - A - MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

O Conselho Nacional de Justiça, sediado em SAF Sul, Quadra 02, lote 05\06, edifício Premium Bloco E, em Brasília – Distrito Federal, CNPJ n.º 07.421.906/0001-29 doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a <NOME DA EMPRESA>, sediada em <ENDEREÇO>, CNPJ n.º <CNPJ>, doravante denominada CONTRATADA;

CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO N.º XX/20XX doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, a CONTRATADA poderá ter acesso a informações sigilosas do CONTRATANTE;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação do CONTRATANTE;

Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições

Cláusula Primeira – DO OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sensíveis e sigilosas, disponibilizadas pelo CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõe o Decreto n. 7.845/2012- Salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado.

Cláusula Segunda – DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

Informação: é o conjunto de dados organizados de acordo com procedimentos executados por meios eletrônicos ou não, que possibilitam a realização de atividades específicas e/ou tomada de decisão.

Informação Pública ou Ostensiva: são aquelas cujo acesso é irrestrito, obtida por divulgação pública ou por meio de canais autorizados pelo CONTRATANTE.

Informações Sensíveis: são todos os conhecimentos estratégicos que, em função de seu potencial no aproveitamento de oportunidades ou desenvolvimento nos ramos econômicos, político, científico, tecnológico, militar e social, possam beneficiar a Sociedade e o Estado brasileiros.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Informações Sigilosas: são aquelas cujo conhecimento irrestrito ou divulgações possam acarretar qualquer risco à segurança da sociedade e do Estado, bem como aquelas necessárias ao resguardo da inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas.

Cláusula Terceira – DAS INFORMAÇÕES SIGILOSAS

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação escrita ou oral, revelada a outra parte, contendo ou não a expressão confidencial e/ou reservada. O TERMO informação abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades do CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

Parágrafo Primeiro – Comprometem-se, as partes, a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas informações, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Segundo – As partes deverão cuidar para que as informações sigilosas fiquem restritas ao conhecimento das pessoas que estejam diretamente envolvidas nas atividades relacionadas à execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Terceiro – As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

I – Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação;

II – Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;

III – Sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis

Cláusula Quarta – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

As partes se comprometem e se obrigam a utilizar a informação sigilosa revelada pela outra parte exclusivamente para os propósitos da execução do CONTRATO PRINCIPAL, em conformidade com o disposto neste TERMO.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio do CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência ao CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa do CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as informações deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto - A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das informações, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das Informações Proprietárias por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III – Comunicar ao CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das informações, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

Cláusula Quinta – DA VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

Cláusula Sexta – DAS PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das informações, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 87 da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Sétima – DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações deles decorrentes, ou se constatando casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

I – O CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pelo CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV – Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentações brasileiras pertinentes;

V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO PRINCIPAL;

VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar Informações Sigilosas para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

Cláusula Oitava – DO FORO

O CONTRATANTE elege o foro da <CIDADE DO CONTRATANTE>, onde está localizada a sede do CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes na forma eletrônica, nos termos da Lei n. 11.419/2006 e da Instrução Normativa CNJ n. 67/2015..



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

_____, _____ de _____ de 20____

<ASSINATURA DO CONTRATANTE> - Nome/Matricula

<ASSINATURA DO CONTRATADA> - nome/identificação



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

ANEXO II - TERMO DE RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO COM O CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES E COMPRADORES

_____, inscrita no CNPJ nº _____, nesse ato representada
por _____, inscrita no CPF nº _____, declaro:

Ter recebido, neste ato, cópia do " Código de Conduta para Fornecedores de Bens e de Serviços do Conselho Nacional de Justiça ";

Ter conhecimento do inteiro teor do referido Código e estar de pleno acordo com o seu conteúdo, que li e entendi, comprometendo-me a cumpri-lo fielmente durante toda a vigência de meu contrato e, após, no que for cabível;

Ter conhecimento de que para fornecer serviços, bens e produtos ou estabelecer qualquer tipo de parceria com o Conselho Nacional de Justiça é necessário respeitar fielmente o presente Código, cujas avaliações quanto ao cumprimento serão objeto de cláusula (s) contratual (ais).

Ter conhecimento de que as infrações a este Código, às políticas e normas do Conselho Nacional de Justiça serão analisadas, mediante a apresentação de relatórios, documentos, disponibilização de acesso a sistemas informatizados, vistorias, na forma que forem estabelecidas nas cláusulas citadas acima, estando sujeitas a não prorrogação dos contratos administrativos e às ações aplicáveis, sem prejuízo de encaminhamento aos órgãos responsáveis pela apuração dos fatos e aplicação das penalidades cabíveis.

_____, _____ de _____ de _____



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

ANEXO III - REFERÊNCIA SALARIAL – Valor Mínimo

Cod. Perfil	Desc. Perfil	qte	CBO	Sal.(R\$)
DESENV-02	Desenvolvedor de Software - Pleno	45	2124-05	10.713,73
DESENV-03	Desenvolvedor de Software - Sênior	39	2124-05	15.750,00
LDENV	Líder Técnico de Desenvolvimento	7	2124-05	16.966,67
ARQSOF-02	Arquiteto de Software Sênior	7	2124-25	18.542,27
SCRUM	SCRUM Master	7	2104-05	11.966,67
ATQ 03	Analista de Testes/Qualidade	14	2124-30	11.081,16



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

ANEXO IV – NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO (NMS) E CÁLCULO DE PAGAMENTO

1 NÍVEIS DE SERVIÇO

1.1.1 Índice de Evolução do Sistema (IES)

- 1.1.1.1 Os níveis de serviço de OS do tipo Desenvolvimento (PROJETO) serão representados por indicador de desempenho denominado Índice de Evolução do Sistema (IES), que será a média ponderada de 3 componentes que apontam para a relação de importância das entregas de software ante os resultados esperados:

Componentes do IES	Peso
Índice de Produtividade (IP)	0,45
Índice de Qualidade (IQ)	0,40
Avaliação do Product Owner (APO)	0,15

- 1.1.1.2 O Índice de Evolução do Sistema - IES será aferido no início e durante a execução dos serviços contratados e em momento escolhido pelo CNJ, e obrigatoriamente ao término da Ordem de Serviço.
- 1.1.1.3 Adicionalmente, há níveis mínimos de serviço exigidos para alguns componentes do IES isoladamente, conforme item 1.1.17 – “Descontos a serem aplicados de acordo com o índice de cumprimento dos níveis de serviço”.
- 1.1.1.4 Verificado eventual prejuízo produtivo ou qualitativo comprovadamente motivado pela intempestividade ou falta de dados/informações a cargo da CONTRATANTE, os descontos serão proporcionalmente ajustados em relação ao respectivo índice de cumprimento dos níveis de serviço.

1.1.2 Índice de produtividade (IP)

- 1.1.2.1 O Índice de Produtividade (IP) é composto por dois itens: Item de Controle de Produtividade em Tamanho Funcional (ICPTF) e Item de Controle de Produtividade em Linhas de Código (ICPLC). Estes itens serão aferidos comparando a produtividade no período de aferição com a produtividade-base estabelecida neste Anexo.
- 1.1.2.2 A divisão do peso do IP entre seus dois componentes encontra-se no quadro a seguir:



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Componentes do IP	Peso
Item de Controle de Produtividade em Tamanho Funcional (ICPTF)	0,25
Item de Controle de Produtividade em Linhas de Código (ICPLC)	0,20
Peso Total do IP	0,45

1.1.2.3 A produtividade será estabelecida em termos de dias de efetiva ocupação de perfil profissional, unidade esta que será identificada por DIA-DESENVOLVEDOR.

1.1.2.3.1 Por exemplo, se em um dado período de aferição tivermos 30 dias de efetiva ocupação de 6 perfis profissionais, haverá neste período 180 DIAS-DESENVOLVEDOR.

1.1.2.3.2 Não serão considerados aqueles dias em que não houver efetiva prestação do serviço, como finais de semana e feriados, em regra.

1.1.3 Item de controle de produtividade em tamanho funcional (ICPTF)

1.1.3.1 Para calcular o Item de Controle de Produtividade em Tamanho Funcional (ICPTF), deverá ser medido primeiro o Tamanho da Evolução Funcional (TEF), que é o quantitativo de pontos de função correspondente aos aprimoramentos realizados na versão atual do *software* em relação à versão anterior, de acordo com a edição atualizada do Manual de Contagem do CNJ e do Roteiro de Métricas de *Software* do SISP e do Manual de Práticas de Contagem (CPM) versão 4.3.1 (ou superior) do IFPUG.

1.1.3.1.1 Por versão atual considera-se aquela versão do *software* que contiver os aprimoramentos homologados pelo Product Owner (PO) até a data final do período escolhido pelo CNJ para aferição do Índice de Evolução do Sistema (IES).

1.1.3.1.2 Por versão anterior do sistema entende-se aquela analisada e medida na aferição imediatamente anterior do IES.

1.1.3.1.3 Eventuais aprimoramentos no *software*, como inclusões, alterações ou exclusões de funcionalidades, que forem realizadas em versões intermediárias do *software* e que não sejam identificáveis ao se comparar a versão atual com a versão anterior do sistema não serão consideradas no cálculo do TEF e, consequentemente, do ICPTF.

1.1.3.2 A produtividade no período em tamanho funcional será obtida dividindo o Tamanho da Evolução Funcional (TEF) do sistema pela quantidade de DIAS-



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DESENVOLVEDOR do período de aferição.

1.1.3.3 O Item de Controle de Produtividade em Tamanho Funcional (ICPTF) será calculado dividindo a produtividade no período em tamanho funcional pela produtividade-base estabelecida neste Anexo.

1.1.3.4 Caso o resultado do cálculo do ICPTF seja maior que 150%, será adotado 150% para o valor deste Item de Controle. Caso a soma do ICPTF como ICPLC seja maior que 100% do IP, será considerado 100% do valor do IP.

1.1.4 ITEM DE CONTROLE DE PRODUTIVIDADE EM LINHAS DE CÓDIGO (ICPLC)

1.1.4.1 Para calcular o Item de Controle de Produtividade em Linhas de Código (ICPLC) primeiro será contabilizada a quantidade de linhas de código alteradas no software no período de aferição, com apoio da ferramenta de gerenciamento de código utilizada pelo projeto, tais como GIT e SVN.

1.1.4.2 É considerada linha de código alterada uma nova linha inserida ou uma linha existente que foi modificada. Não serão contabilizadas linhas removidas, linhas em branco e alterações com intuito de somente aumentar artificialmente o ICPLC.

1.1.4.3 Não serão consideradas para efeito de cálculo as linhas de documentação do código.

1.1.4.4 A produtividade no período em linhas de código será obtida dividindo essa quantidade de linhas de código pela quantidade de DIAS- DESENVOLVEDOR do período de aferição.

1.1.4.5 O Item de Controle de Produtividade em Linhas de Código (ICPLC) será calculado dividindo a produtividade no período em linhas de código pela produtividade-base estabelecida neste Anexo.

1.1.4.6 Caso o resultado do cálculo do ICPLC seja maior que 150%, será adotado 150% para o valor deste Item de Controle. Caso a soma do ICPTF com o ICPLC seja maior que 100% do IP, será considerado 100% do valor do IP.

1.1.5 ÍNDICE DE QUALIDADE (IQ)

1.1.5.1 O Índice de Qualidade (IQ) será obtido a partir de indicadores de qualidade do código-fonte do software aferidos pela ferramenta SonarQube ou superior.

1.1.5.2 Cada indicador possui meta a ser alcançada.

1.1.5.3 Os indicadores de qualidade do código-fonte com suas respectivas metas estão relacionados no quadro a seguir:



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Grupo	Indicador	Unidade	Meta
Projeto	Complexity / file	média total	<= 10
	Complexity / class	média total	<= 10
	Complexity /function	média total	= 3
	Duplications	%	<= 4%
	Security Issue Tags	unidades	=0
	Technical Debt ratio	%	<= 2,5%
	SQALE RATING	Nota	=A
Violações de código (possíveis bugs, estilo de codificação, más práticas de codificação)	Critical Issues	unidades	=0
	BlockerIssues	unidades	=0
Indicadores relacionados a testes	Unit TestsCoverage - camada negócio	%	>=70%
	/ Impl		
	Unit Test Success	%	>=90%
	Skipped Tests	unidades	=0

- 1.1.5.4 Outros indicadores de qualidade do código-fonte poderão substituir os indicadores da ferramenta, caso a aferição da qualidade venha a ser beneficiada.
- 1.1.5.5 O Índice de Qualidade (IQ) será calculado dividindo a quantidade de indicadores que alcançaram as suas respectivas metas pelo quantitativo total de indicadores.
- 1.1.5.6 Caso algum indicador seja depreciado ou removido em futura versão da ferramenta de avaliação de código utilizada e não seja substituído por indicador equivalente, ele deixará de ser considerado para fins de aferição do cumprimento de níveis mínimos de serviço no âmbito desta contratação.
- 1.1.5.7 Problemas de qualidade no código-fonte do software pré-existent à abertura da OS serão desconsiderados na aferição do Índice de Qualidade (IQ).



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

1.1.6 AVALIAÇÃO DO PRODUCT OWNER (APO)

1.1.6.1 Considerando os princípios e valores do desenvolvimento ágil, o Product Owner (PO) do projeto deverá avaliar os seguintes aspectos da prestação do serviço.

Item	Avaliação
1 - Periodicidade de entrega de software para homologação (preferência por períodos entre 1 a 4 semanas)	Entregas realizadas em período igual ou menor a 4 semanas: <input type="checkbox"/> 4 – Todas <input type="checkbox"/> 3 – Maioria <input type="checkbox"/> 2 – Metade <input type="checkbox"/> 1 – Minoria <input type="checkbox"/> 0 – Nenhuma
2 - Receptividade da equipe de desenvolvimento a mudança de requisitos, mesmo em estágio avançado de desenvolvimento	<input type="checkbox"/> 4 – Não houve resistência à nenhuma solicitação de mudança de requisitos <input type="checkbox"/> 3 – Não houve resistência à maioria das solicitações de mudança de requisitos <input type="checkbox"/> 2 – Não houve resistência à metade das solicitações de mudança de requisitos <input type="checkbox"/> 1 – Não houve resistência à minoria das solicitações de mudança de requisitos <input type="checkbox"/> 0 – Houve resistência a todas às solicitações de mudança de requisitos
3 - Manutenção pela equipe de desenvolvimento de diálogo contínuo e eficiente com o Product Owner para esclarecer dúvidas e obter feedback	Eventual falta de comunicação da equipe de desenvolvimento com o PO ocasionou: <input type="checkbox"/> 4 – nenhuma falha ou desvio <input type="checkbox"/> 3 – falha ou desvio na minoria das entregas <input type="checkbox"/> 2 – falha ou desvio na metade das entregas <input type="checkbox"/> 1 – falha ou desvio na maioria das entregas <input type="checkbox"/> 0 – falha ou desvio em todas as entregas
4 - Aderência aos padrões	Eventual falta de aderência da equipe de



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

arquiteturais e tecnológicos pré-estabelecidos	desenvolvimento com relação aos padrões ocasionou: <input type="checkbox"/> 4 – nenhuma falha ou desvio <input type="checkbox"/> 3 – falha ou desvio na minoria das entregas <input type="checkbox"/> 2 – falha ou desvio na metade das entregas <input type="checkbox"/> 1 – falha ou desvio na maioria das entregas <input type="checkbox"/> 0 – falha ou desvio em todas as entregas
5 - Observância aos padrões de segurança da informação e aos processos de desenvolvimento seguro de software pré-estabelecidos	Eventual falta de observância da equipe de desenvolvimento ocasionou: <input type="checkbox"/> 4 – nenhuma falha ou desvio <input type="checkbox"/> 3 – falha ou desvio na minoria das entregas <input type="checkbox"/> 2 – falha ou desvio na metade das entregas <input type="checkbox"/> 1 – falha ou desvio na maioria das entregas <input type="checkbox"/> 0 – falha ou desvio em todas as entregas
Comentários adicionais (optativo)	

1.1.6.2 O valor da Avaliação do Product Owner (APO) será obtido da seguinte forma:
$$APO = (\text{Valor do Item 1} + \text{Valor do Item 2} + \text{Valor do Item 3}) / 12.$$

1.1.7 DESCONTOS A SEREM APLICADOS DE ACORDO COM O ÍNDICE DE CUMPRIMENTO DOS NÍVEIS DE SERVIÇO

1.1.7.1 O quadro a seguir mostra o desconto a ser aplicado no faturamento da Ordem de Serviço (OS) de acordo com o Índice de Evolução do Sistema (IES):

Índice de Evolução do Sistema (IES)	Desconto sobre o valor de faturamento da OS
Igual ou superior a 80%	0%
Igual ou superior a 70% e inferior a 80%	10%



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Igual ou superior a 60% e inferior a 70%	20%
Igual ou superior a 50% e inferior a 60%	30%
Inferior a 50%	40%

1.1.7.2 O quadro a seguir mostra o desconto a ser aplicado no faturamento da OS de acordo com níveis mínimos de serviço de componentes do IES, sem prejuízo a outros eventuais descontos previstos neste Termo:

Componentes do IES	Nível de serviço	Desconto sobre o valor de faturamento da OS
Índice de Qualidade (IQ)	Igual ou superior a 50%	0%
	Igual ou superior a 25% e inferior a 50%	5%
	Inferior a 25%	10%
Avaliação do Product Owner (APO)	Igual ou superior a 50%	0%
	Igual ou superior a 25% e inferior a 50%	5%
	Inferior a 25%	10%

1.1.8 DESCONTOS A SEREM APLICADOS NA PRIMEIRA AFERIÇÃO DO ÍNDICE DE EVOLUÇÃO DO SISTEMA (IES)

1.1.8.1 Excepcionalmente, na primeira aferição do Índice de Evolução do Sistema (IES) da Ordem de Serviço (OS), caso o período considerado não ultrapasse mais que um terço do período total da OS, os descontos a serem aplicados no faturamento da Ordem de Serviço considerarão os do quadro a seguir.

Índice de Evolução do Sistema (IES)	Desconto sobre o valor de faturamento da OS
Igual ou superior a 60%	0%
Igual ou superior a 50% e inferior a 60%	10%
Igual ou superior a 40% e inferior a 50%	20%
Inferior a 40%	30%

1.1.9 PRODUTIVIDADE-BASE

1.1.9.1 Nos quadros a seguir temos a produtividade-base em tamanho funcional e em linhas de código que serão utilizadas na aferição do cumprimento do Índice de



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Evolução do Sistema (IES):

Produtividade-base em Tamanho Funcional	Produtividade-base em Linhas de Código
0,56 Pontos de Função / DIA-DESENVOLVEDOR	35,65 Linhas de Código / DIA-DESENVOLVEDOR

1.1.10 ÍNDICE DE MANUTENÇÃO DE SISTEMA (IMS)

1.1.10.1 Os níveis de serviço de OS do tipo MANUTENÇÃO serão representados por indicador de desempenho denominado Índice de Manutenção de Sistema (IMS), que será a média ponderada de 3 componentes:

Componente do IMS	Peso
Índice de Produtividade de Manutenção (IP-M)	0,45
Índice de Qualidade de Manutenção (IQ-M)	0,40
Avaliação do Product Owner - Manutenção (APO-M)	0,15

1.1.10.2 O Índice de Manutenção do Sistema - IMS no início e durante a execução dos serviços contratados e em momento escolhido pelo CNJ, e obrigatoriamente ao término da Ordem de Serviço..

1.1.10.3 Adicionalmente, há níveis mínimos de serviço exigidos para alguns componentes do IMS isoladamente, conforme item 1.2.13 – “Descontos a serem aplicados de acordo com o índice de cumprimento dos níveis de serviço”.

1.1.10.4 Verificado eventual prejuízo produtivo ou qualitativo comprovadamente motivado pela intempestividade ou falta de dados/informações a cargo da CONTRATANTE, os descontos serão proporcionalmente ajustados em relação ao respectivo índice de cumprimento dos níveis de serviço.

1.1.11 ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE DE MANUTENÇÃO (IP-M)

1.1.11.1 O Índice de Produtividade de Manutenção (IP-M) é composto por dois itens: Item de Controle de Produtividade em Tamanho Funcional de Manutenção (ICPTF-M) e Item de Controle de Produtividade em Linhas de Código de Manutenção (ICPLC-M). Estes itens serão aferidos comparando a produtividade no período de aferição com a produtividade- base estabelecida neste Anexo.

1.1.11.2 A divisão do peso do IP entre seus dois componentes encontra-se no quadro a seguir:

Componente do IP-M	Peso
Item de Controle de Produtividade em Tamanho Funcional de	0,25



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Manutenção (ICPTF-M)	
Item de Controle de Produtividade em Linhas de Código de Manutenção (ICPLC- M)	0,20
Peso Total do IP-M	0,45

1.1.11.3 A produtividade será estabelecida em DIA-DESENVOLVEDOR como no caso do Índice de Evolução do Sistema – IES.

1.1.12 ITEM DE CONTROLE DE PRODUTIVIDADE EM TAMANHO FUNCIONAL DE MANUTENÇÃO (ICPTF-M)

1.1.12.1 Para calcular o Item de Controle de Produtividade em Tamanho Funcional de Manutenção (ICPTF-M), deve ser feita, em princípio, a medição detalhada em pontos de função de cada demanda de manutenção atendida e homologada no período, de acordo com a versão do Manual de Contagem do CNJ e do Roteiro de Métricas de Software do SISP e do Manual de Práticas de Contagem (CPM), versão 4.3.1 (ou superior) do IFPUG.

1.1.12.2 Caso o resultado do cálculo do ICPTF-M seja maior que 150%, será adotado 150% para o valor deste Item de Controle. Caso a soma do ICPTF-M com o ICPLC-M seja maior que 100% do IP-M, será considerado 100% do valor do IP-M.

1.1.12.3 Entretanto e considerando o custo da medição detalhada em pontos de função de volume fracionado de demandas de manutenção, esta medição somente será realizada em caráter excepcional, a pedido de uma das partes contratuais para defesa de seus interesses.

1.1.12.4 O Conselho poderá exigir a medição detalhada, caso haja indícios de que a produtividade da CONTRATADA esteja abaixo do exigido. Por outro lado, a CONTRATADA poderá exigir a medição detalhada, caso o CNJ reclame do desempenho do serviço prestado no âmbito de uma Ordem de Serviço.

1.1.12.5 Não sendo solicitada a medição detalhada, adotar-se-á 100% de cumprimento do ICPTF- M.

1.1.13 ITEM DE CONTROLE DE PRODUTIVIDADE EM LINHAS DE CÓDIGO DE MANUTENÇÃO (ICPLC-M)

1.1.13.1 O cálculo do Item de Controle de Produtividade em Linhas de Código de Manutenção (ICPLC-M) considerará a quantidade de linhas de código alteradas no período de aferição para atendimento das demandas de manutenção.

1.1.13.2 Este cálculo será feito de modo similar ao do Item de Controle de Produtividade em Linhas de Código (ICPLC).



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

1.1.13.3 Caso o resultado do cálculo do ICPLC -M seja maior que 150%, será adotado 150% para o valor deste Item de Controle. Caso a soma do ICPTF-M com o ICPLC-M seja maior que 100% do IP-M, será considerado 100% do valor do IP-M.

1.1.14 **ÍNDICE DE QUALIDADE DE MANUTENÇÃO (IQ-M)**

1.1.14.1 O Índice de Qualidade de Manutenção (IQ-M) será obtido a partir de parâmetro Maintainability Rating da ferramenta SonarQube ou superior.

1.1.14.2 O Índice de Qualidade de Manutenção (IQ-M), caso o SonarQube altere as características do parâmetro citado, poderá ser obtido a partir de parâmetros que que afirmam a Maintainability.

1.1.14.3 Esse parâmetro reflete o débito técnico do software e seu valor é definido dentro de uma escala de A a E, sendo A a melhor nota e E a pior nota, conforme documentação da ferramenta (<https://docs.sonarqube.org/display/SONAR/Metric+Definitions#MetricDefinitions-Maintainability>).

1.1.14.4 Em síntese, a meta de qualidade em OS de MANUTENÇÃO é não reduzir a nota do parâmetro Maintainability Rating que o software mantido possuía no momento da abertura da Ordem de Serviço.

1.1.14.5 O valor do Índice de Qualidade de Manutenção (IQ-M) será obtido a partir da seguinte fórmula: $IQ-M = 100\% - (\text{número de rebaixamentos de nota} * 25\%)$

1.1.14.6 Por exemplo, se o software possuía inicialmente Maintainability Rating = A e no momento da aferição do IQ-M a nota passou a ser C, ocorreram 2 (dois) rebaixamentos de nota.

1.1.15 **AValiação DO PRODUCT OWNER – MANUTENÇÃO (APO-M)**

1.1.15.1 Considerando os princípios e valores do desenvolvimento ágil, o Product Owner (PO) do sistema mantido deverá avaliar os seguintes aspectos da prestação do serviço.

Item	Avaliação
1 - Estabilidade das modificações realizadas	Eventual erro no atendimento das demandas ocasionou: <input type="checkbox"/> 4 – nenhum erro em produção <input type="checkbox"/> 3 – até 1 falha em produção <input type="checkbox"/> 2 – até 3 falha em produção <input type="checkbox"/> 1 – até 5 falha em produção <input type="checkbox"/> 0 – mais que 5 falhas em produção
2 - Manutenção pela equipe de	Eventual falta de comunicação da equipe de



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

desenvolvimento de diálogo contínuo e eficiente com o Product Owner para esclarecer dúvidas e obter feedback	desenvolvimento com o PO ocasionou : <input type="checkbox"/> 4 – nenhuma falha ou desvio <input type="checkbox"/> 3 – falha ou desvio na minoria das entregas <input type="checkbox"/> 2 – falha ou desvio na metade das entregas <input type="checkbox"/> 1 – falha ou desvio na maioria das entregas <input type="checkbox"/> 0 – falha ou desvio em todas as entregas
4 - Aderência aos padrões arquiteturais e tecnológicos pré-estabelecidos	Eventual falta de aderência da equipe de desenvolvimento com relação aos padrões ocasionou: <input type="checkbox"/> 4 – nenhuma falha ou desvio <input type="checkbox"/> 3 – falha ou desvio na minoria das entregas <input type="checkbox"/> 2 – falha ou desvio na metade das entregas <input type="checkbox"/> 1 – falha ou desvio na maioria das entregas <input type="checkbox"/> 0 – falha ou desvio em todas as entregas
5 - Observância aos padrões de segurança da informação e aos processos de desenvolvimento seguro de software pré-estabelecidos	Eventual falta de observância da equipe de desenvolvimento ocasionou: <input type="checkbox"/> 4 – nenhuma falha ou desvio <input type="checkbox"/> 3 – falha ou desvio na minoria das entregas <input type="checkbox"/> 2 – falha ou desvio na metade das entregas <input type="checkbox"/> 1 – falha ou desvio na maioria das entregas <input type="checkbox"/> 0 – falha ou desvio em todas as entregas
Comentários adicionais (optativo)	

1.1.15.2 O valor final da Avaliação do Product Owner - Manutenção (APO-M) será obtido da seguinte forma: $APO-M = (Valor\ do\ Item\ 1 + Valor\ do\ Item\ 2) / 8$.

1.1.16 **DESCONTOS A SEREM APLICADOS DE ACORDO COM O ÍNDICE DE CUMPRIMENTO DOS NÍVEIS DE SERVIÇO**



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

1.1.16.1 O quadro a seguir mostra o desconto a ser aplicado no faturamento da Ordem de Serviço (OS) de acordo com o Índice de Manutenção do Sistema (IMS):

Índice de Manutenção do Sistema (IMS)	Desconto sobre o valor de faturamento da OS
Igual ou superior a 80%	0%
Igual ou superior a 70% e inferior a 80%	10%
Igual ou superior a 60% e inferior a 70%	20%
Igual ou superior a 50% e inferior a 60%	30%
Inferior a 50%	40%

*após a apuração dos descontos, poderão ainda ser aplicadas as sanções e multas cabíveis

1.1.16.2 O quadro a seguir mostra o desconto a ser aplicado no faturamento da OS de acordo com níveis mínimos de serviço de componentes do IMS, sem prejuízo a outros eventuais descontos previstos neste Termo:

Componentes do IMS	Nível de serviço	Desconto sobre o valor de faturamento da OS
Avaliação do Product Owner - Manutenção (APO-M)	Igual ou superior a 50%	0%
	Igual ou superior a 25% e inferior a 50%	5%
	Inferior a 25%	10%

1.1.17 **DESCONTOS A SEREM APLICADOS NA PRIMEIRA AFERIÇÃO DO ÍNDICE DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA (IMS)**

1.1.17.1 Excepcionalmente, na primeira aferição do Índice de Manutenção do Sistema (IMS) da Ordem de Serviço (OS), caso o período considerado não ultrapasse mais que um terço do período total da OS, os descontos a serem aplicados no faturamento da Ordem de Serviço considerarão os do quadro a seguir:

Índice de Manutenção do Sistema (IMS)	Desconto sobre o valor de faturamento da OS
Igual ou superior a 60%	0%
Igual ou superior a 50% e inferior a 60%	10%
Igual ou superior a 40% e inferior a 50%	20%
Inferior a 40%	30%

*Após a apuração dos descontos, poderão ainda ser aplicadas as sanções e multas cabíveis

1.1.18 **PRODUTIVIDADE-BASE**

1.1.18.1 Nos quadros a seguir temos a produtividade-base em tamanho funcional e em



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

linhas de código que serão utilizadas na aferição do cumprimento do Índice de Manutenção do Sistema (IMS):

Produtividade-base em Tamanho	Produtividade-base em Linhas de Código
Funcional (manutenção)	(manutenção)
0,42 Pontos de Função / DIA-DESENVOLVEDOR	26,74 Linhas de Código / DIA-DESENVOLVEDOR

1.1.19 **TAXA EFETIVA DE OCUPAÇÃO DOS PERFIS PROFISSIONAIS DA ORDEM DE SERVIÇO (TEOPS)**

1.1.19.1 Juntamente com a aferição do Índice de Evolução do Sistema (IES) será verificada a Taxa Efetiva de Ocupação dos Perfis profissionais - TEOPS (quantidade de membros da equipe técnica da CONTRATADA) previstos na Ordem de Serviço.

1.1.19.2 A TEOPS será calculada dividindo a ocupação efetiva dos perfis profissionais (em dias-desenvolvedor) pela ocupação total prevista para este período (também em dias-desenvolvedor).

1.1.19.3 O quadro a seguir mostra o desconto adicional a ser aplicado no faturamento mensal da Ordem de Serviço de acordo com a TEOPS, sem prejuízo do desconto a ser aplicado por dia de não-ocupação de perfil profissional:

Taxa Efetiva de Ocupação dos Perfis profissionais previstos na OS (TEOPS)	Desconto sobre o valor do faturamento mensal da OS
Igual ou superior a 80%	0%
Igual ou superior a 50% e inferior a 80%	80% - TEOPS
Inferior a 50%	40%

1.1.19.4 O Conselho, a seu critério, poderá desconsiderar período de não-ocupação de perfil profissional para efeito de aferição da Taxa Efetiva de Ocupação dos Perfis profissionais (TEOPS) caso o profissional que ocupe regularmente o perfil profissional se ausente por razão que não enseje desconto salarial de acordo com a legislação trabalhista vigente.

1.1.19.5 Excepcionalmente, caso os resultados obtidos no período de aferição do Índice de Evolução do Sistema corresponderem a, no mínimo, 80% do IES considerando 100% de TEOPS, serão desconsideradas eventuais não ocupações de perfis profissionais até o limite de 5% da ocupação total prevista para o período para efeito de desconto por não preenchimento do perfil profissional e para efeito do cálculo do TEOPS.

1.1.20 **IAP - Indicador de atendimento aos prazos de chamados de sustentação**



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

1.1.20.1 A IAP tem o objetivo de assegurar a resposta tempestiva dos chamados relacionados à sustentação das aplicações e incentivar a atuação preventiva na respectiva execução dos serviços.

1.1.20.2 Juntamente com a aferição do Índice de Evolução do Sistema (IES) será verificada a IAP (Indicação de Atendimento à Sustentação) quanto ao atendimento aos prazos de chamados de sustentação pela CONTRATADA) previstos na Ordem de Serviço.

1.1.20.3 A IAP será indicada percentualmente sendo calculada dividindo a quantidade total de chamados atendidos no prazo máximo estabelecido no período de referência, pela quantidade total de chamados registrados com previsão de encerramento para o período de referência.

1.1.20.4 O quadro a seguir mostra o desconto adicional a ser aplicado no faturamento mensal da Ordem de Serviço de acordo com a IAP, sem prejuízo dos demais descontos a serem aplicados por outros NMS:

IAP - Indicador de atendimento aos prazos de chamados de sustentação	Desconto sobre o valor do faturamento mensal da OS
Igual ou superior a 90%	0%
Igual ou superior a 70% e inferior a 90%	10% sobre o valor da OS.
Inferior a 70%	15% sobre o valor da OS

1.1.20.5 O Conselho, a seu critério, poderá desconsiderar período de não atendimento dos prazos para efeito de aferição do Indicador de atendimento aos prazos de chamados de sustentação (IAP) caso o atraso tenha sido justificado e comprovadamente originado por fatores fora do controle e das responsabilidades da Contratada.

1.1.21 IPP - Indicador de avaliação individual do Perfil Profissional

1.1.21.1 O IPP tem o objetivo de avaliar individualmente os profissionais de TI alocados nos perfis profissionais agreguem valor ao time por meio de contribuições técnicas e participação ativa no processo.

1.1.21.2 Juntamente com a aferição do Índice de Evolução do Sistema (IES) será verificada o IPP (Indicador de avaliação individual do Perfil Profissional) quanto ao valor e contribuição técnica agregados previstos na Ordem de Serviço.

1.1.21.3 A IPP será indicada percentualmente sendo calculada dividindo a soma da pontuação aferida no período de referência, pela soma quantidade total máxima para todos os critérios estabelecidos.

1.1.21.4 A avaliação dos perfis profissionais deve ser realizada pela equipe de



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

fiscalização e gestão do contrato com o apoio do respectivo dono de produto ou representantes técnicos da contratante que acompanharam a execução dos serviços.

- 1.1.21.5 O quadro a seguir mostra o desconto adicional a ser aplicado no faturamento mensal da Ordem de Serviço de acordo com a IPP, sem prejuízo dos demais descontos a serem aplicados por outros NMS:

IPP - Indicador de avaliação individual do Perfil Profissional	Desconto sobre o valor do faturamento mensal da OS
Igual ou superior a 80%	0%
Igual ou superior a 70% e inferior a 80%	1% sobre o valor da OS.
Inferior a 70%	2% sobre o valor da OS

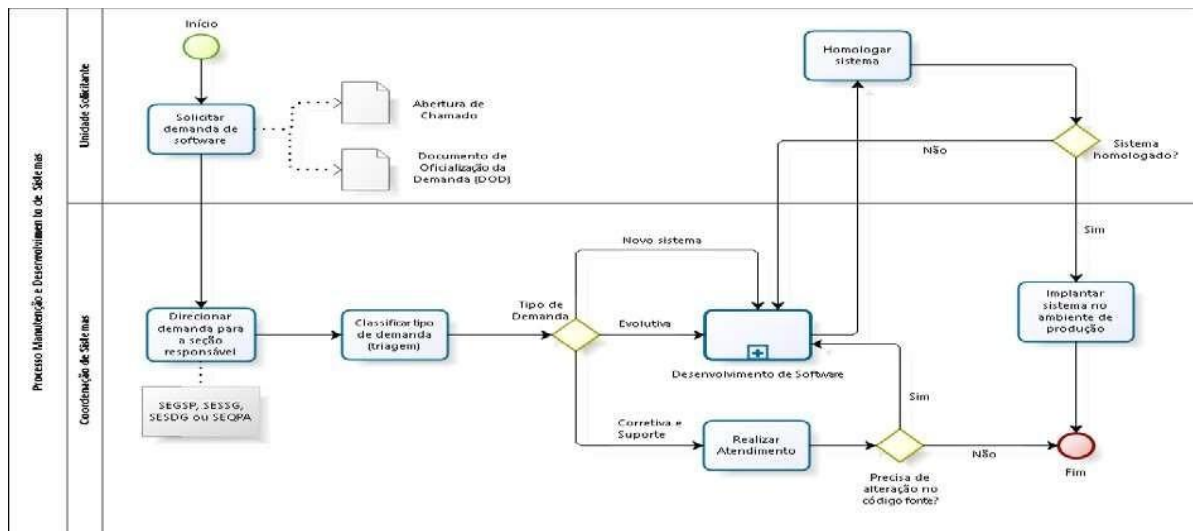
- 1.1.21.6 O Conselho, a seu critério, poderá desconsiderar o não atendimento dos critérios de aferição do Indicador de avaliação do perfil profissional (IPP), caso a avaliação insatisfatória tenha sido justificada e comprovadamente originada por fatores fora do controle e das responsabilidades da Contratada.



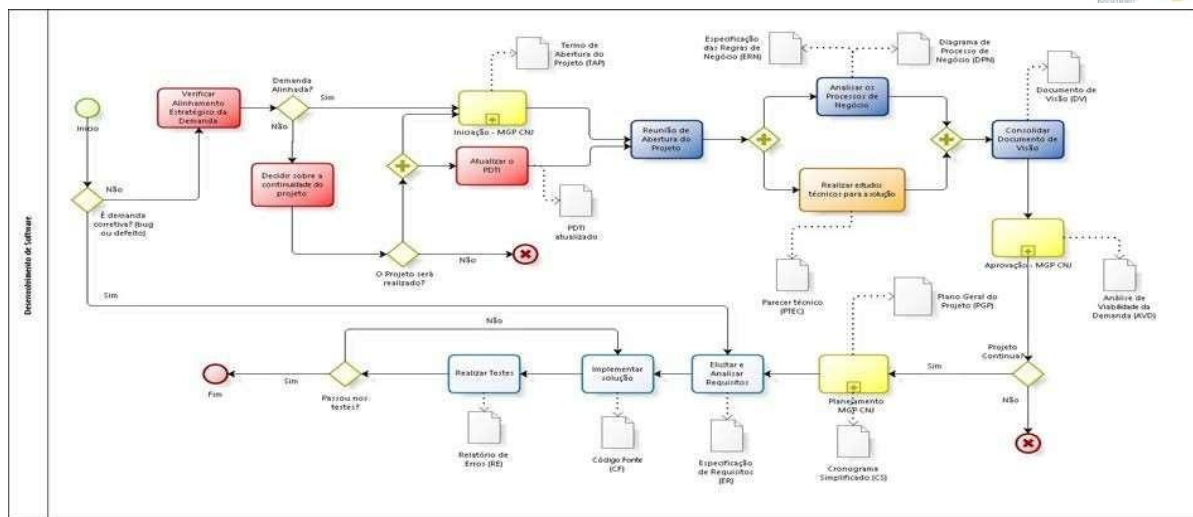
Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

ANEXO V - PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO/SUSTENTAÇÃO DE SISTEMAS -PDS



Powered by
bizagi



Powered by
bizagi



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

ANEXO VI - MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO E DE ADITIVO

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA		Nº da OS
Ordem de Serviço – Contrato nº _____		
Tipo de OS	() Desenvolvimento () Manutenção	
Nome do Projeto/Sistema(s)		
Níveis de Serviço Acordados		
Data de Abertura		
Data Prevista de Término		
Quantitativo de Postos	() Analista Programador JAVA nível Sênior () Analista Programador PHP nível Sênior () Analista Programador PYTHON nível Sênior () Analista Programador DELPHI nível Sênior Valor Dos Serviços JAVA + PHP + PYTHON + DELPHI =	
Representante do CNJ	Nome - Matrícula (Representante da área de negócio - demandante) Nome - Matrícula (Gestor ou Fiscal do Contrato)	
Ciência do representante da empresa	Nome – Cargo na empresa	

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	Nº da OS
Aditivo nº _____ à Ordem de Serviço – Contrato nº _____	
Objeto: Desenvolvimento e manutenção de software com práticas ágeis	



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Tipo de OS	() Desenvolvimento () Manutenção
Data Aditivo do	
Tipo	<p>() Aumento de posto(s) de Analista Programador Java nível Sênior</p> <p>() Aumento de posto(s) de Analista Programador PHP nível Sênior</p> <p>() Aumento de posto(s) de Analista Programador Python nível Sênior</p> <p>() Aumento de posto(s) de Analista Programador Delphi nível Sênior</p> <p>() Redução de posto(s) de Analista Programador Java nível Sênior</p> <p>() Redução de posto(s) de Analista Programador PHP nível Sênior</p> <p>() Redução de posto(s) de Analista Programador Python nível Sênior</p> <p>() Redução de posto(s) de Analista Programador Delphi nível Sênior</p> <p>() Prorrogação do Término da OS para ____/____/____</p> <p>() Antecipação do Término da OS para ____/____/____</p> <p>Valor Dos Serviços Aditivados Java + PHP + Python + Delphi =</p>
Representante do CNJ	<p>Nome - Matrícula (Representante da área de negócio - demandante)</p> <p>Nome - Matrícula (Gestor ou Fiscal do Contrato)</p>
Ciência do representante da empresa	Nome – Cargo na empresa

*Obs: Estes modelos poderão ser alterados ou eventualmente substituídos por sistema informatizado visando melhor adequação à execução contratual



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

ANEXO VII – MODELO DE RELATÓRIO DE CONTAGEM FUNCIONAL DETALHADA

1 - ID da contagem:

2 - Nome do caso:

3 - Nome do autor da contagem:

4 - Data: ____/____/____

5 - Propósito da contagem:

6 - Tipo da contagem: () Aplicação () Desenvolvimento () Melhoria

7 - Escopo da contagem:

8 - Fronteira(s) :

Nr.	ID	Nome

9 - Pressuposições Adotadas:

--	--	--

10 - Documentação Utilizada:

Nr.	Nome	URL	ID

11 - Função de dados

Nr.	Função	Id. Front.	Id. Doc.	Id. Req.	Tipo	Compl X	FP/EF	Inc/Alt/Exc	FI	Elemento	Tipo	Orig.	INC	ALT	EXC
1	XXXX	F001	D001	R001	ALI	média	7	ALT	0,5	XXX	TR	X			

12 – Funções de Transação

Nr.	Função	Id. Front.	Id. Doc.	Id. Req.	Tipo	Compl X	FP/EF	Inc/Alt/Exc	FI	Elemento	Tipo	Orig.	INC	ALT	EXC
-----	--------	------------	----------	----------	------	---------	-------	-------------	----	----------	------	-------	-----	-----	-----



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

1	XXXX	F002	D002	R002	EE	média	3	ALT	0,25	XXX	ALR	X			

13 – Itens não Mensuráveis

Nr.	Função	Id. Front.	Id. Doc.	Id. Req.	Tipo	Compl X	FP/EF	Inc/Alt/Exc	FI

14 – Tamanho Funcional Final: ____ PF

15 – Responsável:

Assinatura

Obs: Estes modelos poderão ser alterados ou eventualmente substituídos por sistema informatizado visando melhor adequação à execução contratual.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

**ANEXO VIII – MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO
PROVISÓRIO/DEFINITIVO – TRP/TRD**

OS n.	Data da Emissão	N. Contrato
INFORMAÇÕES		
Descrição:		
Período:		
Responsável:		
Telefone: ()		e-mail:
DESCRIÇÃO DA SPRINT		
Link para avaliação dos códigos, documentação e afins:		
RECEBIMENTO PROVISÓRIO		
<p>O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ recebe provisoriamente os serviços prestados através da OS supracitada, cabendo ainda a avaliação da sua conformidade com os parâmetros mínimos de qualidade e de desempenho, e também com as demais condições previstas em contrato.</p> <p>Brasília, _____ de _____ de _____.</p> <p>Assinatura – Fiscal Técnico do Contrato</p> <p>Matrícula:</p>		

OS n.	N. de Receb. na OS	N. Contrato
TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DA ORDEM DE SERVIÇO (OS) DE DESENVOLVIMENTO (PROJETO)		



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

1 – DADOS BÁSICOS

1.1 Período considerado: ____/____/____ a ____/____/____

1.2 Período considerado em meses:

1.3 Quantidade de dias úteis no período:

1.4 Quantidade de DIAS-DESENVOLVEDOR realizado no período:

1.5 Quantidade de DIAS-DESENVOLVEDOR esperados no período **(A)**:

1.6 Quantidade de DIAS-DESENVOLVEDOR perfil JAVA sênior realizado no período:

1.7 Quantidade de DIAS-DESENVOLVEDOR perfil JAVA sênior esperados no período **(B)**:

1.8 Quantidade de DIAS-DESENVOLVEDOR perfil PHP sênior realizado no período:

1.9 Quantidade de DIAS-DESENVOLVEDOR perfil PHP sênior esperados no período **(C)**:

1.10 Quantidade de DIAS-DESENVOLVEDOR perfil PYTHON sênior realizado no período:

1.11 Quantidade de DIAS-DESENVOLVEDOR perfil PYTHON sênior esperados no período **(D)**:

1.12 Quantidade de DIAS-DESENVOLVEDOR perfil DELPHI sênior realizado no período:

1.13 Quantidade de DIAS-DESENVOLVEDOR perfil DELPHI sênior esperados no período **(E)**:

(A) Quantidade total de membros definido na OS x quantidade de dias úteis no período

(B) Quantidade de postos de nível JAVA sênior definido na OS x quantidade de dias úteis no período

(C) Quantidade de postos de nível PHP sênior definido na OS x quantidade de dias úteis no período

(D) Quantidade de postos de nível PYTHON sênior definido na OS x quantidade de dias úteis no período

(E) Quantidade de postos de nível DELPHI sênior definido na OS x quantidade de dias úteis no período

2 – TAXA EFETIVA DE OCUPAÇÃO DOS PERFIS PROFISSIONAIS PREVISTOS NA OS (TEOPS)

2.1 TEOPS (ITEM 1.4 / 1.5) = ____%

2.2 TEOPS JAVA sênior (ITEM 1.6 / 1.7) = ____%

2.3 TEOPS PHP sênior (ITEM 1.8 / 1.9) = ____%



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

2.4 TEOPS PYTHON sênior (ITEM 1.10 / 1.11)= ____ %

2.5 TEOPS DELPHI sênior (ITEM 1.12 / 1.13)= ____ %

3 – ITENS HOMOLOGADOS PELO PRODUCT OWNER (PO) NO PERÍODO

3.1 Descrição	3.2 Quantidade de Pontos de Função
3.3 Tamanho da Evolução Funcional (TEF)	

4 – ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE (IP)

4.1 Produtividade no período em tamanho funcional = ____ / ____ = ____ (a)

4.2 Item de Controle de Produtividade em Tamanho Funcional (ICPTF) = ____ / ____ = ____ (b)

4.3 Total de Linhas de Código Alteradas no período = ____

4.4 Produtividade no período em linhas de código = ____ / ____ = ____ (c)

4.5 Item de Controle de Produtividade em Linhas de Código (ICPLC) = ____ / ____ = ____ (d)

a (Item 3.3) / (Item 1.4)

b (Item 4.1) / Produtividade-base em Tamanho Funcional

c (Item 4.3) / (Item 1.4)

d (Item 4.1) / Produtividade-base em Linhas de Código

e (Item 4.2) * 0,25 + (Item 4.5) * 0,20

5 – ÍNDICE DE QUALIDADE (IQ)

Grupo	Indicador	Unidade	Meta	Valor obtido	Alcançou a meta? S/n
Projeto	Complexity/file	Média total	<= 10		
	Complexity/class	Média total	<= 10		
	Complexity/function	Média total	<= 3		



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

	Duplications	%	$\leq 4\%$		
	Security Issue Tags	unidades	$= 0$		
	Technical Debt Ratio	%	$\leq 12,5\%$		
	SQALE RATING	Nota	$= A$		
Violações de código (possíveis bugs, estilo de codificação, más práticas de codificação)	Critical Issues	Unidades	$= 0$		
	Blockers Issues	unidades	$= 0$		
Indicadores relacionados a testes	Unit Tests Coverage – camada negócio / Impl	%	$\geq 70\%$		
	Unit Tests Success	%	$\geq 100\%$		
	Skipped Tests	Unidades	$= 0$		

5.1 Total de Indicadores que alcançaram a meta = _____

5.2 Total de Indicadores = 12

5.3 Índice de Qualidade (IQ) = $\frac{\text{Total de Indicadores que alcançaram a meta}}{\text{Total de Indicadores}} \times 100 = \frac{\text{Total de Indicadores que alcançaram a meta}}{12} \times 100$ % aa (item 5.) / 12

6 – AVALIAÇÃO DO PRODUCT OWNER (APO)

Item	Avaliação
1 - Periodicidade de entrega de software para homologação (preferência por períodos entre 1 a 4 semanas)	Entregas realizadas em período igual ou menor a 4 semanas: <input type="checkbox"/> 4 – Todas <input type="checkbox"/> 3 – Maioria <input type="checkbox"/> 2 – Metade <input type="checkbox"/> 1 – Minoria <input type="checkbox"/> 0 – Nenhuma
2 - Receptividade da equipe de desenvolvimento a mudança de requisitos, mesmo em estágio avançado de desenvolvimento	<input type="checkbox"/> 4 – Não houve resistência à nenhuma solicitação de mudança de requisitos <input type="checkbox"/> 3 – Não houve resistência à maioria das solicitações de mudança de



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

	<p>requisitos</p> <p>[] 2 – Não houve resistência à metade das solicitações de mudança de requisitos</p> <p>[] 1 – Não houve resistência à minoria das solicitações de mudança de requisitos</p> <p>[] 0 – Houve resistência a todas às solicitações de mudança de requisitos</p>
3 - Manutenção pela equipe de desenvolvimento de diálogo contínuo e eficiente com o Product Owner para esclarecer dúvidas e obter feedback	<p>Eventual falta de comunicação da equipe de desenvolvimento com o PO ocasionou:</p> <p>[] 4 – nenhuma falha ou desvio</p> <p>[] 3 – falha ou desvio na minoria das entregas</p> <p>[] 2 – falha ou desvio na metade das entregas</p> <p>[] 1 – falha ou desvio na maioria das entregas</p> <p>[] 0 – falha ou desvio em todas as entregas</p>

Comentários adicionais (optativo)

6.1 APO = (Valor do Item 1 + Valor do Item 2 + Valor do Item 3) / 12 = %

7 – ÍNDICE DE EVOLUÇÃO DO SISTEMA (IES)

7.1 IES = (0,25 x ICPTF) + (0,20 x ICPLC) + (0,40 x IQ) + (0,15 x APO) IES = (0,25 x ____) + (0,20 x ____) + (0,40 x ____) + (0,15 x ____) = ____

8 – VALOR A PAGAR

8.1 Valor mensal previsto para a OS: R\$ ____

8.2 Valor mensal correspondente aos postos de nível JAVA sênior (a): R\$ ____

8.3 Valor mensal correspondente aos postos de nível PHP sênior (b): R\$ ____

8.4 Valor mensal correspondente aos postos de nível PYTHON sênior (c): R\$ ____

8.5 Valor mensal correspondente aos postos de nível DELPHI sênior (d): R\$ ____

8.6 Desconto por não-ocupação de posto – JAVA sênior (e): ____

8.7 Desconto por não-ocupação de posto – PHP sênior (f): ____

8.8 Desconto por não-ocupação de posto – PYTHON sênior (g): ____



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

- 8.9** Desconto por não-ocupação de posto – DELPHI sênior **(h)**: ____
- 8.10** Desconto adicional por infração ao nível mínimo de serviço exigido = ____ % **(i)**
- 8.10.1** (____) Foi aplicada exceção prevista no Anexo V ao calcular os itens 8.4, 8.5 e 8.6
- 8.11** Desconto a ser aplicado em função do ICPTF = ____ % **(j)**
- 8.12** Desconto a ser aplicado em função do IQ = ____ % **(k)**
- 8.13** Desconto a ser aplicado em função do APO = ____ % **(l)**
- 8.14** Desconto a ser aplicado em função do IES = ____ % **(m)**
- 8.15** Subtotal de descontos a serem aplicados por não alcance de NMS = ____ % **(n)**
- 8.16** Valor a pagar = [(item 8.1 valor mensal previsto para a OS) x (1.2 período considerado em meses) – (desconto por não-ocupação de posto de serviço – JAVA sênior) – (desconto por não-ocupação de posto de serviço – PHP sênior) – (desconto por não-ocupação de posto de serviço – PYTHON sênior) – (desconto por não-ocupação de posto de serviço – DELPHI sênior) x (100%-item 6.11)

Valor a pagar = R\$ _____.

- (e)** item 8.2 x (100% - **(item 2.2)**), observado exceções previstas no Anexo V – Níveis mínimos de serviço e cálculo de pagamento
- (f)** item 8.2 x (100% - **(item 2.3)**), observado exceções previstas no Anexo V – Níveis mínimos de serviço e cálculo de pagamento
- (g)** item 8.2 x (100% - **(item 2.3.A)**), observado exceções previstas no Anexo V – Níveis mínimos de serviço e cálculo de pagamento
- (h)** item 8.2 x (100% - **(item 2.3.B)**), observado exceções previstas no Anexo V – Níveis mínimos de serviço e cálculo de pagamento
- (i)** Ver Anexo V – Níveis Mínimos de Serviço e Cálculo de Pagamento
- (j), (k), (l) e (m)** Ver regra para primeira aferição no âmbito da OS e para segunda aferição em seguida do Anexo V - Níveis mínimos de serviço e cálculo de pagamento
- (n)** item 8.6 + item 8.7 + item 8.8 + item 8.9 + item 8.10

9 – FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

- 9.1** () Regularidade Fiscal, Trabalhista e Previdenciária – 1ª parte – **(a)**
- 9.2** () Comprovação de pagamento de salários (respeitando o limite salarial mínimo estabelecido no Projeto Básico), inclusive férias e 13º salário, quando cabível, de vale alimentação – **(b)**
- 9.3** () Extratos comprobatórios do recolhimento do FGTS e da contribuição social previdenciária (INSS) – **(c)**



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

9.4 () Guias da Previdência Social e Guias de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência social com comprovante de entrega – (d)

Os documentos referentes aos itens () encontram-se juntados a este processo

Representante do CNJ

Nome:

Matrícula:

(representante da área de negócio – demandante)

Nome:

Matrícula:

(Gestor ou Fiscal do Contrato)

Ciência do representante da empresa

Nome:

Cargo na empresa:

OS n.	N. de Receb. na OS	N. Contrato
TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DA ORDEM DE SERVIÇO (OS) DE MANUTENÇÃO		
1 – DADOS BÁSICOS		
1.1 Período considerado: ____/____/____ a ____/____/____		
1.2 Período considerado em meses:		
1.3 Quantidade de dias úteis no período:		
1.4 Quantidade de DIAS-DESENVOLVEDOR realizado no período:		
1.5 Quantidade de DIAS-DESENVOLVEDOR esperados no período (A) :		
1.6 Quantidade de DIAS-DESENVOLVEDOR perfil JAVA sênior realizado no período:		



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

1.7 Quantidade de DIAS-DESENVOLVEDOR perfil JAVA sênior esperados no período (B) :	
1.8 Quantidade de DIAS-DESENVOLVEDOR perfil PHP sênior realizado no período:	
1.9 Quantidade de DIAS-DESENVOLVEDOR perfil PHP sênior esperados no período (C) :	
1.10 Quantidade de DIAS-DESENVOLVEDOR perfil PYTHON sênior realizado no período:	
1.11 Quantidade de DIAS-DESENVOLVEDOR perfil PYTHON sênior esperados no período (D) :	
1.12 Quantidade de DIAS-DESENVOLVEDOR perfil DELPHI sênior realizado no período:	
1.13 Quantidade de DIAS-DESENVOLVEDOR perfil DELPHI sênior esperados no período (E) :	
(A) Quantidade total de membros definido na OS x quantidade de dias úteis no período	
(B) Quantidade de postos de nível JAVA sênior definido na OS x quantidade de dias úteis no período	
(C) Quantidade de postos de nível PHP sênior definido na OS x quantidade de dias úteis no período	
(D) Quantidade de postos de nível PYTHON sênior definido na OS x quantidade de dias úteis no período	
(E) Quantidade de postos de nível DELPHI sênior definido na OS x quantidade de dias úteis no período	
2 – TAXA EFETIVA DE OCUPAÇÃO DOS PERFIS PROFISSIONAIS PREVISTOS NA OS (TEOPS)	
2.1 TEOPS (ITEM 1.4 / 1.5) = ____%	
2.2 TEOPS JAVA sênior (ITEM 1.6 / 1.7)= ____%	
2.3 TEOPS PHP sênior (ITEM 1.8 / 1.9)= ____%	
2.4 TEOPS PYTHON sênior (ITEM 1.10 / 1.11)= ____%	
2.5 TEOPS DELPHI sênior (ITEM 1.12 / 1.13)= ____%	
3 – DEMANDAS ATENDIDAS E HOMOLOGADAS PELO PRODUCT OWNER (PO) NO PERÍODO	
3.1 Descrição	3.2 Quantidade de Pontos de Função



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

3.3 Total de Pontos de Função (TPF)		
4 – ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE DE MANUTENÇÃO (IP-M)		
4.1 Produtividade no período em tamanho funcional = ____ / ____ = ____ (a)		
4.2 Item de Controle de Produtividade em Tamanho Funcional de Manutenção(ICPTF-M) = ____ / ____ = ____ (b)		
4.3 Total de Linhas de Código Alteradas no período = ____		
4.4 Produtividade no período em linhas de código = ____ / ____ = ____ (c)		
4.5 Item de Controle de Produtividade em Linhas de Código de Manutenção (ICPLC-M) = ____ / ____ = ____ (d)		
a (Item 3.3) / (Item 1.4)		
b (Item 4.1) / Produtividade-base em Tamanho Funcional – Manutenção ou 100% caso não tenha sido solicitada a medição detalhada		
c (Item 4.3) / (Item 1.4)		
d (Item 4.1) / Produtividade-base em Linhas de Código – Manutenção e (Item 4.2) * 0,25 + (Item 4.5) * 0,20		
5 – ÍNDICE DE QUALIDADE DE MANUTENÇÃO (IQ-M)		
Maintainability Rating na abertura da OS	Maintainability Rating atual	Número de rebaixamentos de nota
5.1 Índice de Qualidade de Manutenção (IQ-M) = 100% - (número de rebaixamentos de nota * 25%) = %		
6 – AVALIAÇÃO DO PRODUCT OWNER (APO)		
Item	Avaliação	
1 - Estabilidade das modificações realizadas	Eventual erro no desenvolvimento das demandas ocasionou: [] 4 – nenhum erro em produção [] 3 – até 1 falha em produção [] 2 – até 3 falhas em produção [] 1 – até 5 falhas em produção	



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

	<input type="checkbox"/> 0 – mais que 5 falhas em produção
2 - Manutenção pela equipe de desenvolvimento de diálogo contínuo e eficiente com o Product Owner para esclarecer dúvidas e obter feedback	Eventual falta de comunicação da equipe de desenvolvimento com o PO ocasionou: <input type="checkbox"/> 4 – nenhuma falha ou desvio <input type="checkbox"/> 3 – falha ou desvio na minoria das entregas <input type="checkbox"/> 2 – falha ou desvio na metade das entregas <input type="checkbox"/> 1 – falha ou desvio na maioria das entregas <input type="checkbox"/> 0 – falha ou desvio em todas as entregas
Comentários adicionais (optativo)	
6.1 APO = (Valor do Item 1 + Valor do Item 2) / 8 = %	
7 – ÍNDICE DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA (IMS)	
7.1 IMS = (0,25 x ICPTF-M) + (0,20 x ICPLC-M) + (0,40 x IQ-M) + (0,15 x APO-M) IMS = (0,25 x) + (0,20 x) + (0,40 x) + (0,15 x) = _____	
8 – VALOR A PAGAR	
8.1 Valor mensal previsto para a OS: R\$ _____	
8.2 Valor mensal correspondente aos postos de nível JAVA sênior (a) : R\$ _____	
8.3 Valor mensal correspondente aos postos de nível PHP sênior (b) : R\$ _____	
8.4 Valor mensal correspondente aos postos de nível PYTHON sênior (c) : R\$ _____	
8.5 Valor mensal correspondente aos postos de nível DELPHI sênior (d) : R\$ _____	
8.6 Desconto por não-ocupação de posto – JAVA sênior (e) : _____	
8.7 Desconto por não-ocupação de posto – PHP sênior (f) : _____	
8.8 Desconto por não-ocupação de posto – PYTHON sênior (g) : _____	
8.9 Desconto por não-ocupação de posto – DELPHI sênior (h) : _____	
8.10 Desconto adicional por infração ao nível mínimo de serviço exigido = ____% (i)	
8.10.1 (____) Foi aplicada exceção prevista no Anexo V ao calcular os itens 8.4, 8.5 e 8.6	
8.11 Desconto a ser aplicado em função do ICPTF = ____% (j)	
8.12 Desconto a ser aplicado em função do IQ = ____% (k)	



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

8.13 Desconto a ser aplicado em função do APO = ____ % **(l)**

8.14 Desconto a ser aplicado em função do IES = ____ % **(m)**

8.15 Subtotal de descontos a serem aplicados por não alcance de NMS = ____ % **(n)**

8.16 Valor a pagar = [(item 8.1 valor mensal previsto para a OS) x (1.2 período considerado em meses) – (desconto por não-ocupação de posto de serviço – JAVA sênior) – (desconto por não-ocupação de posto de serviço – PHP sênior) – (desconto por não-ocupação de posto de serviço – PYTHON sênior) – (desconto por não-ocupação de posto de serviço – DELPHI sênior) x (100%-item 8.11)

Valor a pagar = R\$ _____.

(e) item 8.2 x (100% - **(item 2.2)**), observado exceções previstas no Anexo V – Níveis mínimos de serviço e cálculo de pagamento

(f) item 8.2 x (100% - **(item 2.3)**), observado exceções previstas no Anexo V – Níveis mínimos de serviço e cálculo de pagamento

(g) item 8.2 x (100% - **(item 2.3.A)**), observado exceções previstas no Anexo V – Níveis mínimos de serviço e cálculo de pagamento

(h) item 8.2 x (100% - **(item 2.3.B)**), observado exceções previstas no Anexo V – Níveis mínimos de serviço e cálculo de pagamento

(i) Ver Anexo V – Níveis Mínimos de Serviço e Cálculo de Pagamento

(j), (k), (l) e (m) Ver regra para primeira aferição no âmbito da OS e para segunda aferição em seguida do Anexo V - Níveis mínimos de serviço e cálculo de pagamento

(n) item 8.6 + item 8.7 + item 8.8 + item 8.9 + item 8.10

9 – FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

9.1 () Regularidade Fiscal, Trabalhista e Previdenciária – 1ª parte – **(a)**

9.2 () Comprovação de pagamento de salários (respeitando o limite salarial mínimo estabelecido no Projeto Básico), inclusive férias e 13º salário, quando cabível, de vale alimentação – **(b)**

9.3 () Extratos comprobatórios do recolhimento do FGTS e da contribuição social previdenciária (INSS) – **(c)**

9.4 () Guias da Previdência Social e Guias de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência social com comprovante de entrega – **(d)**

Os documentos referentes aos itens () encontram-se juntados a este processo

Representante do CNJ

Nome:



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

	Matrícula: (representante da área de negócio – demandante)
	Nome: Matrícula: (Gestor ou Fiscal do Contrato)
Ciência do representante da empresa	Nome: Cargo na empresa:

Obs: Estes modelos poderão ser alterados ou eventualmente substituídos por sistema informatizado visando melhor adequação à execução contratual



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

ANEXO IX – MEDIÇÃO FUNCIONAL DO SOFTWARE

A métrica de tamanho funcional Pontos de Função (PF) afere o tamanho de um projeto ou aplicação de software, considerando as funcionalidades requisitadas e recebidas pelo usuário, independentemente da tecnologia e do processo de desenvolvimento utilizados.

O dimensionamento de um sistema em pontos de função é baseado em regras de contagem objetivas, descritas no Manual de Práticas de Contagem – IFPUG/CPM 4.3.1, que está em conformidade com a norma ISO/IEC 14.143:2007 e já se encontra bastante difundido no mercado, inclusive na Administração Pública Federal.

Entretanto, existem algumas situações práticas (mudança de plataformas, atualização de versões, geração de relatórios, manutenção de interfaces) em contratos de serviço de desenvolvimento e sustentação de sistemas que não são tratadas no CPM 4.3.1. Em razão disto, o Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática do Governo Federal (SISP), conforme o Decreto nº 7.579 de 11 de outubro de 2011, elaborou e mantém o Roteiro de Métricas de Software do SISP, um guia complementar ao CPM 4.3.1, com orientações acerca da aplicação de métricas para essas situações práticas.

O Roteiro de Métricas de Software desenvolvido pelo SISP está sendo muito utilizado na aplicação de métricas em contratos de desenvolvimento e sustentação de sistemas na Administração Pública Federal, não se limitando ao Poder Executivo. Esse Roteiro em conjunto com CPM 4.3.1 ou superior, será utilizado para orientar as contagens de ponto de função no âmbito da presente contratação.

Referências Bibliográficas:

- IFPUG - International Function Point Users Group. Framework for Functional Sizing. Disponível em: www.ifpug.org. 2003.
- Manual de Práticas de Contagem de Pontos de Função, Versão 4.3.1 IFPUG. Disponível em: www.ifpug.org. 2010.

Roteiro de Métricas de Software do SISP, versão 2.2. Brasília: SISP. 2016SLTI. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

ANEXO X - MODELO DE RELATÓRIO DE MEDIÇÃO ESTIMATIVA DE TAMANHO FUNCIONAL

2. 1. ID da mediação:
3. 2. Nome do caso:
4. 3. Nome do autor da edição: _____ data ____/____/____
5. 4. Propósito da medição:
6. 5. Tipo da medição: (____) Aplicação; (____) Desenvolvimento; (____) Melhoria
7. 6. Escopo da medição:

7. Fronteira(s):

Nº	ID	NOME

8. Pressuposições adotadas:

9. Documentação utilizada

Nº	NOME	URL	ID

10. Funções de dados

Nº	NOME	ID FRONT	ID DOC	ID REQ	TIPO	COMPL	PF/EF	INC/ALT/EXC	FI

SUBTOTAL



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

11. Funções de transação

Nº	NOME	ID FRONT	ID DOC	ID REQ	TIPO	COMPL	PF/EF	INC/ALT/EXC	FI
SUBTOTAL									

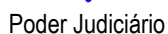
12. Funções de transação x ALR:

ALR	1	2	3	4
FUNÇÃO				
1	LE	E	L	NA
2	NA	NA	NA	NA

13. Resultado da estimativa:

TAMANHO FUNCIONAL: ___PF Ou ESFORÇO: ___PESSOA-MÊS ___ EF

<Assinatura>



ANEXO XI- MODELO DE RELATÓRIO DE CONTAGEM FUNCIONAL DETALHADA

2. Nome do caso:

3. Nome do autor da edição: _____ data / /

4. Propósito da medição:

5. Tipo da medição: () Aplicação; () Desenvolvimento; () Melhoria

6. Escopo da medição:

7. Fronteira(s):

N°	ID	NOME

8. Pressuposições adotadas:

9. Documentação utilizada

N°	NOME	URL	ID

10. Funções de dados

N r	Funç ão	Id. Fro nt	Id. Do c	Id. Req	Tip o	Com pl X	FP/E F	Inc/Alt/E xc	Fl	Elemen to	Tip o	Ori g	IN C	AL T	EX C
1	XXXX	F001	D01	R001	ALI	médi a	7	ALT	0.5	XXX	TR TD	X	X		

11. Funções de transação

N r	Funçã o	Id. Fron t	Id. Doc	Id. Req	Tip o	Comp IX	FP/E F	Inc/Alt/Ex c	FI	Element o	Tip o	Ori g	IN C	AL T	EX C
--------	------------	------------------	------------	------------	----------	------------	-----------	-----------------	----	--------------	----------	----------	---------	---------	---------



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

1	XXXX	F002	D00 2	R00 2	EE	baixa	3	ALT	0,25	XXX	Ir TD	X	X		
---	------	------	----------	----------	----	-------	---	-----	------	-----	----------	---	---	--	--

12. Itens não mensuráveis:

Nº	NOME	ID FRONT	ID DOC	ID REQ	TIPO	COMPL	PF/EF	INC/ALT/EXC	FI

13. Resultado da estimativa:

TAMANHO FUNCIONAL: ____ PF ou ____ EF

<Assinatura>



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

ANEXO XII – GUIA DE MELHORES PRÁTICAS DE MEDIÇÃO FUNCIONAL DE SOFTWARE

1. OBJETIVO

É comum o surgimento de dúvidas e divergências em contagens funcionais que exigem o cuidadoso exame das regras de contagens definidas pelos roteiros e manuais de medição funcional de software adotados como base referencial pelo CNJ.

É possível que mais de uma interpretação seja admissível nesses casos, tendo em vista, inclusive, ser a visão do usuário, alvo da medição, subjetiva.

Nesses casos, as interpretações validadas e acordadas são registradas neste Guia, o qual irá sendo constituído ao longo do tempo.

Logo, este guia tem os seguintes objetivos:

- Deixar explícita a interpretação do CNJ para as questões mais polêmicas;
- Preservar as decisões para referência futura, eliminando o retrabalho;
- Criar uma estrutura de referência para toda a organização;
- Minimizar os conflitos a respeito de divergências nas contagens.

2. PADRÕES ADOTADOS EM MEDIÇÕES

2.1 Exclusão de um registro

Se for precedida de uma consulta, serão contados como TD apenas um comando e uma mensagem.

2.2 Alternação de estados

Se houver duas funcionalidades que simplesmente alternem entre dois valores o estado de um conceito, elas não deverão ser contadas como duas entradas externas. Mas como uma, com o objetivo de alterar estado do conceito. Ex.: Bloquear GRU / Desbloquear GRU – única transação: alterar situação GRU.

2.3 Campos com significado único

Contar apenas um item de dados para este caso. Exemplo: Identificação do processo - número/ano.

2.4 Comando de reordenação

Contar apenas um item de dados independentemente do número de parâmetros de ordenação.

2.5 Banco textual

Arquivo lógico com apenas um TD (o documento). Será ALI para aplicação geradora e AIE



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

para aplicação consulta de seus dados.

2.6 HELP

Se mantido por um módulo dentro da fronteira da aplicação:

- Contar um ALI de complexidade baixa, para toda a aplicação Se não mantido pela aplicação, sendo gerado a partir de outras ferramentas
- Contar um AIE de complexidade baixa, para toda a aplicação

Cada “tipo de help” disponível para consulta na aplicação, desde que faça parte do escopo da demanda, considerar:

- Help de tela: Uma CE de complexidade baixa, por tela
- Help de campo: Uma CE de complexidade baixa, por tela
- Help sensitivo: Uma CE de complexidade baixa, por tela

As regras acima não se aplicam a help estático (que não dever ser contado de forma nenhuma)

2.7. Arquivos de senha e parâmetros

Arquivos de senha e parâmetros devem ser contados como ALI se a própria aplicação disponibilizar ao usuário uma forma de atualizá-los.

2.8. Auditoria

Quando os dados de auditoria estão contidos na mesma tabela que os dados funcionais (ex: dados de timestamp e usuário executante), esses dados devem entrar no cálculo da complexidade do ALI ou AIE dos dados funcionais apenas se solicitados pelos usuários.

No caso de existir uma trilha de auditoria separada dos dados funcionais, não se deve contar essa trilha de auditoria como um ALI do sistema.

2.9. Arquivos consolidados

Um arquivo consolidado não deve ser contado com um ALI se a mesma aplicação mantiver os dados base (dados a partir dos quais é gerado o consolidado). Isso evita a contagem duplicada. Se for mantido pela aplicação será considerado um ALI, caso contrário será um AIE.

2.10. Elementos de interface

2.10.1. Tree View

Apenas devem ser consideradas como CE as tree views que recuperem dados de arquivos lógicos do sistema (ALI/AIE).

Para casos em que existem diversas folhas, deve ser considerada uma CE para cada nível da árvore.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Para determinar a complexidade da CE em cada nível da árvore:

- O número de TD normalmente será 3: 1 correspondendo ao nível na hierarquia, 1 correspondente ao campo propriamente, 1 correspondente ao acionamento.
- O número de ALR será obtido de acordo com o número de arquivos lógicos referenciados em cada nível.

2.10.2. Combo Box (Drop Down)

Combos com dados fixos em código devem ser contados como TD para o processo elementar onde ele estará contido.

Para determinar a complexidade da CE ou SE:

- O número de TD normalmente será 2: 1 correspondendo ao campo cujo conteúdo será apresentado, 1 correspondente ao acionamento.
- O número de ALR será obtido de acordo com o número de arquivos lógicos referenciados para listar o conteúdo na combo.

2.10.3. Radio Button

Deve ser contado um TD por conjunto considerando o processo elementar.

2.10.4. Check List

Deve ser contado um TD para cada caixa considerando o processo elementar.

2.10.5. Totalizadores em grid

Totalizador de registros apresentado no grid deve ser contado como TD para o processo elementar que o contém.

Como se trata de um cálculo, o processo elementar correspondente será uma SE ou EE, dependendo da intenção principal do mesmo.

2.10.6. Telas com abas (ficheiro) ou wizard

Consulta ou entrada de dados cujos campos estão distribuídos em várias telas de continuação.

Se houver requisito do usuário estabelecendo a necessidade de garantir a recuperação de parte dos dados (dados de uma aba, ou de uma tela do wizard) em caso de perda da transação antes da sua conclusão (ou seja, exige a necessidade de persistência temporária por aba ou tela até que a transação completa se efetue):

- Haverá um único processo elementar contemplando todas as abas da tela (ou todas as telas do wizard).

Se a funcionalidade só estiver completa e consistente se todas as abas estiverem necessariamente preenchidas, sequencialmente e na mesma transação, sem exigência de



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

persistência temporária:

- Haverá um único processo elementar contemplando todas as abas da tela (ou todas as telas do wizard).

2.11. Login

Poderá ser contado como uma CE ou uma SE, a depender da funcionalidade:

- Se for uma busca simples a partir do login informado é uma CE;
- Se além da busca, o login ou senha forem criptografados, é uma SE;
- Se fizer atualização em algum ALI, supondo, por exemplo, que cada acesso do usuário seja acumulado em um campo de controle, é uma SE.

Nunca será contado como uma EE.

E, em geral, pertence à aplicação SIGA (gerenciamento de acessos).

2.12. Contagem de TD em telas de inclusão, alteração e exclusão (CRUD)

Em uma tela de inclusão, todos os campos a serem informados pelo usuário devem ser contados como TD para a EE correspondente, além da capacidade de emitir mensagem e de acionamento de comandos.

Em uma tela de alteração/exclusão, os campos mostrados ao usuário para que a alteração/exclusão ocorra devem ser contados como TD de um processo elementar à parte, uma CE ou SE, correspondendo a essa exibição.

Os TDs a serem contados para a EE de exclusão devem ser os campos que compõem a chave necessária para identificar o registro a ser excluído, além da capacidade de emitir mensagem e do acionamento de comandos.

2.13. Contagem de ALI e AIE

Os ALIs e AIEs de cada contagem devem ter seus atributos contidos nas transações da contagem atual ou em contagens passadas do mesmo sistema. Alterações, inclusões e exclusões de atributos devem ser calculados pelo método EFPA - Enhancement Function Point Analysis da NESMA - Netherlands Software Metrics Association, segundo o Manual de Medição de Software. Os modelos de dados físicos não devem ser considerados insumos para a contagem detalhada dada a possibilidade de conterem estruturas ou atributos obsoletos.

2.14. Contagem de eventos de um conceito

Deve ser um registro lógico do conceito. Pois tem pequena independência conceitual. Geralmente um evento está associado a uma funcionalidade distinta. E é excluído caso haja exclusão lógica do conceito. Ao visualizar evento, não se deve contabilizar a busca do login do usuário quando este estiver estático no texto do evento (por ser uma redundância não controlada, mesmo que o login do usuário mude, os textos não são alterados).



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

2.15. Controle acesso e funções de usuário

Não devem ser contadas como funcionalidades à parte: apresentar dados usuário logado (Sistemas de Gerenciamento de Acesso) e a capacidade de uma funcionalidade saber Identificação e login do usuário corrente (já na infraestrutura). Também não deve ser contada a validação se usuário pode executar ou não uma função (considerada funcionalidade estruturante).

2.16. Capacidade de pesquisar arquivo em diretório

Não deve ser contada essa função, por ser estruturante, do sistema operacional.

2.17. Operações como comandos (botões) em consultas implícitas

Se uma funcionalidade for acionada por um comando (botão, link, etc.) em uma tela de consulta implícita, deve-se considerar como td para essa função apenas os campos necessários para sua execução, por exemplo a identificação de um conceito (ainda que na tela tenha atributos deste conceito e a identificação seja um valor implícito na tela).

3. ERROS MAIS FREQUENTES NA CONTAGEM FUNCIONAL

3.1. Erros na identificação da fronteira da aplicação

Posicionamento de tal forma que compreende funcionalidades que não tem em seu conjunto uma unidade funcional.

Achar que sistemas diversos com usuários distintos e propósitos diferentes, ainda que integrados, são um sistema único. Ex: Folha de Pagamento integrada com Contas a Pagar.

Sistemas com múltiplas tecnologias (exemplo: Java e Natural) com fronteiras sendo criadas entre as tecnologias.

3.2. Erros na identificação de grupos lógicos de dados

Cada tabela ou entidade é mapeada como um arquivo lógico (ALI ou AIE) da aplicação sendo contada.

Um arquivo lógico é incluído no escopo da contagem de um projeto de melhoria apenas por ele ser referenciado por algum dos processos no escopo da melhoria, mesmo que os requisitos de armazenamento não tenham sido alterados.

Cada entidade dependente que armazena um subgrupo de dados de uma entidade principal é contada como um arquivo lógico quando deveria ser contada como um tipo de registro do arquivo lógico que compreende todos os dados de ambas as entidades.

Por razões relacionadas à performance ou à modelagem, arquivos lógicos distintos na perspectiva do usuário foram agrupados em uma única entidade ou tabela. Ela, por sua vez, é indevidamente contada como um único arquivo lógico, onde deveria haver mais arquivos lógicos.

Tabelas que armazenam relatórios visando apenas evitar novo processamento, são



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

erroneamente contados como ALI.

Tabelas que implementam área de armazenamento temporário de dados recebidos de outros sistemas (staging area), que são indevidamente contadas como ALI.

Tabela "de outra aplicação" (ou seja, originalmente criada por outra aplicação) mantida também pela aplicação objeto da contagem é contada como AIE e não como ALI.

Arquivos de auditoria que não são contadas como ALI, embora sejam um requisito posto pelo usuário, tendo inclusive consulta sendo feita no sistema.

Contar campos de trilha de auditoria como TD do ALI em que estão, embora a trilha não seja um requisito posto pelo usuário e tenha sido colocada por razões técnicas.

3.3. Erros na determinação da complexidade de grupos lógicos de dados

Consideração de que todos os campos existentes em uma tabela são Tipos de Dado do arquivo lógico, quando na verdade, apenas os campos não repetitivos e reconhecidos pelo usuário é que deveriam ser considerados.

Todos os Tipos de Dados e Tipos de Registro de um ALI para a aplicação A, são considerados na determinação da complexidade do respectivo AIE da perspectiva da aplicação B, independentemente de serem todos eles referenciados pela aplicação sendo contada (no caso a aplicação B).

Arquivos com a imagem de outros objetos para carga em tabelas da aplicação sendo contados como AIE/ALI, quando é sabido que tais arquivos não são considerados na contagem funcional.

3.4. Erros na identificação processos elementares

Não incluir no escopo da contagem de um projeto de melhoria funções alteradas e cuja nova complexidade não foi alterada em relação à anterior.

Desconsiderar processos que recebem apenas informações de controle pela fronteira da aplicação e não atualizam ALI, mas que mudam o comportamento do sistema.

3.5. Erros na identificação de entrada externa

Telas para informar parâmetros (filtros) em relatórios e/ou consultas contadas indevidamente como entrada externa.

Tela de liberação de acesso ao sistema (login) contada como uma entrada externa quando deveria ser uma consulta ou saída externa.

Atividades de manutenção de arquivos (incluir, alterar e excluir) indevidamente contadas como uma única Entrada Externa.

Atividades adicionais à manutenção cadastral são indevidamente desconsideradas.

Processos agendados processados em lotes de transações são indevidamente



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

desconsiderados.

Processo que recebe arquivo onde os registros são referentes a mais de um tipo de transação (ex.: inclusão, exclusão, alteração) são indevidamente contados como uma única entrada externa.

3.6. Erros na Identificação de Saída Externa

Mensagens de erro e confirmação sendo contados como saídas externas. Informações geradas em arquivos de transação para outros sistemas, ao invés de serem contadas com SE, são contadas como EE em um ALI.

Informações geradas em arquivos de transação para outros sistemas são contadas como SE e o arquivo é contado como ALI, onde o arquivo não deveria ser contado como tal.

Parte do processamento de uma entrada externa envolve o cálculo e apresentação de dados ao usuário, essa parte é indevidamente contada como uma saída externa, quando não é nem mesmo um processo elementar.

Formatos diferentes da mesma saída são indevidamente contados como saídas externas diferentes.

Variações de um relatório com diferentes lógicas de processamento são contadas como uma única saída externa, quando deveriam ser mais. Por exemplo, informações de faturamento detalhadas, sumarizadas por dia e por mês.

3.7. Erros na identificação de consulta externa

Controle tipo "drop-down" que é contado como uma consulta externa mesmo que não consulte dados de um arquivo lógico e não gere dados derivados.

Controle tipo "drop-down" que consulta dados de um arquivo lógico e não é contado como consulta externa ou saída externa.

Um mesmo controle tipo "drop-down" que é contado como uma consulta externa na mesma aplicação mais de uma vez.

Não contar consulta implícita.

Contar consulta implícita quando tem um grid anterior com os mesmos dados.

3.8. Erros na complexidade de processos elementares

Contar um mesmo arquivo lógico mais de uma vez no mesmo processo elementar (exemplo: quando referência e mantém).

Contar um tipo de registro de um arquivo lógico como um arquivo referenciado (no caso em que o arquivo lógico possua subgrupos de dados relacionados).

Não contar dados de filtro no processo elementar da CE, somente os dados que "retornam" da consulta.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Ou seja, só contar o que sai da fronteira e não contar o que entra no processo elementar.

Esquecer dos DET de comando (ação) e mensagem.

Contar DET para mensagem mesmo quando o sistema não emite mensagem, solicita confirmação ou comunica sucesso.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

ANEXO XIII – AMBIENTE DE DESENVOLVIMENTO

1. Sistemas Operacionais 32 e 64 bits
 - a. MS Windows 7, 8.1,10;
 - b. MS Windows Server 2003, 2008, 2008 R2 e 2012 R2;
 - c. Red Hat Enterprise Linux 5, 6 e 7;
 - d. SUSE Linux Enterprise Server 11.
2. Linguagens de Desenvolvimento
 - a. Java;
 - b. PHP;
 - c. PL/SQL.
 - d. Delphi
 - e. Python
3. SGBD
 - a. Oracle 11.2.0.1 ou superior;
 - b. My-SQL 5x ou superior;
 - c. PostgreSQL 9.x ou superior;
 - d. SQL Server 2012 ou superior;
 - e. MongoDB 2.6 ou superior;
4. Servidor de Aplicação
 - a. JBoss EAP 4, 5 e 6 ou superior;
 - b. Tomcat 5, 6 e 7 ou superior;
 - c. Docker;
 - d. Rancher;
 - e. WildFly.
5. Servidor de Portal
 - a. Joomla!
 - b. WordPress
6. Servidor WEB
 - a. Apache 2.x.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

7. Ferramentas de Apoio ao Desenvolvimento
 - a. Apache Maven;
 - b. Eclipse.
 - c. Jenkins
8. Ferramentas para controle de versão
 - a. Apache Subversion 1.6.11 ou superior;
 - b. GIT 2.2 ou superior.
 - c. Liquibase.
9. Ferramentas de apoio ao teste de sistemas
 - a. TestLink;
 - b. Selenium 2.x;
 - c. JMeter;
 - d. Katalon IDE
 - e. Postman.
10. Ferramentas de Apoio a modelagem
 - a. BizAgi Process Modeler;
 - b. Power Architect;
 - c. SAP PowerDesigner.
11. Ferramenta de Controle de Demandas
 - a. Jira 8.5 ou superior



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

ANEXO XIV – TABELA DE ITENS NÃO MENSURÁVEIS

O CNJ adotará a tabela abaixo para apuração da equivalência em pontos de função de atividades não passíveis de mensuração pela técnica de Análise de Pontos de Função. A quantidade de pontos de função equivalente aos itens não mensuráveis será obtida pela multiplicação da Base de Cálculo pelo Fator de Equivalência em Pontos de Função.

Item	Base de Cálculo	Fator de equivalência em PF
Layout de telas e arquivos Contempla alterações de layouts de telas ou arquivos sem que haja alteração de funcionalidade.	Quantidade de itens de layout alterados	0,04
Campos e Variáveis Contempla a inclusão, alteração ou exclusão de campos e variáveis em programas e tabelas sem que tenha havido mudança na funcionalidade.	Quantidade de campos	0,08
Mensagens Contempla alteração de mensagens de retorno a usuários.	Quantidade de mensagens alteradas	0,04
Menus Contempla a inclusão, alteração ou exclusão de menus ou telas de ajuda usuário (helps).	Quantidade de telas incluídas ou alteradas	0,1
	Quantidade de telas excluídas	0,02
Saídas em múltiplas mídias	--	Serão contabilizadas uma única vez.
Dados <i>Hard Coded</i> Contempla a inclusão, alteração ou exclusão de dados pertencentes a listas (combo box) ou tabelas físicas.	Quantidades de dados	0,04
Code Table Contempla a necessidade de criação, alteração ou exclusão de tabelas Code Table e respectivas	Inclusão de Tabela	1,00
	Alteração de Tabela	0,60
	Exclusão de Tabela	0,40



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Item	Base de Cálculo	Fator de equivalência em PF
funcionalidades.	Inclusão de Funcionalidade	0,30
	Alteração de Funcionalidade	0,20
	Exclusão de Funcionalidade	0,10
Migrar determinada versão de aplicação para outro servidor de Aplicação.		1
Migrar versão de aplicação para outro servidor de banco de dados (SGBD).		0,10
Construção de script de consulta sob demanda.		0,40

Item	Base de Cálculo	Fator de equivalência em PF
Execução de consultas ad-hoc sob demanda.		0,10
Produzir conteúdo de apoio às atividades técnicas de sustentação.		0,10
Emitir parecer técnico sobre comportamento de sistema em produção.		0,30
Gerar e manter índices do Lucene/ElasticSearch.		0,20
Otimizar utilização de recursos de rede e computacionais pelo Servidor de Aplicação (configuração de datasource, etc.).		0,10
Atualização do Mailing		0,10
Criação de lista de grupos no Mailing	Criação de listas no mailing	0,10
Atualização de Artigos	Editar artigos	0,10
Atualização de Categorias	Editar Categorias	0,10
Atualização de Menu	Editar Menu	0,10
Criação de artigos	Criar artigos (Quantidade de itens)	0,10



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Item	Base de Cálculo	Fator de equivalência em PF
Criação de Categorias	Criar categorias (Quantidade de itens)	0,10
Criação de Menu	Criar Menu (Quantidade de itens)	0,10
Exclusão de Artigos	Excluir Artigos (Quantidade de itens)	0,10
Exclusão de Categorias	Excluir Categorias (Quantidade de itens)	0,10
Exclusão de Menu	Excluir Menus (Quantidade de itens)	0,10
Inserção de arquivos (phocadownload)	Pode ser inserido um ou mais arquivos, depende da solicitação	0,10
Criação de categoria (phocadownload)	Pode ser criada uma ou mais categoria, dependendo da solicitação.	0,10
Alteração/correção de Conteúdo - Atos Administrativos	Alteração textual e inclusão de link direto para documentos.	0,10
Alteração/correção de Conteúdo - Atos Normativos	Alteração textual e inclusão de link direto para documentos.	0,10
Redirecionamento de Links	Criação de links curtos	0,10
Treinamento (JOOMLA)	Treinamento na ferramenta (JOOMLA)	2

Item	Base de Cálculo	Fator de equivalência emPF
------	-----------------	----------------------------



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Inserção de arquivos (Imagens, PDF, DOC etc.)	Inserção de arquivos (pode ser inserido um ou mais)	0,10
Alteração de arquivos (imagens, PDF, DOC etc.)	Alteração de arquivos (pode ser editado um ou mais)	0,10
Exclusão de arquivos (imagens, PDF, DOC etc.)	Exclusão de arquivos (imagens, PDF, DOC etc.)	0,10
Inclusão de usuário	Inclusão de Novo usuário	0,10
Inclusão de grupos de usuário	Inclusão de novos grupos de usuários	0,10
Permissão de usuário	Permissão para usuário	0,10
Inserção de iframe	Inserção de iframe (item criado em alguns artigos)	0,10
Inserção e exclusão de Banners	Inserção e exclusão de Banners	0,10
Inserção de TAGS	Inserir uma ou mais Tags	0,10
Alteração de TAGS	Alterar uma ou mais Tags	0,10
Exclusão de TAGS	Excluir uma ou mais Tags	0,10
Inclusão de Weblinks	Inclusão de Weblinks	0,10



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

ANEXO XV – CATÁLOGO DE SISTEMAS

Sigla	Nome do Solução deTIC	Descrição da Solução de TIC
Pje	Processo Judicial Eletrônico	O PJe, Processo Judicial Eletrônico, é um sistema de tramitação de processos judiciais cujo objetivo é atender às necessidades dos diversos segmentos do Poder Judiciário brasileiro (Justiça Militar da União e dos Estados, Justiça do Trabalho e Justiça Comum, Federal e Estadual).
BT	Banco de Talentos e Interesses	Sistema utilizado pela área de RH para controle do banco de talentos do CNJ e interesses de lotação.
CBE	Cadastro de Bolsas de Estudos	Sistema de cadastro e controle de bolsas de estudos ofertadas pelo CNJ aos seus servidores
SISTCAP	Capacitação	Controle das ações de capacitação do CNJ
FROTA	CNJ-FROTA	Sistema para controle de frotas de veículos do CNJ, gerenciando o atendimento às requisições de transporte.
iRH	Contracheque online	Consulta online ao contracheque dos servidores do CNJ
SFO	Férias Online	Controle de férias dos servidores do CNJ. Utilizado pelo RH e servidores do CNJ
GEAFIN	Gestão Administrativa e Financeira	Sistema de controle de compras, material e patrimônio e almoxarifado. TRF4
Sigla	Nome do Solução deTIC	Descrição da Solução de TIC
MCP	Módulo de controle de portarias	Controle de acesso ao Prédio



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

MPA	Módulo de Processo Administrativo	Controlar a movimentação de processos administrativos físicos no âmbito do CNJ.
-----	-----------------------------------	---

Sigla	Nome do Solução deTIC	Descrição da Solução de TIC
PC	Ponto eletrônico para a corregedoria	Sistema para controlar o ponto eletrônico do pessoal da corregedoria (Min. João Otávio Noronha)
PROGD	PROGD Administrativo	Módulo que controla a parte administrativa do processo de gestão de desempenho dos servidores do CNJ.
PRONLINE	PROGD Online	Sistema utilizado para consulta e avaliação online de desempenho. É neste sistema que o chefe e o servidorfazem a avaliação conjunta
REM	Remuneração	Página de pesquisa que retorna informações sobre as remunerações dos conselheiros, magistrados e servidores do CNJ. Permite a pesquisa através de filtros como mês/ano e tipo de servidor. LAI.
SGRH	SGRH Módulo de afastamentos	Módulo para controle dos afastamentos dos servidores
SGRH	SGRH Módulo de anuênios	Módulo de controle de anuências
SGRH	SGRH Módulo de aposentadoria	Módulo de cadastro de aposentadoria
SGRH	SGRH Módulo de auxílios	Módulo de controle de auxílios tais comoauxílio funeral, auxílio natalidade, ajuda de custo, etc



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

SGRH	SGRH Módulo de averbação	Módulo de averbação de tempo deserviço
SGRH	SGRH Módulo de benefícios	Módulo de cadastro e controle de benefícios tais como auxílio alimentação, auxílio saúde, auxílio transporte, PAPE, etc
SGRH	SGRH Módulo de cessão	Módulo de controle de cessão de servidores

Sigla	Nome do Solução deTIC	Descrição da Solução de TIC
SGRH	SGRH Módulo de comissionamento	Módulo de controle de comissionamento(FCs e CJs)
SGRH	SGRH Módulo de controle de registro de ponto	Módulo de ponto eletrônico dos servidores durante o recesso forense
SGRH	SGRH Módulo de dependentes e pensionistas	Módulo de controle de dependentes e pensionistas
SGRH	SGRH Módulo de exercício provisório	Módulo de cadastro de servidores em exercício provisório
SGRH	SGRH Módulo de férias	Módulo de controle de férias
SGRH	SGRH Módulo de gestão de pessoal	Módulo de controle de gestão de pessoal: dados cadastrais
SGRH	SGRH Módulo de licenças médicas	Módulo de cadastro de licenças médicas
SGRH	SGRH Módulo de lotação	Módulo de cadastro de lotação
SGRH	SGRH Módulo de progressão	Módulo de cadastro de progressão funcional



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

SGRH	SGRH Módulo de quadro de vagas	Módulo de controle do quadro de vagas do conselho
SGRH	SGRH Módulo de quadro de vagas	Módulo de controle de quintos (vantagem pessoal nominalmente identificada)
SGRH	SGRH Módulo de requisição	Módulo de controle de servidores requisitados de outros órgãos
SGRH	SGRH Módulo de substituição	Módulo de controle de substituição da chefia
SIAC	Sistema de administração de contratos	Administração de contratos do CNJ

Sigla	Nome do Solução de TIC	Descrição da Solução de TIC
SGRH	Sistema de atalhos no desktop	Sistema de atalhos a sistemas administrativos (SGRH, Folha, SIAA)
AUDITAR	Sistema de auditoria	Sistema de controle de planos de auditoria
SIAA	Sistema de Autorização de Acessos	Sistema de controle de acesso dos sistemas em RH
CLIC	Sistema de Controle de Licitações	Sistema utilizado pela CPL para controle das licitações, inclusive agenda e documentos relacionados.
MWSCL	Sistema de Controle de Licitações -	Módulo WEB de consulta pública do sistema de licitações, utilizado no portal do CNJ para publicação dos materiais referentes às licitações.
	Módulo WEB do sistema de Controle de licitações	
FP	Sistema de Folha de pagamento	Sistema para controle da folha de pagamento dos servidores do CNJ



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

SGPT	Sistema de gerenciamento de postos de trabalho	Sistema de gerenciamento de postos de trabalho onde são cadastrados todos os colaboradores do CNJ
NSGPT	Sistema de gerenciamento de postos de trabalho - notificador de ponto dos colaboradores	Sistema que notifica e avisa aos colaboradores acerca da sua jornada diária
SIP	Sistema de Permissões	sistema de cadastro de permissões e usuários do TRF4
GEPOST	Sistema de postagem	Sistema de Controle e Envio de Postagem. Sistema de controle dos gastos de correspondências recebidas e encaminhadas pelo CNJ.

Sigla	Nome do Solução de TIC	Descrição da Solução de TIC
RPT	Sistema de registro de faturamento (SGPT) - módulo de registro biométrico	Sistema de gerenciamento do posto de trabalho - registro biométrico dos ocupantes de posto de trabalho dos contratos do CNJ.
SRPD	Sistema de Requisição de Passagens e Diárias	Sistema de Requisição de Passagens e Diárias
CNJSERV	Sistema de requisição serviços	Sistema de requisição de serviços nas áreas de patrimônio, manutenção predial e serviços
SEI	Sistema eletrônico de informações	Sistema de tramitação de processos administrativos eletrônicos.
SERH	Sistema Eletrônico de Recursos Humanos	Sistema de controle de Recursos Humanos que substituirá o SGRH
SIGADOC	Sistema Integrado de Gestão Administrativa	Sistema de tramitação de expedientes eletrônicos



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

CF	Webservice Consultar Funcionário	Modulo de consulta a dados como ramal,email, e lotação dos funcionários do CNJ (servidores, terceirizados e estagiários)
PORTAL	Portal do CNJ	Portal do CNJ, feito com a ferramenta WordPress.
SEI-Apostila	SEI Apostila	O Sistema Eletrônico de Informação e Apostilamento (SEI Apostila), que permite que todo o processo seja feito exclusivamente pelos cartórios, e o Conselho Nacional da Justiça (CNJ) como gestor.
Apostil	Novo sistema para Apostilamento de Haia	Sistema que irá substituir o Sei Apostila. Para realizar os apostilamentos do acordo de Haia
CedinPrec	Cadastro de Entidades Inadimplentes	Sistema para gerenciar retenções das entidades que estão inadimplentes como Regime especial dos precatórios

Sigla	Nome do Solução deTIC	Descrição da Solução de TIC
BNMP	Banco Nacional de Mandados de Prisão	O Banco Nacional de Mandados de Prisão foi estabelecido pelo Art. 289-A do Código de Processo Penal, e regulamentado pela Resolução 137 de 2011 do CNJ. O sistema permite que os tribunais enviem informações sobre os mandados de prisão emitidos por seus órgão jurisdicionais, bem como disponibiliza as informações sobre os mandados de prisão em aberto para o público.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

BNMP 2.0	Banco Nacional de Monitoramento de Prisões v2.0	O novo BNMP 2.0 propicia relatórios gerenciais confiáveis e ferramentas para possibilitar a complementação dos dados cuja informação cabe às Secretarias de Segurança, de Justiça e de Administração Penitenciária. Quando o sistema estiver plenamente implantado, o Brasil terá um perfil individualizado da sua população prisional, possibilitando ter um conhecimento amplo a respeito da alocação de todos os presos distribuídos por todo o território nacional.
CACOL	Cadastro de Ações Coletivas	Sistema utilizado para armazenamento e consulta de ações coletivas originadas a partir do Ministério Público. Os tribunais são responsáveis pela alimentação dos dados do sistema, enviando os metadados dos processos e, se possível, as peças que os compõem.

Sigla	Nome do Solução de TIC	Descrição da Solução de TIC
CNEP	Cadastro Nacional de Entes Públicos	O sistema relaciona os entes da Administração Pública Direta e Indireta das três esferas de governo: federal, estadual e municipal. O CNEP visa facilitar a identificação dos entes públicos demandantes e demandados no Poder Judiciário para padronizar o cadastro destes durante a autuação dos processos judiciais, em todos os órgãos do Poder Judiciário Nacional. É também objetivo do CNEP auxiliar no preenchimento das variáveis referentes aos entes públicos como demandantes e demandados previstas na Resolução 76/2009 – CNJ para constar no Relatório Justiça em Números.
ED	Escritório Digital	Permite integração com os sistemas processuais do Brasil



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

ENCCLA	Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro	A Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) visa à articulação e à atuação conjunta entre órgãos públicos que trabalham com a fiscalização, o controle e a inteligência como forma de aperfeiçoar a prevenção e o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro. A Enccla foi instituída em 2003 e é coordenada pela Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) integra o grupo de instituições públicas engajadas com a Enccla, que reúne cerca de 70 órgãos do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, tanto no âmbito federal quanto no estadual, além do Ministério Público
--------	--	---

Sigla	Nome do Solução de TIC	Descrição da Solução de TIC
VEP	Execuções Penais	Sistema utilizada para acompanhamento das execuções penais de cada Tribunal. O TJPB e TJMA estão utilizando o sistema, o CNJ só realiza manutenções corretivas na aplicação.
PROJUDI	Processo Judicial	Sistema de processo judicial eletrônico que será substituído pelo PJe
CP	Projeto Cidadania nos Presídios	
RepNac	Replicação Nacional	Sistema utilizado para replicar os processos nacionais de forma que possam ser realizadas métricas nestes



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

R107	Resolução 107 - Assistência à Saúde	O sistema armazena os dados da planilha enviada pelos tribunais conforme instrução e modelo previsto na Resolução nº 107. O usuário informa os dados através de uploads (envios) de planilhas, podendo consultar e excluir os dados importados conforme a necessidade.
R102	SIAFI-JUD - Sistema de Administração Financeira do Judiciário	O Sistema SIAFI-JUD, ou Resolução 102, é um sistema que permite o envio das planilhas com os quantitativos e descritivos de cargos, valores de remuneração, bem como informações orçamentárias dos Tribunais brasileiros (despesas com pessoal, custeio, investimentos).

Sigla	Nome do Solução de TIC	Descrição da Solução de TIC
INFOJURIS	Sistema de Informativo de Jurisprudência	O Sistema de Informativo de Jurisprudência é um sistema utilizado para consulta de jurisprudência dos processos do CNJ, ferramenta de busca disponibiliza as ementas (resumo da decisão) dos acórdãos e dos votos. Por meio do Infojuris magistrados, advogados e até mesmo pesquisadores poderão pesquisar a partir das datas de julgamento, número do processo, nome do relator e até mesmo do tribunal.
NURER	Sistema de Integração dos Núcleos de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos	Sistema que mantém informações sobre temas de repercussão geral e recursos repetitivos, além de manter informações sobre processos sobrestados conforme decisões do STJ e STF com base nos respectivos procedimentos acima referidos.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

LEXMLOAD ER	Sistema de sincronização de dados com o LEXML	
SCN	Sistema do Projeto Começar de Novo	O Projeto Começar de Novo tem o objetivo de promover ações para ressocialização de presos e egressos do sistema prisional, com a criação de oportunidades de trabalho e de reeducação social e profissional, visando a redução das taxas de reincidência criminal. O projeto pretende ainda chamar atenção de gestores públicos, inclusive magistrados, e da sociedade civil organizada, para a promoção de ações de cidadania em
		prol da melhoria do sistema penal brasileiro.
SEEU	Sistema Eletrônico de Execução Unificada	Sistema que possibilita o controle e realização de cálculos de execução penal de forma automática, além do controle biométrico.

Sigla	Nome do Solução de TIC	Descrição da Solução de TIC
SICNJ	Sistema Integrado do Conselho Nacional de Justiça	Sistema utilizado no início do CNJ para tramitação de processos eletrônicos. Foi substituído pelo ECNJ.
SJJ	Sistema Justiça ao Jovem	Sistema de questionário, onde se cadastram perguntas e tipos de resposta. Utilizado nas visitas do DMF aos estabelecimentos de internação de menores.
SMC e SMIEJ	Sistema Mutirão Carcerário e Sistema Infância e Juventude	Acompanhamento de processos da fase de execução da pena ou da medida sócio educativa



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

OUV	Sistema Ouvidoria	Faz recebimento de relatos dos cidadãos, e mantém controle sobre encaminhamento e respostas para os questionamentos e reclamações referentes ao Poder Judiciário.
Audidi	Audiência Digital	Sistema responsável por gravar audiências e realizar marcações nos vídeos
BTUT	Banco de Tutores do Poder Judiciário	Formulário responsável pelo cadastro de tutores para o CNJ, aqui o interessado se cadastra e escolhe áreas em que tem interesse de ministrar, além de efetuar o upload do seu currículo. A visualização do cadastro é feita por um administrador cadastrado no SCA e vinculado ao banco de tutores.
BSERV	Boletim de Serviço do CNJ	Utilizado pela área de RH para publicação dos boletins internos do CNJ.
CNIUS	Cadastro Nacional de Inspeções nas Unidades de Internação e Semi-Liberdade	Sistema utilizado pelas unidades judiciárias para cadastro de processos, adolescentes e medidas que foram tomadas em ações que envolvem adolescentes em conflito com a lei.

Sigla	Nome do Solução de TIC	Descrição da Solução de TIC
CEDIN	Cadastro de Entidades Inadimplentes	Utilizado para informar os estados/municípios que não estão cumprindo o pagamento de seus precatórios e efetuar o bloqueio dos valores devidos via conexão com o BB.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

CNACL	Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei	Sistema utilizado pelas unidades judiciárias para cadastro de processos, adolescentes e medidas que foram tomadas em ações que envolvem adolescentes em conflito com a lei.
CNCIAI	Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade	Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa. Preenchido pelos tribunais.
CNCA	Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos	O Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos (CNCA), criado por meio da Resolução-CNJ n. 93, em 27 de outubro de 2009, tem a finalidade de consolidar os dados de crianças e adolescentes acolhidos em abrigos e/ou estabelecimentos mantidos por ONGs, igrejas e instituições religiosas em todo o País.
CNIEP	Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais	Sistema para cadastro dos estabelecimentos penais e das inspeções realizadas nestes estabelecimentos
CIJUC	Cadastro Nacional de Instrutores em Mediação	Sistema para cadastrar e controlar os instrutores em mediação no país. Comotambém a certificação e avaliação dos instrutores em mediação.

Sigla	Nome do Solução de TIC	Descrição da Solução de TIC
CJC	Casas de Justiça e Cidadania	Captação de estatísticas de atendimento nas casas de justiça e cidadania.(Em Brasília é o Na Hora)



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

FORUMCNJ	FORUMCNJ	Fórum de discussões do CNJ, utilizado principalmente pelo DPJ
INTRANET	Intranet do CNJ	SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
-	Justiça Aberta	O Justiça Aberta é um sistema de consulta que facilita o acesso dos cidadãos a informações sobre a localização de varas cíveis, tribunais, cartórios e outras instituições a serviço do sistema judiciário do Brasil e sobre relatórios de produtividade das secretarias processuais. O banco de dados simplifica o acesso às instâncias judiciais do país e é gerenciado pela Corregedoria Nacional de Justiça. Pelo sistema é mantido um cadastro atualizado de todas as serventias do país.
JUSNUM	Justiça em Números	Sistema utilizado pelos tribunais para alimentar as estatísticas do projeto Justiça em Números. O DPJ utiliza o sistema para gerar relatórios e ditar quando o sistema abre para novas inserções.
SAPRS	Justiça Plena: Sistema de Acompanhamento de Processos de Relevância Social	Os Tribunais indicam, o CNJ aprova ou não o acompanhamento do Processo indicado, se aprovado, a partir daí, pelo sistema o CNJ pode cobrar das partes envolvidas, esclarecimentos e documentações do processo, no sistema são feitos uploads de arquivos.

Sigla	Nome do Solução de TIC	Descrição da Solução de TIC
-------	------------------------	-----------------------------



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

MD	Malote Digital	O Sistema Malote Digital é utilizado para o envio de correspondências oficiais, como ofícios e memorandos, entre órgãos do Poder Judiciário.
-	Mediação Digital	O sistema permite acordos, celebrados de forma virtual, de partes do processo que estejam distantes fisicamente, como, por exemplo, entre sistema facilita a troca de mensagens e informações entre as partes, que podem chegar a uma solução.
META02	Meta 2 de 2009	Sistema originalmente criado para controlar a meta 02 de 2009, criada pelo CNJ.
METAS 2010	Metas 2010	Sistema originalmente criado para controlar as metas de 2010, criadas pelo CNJ. Está sendo utilizado para os anos posteriores também.
Metas 2011	Metas 2011	Sistema originalmente criado para controlar as metas de 2011, criadas pelo CNJ. Está sendo utilizado para os anos posteriores também.
Metas 2012	Metas 2012	Sistema criado para manter as metas de 2012/2013.
Metas 2013	Metas 2013	Sistema criado para manter as metas de 2012/2013.
Metas 2014	Metas 2014	Sistema que centraliza o acesso a todos os outros sistemas das metas. O novo Sistema Metas 2014 tem como objetivo se tornar um sistema único para todos os projetos de Metas anuais.

Sigla	Nome do Solução de TIC	Descrição da Solução de TIC
-------	------------------------	-----------------------------



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Metas ENASP	Metas ENASP	<p>Convênio com o MP para acompanhamento das metas da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública.</p> <p>"A Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp) tem o objetivo de promover a articulação dos órgãos responsáveis pela segurança pública</p>
METAS	Metas Nacionais	Sistema que centraliza o acesso a todos os outros sistemas das metas.
Pje Mídias	Pje-Mídias	Sistema para visualizar as gravações realizadas pelo AUDIDI
-	Portal da Transparência	Sistema utilizado no domínio www.portaltransparencia.jus.br que detalha as despesas e receitas do judiciário
PBP	Portal de Boas Práticas do Judiciário	Portal para cadastramento e divulgação de boas práticas do poder judiciário.
GQU	Questionário de Governança de TI	<p>Conhecido como Questionário de Governança de TI</p> <p>Levanta informações sobre as áreas de Tecnologia da Informação e Comunicação do Tribunais para criar métricas de adoção de equipamentos etc</p>
QUI9	Questionário de TIC - Indicador 9 (Planejamento Estratégico)	Com uma finalidade semelhante com o Questionário de TIC 2011 e 2012, foi voltando para a infraestrutura do STF. Não foi definido uma data para 2012
RC	Registro Civil	Consulta pública dos cartórios que emitem certidões (Nascimento, casamento e óbito), baseada na base de dados do Justiça Aberta



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Sigla	Nome do Solução de TIC	Descrição da Solução de TIC
RES 88	Resolução 88	Sistema para envio de arquivos referentes aos cargos, jornada de trabalho e quadro efetivo de cada tribunal
SEJ	Serventias Extrajudiciais	<p>Para cumprir o papel do Conselho Nacional de Justiça de formular diretrizes para o Poder Judiciário, uma das metas prioritárias da Corregedoria Nacional de Justiça — à qual cabe exercer as funções executivas do CNJ, conforme Art. 103-B, § 5º, inciso II — é a realização de levantamentos em nível nacional dos órgãos do Judiciário e dos serviços judiciários auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público ou oficializados. Nesse contexto insere-se o programa “Justiça Aberta” da Corregedoria Nacional de Justiça, que consiste em elaborar uma completa radiografia dos órgãos do Judiciário. A ferramenta permitirá, além de um constante acompanhamento dos resultados, um rápido ajuste de estratégias para responder às mudanças necessárias e promover a correção das inconsistências. A disponibilização à sociedade dos dados iniciais do Cadastro das Serventias Extrajudiciais atende aos princípios de publicidade e de eficiência da administração pública (Art. 37 da CF).</p> <p>http://www.cnj.jus.br/atosadministrativos/atos-da-corregedoria/327divulgacoes/12599-cadastro-das-serventiasextrajudiciais-estaticas</p>



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Sigla	Nome do Solução deTIC	Descrição da Solução de TIC
SJ1	Serventias Judiciais de 1º Grau	Sistema utilizado para captação de produtividade dos magistrados e serventias judiciais de 1º grau.
SJ2	Serventias Judiciais de 2º Grau	Sistema utilizado para captação de produtividade dos magistrados de 2º grau.
SISPAD	Sistema de Acompanhamento de Processo Administrativo Disciplinar	Sistema para concentrar as informações de todos os Processos Disciplinares contra magistrados.
SACI	Sistema de Apoio às Correções e Inspeções	Sistema auxiliar da preparação, execução e acompanhamento de correções e inspeções. Coleta informações durante a realização das correções/inspeções, registro de ocorrências (achados) durante os trabalhos, monitoramento remoto dos trabalhos, relatórios parciais (por unidade inspecionada) e finais (por tribunal), registro das determinações/recomendações, acompanhamento do cumprimento das determinações/ recomendações.
-	Sistema de Conciliação	Captação de estatísticas de conciliações em cada tribunal.
SCA	Sistema de Controle de Acesso	Sistema que unifica os logins/senhas de outros sistemas do CNJ, criando um único ponto de acesso aos sistemas que o usuário tem acesso. Além disso, o sistema mantém a vinculação entre os sistemas e os perfis disponibilizados. O sistema também provê um cadastro único



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

		de órgãos judiciários, com uma visão hierárquica administrativa.
SCPDTI	Sistema de Controle de Processos do DTI	Sistema para controle interno do andamento dos processos do DTI

Sigla	Nome do Solução deTIC	Descrição da Solução de TIC
SISEVEN	Sistema de Eventos	Sistema utilizado para controle dos eventos patrocinados pelo CNJ
SF	Sistema de Gestão de Formulários	Sistema para elaboração de questionário e formulários para o CNJ.
SGP	Sistema de Gestão de Precatórios - RES 115	-
SGQ	Sistema de Gestão de Questionários	Sistema para produção de formulários e questionário dinamicamente pelo usuário.
SGT	Sistema de Gestão de Tabelas	Sistema para controle das tabelas processuais unificadas do CNJ, inclusive com consulta pública e disponibilização das versões.
ECNJ-ADM	Sistema de processo eletrônico administrativo do CNJ	Sistema de processo eletrônico administrativo do CNJ. Também é utilizado pelo DMF, sendo que compartilham a mesma base.
ECNJ	Sistema de processo eletrônico do CNJ	Sistema de processo eletrônico do CNJ.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

SNAA/CNA	Sistema Nacional de Adoção	O Cadastro Nacional de Adoção é uma ferramenta criada para auxiliar juízes das varas de infância e da juventude na condução dos procedimentos de adoção.
SNBA	Sistema Nacional de Bens Apreendidos	Sistema utilizado para controle de todosos bens apreendidos pela justiça.

Sigla	Nome do Solução deTIC	Descrição da Solução de TIC
SNCI	Sistema Nacional de Controle de Interceptações	Trata-se de sistema que concentra as informações das interceptações telefônicas que são impetradas no tribunal. Essa ferramenta possibilita a emissão de estatísticas que permitem aperfeiçoar e uniformizar o sistema de medidas cautelares sigilosas referentes às interceptações telefônicas, para constituir instrumento de prova em investigação criminal e em instrução processual penal, em todo o território nacional.
-	Videoconferência	Sistema de videoconferências. Permite criar salas, gravar etc.

ANEXO XVI – EXPERIÊNCIA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Perfil Profissional	Especialidade	Experiência / Qualificação	Conhecimentos Técnicos - Processos e práticas	Conhecimentos Técnicos - Tecnologias
ARQSOF-02	JAVA	Curso superior completo nos termos do TR e experiência mínima de 5 (cinco) anos desempenhando funções de arquiteto de aplicações web utilizando tecnologias JAVA	<ul style="list-style-type: none"> * Princípios e práticas de desenvolvimento de software ágil, incluindo o Manifesto Ágil, Scrum, Extreme Programming (XP) e Kanban; * Conhecimentos em padrões de projeto (Enterprise Integration Patterns, Design Patterns, SOA, Microservices Patterns) * Arquitetura de aplicações em três camadas, modelo MVC. * Conhecimentos sobre Arquiteturas de Microserviços, sua aplicação e padrões * Conhecimento em Devops e DevSecOps 	<ul style="list-style-type: none"> * Conhecimento em Java, Angular, Spring Boot, Spring MVC, NodeJS, XML, Rest, Json, SOAP, EJB, JMS, JavaScript, XML, SOAP, JSP, HTML, CSS, API, Web Services, Bootstrap; * Banco de dados transacionais como MySQL ou PostgreSQL, SqlServer e Oracle; Bancos de dados NoSQL, como MongoDB e Redis; * Ferramentas de controle de versão: Subversion e Git; * Análise de código: SonarQube; * Ferramentas CI/CD: Jenkins, GitLab, Maven * Containers: Kubernetes, Docker; * Testes funcionais



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

				e automatizados: Junit, Selenium, Cucumber * Ferramentas de avaliação de performance: Jmeter
--	--	--	--	--



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

	PHP	<p>Curso superior completo nos termos do TR e experiência mínima de 5 (cinco) anos desempenhando funções de arquiteto de aplicações web utilizando tecnologias PHP</p>	<ul style="list-style-type: none">* Princípios e práticas de desenvolvimento de software ágil, incluindo o Manifesto Ágil, Scrum, Extreme Programming (XP) e Kanban;* Conhecimentos em padrões de projeto (Enterprise Integration Patterns, Design Patterns, SOA, Microservices Patterns)* Arquitetura de aplicações em três camadas, modelo MVC.* Conhecimentos sobre Arquiteturas de Microserviços, sua aplicação e padrões* Conhecimento em Devops e DevSecOps	<ul style="list-style-type: none">* Conhecimento em PHP 5.x, PHP 7.x, Laravel, Rest, JavaScript, HTML, CSS, API, Bootstrap;* Banco de dados transacionais como MySQL ou PostgreSQL, SqlServer e Oracle; Bancos de dados NoSQL, como MongoDB e Redis;* Ferramentas de controle de versão: Subversion e Git;* Análise de código: SonarQube;* Ferramentas CI/CD: Jenkins, GitLab, Maven* Containers: Kubernetes, Docker;* Testes funcionais e automatizados: Junit, Selenium, Cucumber
--	-----	--	---	---



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

				<p>* Ferramentas de avaliação de performance: Jmeter</p>
--	--	--	--	--



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

	PYTHON	<p>Curso superior completo nos termos do TR e experiência mínima de 5 (cinco) anos desempenhando funções de arquiteto de aplicações web utilizando tecnologias PYTHON</p>	<ul style="list-style-type: none">* Princípios e práticas de desenvolvimento de software ágil, incluindo o Manifesto Ágil, Scrum, Extreme Programming (XP) e Kanban;* Conhecimentos em padrões de projeto (Enterprise Integration Patterns, Design Patterns, SOA, Microservices Patterns)* Arquitetura de aplicações em três camadas, modelo MVC.* Conhecimentos sobre Arquiteturas de Microserviços, sua aplicação e padrões* Conhecimento em Devops e DevSecOps	<ul style="list-style-type: none">* Conhecimento em Python, Django (GeoDjango), Celery, Openlayers, MapProxy/Mapink, Bibliotecas GDAL, OGR, Proj4, autenticação por certificação digital padrão ICP-Brasil, Nginx* Banco de dados transacionais como MySQL ou PostgreSQL, SqlServer e Oracle;Bancos de dados NoSQL, como MongoDB e Redis;* Ferramentas de controle de versão: Subversion e Git;* Análise de código: SonarQube;* Ferramentas CI/CD: Jenkins, GitLab, Maven* Containers:
--	--------	---	---	--



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

				<p>Kubernetes, Docker; * Testes funcionais e automatizados: Junit, Selenium, Cucumber * Ferramentas de avaliação de performance: Jmeter</p>
--	--	--	--	---



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

LDESENV	Líder Técnico de Desenvolvimento	Curso superior completo nos termos do TR e experiência mínima de 5 (seis) anos desempenhando funções de Liderança em desenvolvimento de aplicações WEB	<ul style="list-style-type: none">* Princípios e práticas de desenvolvimento de software ágil, incluindo o Manifesto Ágil, Scrum, Extreme Programming (XP) e Kanban;* Conhecimentos em padrões de projeto (Enterprise Integration Patterns, Design Patterns, SOA, Microservices Patterns)* Arquitetura de aplicações em três camadas, modelo MVC.* Conhecimentos sobre Arquiteturas de Microserviços, sua aplicação e padrões* Conhecimento em Devops e DevSecOps	<ul style="list-style-type: none">* Conhecimento em Java, PHP, Ionic, Angular, Spring Boot, Spring MVC, NodeJS, XML, Rest, Json, SOAP, EJB, JMS, JavaScript, XML, SOAP, JSP, HTML, CSS, API, Web Services, Bootstrap;* Banco de dados transacionais como MySQL ou PostgreSQL, SqlServer e Oracle;Bancos de dados NoSQL, como MongoDB e Redis;* Ferramentas de controle de versão: Subversion e Git;* Análise de código: SonarQube;* Ferramentas CI/CD: Jenkins, GitLab, Maven* Containers:
----------------	----------------------------------	--	---	--



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

				<p>Kubernetes, Docker; * Testes funcionais e automatizados: Junit, Selenium, Cucumber * Ferramentas de avaliação de performance: Jmeter</p>
--	--	--	--	---



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DESENV-02 DESENV-03	JAVA	<p>Curso superior completo nos termos do TR e experiência mínima de 3 (três) anos para DESENV-02 e 5 (cinco) anos para DESENV-03 desempenhando funções de desenvolvimento de aplicações web utilizando tecnologias JAVA</p>	<ul style="list-style-type: none">* Princípios e práticas de desenvolvimento de software ágil, incluindo o Manifesto Ágil, Scrum, Extreme Programming (XP) e Kanban;* Conhecimentos em padrões de projeto (Enterprise Integration Patterns, Design Patterns, SOA, Microservices Patterns)* Arquitetura de aplicações em três camadas, modelo MVC.* Conhecimentos sobre Arquiteturas de Microserviços, sua aplicação e padrões* Conhecimento em Devops e DevSecOps	<ul style="list-style-type: none">* Conhecimento em Java, Angular, Spring Boot, Spring MVC, NodeJS, XML, Rest, Json, SOAP, EJB, JMS, JavaScript, XML, SOAP, JSP, HTML, CSS, API, Web Services, Bootstrap;* Banco de dados transacionais como MySQL ou PostgreSQL, SqlServer e Oracle; Bancos de dados NoSQL, como MongoDB e Redis;* Ferramentas de controle de versão: Subversion e Git;* Ferramentas CI/CD: Jenkins, GitLab, Maven* Containers: Kubernetes, Docker;
--------------------------------	------	---	---	--



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

	PHP	<p>Curso superior completo nos termos do TR e experiência mínima de 3 (três) anos para DESENV-02 e 5 (cinco) anos para DESENV-03 desempenhando funções de desenvolvimento de aplicações web utilizando tecnologias PHP</p>	<ul style="list-style-type: none">* Princípios e práticas de desenvolvimento de software ágil, incluindo o Manifesto Ágil, Scrum, Extreme Programming (XP) e Kanban;* Conhecimentos em padrões de projeto (Enterprise Integration Patterns, Design Patterns, SOA, Microservices Patterns)* Arquitetura de aplicações em três camadas, modelo MVC.* Conhecimentos sobre Arquiteturas de Microserviços, sua aplicação e padrões* Conhecimento em Devops e DevSecOps	<ul style="list-style-type: none">* Conhecimento em PHP 5.x, PHP 7.x, Laravel, Rest, JavaScript, HTML, CSS, API, Bootstrap;* Banco de dados transacionais como MySQL ou PostgreSQL, SqlServer e Oracle; Bancos de dados NoSQL, como MongoDB e Redis;* Ferramentas de controle de versão: Subversion e Git;* Ferramentas CI/CD: Jenkins, GitLab, Maven* Containers: Kubernetes, Docker;
--	-----	--	---	--



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

	PYTHON	<p>Curso superior completo nos termos do TR e experiência mínima 5 (cinco) anos para DESENV-02 e 4 (quatro) anos para DESENV-03 desempenhando funções de desenvolvimento de aplicações web utilizando tecnologias PHYTON</p>	<ul style="list-style-type: none">* Princípios e práticas de desenvolvimento de software ágil, incluindo o Manifesto Ágil, Scrum, Extreme Programming (XP) e Kanban;* Conhecimentos em padrões de projeto (Enterprise Integration Patterns, Design Patterns, SOA, Microservices Patterns)* Arquitetura de aplicações em três camadas, modelo MVC.* Conhecimentos sobre Arquiteturas de Microserviços, sua aplicação e padrões* Conhecimento em Devops e DevSecOps	<ul style="list-style-type: none">* Conhecimento em Python, Django (GeoDjango), Celery, Openlayers, MapProxy/Mapink, Bibliotecas GDAL, OGR, Proj4, Nginx* Banco de dados transacionais como MySQL ou PostgreSQL, SqlServer e Oracle; Bancos de dados NoSQL, como MongoDB e Redis;* Ferramentas de controle de versão: Subversion e Git;* Ferramentas CI/CD: Jenkins, GitLab, Maven* Containers: Kubernetes, Docker;
--	--------	--	---	---



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

	DELPHI	<p>Curso superior completo nos termos do TR e experiência mínima de 3 (três) anos para DESENV-02 e 5 (cinco) anos para DESENV-03 desempenhando funções de desenvolvimento de aplicações web utilizando tecnologias DELPHI</p>	<ul style="list-style-type: none">* Arquitetura em três camadas: interface (VCL), regras de negócio (DataModule), dados (queries)* Separação de responsabilidades via Units reutilizáveis* Conhecimento informal de padrões como DAO, Singleton e Observer	<ul style="list-style-type: none">* Conhecimento de Linguagem Object Pascal (Delphi)* Ambientes de desenvolvimento Delphi 7, Delphi 2007, ou versões XE iniciais* IDE Delphi: configurações, paleta de componentes, debugging, compilação* BDE (Borland Database Engine)* ADO (ActiveX Data Objects)* Banco de dados transacionais como MySQL ou PostgreSQL, SqlServer e Oracle; Bancos de dados NoSQL, como MongoDB e Redis;* Ferramentas de
--	--------	---	--	---



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

				controle de versão: Subversion e Git;
--	--	--	--	--



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

SCRUM	Scrum Master	Curso superior completo nos termos do TR e experiência mínima de 3 (três) anos na facilitação do processo de desenvolvimento ágil de software, orientando as equipes de desenvolvimento, acompanhando, identificando e eliminando impedimentos e promovendo o uso de padrões e melhores práticas ágeis e CSM - Certified Scrum Master (Scrum Alliance) OU PSM – Professional Scrum Master (Scrum. ORG)	* Certificado Profissional Scrum Master PSM I emitido pela Scrum.Org ou CSM (Certified Scrum Master) emitido pela Scrum Alliance.	* Experiência profissional com desenvolvimento ágil. * Conhecimento de princípios e práticas de desenvolvimento de software ágil, incluindo o Manifesto Ágil, Scrum e Kanban. * Conhecimento de padrões de projeto (enterprise integration patterns, design patterns, microservices patterns) e modelagem de dados relacional.
--------------	--------------	--	---	--



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

ATQ 03	JAVA	Curso superior completo nos termos do TR e experiência mínima de 5 (cinco) anos desempenhando funções de testes de aplicações web utilizando tecnologias Java	<ul style="list-style-type: none">* Princípios e práticas de desenvolvimento de software ágil, incluindo o Manifesto Ágil, Scrum, Extreme Programming (XP) e Kanban;* Conhecimento de técnicas de levantamento e documentação de requisitos;* Conhecimento de técnicas de levantamento e documentação de processos de negócio;* Conhecimento de técnicas de testes manuais e automatizados;* Conhecimento básico de modelagem de banco de dados relacionais.	<ul style="list-style-type: none">* Conhecimento em linguagem de programação PHP, JavaScript* Conhecimento da ferramenta de automação de testes Cucumber, Selenium ou similar;* Conhecimento REST Client API* Conhecimento básico de modelagem de banco de dados relacionais.
---------------	------	---	--	--



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

	PHP	Curso superior completo nos termos do TR e experiência mínima de 5 (cinco) anos desempenhando funções de testes de aplicações web utilizando tecnologias PHP	<ul style="list-style-type: none">* Princípios e práticas de desenvolvimento de software ágil, incluindo o Manifesto Ágil, Scrum, Extreme Programming (XP) e Kanban;* Conhecimento de técnicas de levantamento e documentação de requisitos;* Conhecimento de técnicas de levantamento e documentação de processos de negócio;* Conhecimento de técnicas de testes manuais e automatizados;* Conhecimento básico de modelagem de banco de dados relacionais.	<ul style="list-style-type: none">* Conhecimento em linguagem de programação Java, JavaScript* Conhecimento da ferramenta de automação de testes Cucumber, Selenium ou similar;* Conhecimento REST Client API* Conhecimento básico de modelagem de banco de dados relacionais.
--	-----	--	--	---



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

	PYTHON	Curso superior completo nos termos do TR e experiência mínima de 5 (cinco) anos desempenhando funções de testes de aplicações web utilizando tecnologias PYTHON	<ul style="list-style-type: none">* Princípios e práticas de desenvolvimento de software ágil, incluindo o Manifesto Ágil, Scrum, Extreme Programming (XP) e Kanban;* Conhecimento de técnicas de levantamento e documentação de requisitos;* Conhecimento de técnicas de levantamento e documentação de processos de negócio;* Conhecimento de técnicas de testes manuais e automatizados;* Conhecimento básico de modelagem de banco de dados relacionais.	<ul style="list-style-type: none">* Conhecimento em linguagem de programação Python, JavaScript* Conhecimento da ferramenta de automação de testes Cucumber, Selenium ou similar;* Conhecimento REST Client API* Conhecimento básico de modelagem de banco de dados relacionais.
--	--------	---	--	---

ANEXO XVII - LISTA DE DOCUMENTOS PARA PAGAMENTO E FISCALIZAÇÃO

• I – Documentação Inicial (Admissional)

(para cada posto de trabalho)

- CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social);
- Contrato de trabalho;
- Ficha de registro do empregado;
- Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) admissional;
- Contrato do plano de saúde/odontológico ou declaração de opção do empregado;
- Comprovante de realização de treinamentos exigidos por lei ou contrato (quando aplicável).

• II – Documentação Mensal para Pagamento

- Nota fiscal referente ao mês da prestação dos serviços;
- Relatório gerencial de níveis de serviço (quando aplicável);
- Relação nominal dos postos de trabalho ocupados no período, com:
 - cargo/perfil,
 - salário,
 - datas de início, afastamento ou desligamento,
 - ocorrências (férias, licenças, substituições);
- Folha de pagamento do mês de referência;
- Contracheques acompanhados de comprovantes bancários de pagamento;
- Registro de ponto ou sistema equivalente de controle de jornada (quando houver dedicação exclusiva);
- Comprovantes de recolhimento previdenciário:
 - DCTFWeb,
 - DARF-INSS,
- comprovantes de pagamento;
- Comprovantes de recolhimento do FGTS Digital:
 - guia,
 - relatório,
- comprovante de pagamento.

• III – Documentação de Benefícios

- Comprovantes de pagamento de:
 - auxílio-alimentação;
 - plano de saúde ou benefício similar;
 - plano odontológico (quando previsto).

(Devem constar valor, data de disponibilização e mês de competência.)

• IV – Férias e 13º Salário

- Aviso de férias;
- Recibo de férias;
- Plano de férias (para controle de substituições);



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

- Folha de pagamento e comprovante do 13º salário, quando aplicável.

- **V – Documentação Rescisória**

(quando ocorrer)

- Aviso prévio ou carta de demissão;
- Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho (TRCT);
- Termo de quitação ou homologação (quando cabível);
- Comprovantes de pagamento das verbas rescisórias;
- ASO demissional;
- Comprovantes de recolhimento do FGTS rescisório;
- Extrato do FGTS ou declaração de regularidade do empregado;
- Extrato previdenciário (CNIS) ou declaração equivalente;
- Protocolo de seguro-desemprego, quando aplicável.

- **VI – Certidões de Regularidade**

- Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- Certidão de regularidade estadual ou distrital;
- Certidão de regularidade municipal;
- Certidão de Regularidade do FGTS;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

- **VII – Ordem de Protocolização Mensal**

A documentação mensal deverá ser apresentada **em ordem sequencial**, conforme definido pela Administração, observando a padronização indicada pela Portaria Diretoria-Geral CNJ nº 17/2025.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

PREGÃO ELETRÔNICO N. 28/2026
ANEXO II DO EDITAL - PLANILHAS DE FORMAÇÃO DE CUSTO E
METODOLOGIAS DE CÁLCULO

PLANILHAS DE FORMAÇÃO DE CUSTOS –

Compreende o detalhamento dos custos por posto de trabalho as seguintes informações:

- Módulo 1 – Composição da remuneração
- Módulo 2 – Encargos e benefícios anuais, mensais e diários
 - Submódulo 2.1 – 13º salário, Férias e Adicional de Férias
 - Submódulo 2.2 – GPS, FGTS e Outras Contribuições
 - Submódulo 2.3 – Benefícios Mensais e Diários
- Módulo 3 – Provisão para rescisão
 - Submódulo 3.1 – Aviso prévio indenizado
 - Submódulo 3.2 – Aviso prévio trabalhado
- Módulo 4 – Custo de reposição do profissional ausente
- Módulo 5 – Multa FGTS
- Módulo 6 – Insumos diversos
- Módulo 7 – Benefícios e despesas indiretas – BDI

• **TABELA 1 – DESENVOLVEDOR DE SOFTWARE PLENO**

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)		
A	Data da Apresentação da Proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	Brasília - DF
C	Ano acordo, convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	
D	Número de Meses de Execução do Contrato	
E	Número de registro da convenção coletiva de trabalho	
F	Regime Tributário da Empresa:	
Dados complementares para composição dos custos referentes ao profissional alocado		
1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)	
2	Remuneração do profissional	
3	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	CBO:
4	Data Base da Categoria (dia/mês/ano)	
MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		
1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

B	Adicional de Periculosidade	0%	R\$ 0,00
C	Adicional de Insalubridade	0%	R\$ 0,00
D	Adicional Noturno		R\$ 0,00
E	Hora Noturna Adicional		R\$ 0,00
F	Adicional de Hora Extra no feriado trabalhado		R\$ 0,00
G	Outros (especificar)		R\$ 0,00
TOTAL DO MÓDULO 1			R\$ 10.713,73
MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSALIS E DIÁRIOS			
2,1	Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias		Valor (R\$)
A	13º Salário	8,33%	R\$ 892,81
B	Adicional de Férias	2,78%	R\$ 297,60
Subtotal		11,11%	R\$ 1.190,41
Incidência do Submódulo 2.2			R\$ 473,78
Total			R\$ 1.664,20
2,2	Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), FGTS e Outras Contribuições		Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 2.142,75
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 267,84

A alíquota correspondente ao INSS só deverá ser alterada se a empresa for desonerada.

A licitante deve informar e comprovar o RAT e FAP.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

C	Seguro Acidente de Trabalho	RAT	3,00%	FAP	2	6,00%	R\$ 642,82
D	SESI ou SESC					1,50%	R\$ 160,71
E	SENAI ou SENAC					1,00%	R\$ 107,14
F	SEBRAE					0,60%	R\$ 64,28
G	INCRA					0,20%	R\$ 21,43
H	FGTS					8,00%	R\$ 857,10
I	Outras Contribuições (especificar)					0,00%	R\$ 0,00
Total						39,80%	R\$ 4.264,06
2,3	Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários						Valor (R\$)
A	Transporte:	Nº Vales	Valor do Vale	Nº dias úteis	Desc. Empregado		R\$ 0,00
		-	R\$ -	-	R\$ -		
B	Auxílio Alimentação (Vales, cestas básicas, etc.):		Valor do Vale	Nº dias úteis	Desc. Empregado		R\$ 819,00
			R\$ 39,00	21,00	R\$ -		
C	Assistência Médica e Familiar/Odontológica (*)			Valor do auxílio saúde	R\$ 300,00		R\$ 150,00
D	Auxílio Creche						R\$ 0,00



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

E	Seguro de vida, invalidez e funeral		R\$ 0,00
F	Auxílio cesta básica		R\$ 0,00
I	Benefício Social Familiar - BSF		R\$ 30,60
Total			R\$ 999,60
MÓDULO 2: RESUMO			
2,1	13º (décimo terceiro) Salário, Adicional de Férias		R\$ 1.664,20
2,2	GPS, FGTS e outras contribuições		R\$ 4.264,06
2,3	Benefícios Mensais e Diários		R\$ 999,60
TOTAL DO MÓDULO 2			R\$ 6.927,86
MÓDULO 3: PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3.1	Aviso Prévio Indenizado		Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,16%	R\$ 17,14
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,0128%	R\$ 1,37
Total			R\$ 18,51
3.2	Aviso Prévio Trabalhado - PAGO PELO FATO GERADOR, OU SEJA, QUANDO HOUVER O DESEMBOLSO		
C	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	R\$ 208,32



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

D	Incidência do Submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,77%	R\$ 82,91
E	Multa sobre o FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado e Trabalhado - ALOCADO NO ITEM 3.3	0,00%	R\$ 0,00
Total			R\$ 291,23
3.3	MULTA DE FGTS		
A	Remuneração	3,20%	R\$ 342,84
B	Férias + Adicional de Férias	0,36%	R\$ 38,09
C	13º Salário	0,27%	R\$ 28,57
Total		3,8222%	R\$ 409,50
MÓDULO 3: RESUMO			
3.1	Aviso Prévio Indenizado	0,17%	R\$ 18,51
3.2	Aviso Prévio Trabalhado - PAGO PELO FATO GERADOR, OU SEJA, QUANDO HOUVER O DESEMBOLSO	2,72%	R\$ 291,23
3.3	Multa FGTS	3,8222%	R\$ 409,50
TOTAL DO MÓDULO 3 - PROVISIONADO (API + Multa FGTS)		4,00%	R\$ 428,02
TOTAL DO MÓDULO 3 - FATO GERADOR (APT)		2,72%	R\$ 291,23
MÓDULO 4: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

4,1	Submódulo 4.1 - Ausências Legais		Valor (R\$)
A	Cobertura de Férias	8,33%	R\$ 892,81
B	Ausências Legais	0,028%	R\$ 2,98
C	Licença Paternidade	0,036%	R\$ 3,85
D	Ausência por Acidente de Trabalho	0,01%	R\$ 0,89
E	Afastamento Maternidade	0,01%	R\$ 0,97
F	Outros	1,00%	R\$ 107,14
Total			R\$ 1.008,64
4,2	Submódulo 4.2 - Intra jornada		Valor (R\$)
A	Substituto no Intervalo para repouso ou alimentação	0,00%	R\$ 0,00
Total			R\$ 0,00
MÓDULO 4: RESUMO			
4,1	Substituto nas Ausências Legais	9,41%	R\$ 1.008,64
4,2	Substituto na Intra jornada	0,00%	R\$ 0,00
Subtotal do Módulo 4			R\$ 1.008,64
Incidência do submódulo 2.2			R\$ 401,44
TOTAL DO MÓDULO 4			R\$ 1.410,08



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

MÓDULO 5: INSUMOS DIVERSOS				
5	Insumos Diversos (valores mensais por empregado)		Valor (R\$)	
A	Uniformes (valor em parte não renovável)		R\$ 0,00	
B	Materiais		R\$ 0,00	
C	Microcomputador utilizado por profissional		R\$ 0,00	
D	Outros (especificar)		R\$ 0,00	
TOTAL DO MÓDULO 5			R\$ 0,00	
MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				CUSTOS AVISO PRÉVIO TRABALHADO
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro **		Valor (R\$)	
A	Custos Indiretos		R\$ 973,98	R\$ 14,56
B	Lucro		R\$ 1.947,97	R\$ 29,12
Subtotal - Base de Cálculo de Tributos			R\$ 2.921,95	R\$ 43,69
Subtotal B - Base de Cálculo de Tributos por dentro ou racional			R\$	
C.1	Tributos federais (COFINS)		R\$ 1.702,53	R\$ 25,45
C.2	Tributos Federais (PIS)		R\$ 369,63	R\$ 5,53
C.3	INSS (Desoneração) - LEI 14.973/2024 - REONERAÇÃO GRADUAL ***		R\$ 0,00	R\$ 0,00
D	Tributos Estaduais (especificar)		R\$ 0,00	R\$ 0,00



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

E.1	Tributos Municipais (ISS)****	5,00%	R\$ 1.120,08	R\$ 16,75
E.2	Outros Tributos Municipais (especificar)	0,00%	R\$ 0,00	R\$ 0,00
F	Total dos Tributos	14,25%	R\$ 3.192,23	R\$ 47,73
MÓDULO 6: RESUMO				
6.A	Custos Indiretos		R\$ 973,98	
6.B	Lucro		R\$ 1.947,97	
6.F	Tributos		R\$ 3.192,23	
TOTAL DO MÓDULO 6 - PROVISIONAMENTO			R\$ 6.114,19	
TOTAL DO MÓDULO 6 - FATO GERADOR			R\$ 91,41	
QUADRO RESUMO DO CUSTO DO PERFIL PROFISSIONAL				
Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)			Valor (R\$)	
A	MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		R\$ 10.713,73	
B	MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS		R\$ 6.927,86	
C.1	MÓDULO 3: PROVISÃO PARA RESCISÃO - (API + Multa FGTS)		R\$ 428,02	
C.2	MÓDULO 3: PROVISÃO PARA RESCISÃO - (Aviso Prévio Trabalhado) - Fato Gerador		R\$ 291,23	
D	MÓDULO 4: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		R\$ 1.410,08	
E	MÓDULO 5: INSUMOS DIVERSOS		R\$ 0,00	



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

	Subtotal (A + B + C.1 + D + E)	R\$ 19.479,69
F.1	MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	R\$ 6.114,19
F.2	MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO - FATO GERADOR	R\$ 91,41
VALOR TOTAL MENSAL DE CADA PERFIL PROFISSIONAL		R\$ 25.593,88
QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS		45
CUSTO TOTAL MENSAL DO PERFIL PROFISSIONAL		R\$ 1.151.724,67
FATOR-K		2,38889
CUSTO TOTAL MENSAL ESTIMADO AVISO PRÉVIO TRABALHADO - FATO GERADOR		R\$ 17.219,08
TOTAL GLOBAL DE UM PERFIL PROFISSIONAL		R\$ 511.877,63
TOTAL GLOBAL DO PERFIL PROFISSIONAL		R\$ 23.034.493,37
TOTAL GLOBAL AVISO PRÉVIO TRABALHADO - FATO GERADOR		R\$ 206.628,97

(*) Valor integral sugerido do Plano de Saúde - Os planos contratados por coparticipação deverão ser assumidos integralmente pelo empregador, no plano básico.	R\$ 300,00
Faixas salariais - auxílio saúde - CCT 2025/2026 (Cláusula décima sexta)	Acima de R\$ 4.668,40

**** LICITANTE DEVE ELABORAR SUA PROPOSTA COM BASE NO REGIME DE TRIBUTAÇÃO AO QUAL ESTARÁ SUBMETIDA DURANTE A EXECUÇÃO DO CONTRATO (LUCRO PRESUMIDO OU LUCRO REAL**

*****CASO DESONERADA, A EMPRESA DEVERÁ INFORMAR A ALÍQUOTA CORRESPONDENTE.**

******INCIDÊNCIA DE ISS OBSERVANDO O DECRETO Nº 25.508/2005.**



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Participação patronal	50%
Obs: para valor sugerido do plano de saúde foi utilizado o valor pago aos funcionários extraído de contrato de TI do CNJ	

• **TABELA 2 – DESENVOLVEDOR DE SOFTWARE SÊNIOR**

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)		
A	Data da Apresentação da Proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	Brasília - DF
C	Ano acordo, convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	SINDPD-DF 2025/2026
D	Número de Meses de Execução do Contrato	20



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

E	Número de registro da convenção coletiva de trabalho		DF000717/2025
F	Regime Tributário da Empresa:		
Dados complementares para composição dos custos referentes ao profissional alocado			
1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)		Perfis profissionais de TIC alocados - PPA
2	Remuneração do profissional		R\$ 10.713,73
3	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	CBO:	2124-05
4	Data Base da Categoria (dia/mês/ano)		
MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	Composição da Remuneração		Valor (R\$)
A	Salário Base		R\$ 10.713,73
B	Adicional de Periculosidade		0% R\$ 0,00
C	Adicional de Insalubridade		0% R\$ 0,00
D	Adicional Noturno		R\$ 0,00
E	Hora Noturna Adicional		R\$ 0,00
F	Adicional de Hora Extra no feriado trabalhado		R\$ 0,00



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

G	Outros (especificar)		R\$ 0,00
TOTAL DO MÓDULO 1			R\$ 10.713,73
MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSALIS E DIÁRIOS			
2,1	Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias		Valor (R\$)
A	13º Salário	8,33%	R\$ 892,81
B	Adicional de Férias	2,78%	R\$ 297,60
Subtotal		11,11%	R\$ 1.190,41
Incidência do Submódulo 2.2			R\$ 473,78
Total			R\$ 1.664,20
2,2	Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), FGTS e Outras Contribuições		Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 2.142,75
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 267,84
C	Seguro Acidente de Trabalho	RAT 3,00% FAP 2	6,00% R\$ 642,82
D	SESI ou SESC	1,50%	R\$ 160,71
E	SENAI ou SENAC	1,00%	R\$ 107,14
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 64,28
G	INCRA	0,20%	R\$ 21,43

A alíquota correspondente ao INSS só deverá ser alterada se a empresa for desonerada.

A licitante deve informar e comprovar o RAT e FAP.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

H	FGTS				8,00%	R\$ 857,10
I	Outras Contribuições (especificar)				0,00%	R\$ 0,00
Total					39,80%	R\$ 4.264,06
2,3	Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários				Valor (R\$)	
A	Transporte:	Nº Vales	Valor do Vale	Nº dias úteis	Desc. Empregado	R\$ 0,00
		-	R\$ -	-	R\$ -	
B	Auxílio Alimentação (Vales, cestas básicas, etc.):	Valor do Vale		Nº dias úteis	Desc. Empregado	R\$ 819,00
		R\$ 39,00		21,00	R\$ -	
C	Assistência Médica e Familiar/Odontológica (*)			Valor do auxílio saúde	R\$ 300,00	R\$ 150,00
D	Auxílio Creche				R\$ 0,00	
E	Seguro de vida, invalidez e funeral				R\$ 0,00	
F	Auxílio cesta básica				R\$ 0,00	
I	Benefício Social Familiar - BSF				R\$ 30,60	
Total					R\$ 999,60	
MÓDULO 2: RESUMO						
2,1	13º (décimo terceiro) Salário, Adicional de Férias				R\$ 1.664,20	



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

2,2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 4.264,06	
2,3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 999,60	
TOTAL DO MÓDULO 2		R\$ 6.927,86	
MÓDULO 3: PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3.1	Aviso Prévio Indenizado	Valor (R\$)	
A	Aviso Prévio Indenizado	0,16%	R\$ 17,14
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,0128%	R\$ 1,37
Total		R\$ 18,51	
3.2	Aviso Prévio Trabalhado - PAGO PELO FATO GERADOR, OU SEJA, QUANDO HOUVER O DESEMBOLSO		
C	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	R\$ 208,32
D	Incidência do Submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,77%	R\$ 82,91
E	Multa sobre o FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado e Trabalhado - ALOCADO NO ITEM 3.3	0,00%	R\$ 0,00
Total		R\$ 291,23	
3.3	MULTA DE FGTS		
A	Remuneração	3,20%	R\$ 342,84



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

B	Férias + Adicional de Férias	0,36%	R\$ 38,09
C	13º Salário	0,27%	R\$ 28,57
Total		3,8222%	R\$ 409,50
MÓDULO 3: RESUMO			
3.1	Aviso Prévio Indenizado	0,17%	R\$ 18,51
3.2	Aviso Prévio Trabalhado - PAGO PELO FATO GERADOR, OU SEJA, QUANDO HOUVER O DESEMBOLSO	2,72%	R\$ 291,23
3.3	Multa FGTS	3,8222%	R\$ 409,50
TOTAL DO MÓDULO 3 - PROVISIONADO (API + Multa FGTS)		4,00%	R\$ 428,02
TOTAL DO MÓDULO 3 - FATO GERADOR (APT)		2,72%	R\$ 291,23
MÓDULO 4: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
4.1	Submódulo 4.1 - Ausências Legais	Valor (R\$)	
A	Cobertura de Férias	8,33%	R\$ 892,81
B	Ausências Legais	0,028%	R\$ 2,98
C	Licença Paternidade	0,036%	R\$ 3,85
D	Ausência por Acidente de Trabalho	0,01%	R\$ 0,89
E	Afastamento Maternidade	0,01%	R\$ 0,97
F	Outros	1,00%	R\$ 107,14



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Total		R\$ 1.008,64	
4,2	Submódulo 4.2 - Intrajornada	Valor (R\$)	
A	Substituto no Intervalo para repouso ou alimentação	0,00%	R\$ 0,00
Total		R\$ 0,00	
MÓDULO 4: RESUMO			
4,1	Substituto nas Ausências Legais	9,41%	R\$ 1.008,64
4,2	Substituto na Intrajornada	0,00%	R\$ 0,00
Subtotal do Módulo 4		R\$ 1.008,64	
Incidência do submódulo 2.2		R\$ 401,44	
TOTAL DO MÓDULO 4		R\$ 1.410,08	
MÓDULO 5: INSUMOS DIVERSOS			
5	Insumos Diversos (valores mensais por empregado)	Valor (R\$)	
A	Uniformes (valor em parte não renovável)	R\$ 0,00	
B	Materiais	R\$ 0,00	
C	Microcomputador utilizado por profissional	R\$ 0,00	
D	Outros (especificar)	R\$ 0,00	



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

TOTAL DO MÓDULO 5			R\$ 0,00	
MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				CUSTOS AVISO PRÉVIO TRABALHADO
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro **		Valor (R\$)	
A	Custos Indiretos	5,00%	R\$ 973,98	R\$ 14,56
B	Lucro	10,00%	R\$ 1.947,97	R\$ 29,12
Subtotal - Base de Cálculo de Tributos			R\$ 2.921,95	R\$ 43,69
Subtotal B - Base de Cálculo de Tributos por dentro ou racional			R\$	
C.1	Tributos federais (COFINS)	7,60%	R\$ 1.702,53	R\$ 25,45
C.2	Tributos Federais (PIS)	1,65%	R\$ 369,63	R\$ 5,53
C.3	INSS (Desoneração) - LEI 14.973/2024 - REONERAÇÃO GRADUAL ***	0,00%	R\$ 0,00	R\$ 0,00
D	Tributos Estaduais (especificar)	0,00%	R\$ 0,00	R\$ 0,00
E.1	Tributos Municipais (ISS)****	5,00%	R\$ 1.120,08	R\$ 16,75
E.2	Outros Tributos Municipais (especificar)	0,00%	R\$ 0,00	R\$ 0,00
F	Total dos Tributos	14,25%	R\$ 3.192,23	R\$ 47,73
MÓDULO 6: RESUMO				
6.A	Custos Indiretos		R\$ 973,98	
6.B	Lucro		R\$ 1.947,97	



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

6.F	Tributos	R\$ 3.192,23
TOTAL DO MÓDULO 6 - PROVISIONAMENTO		R\$ 6.114,19
TOTAL DO MÓDULO 6 - FATO GERADOR		R\$ 91,41
QUADRO RESUMO DO CUSTO DO PERFIL PROFISSIONAL		
Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Valor (R\$)
A	MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	R\$ 10.713,73
B	MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS	R\$ 6.927,86
C.1	MÓDULO 3: PROVISÃO PARA RESCISÃO - (API + Multa FGTS)	R\$ 428,02
C.2	MÓDULO 3: PROVISÃO PARA RESCISÃO - (Aviso Prévio Trabalhado) - Fato Gerador	R\$ 291,23
D	MÓDULO 4: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	R\$ 1.410,08
E	MÓDULO 5: INSUMOS DIVERSOS	R\$ 0,00
Subtotal (A + B + C.1 + D + E)		R\$ 19.479,69
F.1	MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	R\$ 6.114,19
F.2	MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO - FATO GERADOR	R\$ 91,41
VALOR TOTAL MENSAL DE CADA PERFIL PROFISSIONAL		R\$ 25.593,88
QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS		45
CUSTO TOTAL MENSAL DO PERFIL PROFISSIONAL		R\$ 1.151.724,67



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

FATOR-K	2,38889
CUSTO TOTAL MENSAL ESTIMADO AVISO PRÉVIO TRABALHADO - FATO GERADOR	R\$ 17.219,08
TOTAL GLOBAL DE UM PERFIL PROFISSIONAL	R\$ 511.877,63
TOTAL GLOBAL DO PERFIL PROFISSIONAL	R\$ 23.034.493,37
TOTAL GLOBAL AVISO PRÉVIO TRABALHADO - FATO GERADOR	R\$ 206.628,97

(*) Valor integral sugerido do Plano de Saúde - Os planos contratados por coparticipação deverão ser assumidos integralmente pelo empregador, no plano básico.	R\$ 300,00
Faixas salariais - auxílio saúde - CCT 2025/2026 (Cláusula décima sexta)	Acima de R\$ 4.668,40
Participação patronal	50%
Obs: para valor sugerido do plano de saúde foi utilizado o valor pago aos funcionários extraído de contrato de TI do CNJ	

**** LICITANTE DEVE ELABORAR SUA PROPOSTA COM BASE NO REGIME DE TRIBUTAÇÃO AO QUAL ESTARÁ SUBMETIDA DURANTE A EXECUÇÃO DO CONTRATO (LUCRO PRESUMIDO OU LUCRO REAL**

*****CASO DESONERADA, A EMPRESA DEVERÁ INFORMAR A ALÍQUOTA CORRESPONDENTE.**

******INCIDÊNCIA DE ISS OBSERVANDO O DECRETO Nº 25.508/2005.**



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

• **TABELA 3 – LÍDER TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO**

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)		
A	Data da Apresentação da Proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	Brasília - DF
C	Ano acordo, convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	
D	SINDPD-DF 2025/2026	
E	Número de Meses de Execução do Contrato	
F	20	
	Número de registro da convenção coletiva de trabalho	
	DF000717/2025	
	Regime Tributário da Empresa:	
Dados complementares para composição dos custos referentes ao profissional alocado		
1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)	
2	Perfis profissionais de TIC alocados - PPA	
3	Remuneração do profissional	
4	R\$ 10.713,73	
5	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	CBO: 2124-05
6	Data Base da Categoria (dia/mês/ano)	
MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)	
A	Salário Base	R\$ 10.713,73	
B	Adicional de Periculosidade	0%	R\$ 0,00
C	Adicional de Insalubridade	0%	R\$ 0,00
D	Adicional Noturno	R\$ 0,00	
E	Hora Noturna Adicional	R\$ 0,00	
F	Adicional de Hora Extra no feriado trabalhado	R\$ 0,00	
G	Outros (especificar)	R\$ 0,00	
TOTAL DO MÓDULO 1		R\$ 10.713,73	
MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
2,1	Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias	Valor (R\$)	
A	13º Salário	8,33%	R\$ 892,81
B	Adicional de Férias	2,78%	R\$ 297,60
Subtotal		11,11%	R\$ 1.190,41
Incidência do Submódulo 2.2		R\$ 473,78	
Total		R\$ 1.664,20	



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

2,2	Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), FGTS e Outras Contribuições					Valor (R\$)			
A	INSS					20,00%		R\$ 2.142,75	
B	Salário Educação					2,50%		R\$ 267,84	
C	Seguro Acidente de Trabalho	RAT	3,00%	FAP	2	6,00%		R\$ 642,82	
D	SESI ou SESC					1,50%		R\$ 160,71	
E	SENAI ou SENAC					1,00%		R\$ 107,14	
F	SEBRAE					0,60%		R\$ 64,28	
G	INCRA					0,20%		R\$ 21,43	
H	FGTS					8,00%		R\$ 857,10	
I	Outras Contribuições (especificar)					0,00%		R\$ 0,00	
Total						39,80%		R\$ 4.264,06	
2,3	Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários					Valor (R\$)			

A alíquota correspondente ao INSS só deverá ser alterada se a empresa for desonerada.

A licitante deve informar e comprovar o RAT e FAP.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

3.1	Aviso Prévio Indenizado	Valor (R\$)	
A	Aviso Prévio Indenizado	0,16%	R\$ 17,14
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,0128%	R\$ 1,37
Total		R\$ 18,51	
3.2	Aviso Prévio Trabalhado - PAGO PELO FATO GERADOR, OU SEJA, QUANDO HOUVER O DESEMBOLSO		
C	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	R\$ 208,32
D	Incidência do Submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,77%	R\$ 82,91
E	Multa sobre o FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado e Trabalhado - ALOCADO NO ITEM 3.3	0,00%	R\$ 0,00
Total		R\$ 291,23	
3.3	MULTA DE FGTS		
A	Remuneração	3,20%	R\$ 342,84
B	Férias + Adicional de Férias	0,36%	R\$ 38,09
C	13º Salário	0,27%	R\$ 28,57
Total		3,8222 %	R\$ 409,50



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

MÓDULO 3: RESUMO			
3.1	Aviso Prévio Indenizado	0,17%	R\$ 18,51
3.2	Aviso Prévio Trabalhado - PAGO PELO FATO GERADOR, OU SEJA, QUANDO HOUVER O DESEMBOLSO	2,72%	R\$ 291,23
3.3	Multa FGTS	3,8222%	R\$ 409,50
TOTAL DO MÓDULO 3 - PROVISIONADO (API + Multa FGTS)		4,00%	R\$ 428,02
TOTAL DO MÓDULO 3 - FATO GERADOR (APT)		2,72%	R\$ 291,23
MÓDULO 4: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
4,1	Submódulo 4.1 - Ausências Legais	Valor (R\$)	
A	Cobertura de Férias	8,33%	R\$ 892,81
B	Ausências Legais	0,028%	R\$ 2,98
C	Licença Paternidade	0,036%	R\$ 3,85
D	Ausência por Acidente de Trabalho	0,01%	R\$ 0,89
E	Afastamento Maternidade	0,01%	R\$ 0,97
F	Outros	1,00%	R\$ 107,14



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Total		R\$ 1.008,64	
4,2	Submódulo 4.2 - Intrajornada		Valor (R\$)
A	Substituto no Intervalo para repouso ou alimentação		0,00% R\$ 0,00
Total		R\$ 0,00	
MÓDULO 4: RESUMO			
4,1	Substituto nas Ausências Legais		R\$ 1.008,64 9,41%
4,2	Substituto na Intrajornada		R\$ 0,00 0,00%
Subtotal do Módulo 4		R\$ 1.008,64	
Incidência do submódulo 2.2		R\$ 401,44	
TOTAL DO MÓDULO 4		R\$ 1.410,08	
MÓDULO 5: INSUMOS DIVERSOS			
5	Insumos Diversos (valores mensais por empregado)		Valor (R\$)
A	Uniformes (valor em parte não renovável)		R\$ 0,00
B	Materiais		R\$ 0,00
C	Microcomputador utilizado por profissional		R\$ 0,00
D	Outros (especificar)		R\$ 0,00



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

TOTAL DO MÓDULO 5			R\$ 0,00
MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro **	Valor (R\$)	CUSTOS AVISO PRÉVIO TRABALHADO
A	Custos Indiretos	5,00% R\$ 973,98	R\$ 14,56
B	Lucro	10,00% R\$ 1.947,97	R\$ 29,12
Subtotal - Base de Cálculo de Tributos		R\$ 2.921,95	R\$ 43,69
Subtotal B - Base de Cálculo de Tributos por dentro ou racional		R\$	
C.1	Tributos federais (COFINS)	7,60% R\$ 1.702,53	R\$ 25,45
C.2	Tributos Federais (PIS)	1,65% R\$ 369,63	R\$ 5,53
C.3	INSS (Desoneração) - LEI 14.973/2024 - REONERAÇÃO GRADUAL***	0,00% R\$ 0,00	R\$ 0,00
D	Tributos Estaduais (especificar)	0,00% R\$ 0,00	R\$ 0,00
E.1	Tributos Municipais (ISS)****	5,00% R\$ 1.120,08	R\$ 16,75
E.2	Outros Tributos Municipais (especificar)	0,00% R\$ 0,00	R\$ 0,00
F	Total dos Tributos	14,25% R\$ 3.192,23	R\$ 47,73



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

MÓDULO 6: RESUMO		
6. A	Custos Indiretos	R\$ 973,98
6.B	Lucro	R\$ 1.947,97
6.F	Tributos	R\$ 3.192,23
TOTAL DO MÓDULO 6 - PROVISIONAMENTO		R\$ 6.114,19
TOTAL DO MÓDULO 6 - FATO GERADOR		R\$ 91,41
QUADRO RESUMO DO CUSTO DO PERFIL PROFISSIONAL		
Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Valor (R\$)
A	MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	R\$ 10.713,73
B	MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS	R\$ 6.927,86
C.1	MÓDULO 3: PROVISÃO PARA RESCISÃO - (API + Multa FGTS)	R\$ 428,02
C.2	MÓDULO 3: PROVISÃO PARA RESCISÃO - (Aviso Prévio Trabalhado) - Fato Gerador	R\$ 291,23
D	MÓDULO 4: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	R\$ 1.410,08
E	MÓDULO 5: INSUMOS DIVERSOS	R\$ 0,00
Subtotal (A + B + C.1 + D + E)		R\$ 19.479,69
F.1	MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	R\$ 6.114,19
F.2	MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO - FATO GERADOR	R\$ 91,41



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

VALOR TOTAL MENSAL DE CADA PERFIL PROFISSIONAL	R\$ 25.593,88
QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS	45
CUSTO TOTAL MENSAL DO PERFIL PROFISSIONAL	R\$ 1.151.724,67
FATOR-K	2,38889
CUSTO TOTAL MENSAL ESTIMADO AVISO PRÉVIO TRABALHADO - FATO GERADOR	R\$ 17.219,08
TOTAL GLOBAL DE UM PERFIL PROFISSIONAL	R\$ 511.877,63
TOTAL GLOBAL DO PERFIL PROFISSIONAL	R\$ 23.034.493,37
TOTAL GLOBAL AVISO PRÉVIO TRABALHADO - FATO GERADOR	R\$ 206.628,97

(*) Valor integral sugerido do Plano de Saúde - Os planos contratados por coparticipação deverão ser assumidos integralmente pelo empregador, no plano básico.	R\$ 300,00	** LICITANTE DEVE ELABORAR SUA PROPOSTA COM BASE NO REGIME DE TRIBUTAÇÃO AO QUAL ESTARÁ SUBMETIDA DURANTE A EXECUÇÃO DO CONTRATO (LUCRO PRESUMIDO OU LUCRO REAL)
Faixas salariais - auxílio saúde - CCT 2025/2026 (Cláusula décima sexta)	Acima de R\$ 4.668,40	
Participação patronal	50%	
Obs: para valor sugerido do plano de saúde foi utilizado o valor pago aos funcionários extraído de contrato de TI do CNJ		***CASO DESONERADA, A EMPRESA DEVERÁ INFORMAR A ALÍQUOTA CORRESPONDENTE.
		****INCIDÊNCIA DE ISS OBSERVANDO O DECRETO Nº 25.508/2005.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

• **TABELA 4 – ARQUITETO DE SOFTWARE SÊNIOR**

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)			
A	Data da Apresentação da Proposta (dia/mês/ano)		
B	Município/UF		Brasília - DF
C	Ano acordo, convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo		SINDPD-DF 2025/2026
D	Número de Meses de Execução do Contrato		20
E	Número de registro da convenção coletiva de trabalho		DF000717/2025
F	Regime Tributário da Empresa:		
Dados complementares para composição dos custos referentes ao profissional alocado			
1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)		Perfis profissionais de TIC alocados - PPA
2	Remuneração do profissional		R\$ 18.542,20
3	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	CBO:	2124-25
4	Data Base da Categoria (dia/mês/ano)		
MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)	
A	Salário Base	R\$	18.542,27
B	Adicional de Periculosidade	0%	R\$ -
C	Adicional de Insalubridade	0%	R\$ -
D	Adicional Noturno	R\$	-
E	Hora Noturna Adicional	R\$	-
F	Adicional de Hora Extra no feriado trabalhado	R\$	-
G	Outros (especificar)	R\$	-
TOTAL DO MÓDULO 1		R\$	18.542,27
MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSIS E DIÁRIOS			
2,1	Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias	Valor (R\$)	
A	13º Salário	8,33%	R\$ 1.545,19
B	Adicional de Férias	2,78%	R\$ 515,06
Subtotal		11,11%	R\$ 2.060,25
Incidência do Submódulo 2.2			R\$ 819,98
Total			R\$ 2.880,23



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

2,2	Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), FGTS e Outras Contribuições					Valor (R\$)	
A	INSS					20,00%	R\$ 3.708,45
B	Salário Educação					2,50%	R\$ 463,56
C	Seguro Acidente de Trabalho	RAT	3,00%	FAP	2	6,00%	R\$ 1.112,54
D	SESI ou SESC					1,50%	R\$ 278,13
E	SENAI ou SENAC					1,00%	R\$ 185,42
F	SEBRAE					0,60%	R\$ 111,25
G	INCRA					0,20%	R\$ 37,08
H	FGTS					8,00%	R\$ 1.483,38
I	Outras Contribuições (especificar)					0,00%	R\$ 0,00
Total						39,80%	R\$ 7.379,82
2,3	Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários					Valor (R\$)	
A	Transporte:	Nº Vales	Valor do Vale	Nº dias úteis	Desc. Empregado		R\$ 0,00

A alíquota correspondente ao INSS só deverá ser alterada se a empresa for desonerada.

A licitante deve informar e comprovar o RAT e FAP.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

3.1	Aviso Prévio Indenizado	Valor (R\$)	
A	Aviso Prévio Indenizado	0,16%	R\$ 29,67
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,0128%	R\$ 2,37
Total		R\$ 32,04	
3.2	Aviso Prévio Trabalhado - PAGO PELO FATO GERADOR, OU SEJA, QUANDO HOUVER O DESEMBOLSO		
C	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	R\$ 360,54
D	Incidência do Submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,77%	R\$ 143,50
E	Multa sobre o FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado e Trabalhado - ALOCADO NO ITEM 3.3	0,00%	R\$ 0,00
Total		R\$ 504,04	
3.3	MULTA DE FGTS		
A	Remuneração	3,20%	R\$ 593,35
B	Férias + Adicional de Férias	0,36%	R\$ 65,93
C	13º Salário	0,27%	R\$ 49,45
Total		3,8222%	R\$ 708,73



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

MÓDULO 3: RESUMO			
3.1	Aviso Prévio Indenizado	0,17%	R\$ 32,04
3.2	Aviso Prévio Trabalhado - PAGO PELO FATO GERADOR, OU SEJA, QUANDO HOUVER O DESEMBOLSO	2,72%	R\$ 504,04
3.3	Multa FGTS	3,8222%	R\$ 708,73
TOTAL DO MÓDULO 3 - PROVISIONADO (API + Multa FGTS)		4,00%	R\$ 740,77
TOTAL DO MÓDULO 3 - FATO GERADOR (APT)		2,72%	R\$ 504,04
MÓDULO 4: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
4.1	Submódulo 4.1 - Ausências Legais	Valor (R\$)	
A	Cobertura de Férias	8,33%	R\$ 1.545,19
B	Ausências Legais	0,028%	R\$ 5,15
C	Licença Paternidade	0,036%	R\$ 6,67
D	Ausência por Acidente de Trabalho	0,01%	R\$ 1,55
E	Afastamento Maternidade	0,01%	R\$ 1,68
F	Outros	1,00%	R\$ 185,42
Total		R\$ 1.745,66	



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

4,2	Submódulo 4.2 - Intrajornada	Valor (R\$)	
A	Substituto no Intervalo para repouso ou alimentação	0,00%	R\$ 0,00
Total		R\$ 0,00	
MÓDULO 4: RESUMO			
4,1	Substituto nas Ausências Legais	9,41%	R\$ 1.745,66
4,2	Substituto na Intrajornada	0,00%	R\$ 0,00
Subtotal do Módulo 4		R\$ 1.745,66	
Incidência do submódulo 2.2		R\$ 694,77	
TOTAL DO MÓDULO 4		R\$ 2.440,43	
MÓDULO 5: INSUMOS DIVERSOS			
5	Insumos Diversos (valores mensais por empregado)	Valor (R\$)	
A	Uniformes (valor em parte não renovável)	R\$ 0,00	
B	Materiais	R\$ 0,00	
C	Microcomputador utilizado por profissional	R\$ 0,00	
D	Outros (especificar)	R\$ 0,00	
TOTAL DO MÓDULO 5		R\$ 0,00	



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				CUSTOS AVISO PRÉVIO TRABALHADO
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro **		Valor (R\$)	
A	Custos Indiretos	5,00%	R\$ 1.649,16	R\$ 25,20
B	Lucro	10,00%	R\$ 3.298,31	R\$ 50,40
Subtotal - Base de Cálculo de Tributos		R\$ 4.947,47		R\$ 75,61
Subtotal B - Base de Cálculo de Tributos por dentro ou racional		R\$		
C.1	Tributos federais (COFINS)	7,60%	R\$ 2.882,73	R\$ 44,05
C.2	Tributos Federais (PIS)	1,65%	R\$ 625,85	R\$ 9,56
C.3	INSS (Desoneração) - EMPRESAS DEIXARAM DE SER DESONERADAS EM 01/01/2025 - LEI 14.973/2024***	0,00%	R\$ 0,00	R\$ 0,00
D	Tributos Estaduais (especificar)	0,00%	R\$ 0,00	R\$ 0,00
E.1	Tributos Municipais (ISS)****	5,00%	R\$ 1.896,53	R\$ 28,98
E.2	Outros Tributos Municipais (especificar)	0,00%	R\$ 0,00	R\$ 0,00
F	Total dos Tributos	14,25%	R\$ 5.405,11	R\$ 82,60
MÓDULO 6: RESUMO				
6.A	Custos Indiretos	R\$ 1.649,16		



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

6.B	Lucro	R\$ 3.298,31
6.F	Tributos	R\$ 5.405,11
TOTAL DO MÓDULO 6 - PROVISIONAMENTO		R\$ 10.352,58
TOTAL DO MÓDULO 6 - FATO GERADOR		R\$ 158,21
QUADRO RESUMO DO CUSTO DO PERFIL PROFISSIONAL		
Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Valor (R\$)
A	MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	R\$ 18.542,27
B	MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS	R\$ 11.259,66
C.1	MÓDULO 3: PROVISÃO PARA RESCISÃO - (API + Multa FGTS)	R\$ 740,77
C.2	MÓDULO 3: PROVISÃO PARA RESCISÃO - (Aviso Prévio Trabalhado) - Fato Gerador	R\$ 504,04
D	MÓDULO 4: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	R\$ 2.440,43
E	MÓDULO 5: INSUMOS DIVERSOS	R\$ 0,00
Subtotal (A + B + C.1 + D + E)		R\$ 32.983,13
F.1	MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	R\$ 10.352,58
F.2	MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO - FATO GERADOR	R\$ 158,21
VALOR TOTAL MENSAL DE CADA PERFIL PROFISSIONAL		R\$ 43.335,71
QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS		7



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

CUSTO TOTAL MENSAL DO PERFIL PROFISSIONAL	R\$ 303.349,94
FATOR-K	2,33713
CUSTO TOTAL MENSAL ESTIMADO AVISO PRÉVIO TRABALHADO - FATO GERADOR	R\$ 4.635,73
TOTAL GLOBAL DE UM PERFIL PROFISSIONAL	R\$ 866.714,12
TOTAL GLOBAL DO PERFIL PROFISSIONAL	R\$ 6.066.998,83
TOTAL GLOBAL AVISO PRÉVIO TRABALHADO - FATO GERADOR	R\$ 55.628,70

(*) Valor integral sugerido do Plano de Saúde - Os planos contratados por coparticipação deverão ser assumidos integralmente pelo empregador, no plano básico.	R\$ 300,00
Faixas salariais - auxílio saúde - CCT 2025/2026 (Cláusula décima sexta)	Acima de R\$ 4.668,40
Participação patronal	50%
Obs: para valor sugerido do plano de saúde foi utilizado o valor pago aos funcionários extraído de contrato de TI do CNJ	

**** LICITANTE DEVE ELABORAR SUA PROPOSTA COM BASE NO REGIME DE TRIBUTAÇÃO AO QUAL ESTARÁ SUBMETIDA DURANTE A EXECUÇÃO DO CONTRATO (LUCRO PRESUMIDO OU LUCRO REAL**

*****CASO DESONERADA, A EMPRESA DEVERÁ INFORMAR A ALÍQUOTA CORRESPONDENTE.**

******INCIDÊNCIA DE ISS OBSERVANDO O DECRETO Nº 25.508/2005.**



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

• **TABELA 5 – SCRUM MASTER**

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)		
A	Data da Apresentação da Proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	Brasília - DF
C	Ano acordo, convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	
D	Número de Meses de Execução do Contrato	20
E	Número de registro da convenção coletiva de trabalho	
F	Regime Tributário da Empresa:	DF000717/2025
Dados complementares para composição dos custos referentes ao profissional alocado		
1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)	
2	Remuneração do profissional	
3	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	CBO: 2104-05
4	Data Base da Categoria (dia/mês/ano)	
MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

1	Composição da Remuneração		Valor (R\$)	
A	Salário Base		R\$	11.966,67
B	Adicional de Periculosidade		0%	R\$ -
C	Adicional de Insalubridade		0%	R\$ -
D	Adicional Noturno		R\$	-
E	Hora Noturna Adicional		R\$	-
F	Adicional de Hora Extra no feriado trabalhado		R\$	-
G	Outros (especificar)		R\$	-
TOTAL DO MÓDULO 1			R\$	11.966,67
MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS				
2,1	Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias		Valor (R\$)	
A	13º Salário		8,33%	R\$ 997,22
B	Adicional de Férias		2,78%	R\$ 332,41
Subtotal			11,11%	R\$ 1.329,63
Incidência do Submódulo 2.2			R\$ 529,19	
Total			R\$ 1.858,82	



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

2,2	Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), FGTS e Outras Contribuições					Valor (R\$)		
A	INSS					20,00%	R\$ 2.393,33	
B	Salário Educação					2,50%	R\$ 299,17	
C	Seguro Acidente de Trabalho	RAT	3,00%	FAP	2	6,00%	R\$ 718,00	
D	SESI ou SESC					1,50%	R\$ 179,50	
E	SENAI ou SENAC					1,00%	R\$ 119,67	
F	SEBRAE					0,60%	R\$ 71,80	
G	INCRA					0,20%	R\$ 23,93	
H	FGTS					8,00%	R\$ 957,33	
I	Outras Contribuições (especificar)					0,00%	R\$ 0,00	
Total						39,80%	R\$ 4.762,73	
2,3	Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários					Valor (R\$)		
A	Transporte:	Nº Vales	Valor do Vale	Nº dias úteis		Desc. Empregado	R\$ 0,00	

A alíquota correspondente ao INSS só deverá **ser** alterada se a empresa for desonerada.

A licitante deve informar e comprovar o RAT e FAP.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

		-	R\$ -	-	R\$ -	
B	Auxílio Alimentação (Vales, cestas básicas, etc.):		Valor do Vale	Nº dias úteis	Desc. Empregado	R\$ 819,00
			R\$ 39,00	21,00	R\$ -	
C	Assistência Médica e Familiar/Odontológica (*)			Valor do auxílio saúde	R\$ 300,00	R\$ 150,00
D	Auxílio Creche				R\$ 0,00	
E	Seguro de vida, invalidez e funeral				R\$ 0,00	
F	Auxílio cesta básica				R\$ 0,00	
I	Benefício Social Familiar - BSF				R\$ 30,60	
Total					R\$ 999,60	
MÓDULO 2: RESUMO						
2,1	13º (décimo terceiro) Salário, Adicional de Férias				R\$ 1.858,82	
2,2	GPS, FGTS e outras contribuições				R\$ 4.762,73	
2,3	Benefícios Mensais e Diários				R\$ 999,60	
TOTAL DO MÓDULO 2					R\$ 7.621,16	
MÓDULO 3: PROVISÃO PARA RESCISÃO						
3.1	Aviso Prévio Indenizado				Valor (R\$)	



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

A	Aviso Prévio Indenizado	0,16%	R\$ 19,15
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,0128%	R\$ 1,53
Total			R\$ 20,68
3.2	Aviso Prévio Trabalhado - PAGO PELO FATO GERADOR, OU SEJA, QUANDO HOUVER O DESEMBOLSO		
C	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	R\$ 232,69
D	Incidência do Submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,77%	R\$ 92,61
E	Multa sobre o FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado e Trabalhado - ALOCADO NO ITEM 3.3	0,00%	R\$ 0,00
Total			R\$ 325,29
3.3	MULTA DE FGTS		
A	Remuneração	3,20%	R\$ 382,93
B	Férias + Adicional de Férias	0,36%	R\$ 42,55
C	13º Salário	0,27%	R\$ 31,91
Total		3,8222%	R\$ 457,39
MÓDULO 3: RESUMO			
3.1	Aviso Prévio Indenizado	0,17%	R\$ 20,68



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

3.2	Aviso Prévio Trabalhado - PAGO PELO FATO GERADOR, OU SEJA, QUANDO HOUVER O DESEMBOLSO	2,72%	R\$ 325,29
3.3	Multa FGTS	3,8222%	R\$ 457,39
TOTAL DO MÓDULO 3 - PROVISIONADO (API + Multa FGTS)		4,00%	R\$ 478,07
TOTAL DO MÓDULO 3 - FATO GERADOR (APT)		2,72%	R\$ 325,29
MÓDULO 4: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
4.1	Submódulo 4.1 - Ausências Legais	Valor (R\$)	
A	Cobertura de Férias	8,33%	R\$ 997,22
B	Ausências Legais	0,028%	R\$ 3,32
C	Licença Paternidade	0,036%	R\$ 4,30
D	Ausência por Acidente de Trabalho	0,01%	R\$ 1,00
E	Afastamento Maternidade	0,01%	R\$ 1,09
F	Outros	1,00%	R\$ 119,67
Total		R\$ 1.126,60	
4.2	Submódulo 4.2 - Intra jornada	Valor (R\$)	
A	Substituto no Intervalo para repouso ou alimentação	0,00%	R\$ 0,00



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Total		R\$ 0,00	
MÓDULO 4: RESUMO			
4,1	Substituto nas Ausências Legais	9,41%	R\$ 1.126,60
4,2	Substituto na Intrajornada	0,00%	R\$ 0,00
Subtotal do Módulo 4		R\$ 1.126,60	
Incidência do submódulo 2.2		R\$ 448,39	
TOTAL DO MÓDULO 4		R\$ 1.574,99	
MÓDULO 5: INSUMOS DIVERSOS			
5	Insumos Diversos (valores mensais por empregado)	Valor (R\$)	
A	Uniformes (valor em parte não renovável)	R\$ 0,00	
B	Materiais	R\$ 0,00	
C	Microcomputador utilizado por profissional	R\$ 0,00	
D	Outros (especificar)	R\$ 0,00	
TOTAL DO MÓDULO 5		R\$ 0,00	
MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro **		Valor (R\$)	CUSTOS AVISO PRÉVIO TRABALHADO
A	Custos Indiretos	5,00%	R\$ 1.082,04	R\$ 16,26
B	Lucro	10,00%	R\$ 2.164,09	R\$ 32,53
Subtotal - Base de Cálculo de Tributos			R\$ 3.246,13	R\$ 48,79
Subtotal B - Base de Cálculo de Tributos por dentro ou racional		R\$		
C.1	Tributos federais (COFINS)	7,60%	R\$ 1.891,41	R\$ 28,43
C.2	Tributos Federais (PIS)	1,65%	R\$ 410,64	R\$ 6,17
C.3	INSS (Desoneração) - EMPRESAS DEIXARAM DE SER DESONERADAS EM 01/01/2025 - LEI 14.973/2024***	0,00%	R\$ 0,00	R\$ 0,00
D	Tributos Estaduais (especificar)	0,00%	R\$ 0,00	R\$ 0,00
E.1	Tributos Municipais (ISS)****	5,00%	R\$ 1.244,35	R\$ 18,70
E.2	Outros Tributos Municipais (especificar)	0,00%	R\$ 0,00	R\$ 0,00
F	Total dos Tributos	14,25%	R\$ 3.546,40	R\$ 53,31
MÓDULO 6: RESUMO				
6.A	Custos Indiretos		R\$ 1.082,04	
6.B	Lucro		R\$ 2.164,09	



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

6.F	Tributos	R\$ 3.546,40
TOTAL DO MÓDULO 6 - PROVISIONAMENTO		R\$ 6.792,53
TOTAL DO MÓDULO 6 - FATO GERADOR		R\$ 102,10
QUADRO RESUMO DO CUSTO DO PERFIL PROFISSIONAL		
Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Valor (R\$)
A	MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	R\$ 11.966,67
B	MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS	R\$ 7.621,16
C.1	MÓDULO 3: PROVISÃO PARA RESCISÃO - (API + Multa FGTS)	R\$ 478,07
C.2	MÓDULO 3: PROVISÃO PARA RESCISÃO - (Aviso Prévio Trabalhado) - Fato Gerador	R\$ 325,29
D	MÓDULO 4: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	R\$ 1.574,99
E	MÓDULO 5: INSUMOS DIVERSOS	R\$ 0,00
Subtotal (A + B + C.1 + D + E)		R\$ 21.640,89
F.1	MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	R\$ 6.792,53
F.2	MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO - FATO GERADOR	R\$ 102,10
VALOR TOTAL MENSAL DE CADA PERFIL PROFISSIONAL		R\$ 28.433,42
QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS		7
CUSTO TOTAL MENSAL DO PERFIL PROFISSIONAL		R\$ 199.033,94
FATOR-K		2,37605



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

CUSTO TOTAL MENSAL ESTIMADO AVISO PRÉVIO TRABALHADO - FATO GERADOR	R\$ 2.991,77
TOTAL GLOBAL DE UM PERFIL PROFISSIONAL	R\$ 568.668,40
TOTAL GLOBAL DO PERFIL PROFISSIONAL	R\$ 3.980.678,82
TOTAL GLOBAL AVISO PRÉVIO TRABALHADO - FATO GERADOR	R\$ 35.901,23

(*) Valor integral sugerido do Plano de Saúde - Os planos contratados por coparticipação deverão ser assumidos integralmente pelo empregador, no plano básico.	R\$ 300,00	** LICITANTE DEVE ELABORAR SUA PROPOSTA COM BASE NO REGIME DE TRIBUTAÇÃO AO QUAL ESTARÁ SUBMETIDA DURANTE A EXECUÇÃO DO CONTRATO (LUCRO PRESUMIDO OU LUCRO REAL)
Faixas salariais - auxílio saúde - CCT 2025/2026 (Cláusula décima sexta)	Acima de R\$ 4.668,40	
Participação patronal	50%	
Obs: para valor sugerido do plano de saúde foi utilizado o valor pago aos funcionários extraído de contrato de TI do CNJ		***CASO DESONERADA, A EMPRESA DEVERÁ INFORMAR A ALÍQUOTA CORRESPONDENTE.
		****INCIDÊNCIA DE ISS OBSERVANDO O DECRETO Nº 25.508/2005.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

• **TABELA 6 – ANALISTA DE TESTES/QUALIDADE**

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)		
A	Data da Apresentação da Proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	Brasília - DF
C	Ano acordo, convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	
D	Número de Meses de Execução do Contrato	20
E	Número de registro da convenção coletiva de trabalho	
F	Regime Tributário da Empresa:	DF000717/2025
Dados complementares para composição dos custos referentes ao profissional alocado		
1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)	
2	Remuneração do profissional	
3	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	CBO: 2124-30
4	Data Base da Categoria (dia/mês/ano)	
MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)	
A	Salário Base	R\$	11.081,16
B	Adicional de Periculosidade	0%	R\$ -
C	Adicional de Insalubridade	0%	R\$ -
D	Adicional Noturno	R\$	-
E	Hora Noturna Adicional	R\$	-
F	Adicional de Hora Extra no feriado trabalhado	R\$	-
G	Outros (especificar)	R\$	-
TOTAL DO MÓDULO 1		R\$	11.081,16
Na			
MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
2,1	Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias	Valor (R\$)	
A	13º Salário	8,33%	R\$ 923,43
B	Adicional de Férias	2,78%	R\$ 307,81
Subtotal		11,11%	R\$ 1.231,24
Incidência do Submódulo 2.2		R\$ 490,03	
Total		R\$ 1.721,27	



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

2,2	Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), FGTS e Outras Contribuições					Valor (R\$)	
A	INSS					20,00%	R\$ 2.216,23
B	Salário Educação					2,50%	R\$ 277,03
C	Seguro Acidente de Trabalho	RAT	3,00%	FAP	2	6,00%	R\$ 664,87
D	SESI ou SESC					1,50%	R\$ 166,22
E	SENAI ou SENAC					1,00%	R\$ 110,81
F	SEBRAE					0,60%	R\$ 66,49
G	INCRA					0,20%	R\$ 22,16
H	FGTS					8,00%	R\$ 886,49
I	Outras Contribuições (especificar)					0,00%	R\$ 0,00
Total						39,80%	R\$ 4.410,30
2,3	Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários					Valor (R\$)	
A	Transporte:	Nº Vales	Valor do Vale	Nº dias úteis		Desc. Empregado	R\$ 0,00
		-	R\$ -	-		R\$ -	

A alíquota correspondente ao INSS só deverá **ser** alterada se a empresa for desonerada.

A licitante deve informar e comprovar o RAT e FAP.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

B	Auxílio Alimentação (Vales, cestas básicas, etc.):	Valor do Vale	Nº dias úteis	Desc. Empregado	R\$
		R\$ 39,00	21,00	R\$ -	819,00
C	Assistência Médica e Familiar/Odontológica (*)	Valor do auxílio saúde		R\$ 300,00	R\$ 150,00
D	Auxílio Creche	R\$ 0,00			
E	Seguro de vida, invalidez e funeral	R\$ 0,00			
F	Auxílio cesta básica	R\$ 0,00			
I	Benefício Social Familiar - BSF	R\$ 30,60			
Total					R\$ 999,60
MÓDULO 2: RESUMO					
2,1	13º (décimo terceiro) Salário, Adicional de Férias	R\$ 1.721,27			
2,2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 4.410,30			
2,3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 999,60			
TOTAL DO MÓDULO 2					R\$ 7.131,18
MÓDULO 3: PROVISÃO PARA RESCISÃO					
3.1	Aviso Prévio Indenizado	Valor (R\$)			
A	Aviso Prévio Indenizado		0,16%	R\$ 17,73	



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,0128%	R\$ 1,42
Total			R\$ 19,15
3.2	Aviso Prévio Trabalhado - PAGO PELO FATO GERADOR, OU SEJA, QUANDO HOUVER O DESEMBOLSO		
C	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	R\$ 215,47
D	Incidência do Submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,77%	R\$ 85,76
E	Multa sobre o FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado e Trabalhado - ALOCADO NO ITEM 3.3	0,00%	R\$ 0,00
Total			R\$ 301,22
3.3	MULTA DE FGTS		
A	Remuneração	3,20%	R\$ 354,60
B	Férias + Adicional de Férias	0,36%	R\$ 39,40
C	13º Salário	0,27%	R\$ 29,55
Total		3,8222%	R\$ 423,55
MÓDULO 3: RESUMO			
3.1	Aviso Prévio Indenizado	0,17%	R\$ 19,15



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

3.2	Aviso Prévio Trabalhado - PAGO PELO FATO GERADOR, OU SEJA, QUANDO HOUVER O DESEMBOLSO	2,72%	R\$ 301,22
3.3	Multa FGTS	3,8222%	R\$ 423,55
TOTAL DO MÓDULO 3 - PROVISIONADO (API + Multa FGTS)		4,00%	R\$ 442,69
TOTAL DO MÓDULO 3 - FATO GERADOR (APT)		2,72%	R\$ 301,22
MÓDULO 4: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
4.1	Submódulo 4.1 - Ausências Legais	Valor (R\$)	
A	Cobertura de Férias	8,33%	R\$ 923,43
B	Ausências Legais	0,028%	R\$ 3,08
C	Licença Paternidade	0,036%	R\$ 3,99
D	Ausência por Acidente de Trabalho	0,01%	R\$ 0,92
E	Afastamento Maternidade	0,01%	R\$ 1,01
F	Outros	1,00%	R\$ 110,81
Total		R\$ 1.043,23	
4.2	Submódulo 4.2 - Intra jornada	Valor (R\$)	
A	Substituto no Intervalo para repouso ou alimentação	0,00%	R\$ 0,00



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Total			R\$ 0,00
MÓDULO 4: RESUMO			
4,1	Substituto nas Ausências Legais	9,41%	R\$ 1.043,23
4,2	Substituto na Intrajornada	0,00%	R\$ 0,00
Subtotal do Módulo 4		R\$ 1.043,23	
Incidência do submódulo 2.2		R\$ 415,21	
TOTAL DO MÓDULO 4		R\$ 1.458,44	
MÓDULO 5: INSUMOS DIVERSOS			
5	Insumos Diversos (valores mensais por empregado)	Valor (R\$)	
A	Uniformes (valor em parte não renovável)	R\$ 0,00	
B	Materiais	R\$ 0,00	
C	Microcomputador utilizado por profissional	R\$ 0,00	
D	Outros (especificar)	R\$ 0,00	
TOTAL DO MÓDULO 5		R\$ 0,00	
MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro **		Valor (R\$)	CUSTOS AVISO PRÉVIO TRABALHADO
A	Custos Indiretos	5,00%	R\$ 1.005,67	R\$ 15,06
B	Lucro	10,00%	R\$ 2.011,35	R\$ 30,12
Subtotal - Base de Cálculo de Tributos			R\$ 3.017,02	R\$ 45,18
Subtotal B - Base de Cálculo de Tributos por dentro ou racional		R\$		
C.1	Tributos federais (COFINS)	7,60%	R\$ 1.757,92	R\$ 26,33
C.2	Tributos Federais (PIS)	1,65%	R\$ 381,65	R\$ 5,72
C.3	INSS (Desoneração) - EMPRESAS DEIXARAM DE SER DESONERADAS EM 01/01/2025 - LEI 14.973/2024***	0,00%	R\$ 0,00	R\$ 0,00
D	Tributos Estaduais (especificar)	0,00%	R\$ 0,00	R\$ 0,00
E.1	Tributos Municipais (ISS)****	5,00%	R\$ 1.156,52	R\$ 17,32
E.2	Outros Tributos Municipais (especificar)	0,00%	R\$ 0,00	R\$ 0,00
F	Total dos Tributos	14,25%	R\$ 3.296,10	R\$ 49,36
MÓDULO 6: RESUMO				
6.A	Custos Indiretos		R\$ 1.005,67	
6.B	Lucro		R\$ 2.011,35	



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

6.F	Tributos	R\$ 3.296,10
TOTAL DO MÓDULO 6 - PROVISIONAMENTO		R\$ 6.313,12
TOTAL DO MÓDULO 6 - FATO GERADOR		R\$ 94,55
QUADRO RESUMO DO CUSTO DO PERFIL PROFISSIONAL		
Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Valor (R\$)
A	MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	R\$ 11.081,16
B	MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS	R\$ 7.131,18
C.1	MÓDULO 3: PROVISÃO PARA RESCISÃO - (API + Multa FGTS)	R\$ 442,69
C.2	MÓDULO 3: PROVISÃO PARA RESCISÃO - (Aviso Prévio Trabalhado) - Fato Gerador	R\$ 301,22
D	MÓDULO 4: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	R\$ 1.458,44
E	MÓDULO 5: INSUMOS DIVERSOS	R\$ 0,00
Subtotal (A + B + C.1 + D + E)		R\$ 20.113,47
F.1	MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	R\$ 6.313,12
F.2	MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO - FATO GERADOR	R\$ 94,55
VALOR TOTAL MENSAL DE CADA PERFIL PROFISSIONAL		R\$ 26.426,59
QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS		14
CUSTO TOTAL MENSAL DO PERFIL PROFISSIONAL		R\$ 369.972,24
FATOR-K		2,38482



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

CUSTO TOTAL MENSAL ESTIMADO AVISO PRÉVIO TRABALHADO - FATO GERADOR	R\$ 5.540,77
TOTAL GLOBAL DE UM PERFIL PROFISSIONAL	R\$ 528.531,77
TOTAL GLOBAL DO PERFIL PROFISSIONAL	R\$ 7.399.444,73
TOTAL GLOBAL AVISO PRÉVIO TRABALHADO - FATO GERADOR	R\$ 66.489,22



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

(*) Valor integral sugerido do Plano de Saúde - Os planos contratados por coparticipação deverão ser assumidos integralmente pelo empregador, no plano básico.	R\$ 300,00	** LICITANTE DEVE ELABORAR SUA PROPOSTA COM BASE NO REGIME DE TRIBUTAÇÃO AO QUAL ESTARÁ SUBMETIDA DURANTE A EXECUÇÃO DO CONTRATO (LUCRO PRESUMIDO OU LUCRO REAL
Faixas salariais - auxílio saúde - CCT 2025/2026 (Cláusula décima sexta)	Acima de R\$ 4.668,40	
Participação patronal	50%	
Obs: para valor sugerido do plano de saúde foi utilizado o valor pago aos funcionários extraído de contrato de TI do CNJ		***CASO DESONERADA, A EMPRESA DEVERÁ INFORMAR A ALÍQUOTA CORRESPONDENTE.
		****INCIDÊNCIA DE ISS OBSERVANDO O DECRETO Nº 25.508/2005.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

PREGÃO ELETRÔNICO N. 28/2026

ANEXO III DO EDITAL – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. ____/2026

A **UNIÃO**, por intermédio do **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**, **ÓRGÃO GERENCIADOR**, sediado no Edifício Sede do CNJ, SAF Sul, Quadra 2, CEP 70070-600, Brasília/DF, CNPJ 07.421.906/0001-29, neste ato representado pelo Diretor-Geral, Bruno César de Oliveira Lopes, RG n. 5****5 COMAER/SP e CPF n. ***.5**. **7-**, no uso das atribuições conferidas pela Portaria n. 290, de 11 de outubro de 2022, e pelo art. 3º, inciso XI, alíneas “al” e “ar”, da Portaria n. 112, de 4 de junho de 2010, considerando o julgamento do **PREGÃO ELETRÔNICO** n. 28/2026, publicado no DOU do dia ____ de ____ de 2026, e a respectiva homologação, conforme Despacho ____ do Processo 08126/2023, **RESOLVE** registrar os preços de ____, conforme as especificações constantes do Anexo desta ata, da empresa ____, CNPJ ____, com sede na ____, CEP ____, telefone: ____; fax ____, neste ato representada por ____, RG ____ SSP/____, CPF ____, doravante denominado **CONTRATADO**, com fundamento nas Leis n. 14.133/2021, Lei Complementar n. 123/2006, Decretos n. 11.462/2023 e 8.538/2015, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e em conformidade com as disposições a seguir.

1 – DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO: Esta Ata não obriga o **ÓRGÃO GERENCIADOR** a firmar contratação com o **CONTRATADO**, podendo ocorrer licitações específicas para os produtos registrados, observada a legislação pertinente.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

2 – DO PEDIDO DE FORNECIMENTO: A requisição dos produtos será formalizada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** mediante emissão da Ordem de Serviço, observadas as disposições contidas no edital de Pregão Eletrônico n. 28/2026.

2.1 – O **CONTRATADO** registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

3 – DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: O gerenciamento deste Instrumento, nos aspectos operacional e contratual, caberá à Divisão de Gestão de Sistemas Corporativos (DCOR) do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, competindo-lhe:

a) Notificar a empresa registrada para o fornecimento dos produtos, informado as quantidades a serem entregues;

b) Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e nesta ata.

4 – DO CONTROLE E ALTERAÇÃO DOS PREÇOS: Os preços registrados poderão ser revistos em face de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens, cujos preços foram registrados.

4.1 – Quando os preços inicialmente registrados, por motivo superveniente, tornarem-se superiores aos praticados no mercado, a Seção de Compras do **ÓRGÃO GERENCIADOR** deverá convocar o **CONTRATADO** a fim de negociar a redução dos preços, de forma a adequá-los à média apurada.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

4.2 – Quando os preços de mercado se tornarem superiores aos registrados e o **CONTRATADO** apresentar requerimento fundamentado com comprovantes de que não pode cumprir as obrigações assumidas, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá acolher o pedido, sem aplicação de penalidade, mediante confirmação da veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde que o requerimento seja apresentado antes da emissão da Ordem de Serviço.

4.3 – Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do **CONTRATADO** e aquele vigente no mercado à época do registro – equação econômico-financeira.

4.4 – Serão considerados preços de mercado os que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

4.5 – A alteração de preços oriunda de revisão, no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, será publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

4.6 - Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do **CONTRATADO**.

5 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS E DO REGISTRO DO CONTRATADO: O **CONTRATADO** terá o seu registro cancelado:

5.1 – Por iniciativa da Administração ou do **CONTRATADO**, em conformidade com as hipóteses dos artigos 28 e 29 do Decreto n. 11.462/2023;

5.2 – Por iniciativa da Administração, quando o **CONTRATADO** der causa à rescisão



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

administrativa da Ata de Registro de Preços decorrente deste registro de preços, nas hipóteses previstas no artigo 28 do Decreto n. 11.462/2023;

5.3 – Por iniciativa do **CONTRATADO**, mediante solicitação escrita, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses contidas no art. 29 do Decreto n. 11.462/2023.

5.4 – O cancelamento do registro do **CONTRATADO**, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

5.5 – A notificação do cancelamento dos preços registrados será informada ao **CONTRATADO** por meio de correspondência com aviso de recebimento, que deverá ser juntado ao processo administrativo respectivo.

5.6 – No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do **CONTRATADO**, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial da União, considerando-se cancelado o preço registrado.

5.7 – A solicitação do **CONTRATADO** para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com base nas previsões objetivas previstas neste instrumento ou por motivo de caso fortuito e/ou força maior.

5.8 – Caso se abstenha da prerrogativa de cancelar a ata, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá, a seu exclusivo critério, suspender a execução e/ou sustar o pagamento das notas fiscais até que o **CONTRATADO** cumpra integralmente a condição infringida.

5.9 – O cancelamento do preço registrado impedirá novas contratações com



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

fundamento na ata, sem prejuízo da continuidade dos contratos anteriormente celebrados, os quais somente poderão ser extintos mediante a ocorrência de fundamento legal ou contratual específico e a observância do procedimento aplicável.

5.10 – Nos casos em que o **CONTRATADO** sofrer processos de fusão, cisão ou incorporação, será admitida a continuação deste instrumento desde que a execução da presente ata não seja afetada e que o **CONTRATADO** mantenha o fiel cumprimento dos termos deste documento e as condições de habilitação.

6 – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: A presente ata terá vigência de 12 (doze) meses, contada a partir do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogada, por igual período, com renovação das quantidades registradas, desde que comprovado preço mais vantajoso.

7 – DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: O extrato da ata de registro de preços será divulgado no PNCP, na forma prevista no art. 94 da Lei n. 14.133/2021, bem como no sítio oficial CNJ, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527/2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724/2012.

8 – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: não será admitida a adesão à ata de registro de preços.

9 – DO FORO: As controvérsias decorrentes da presente ata serão dirimidas na Justiça Federal/Seção Judiciária do Distrito Federal, com renúncia de qualquer outro.

Justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento na forma eletrônica, nos termos da Lei n. 11.419/2006 e da Instrução Normativa CNJ n. 67/2015.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Pelo **CONTRATANTE**

Bruno César de Oliveira Lopes

Diretor-Geral

Portaria n. 329/2025

Pelo **CONTRATADO**



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

PREGÃO ELETRÔNICO N. 28/2026

ANEXO IV DO EDITAL – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO
CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR
INTERMÉDIO DO CONSELHO NACIONAL
DE JUSTIÇA, E A EMPRESA
_____, **PARA OS FINS**
QUE ESPECIFICA (Pregão Eletrônico n.
28/2026 - Processo Administrativo/CNJ n.
08126/2023).

A **UNIÃO**, por intermédio do **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ)**, sediado no Edifício Sede do CNJ, SAF SUL Quadra 2, CEP 70070-600, Brasília/DF, CNPJ n. 07.421.906/0001-29, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado Diretor Geral, Bruno César de Oliveira Lopes, RG n. 5****5 COMAER/SP e CPF n. ***.5**. **7-**, no uso das atribuições conferidas pela Portaria n. 112, de 4 de junho de 2010, art. 3º, inciso XI, alínea “al”, e a empresa _____, com sede _____, CEP _____, telefone (____) _____, inscrita no CNPJ sob o n. _____, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu _____, _____, RG n. _____ e CPF n. _____, considerando o julgamento do Pregão Eletrônico CNJ n. 28/2026, publicado no Diário Oficial da União do dia ____ de _____ de **2026**, e a respectiva homologação, conforme Despacho _____ do Processo n. 08126/2023, celebram o presente termo de contrato, observando-se as normas da Lei n. 14.133/2021, demais legislação aplicável e as cláusulas a seguir.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA – Constitui objeto do presente contrato a contratação de pessoa jurídica especializada para prestação, de forma contínua, de serviços de desenvolvimento, manutenção e sustentação de soluções de software, com adoção de práticas ágeis, mediante a disponibilização de postos de trabalho de tecnologia da informação, com dedicação exclusiva de mão de obra ao Conselho Nacional de Justiça, observados o edital da licitação, o Termo de Referência, a proposta da **CONTRATADA**, e eventuais anexos dos documentos supracitados, os quais, independentemente de transcrição, são parte integrante deste instrumento e serão observados naquilo que não o contrarie.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA SEGUNDA - O prazo de vigência da contratação é de 20 (vinte) meses contados da assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei n. 14.133/2021.

Parágrafo primeiro - A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a **CONTRATADA**.

Parágrafo segundo - Para formalização da prorrogação do prazo de vigência, será verificada a regularidade fiscal da Contratada por meio de consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), sem prejuízo da consulta de outros meios previstos na legislação.

DO REGIME DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

CLÁUSULA TERCEIRA – O regime execução será empreitada por preço global.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Parágrafo único - O modelo de execução do objeto, compreendidos os prazos, as condições de entrega, recebimento e demais informações relativas à gestão do objeto, constam no Termo de Referência, parte integrante deste contrato.

DA SUBCONTRATAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA - Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

CLÁUSULA QUINTA – Constituem obrigações do **CONTRATANTE**:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com o contrato e seus anexos;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c) Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela **CONTRATADA**;
- e) Comunicar a empresa para emissão de nota fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei n. 14.133/2021;
- f) Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste contrato;
- g) Aplicar à **CONTRATADA** as sanções previstas na lei e neste contrato;



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

- h) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- i) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela **CONTRATADA** no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- j) Não responder por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- k) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- l) Permitir, durante a vigência do contrato, o livre acesso dos empregados da **CONTRATADA** aos locais designados para a prestação dos serviços, desde que devidamente identificados, conforme os termos deste instrumento e as normas vigentes no âmbito do CNJ;
- m) Indicar formalmente os fiscais e gestores do contrato para acompanhamento da execução contratual;
- n) Não realizar a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (inclusive), de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao **CONTRATANTE**;

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

CLÁUSULA SEXTA – Constituem obrigações da **CONTRATADA**:



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

- a) Cumprir todas as obrigações constantes deste contrato e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078/1990);
- c) Comunicar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega do objeto, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- d) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n. 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- e) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- f) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- g) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- h) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

- i) Observar o Código de Conduta para Fornecedores de Bens e de Serviços, conforme Portaria CNJ n. 18/2020, Anexo B;
- j) Observar a Resolução CNJ n. 400/2021 que dispõe sobre a política de sustentabilidade no Poder Judiciário;
- k) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal as normas de segurança do **CONTRATANTE**;
- l) Celebrar, no ato da assinatura do contrato, ciência do Termo de Responsabilidade e Compromisso de Confidencialidade, Anexo à Portaria 159/2021, Anexo C.
- m) Declarar, no ato assinatura do contrato, ciência do Código de Conduta dos servidores do CNJ, instituído pela Portaria n. 56/2018;
- n) Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e de qualificação exigidas durante a licitação;
- o) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n. 14.133/2021);
- p) Comprovar a reserva de cargos tratada na cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram tais vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n. 14.133/2021);
- q) Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- r) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

- s) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- t) Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- u) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos da proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente na proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto, salvo em caso de evento arrolado no art. 124, II, d, da Lei n. 14.133/2021.
- v) Demais obrigações previstas no Termo de Referência.

DO VALOR

CLÁUSULA SÉTIMA – O valor total do presente contrato é de R\$ _____ (_____), conforme discriminado no Anexo A deste contrato.

Parágrafo único – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao integral cumprimento.

DO PAGAMENTO

CLÁUSULA OITAVA – O prazo para pagamento à **CONTRATADA** e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, quando mantidas as condições iniciais de habilitação, e cumpridos os seguintes requisitos:

- a) Apresentação de nota fiscal de acordo com a legislação vigente à época da emissão (nota fiscal eletrônica, se for o caso), acompanhada de: prova de



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

regularidade ante às Fazendas federal, estadual e municipal do domicílio ou sede da **CONTRATADA**, prova de regularidade ante à Seguridade Social, CRF e CNDT;

b) Inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido a **CONTRATADA**.

c) A **CONTRATADA** deverá apresentar, quando solicitado pela Administração, sob pena de multa, comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, em especial quanto ao:

c.1) registro do ponto;

c.2) relação nominal de prestadores, referente ao mês da prestação dos serviços, na qual constem todos os empregados que atuaram no CNJ, mesmo que transitoriamente em substituição à mão de obra faltante, com discriminação do período de atuação;

c.3) recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário referente ao mês da execução dos serviços, identificando o nome e a matrícula do profissional;

c.4) recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;

c.5) documentação completa acerca da admissão de novos profissionais, incluindo cópia da carteira de trabalho;

c.6) recibo de pagamento de vale-alimentação e outros, na forma prevista em norma coletiva, com a respectiva data da disponibilização, quantidade, valor, mês de competência e, ainda, a assinatura do profissional atestando o recebimento;

c.7) recibo de entrega da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários (DCTFWeb) e a guia de recolhimento de INSS (DARF) e respectivo comprovante de recolhimento.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

c.7.1) eventualmente, podem ser solicitados, pela equipe de gestão e fiscalização do Contrato, o extrato previdenciário de cada colaborador, disponível no Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS).

c.7.2) ao final do Contrato será obrigatória a entrega do extrato previdenciário de cada colaborador ou documento similar que comprove a quitação da obrigação sob pena de sanção.

c.8) guia do FGTS Digital (guia de recolhimento mensal e incidente sobre verbas rescisórias do FGTS, quando houver rescisão), respectivo comprovante de pagamento da Guia e relatórios emitidos pelo sistema, específicos do Contrato, com a relação dos profissionais e tomador, referentes ao mês anterior da prestação dos serviços.

c.9) resumo discriminado do faturamento, incluindo o quantitativo e o número de horas de funcionamento dos postos de trabalho, bem como especificação dos descontos realizados no salário, no auxílio-alimentação;

c.10) quadro demonstrativo de férias e licenças concedidas aos profissionais alocados na execução do contrato, indicando se houve ou não a ocupação do posto de trabalho, referente ao mês da prestação dos serviços;

c.11) planilha de cálculo do valor a ser deduzido na nota fiscal pela não ocupação dos postos de trabalho em caso de faltas, férias ou posto vago;

c.12) documentação completa acerca de rescisões de empregados ocorridas no mês faturado, incluindo memória de cálculo detalhada com a comprovação de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;

c.13) durante a execução contratual poderão ser solicitados outros documentos eventualmente necessários para a adequada fiscalização do contrato.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Parágrafo primeiro - A contratada não poderá apresentar nota fiscal com número raiz do CNPJ diverso do registrado no preâmbulo do contrato.

Parágrafo segundo - A nota fiscal apresentada em desacordo com o estabelecido no edital, no contrato ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida à **CONTRATADA** e, nesse caso, o prazo inicialmente fixado será interrompido e reiniciado a partir da respectiva regularização.

Parágrafo terceiro - Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela **CONTRATADA** no Protocolo do Eletrônico do CNJ ou por e-mail, quando acordado com o gestor ou previsto no TR.

Parágrafo quarto - O pagamento será realizado apenas após o recebimento definitivo do objeto pelo **CONTRATANTE**, desde que não verificadas falhas na execução dos serviços, e os prazos inicialmente fixados serão contados a partir do recebimento definitivo.

Parágrafo quinto - No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento.

Parágrafo sexto - A não manutenção das condições de habilitação pela contratada não ensejará a retenção de pagamento quando houver o atesto da efetiva e regular prestação dos serviços, mas poderá dar ensejo à extinção contratual, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Parágrafo sétimo - Ao longo da execução do contrato, a inclusão de estabelecimento integrante da pessoa jurídica no conjunto daqueles responsáveis pela execução do objeto poderá ocorrer, desde que mediante apresentação de documentos, referidos a todo o período de vigência já transcorrida do ajuste, hábeis à prova de regularidade do estabelecimento a ser acrescido junto à Fazenda Estadual/Distrital e Municipal, bem como de prévia formalização do acréscimo em termo aditivo ao contrato.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Parágrafo oitavo - Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação, sobretudo, quando for o caso, em relação às obrigações trabalhistas vencidas que sejam relativas ao contrato. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

Parágrafo nono - Em caso de inadimplemento em licitações com dedicação exclusiva de mão de obra, o CNJ poderá efetuar diretamente o pagamento das verbas trabalhistas, que serão deduzidas do pagamento devido à contratada.

DA REPACTUAÇÃO

CLÁUSULA NONA – Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do **CONTRATADO**.

Parágrafo primeiro – O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

a) para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

b) para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

Parágrafo segundo – Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Parágrafo terceiro - A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços

Parágrafo quarto – Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

Parágrafo quinto – É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

Parágrafo sexto – Na repactuação, o **CONTRATANTE** não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do **CONTRATADO**, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

Parágrafo sétimo – Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o **CONTRATADO** efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

Parágrafo oitavo – A repactuação dos valores do salário, do auxílio-alimentação e dos benefícios de natureza trabalhista ou social indicados neste contrato terá como



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, aquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação) e não o instrumento paradigma.

a) os índices aplicados para aumento do salário, do auxílio-alimentação e dos benefícios de natureza trabalhista ou social indicados neste Contrato serão aqueles constantes no instrumento coletivo ao qual está vinculado o Contratado, e esses índices serão aplicados sobre os valores do salário, do auxílio-alimentação e dos benefícios de natureza trabalhista ou social constantes na proposta apresentada pela empresa no momento da licitação.

Parágrafo nono - Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o CONTRATANTE verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

Parágrafo dez - Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

Parágrafo onze - Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

Parágrafo doze - Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Parágrafo treze - O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

Parágrafo quatorze - Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao **CONTRATANTE** ou ao **CONTRATADO** proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

Parágrafo quinze - A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

Parágrafo dezesseis - O **CONTRATANTE** decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 60 (sessenta) dias, contado da data do fornecimento, pelo **CONTRATADO**, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.

Parágrafo dezessete - O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o **CONTRATADO** não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo **CONTRATANTE** para a comprovação da variação dos custos.

Parágrafo dezoito - A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

Parágrafo dezenove - As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

Parágrafo vinte - O **CONTRATADO** deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Parágrafo vinte e um - Caso o **CONTRATADO** esteja sujeito ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

DO RECEBIMENTO

CLÁUSULA DÉCIMA – O objeto do presente contrato será recebido conforme especificações do Termo de Referência.

DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

CLÁUSULA ONZE – Ocorrendo atraso no pagamento para o qual não tenha concorrido a **CONTRATADA**, incidirá atualização monetária sobre o valor devido, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) entre a data prevista para o pagamento e a da efetiva realização.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA DOZE – As despesas oriundas deste contrato correrão à conta dos recursos orçamentários consignados ao **CONTRATANTE**, Programa de Trabalho: _____, Natureza da Despesa: _____, tendo sido emitida a Nota de Empenho n. _____, datada de ____ de ____ de ____.

DA GARANTIA CONTRATUAL



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

CLÁUSULA TREZE - A **CONTRATADA** deverá apresentar garantia de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato em uma das seguintes modalidades:

a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil (BCB), e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

b) seguro-garantia;

c) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no país pelo BCB;

d) título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

Parágrafo primeiro - O prazo para apresentação da garantia pela **CONTRATADA** nas modalidades caução ou fiança bancária será de **até 10 (dez) dias úteis** contados da publicação do extrato do contrato na Imprensa Oficial, prorrogáveis por igual período a critério da Administração.

Parágrafo segundo - O prazo para apresentação na modalidade seguro-garantia será de um mês contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato.

Parágrafo terceiro - Após a homologação da licitação, o licitante terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos, prorrogável por igual período a critério da Administração, para encaminhar a comprovação do seguro-garantia e assinatura do contrato.

Parágrafo quarto - A garantia deverá ser prestada com validade de 3 (três) meses após o término da vigência contratual, sendo liberada ante a comprovação do pagamento de todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação e multas eventualmente aplicadas.

Parágrafo quinto - Caso o pagamento das verbas rescisórias não ocorra até o fim do segundo mês após o término da vigência contratual, e utilizado o saldo da conta-



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

depósito vinculada – bloqueada para movimentação –, a garantia será utilizada para o pagamento das verbas trabalhistas, das contribuições previdenciárias e do FGTS diretamente pelo CNJ, conforme estabelecido no item 3.1, “j”, do Anexo VII-F da Instrução Normativa n. 5/2017 e alterações, editada pelo Ministério da Economia.

Parágrafo sexto – Quanto às obrigações resultantes das relações de trabalho e previdenciárias, a garantia deverá atender a todos os créditos decorrentes de ações ajuizadas pelos empregados vinculados à **CONTRATADA** e ao contrato, dentro do prazo prescricional de dois anos (arts. 11 da CLT e 7º, inciso XXIX, da Constituição Federal) contado da extinção dos respectivos contratos de trabalho.

Parágrafo sétimo - Quando a garantia for apresentada em dinheiro, ela será atualizada monetariamente conforme os critérios estabelecidos pela instituição bancária em que for realizado o depósito.

Parágrafo oitavo - Quando a garantia for apresentada na modalidade seguro-garantia, a apólice deverá:

- a) ser expedida exclusivamente por qualquer das entidades controladas e fiscalizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP);
- b) conter o número com que a apólice ou o endosso tenha sido registrado na SUSEP;
- c) não estar integrada por cláusula compromissória nem por previsão de instauração de Juízo Arbitral; e
- d) não poderá estabelecer franquias, participações obrigatórias do segurado (CNJ) e/ou prazo de carência.

Parágrafo nono - Quando a garantia for apresentada na modalidade fiança bancária, o instrumento respectivo deverá ser expedido exclusivamente por entidade controlada e fiscalizada pelo BCB.

Parágrafo dez - Quando a garantia for apresentada na modalidade fiança bancária, a instituição financeira fiadora deverá ser domiciliada ou possuir agência no Distrito



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Federal e demonstrar possuir bens suficientes à garantia integral da fiança prestada, conforme art. 825 da Lei n. 10.406/2002. A carta de fiança deverá conter cláusula expressa de renúncia do fiador ao benefício de ordem previsto no art. 827 da Lei n. 10.406/2002, conforme facultado pelo inciso I do art. 828 do mesmo diploma legal, e ser registrada no Registro de Títulos e Documentos, conforme previsto nos arts. 128, 129 e 130 da Lei n. 6.015/73.

Parágrafo onze - A garantia, em qualquer modalidade, assegurará o pagamento de:

a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto contratado e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

b) prejuízos causados ao contratante, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

c) multas moratórias e punitivas aplicadas pelo contratante à **CONTRATADA**;

d) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela **CONTRATADA**, quando couber.

Parágrafo doze - Alterado o valor do contrato, fica a **CONTRATADA** obrigada a apresentar garantia complementar ou substituí-la, no mesmo percentual e modalidades constantes desta seção, em **até 10 (dez) dias úteis** contados da data de publicação do termo de aditamento na Imprensa Oficial ou da assinatura da apostila de repactuação

Parágrafo treze - Prorrogado o prazo de vigência do contrato, fica a **CONTRATADA** obrigada a renovar a garantia, no mesmo percentual e modalidades constantes desta seção, em **até 10 (dez) dias úteis** contados da data de publicação do termo aditivo na Imprensa Oficial.

Parágrafo quatorze - A garantia apresentada em desacordo com os requisitos e coberturas previstas no contrato será devolvida à **CONTRATADA**, que disporá do prazo improrrogável de **10 (dez) dias úteis** para regularizar a pendência.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DAS SANÇÕES

CLÁUSULA QUATORZE – Nos termos da Instrução Normativa CNJ n. 94/2023 e dos arts. 155, 156 e 162 da Lei n. 14.133/2021, comete infração administrativa a **CONTRATADA** que:

- a) der causa a inexecução parcial do contrato e não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução do objeto ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846/2013.

Parágrafo primeiro – Serão aplicadas à **CONTRATADA** que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

- a) advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) **multa, nas condições e percentuais estabelecidos no Termo de Referência;**
- c) impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até 3 (três) anos quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” da cláusula quatorze deste contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “h”, “i”, “j”, “k” e “l” da cláusula quatorze deste contrato, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

Parágrafo segundo – O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** ou cobrado judicialmente.

Parágrafo terceiro – A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE**.

Parágrafo quarto – Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

Parágrafo quinto – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente.

Parágrafo sexto - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei n. 14.133/2021, para



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Parágrafo sétimo - Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Parágrafo oitavo - A personalidade jurídica da **CONTRATADA** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a **CONTRATADA** o, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Parágrafo nono - o **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

Parágrafo dez - Excepcionalmente, desde que devidamente justificado no processo administrativo, o **CONTRATANTE** poderá efetuar a retenção do valor presumido da multa, e, concomitantemente, instaurar regular processo administrativo oportunizando à **CONTRATADA** o exercício do contraditório e da ampla defesa.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Parágrafo onze – Os instrumentos de requerimentos, de defesas prévias e de recursos eventualmente interpostos pela **CONTRATADA** deverão ser instruídos com os documentos hábeis à prova das alegações neles contidas. Referidos documentos probatórios deverão ser apresentados nas versões originais, podendo ser digitalizados, e/ou em versões reconhecidas por servidores da Administração Pública, sob pena de, a critério exclusivo do **CONTRATANTE**, não serem avaliados.

DO PROVISIONAMENTO DOS ENCARGOS TRABALHISTAS

CLÁUSULA QUINZE – A fração do preço mensal do contrato que corresponda ao somatório dos encargos sociais devidos aos empregados da **CONTRATADA** alocados nos postos de trabalho será provisionada pelos percentuais abaixo:

PROVISIONAMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS	
Regime de Tributação	Incidência cumulativa ou não cumulativa de PIS e COFINS
RAT ajustado (RAT*FAP) ¹	6%
Submódulo 4.1 (a)	39,80%
Encargo	Máximo
13º Salário	8,3333%
Férias	8,3333%
Abono de Férias	2,7777%
Subtotal (b)	19,4443%
Incidência Submódulo 4.1 (a)*(b) = (c)	7,7388%
Multa FGTS (d)	3,8222%



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Encargos Retidos (b) + (c)+(d) = (e) ²	31,0053%
---	----------

¹ Variação percentual possível de acordo com a legislação.

² Somatório de encargos retidos.

Parágrafo primeiro - O provisionamento será feito mensalmente, mediante depósito em conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação -, cujo saldo será remunerado pelo índice da caderneta de poupança ou outro definido com a instituição financeira, recaindo a opção sempre pelo de maior rentabilidade, na forma estabelecida pela Resolução CNJ n. 651/2025.

Parágrafo segundo – A **CONTRATADA** deverá providenciar a assinatura dos documentos relativos à abertura e movimentação da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação -, em até 20 (vinte) dias a contar da notificação do **CONTRATANTE**, sob pena de multa e rescisão do contrato.

Parágrafo terceiro – Eventuais despesas com abertura e manutenção da conta-depósito vinculada deverão ser suportadas pela **CONTRATADA** e integrarão os custos com taxa de administração, constante da proposta comercial da empresa.

Parágrafo quarto – Caso o banco promova desconto(s) diretamente na conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação - das despesas com abertura e manutenção da referida conta, o valor correspondente será retido do pagamento mensal devido à **CONTRATADA** e depositado na conta-depósito vinculada.

Parágrafo quinto – As parcelas correspondentes a férias e 13º salário serão liberadas ao longo da execução do contrato na medida em que os eventos ocorrerem.

Parágrafo sexto - Desde que diante de prova razoável de fatos alegados, a **CONTRATADA** poderá solicitar autorização do **CONTRATANTE** para movimentar os recursos da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação, diretamente para a conta corrente de trabalhador alocado na execução do contrato,



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

desde que para o pagamento de verbas trabalhistas que estejam descritas no art. 4º da Resolução CNJ n. 651/2025.

Parágrafo sétimo – A solicitação deverá ser apresentada, pela **CONTRATADA** ao **CONTRATANTE**, com no mínimo 12 (doze) dias úteis de antecedência relativamente à data de vencimento da obrigação a ser adimplida, juntamente com todos os dados necessários à efetivação do pagamento direto, tais como: código de recolhimento (se for o caso), nome completo do beneficiário (sem abreviaturas), números de CPF, das carteiras de identidade e do trabalho, da instituição financeira, da agência e da conta corrente que receberá o depósito.

Parágrafo oitavo – Todas as informações necessárias à movimentação requerida, devidamente revisadas pela **CONTRATADA**, deverão ser apresentadas, ao protocolo do **CONTRATANTE**, em documento impresso e assinado pelo representante legal da **CONTRATADA**. Cópias eletrônicas daquele documento, integradas por planilhas com extensões “csv” ou “xls” deverão ser encaminhadas aos endereços eletrônicos dos gestores nomeados pelo **CONTRATANTE**.

Parágrafo nono – A movimentação de recursos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, diretamente para a conta corrente de trabalhador alocado na execução do contrato será realizada a pedido, sob exclusiva e integral responsabilidade da **CONTRATADA**.

DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA DEZESSEIS – O inadimplemento de cláusula estabelecida neste contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará ao **CONTRATANTE** o direito de rescindi-lo, mediante notificação, com prova de recebimento.

CLÁUSULA DEZESSETE – Além de outras hipóteses expressamente previstas no art. 137 da Lei 14.133/2021, constituem motivos para a extinção deste contrato:



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

- a) não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- b) desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade;
- c) alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja a capacidade de concluir o contrato;
- d) decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado; e
- e) alteração da convenção coletiva de trabalho em que se baseou a planilha de custos e formação de preços da proposta, em razão de erro ou fraude no enquadramento sindical de que resulta a necessidade de repactuação ou imposição de ônus financeiro para a Administração, em cumprimento de decisão judicial.

Parágrafo único – Caso a **CONTRATADA** sofra processo de fusão, cisão ou incorporação, será admitida a continuação deste contrato, desde que a execução não seja afetada e que a **CONTRATADA** mantenha o fiel cumprimento dos termos contratuais e as condições de habilitação.

CLÁUSULA DEZOITO – Ao **CONTRATANTE** é reconhecido o direito de extinção do contrato, nos termos do art.137, § 2º, da Lei n. 14.133/2021, aplicando-se, no que couber, as disposições dos arts. 138 e 139 da referida lei.

Parágrafo primeiro - A extinção do contrato poderá ser consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração.

Parágrafo segundo - O contrato poderá ser rescindido antes do término acordado, mediante notificação à **CONTRATADA** com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, em face da conclusão de procedimento licitatório contemplando o mesmo objeto.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Parágrafo terceiro - A extinção poderá ser determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

Parágrafo quarto - Os casos de extinção contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

CLÁUSULA DEZENOVE – O **CONTRATANTE** nomeará um gestor titular e um substituto para executar a fiscalização do contrato. As ocorrências serão registradas em relatório, cuja cópia será encaminhada à **CONTRATADA**, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

Parágrafo único – A existência e a atuação da fiscalização pelo **CONTRATANTE** em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da **CONTRATADA**, no que concerne à execução do objeto.

DOS CASOS OMISSOS

CLÁUSULA VINTE – Casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste contrato serão decididos pelas partes, no que couber, segundo dispõem a Lei n. 14.133/2021, demais regulamentos e normas administrativas federais.

DAS ALTERAÇÕES

CLÁUSULA VINTE E UM - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n. 14.133/2021.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Parágrafo primeiro - A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

Parágrafo segundo - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n. 14.133/2021.

DA PUBLICIDADE

CLÁUSULA VINTE E DOIS - O extrato deste contrato será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma do art. 94 da Lei n. 14.133/2021, e no sítio oficial do **CONTRATANTE**, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527/2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724/ 2012.

DO FORO

CLÁUSULA VINTE E TRÊS – Para dirimir eventuais conflitos oriundos deste contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, é eleito o foro da Justiça Federal – Seção Judiciária do Distrito Federal, conforme o art. 92, §1º, da Lei n. 14.133/2021.

Justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento na forma eletrônica, nos termos da Lei 14.133/2021 e da Instrução Normativa CNJ n. 67/2015.

Pelo **CONTRATANTE**

Bruno César de Oliveira Lopes

Diretor-Geral

Portaria n. 329/2025



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Pela **CONTRATADA**



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

ANEXO A DO CONTRATO N.
____/2026, CELEBRADO ENTRE A
UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, E
A EMPRESA _____, PARA OS
FINS QUE ESPECIFICA (Pregão
Eletrônico n. 28/2026 - Processo
Administrativo/CNJ n. 08126/2023).

PLANILHAS DE FORMAÇÃO DE CUSTO E MEMÓRIA DE CÁLCULO



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

**ANEXO B DO CONTRATO N. ____/2026,
CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR
INTERMÉDIO DO CONSELHO NACIONAL
DE JUSTIÇA, E A EMPRESA
_____, PARA OS FINS QUE
ESPECIFICA (Pregão Eletrônico n. 28/2026 -
Processo Administrativo/CNJ n.
08126/2023).**

**TERMO DE RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO COM O CÓDIGO DE
CONDUTA PARA FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS DO CONSELHO
NACIONAL DE JUSTIÇA**

Eu, _____, inscrito(a) no CPF sob n. _____, neste ato representando o(a) _____, inscrito(a) no CNPJ n. _____, declaro: Ter recebido cópia do "Código de Conduta para Fornecedores de Bens e de Serviços do Conselho Nacional de Justiça"; Ter conhecimento do inteiro teor do referido Código e estar de pleno acordo com o seu conteúdo, que li e entendi, comprometendo-me a cumpri-lo fielmente durante toda a vigência de meu contrato e, após, no que for cabível; Ter conhecimento de que para fornecer serviços, bens e produtos ou estabelecer qualquer tipo de parceria com o Conselho Nacional de Justiça é necessário respeitar fielmente o presente Código, cujas avaliações quanto ao cumprimento serão objeto de cláusula(s) contratual(ais). Ter conhecimento de que as infrações a este Código, às políticas e normas do Conselho Nacional de Justiça serão analisadas, mediante a apresentação de relatórios, documentos, disponibilização de acesso a sistemas informatizados,



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

vistorias, na forma que forem estabelecidas nas cláusulas contratuais, estando sujeitas à não prorrogação dos contratos administrativos e às ações aplicáveis, sem prejuízo de encaminhamento aos órgãos responsáveis pela apuração dos fatos e aplicação das penalidades cabíveis.

_____, _____ de _____ de _____



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

**ANEXO C DO CONTRATO Nº
____/2026, CELEBRADO ENTRE A
UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA,
E A EMPRESA _____,
PARA OS FINS QUE ESPECIFICA
(Pregão Eletrônico n. 28/2026 -
Processo Administrativo/CNJ n.
08126/2023).**

**TERMO DE RESPONSABILIDADE E CONFIDENCIALIDADE DAS
INFORMAÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.**

_____ inscrita no CNPJ nº _____, nesse
ato representada por _____, inscrita (o) no CPF nº
_____, doravante denominada CONTRATADA, apresenta o
presente TERMO DE RESPONSABILIDADE E CONFIDENCIALIDADE DAS
INFORMAÇÕES, obrigando-se a não divulgar, sem autorização do CONSELHO
NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ), segredos e informações produzidos, recebidos e
custodiados pelo CNJ, bem como informações sobre quaisquer assuntos de que
tomar conhecimento em razão da execução da contratação, em conformidade com
as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – A **CONTRATADA** reconhece que, com a aceitação do
presente termo pelo **CNJ**, as atividades desenvolvidas envolvem contato com
informações sigilosas. Essas informações devem ser tratadas confidencialmente sob
qualquer condição e não podem ser divulgadas a quaisquer pessoas físicas ou
jurídicas não autorizadas sem a expressa autorização do **CNJ**, comprometendo-se
a **CONTRATADA** a manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do CNJ
ou de terceiros, de que tomar conhecimento em razão da execução de suas funções



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

no Conselho, sob pena de responsabilidade civil e administrativa, sem prejuízo da responsabilidade penal de quem tenha descumprido as obrigações assumidas.

CLÁUSULA SEGUNDA – A **CONTRATADA** reconhece que, em caso de dúvida acerca da confidencialidade de determinada informação, esta deverá ser tratada sob sigilo, até que venha a ser autorizado, pelo **CNJ**, a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma o silêncio do **CNJ** deverá ser interpretado como liberação de quaisquer dos compromissos ora assumidos.

CLÁUSULA TERCEIRA – A **CONTRATADA** assume o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa ou confidencial adquirida por ocasião da sua atividade no **CNJ**.

CLÁUSULA QUARTA – A **CONTRATADA** obriga-se a informar ao **CNJ** imediatamente qualquer violação das regras de sigilo por parte dela, de qualquer de seus empregados e empregadas ou de quaisquer outras pessoas, inclusive nos casos de violação não intencional ou culposa de sigilo das informações a ele inerentes.

CLÁUSULA QUINTA – O descumprimento de quaisquer das cláusulas do Termo poderá implicar a responsabilidade civil e criminal dos que estiverem envolvidos na violação, conforme Cláusula Primeira.

CLÁUSULA SEXTA – As obrigações a que alude este instrumento perdurarão, inclusive, após a cessação de vínculo entre A **CONTRATADA** e o **CNJ**.

CLÁUSULA SÉTIMA – Caso a revelação das informações seja determinada por ordem judicial, a parte notificada se compromete a avisar à outra, para que possa tomar todas as medidas preventivas para proteger as informações. Nesse caso, a parte deverá revelar apenas as informações exigidas por determinação judicial e deverá informar à outra quais as informações e em que extensão serão reveladas.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

CLÁUSULA OITAVA – Toda e qualquer modificação concernente às condições aqui estabelecidas só serão válidas mediante autorização expressa da outra parte.

CLÁUSULA NONA – A **CONTRATADA** compromete-se a dar ciência do teor do presente termo aos empregados e empregadas alocadas na prestação dos serviços contratados, mediante assinatura **DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA**, em papel timbrado da **CONTRATADA**, conforme modelo anexo.

CLAUSÚLA DEZ – A celebração do **TERMO DE RESPONSABILIDADE E CONFIDENCIALIDADE** e da **DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA** não prejudica nem dispensa a celebração de outros instrumentos de responsabilidade e compromisso previstos para contratações específicas.

CLÁUSULA ONZE – As partes elegem o foro da Seção Judiciária Federal do Distrito Federal para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E por estarem assim justos e de acordo, firmam este Termo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

CONTRATADA

CONTRATANTE